

**Nathalia Cristina Oliveira**

**Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo  
(1995-2009)**

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Departamento de Ciência Política do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política  
sob a orientação do  
Prof. Dr. Armando Boito Junior.  
Esta versão corresponde ao exemplar definitivo  
da dissertação aprovada em 26/03/2010.**

**Campinas  
Março de 2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**OL4m      Oliveira, Nathalia Cristina  
Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)  
/ Nathalia Cristina Oliveira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Armando Boito Junior.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Movimento dos Sem Teto de São Paulo. 2. Classes sociais.  
3. Habitação. 4. Ideologia. 5. Movimentos sociais. I. Boito Junior,  
Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Homeless movements of Grande São Paulo (1995-2009)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

**Homeless Movements of São Paulo  
Social Class  
Ideology  
Social movements**

**Área de Concentração: Trabalho, Movimentos Sociais, Cultura e Política**

**Titulação: Mestre em Ciência Política**

**Banca examinadora: Armando Boito Junior, Andréia Galvão, Jair Pinheiro**

**Data da defesa: 26-03-2010**

**Programa de Pós-Graduação: Ciência Política**

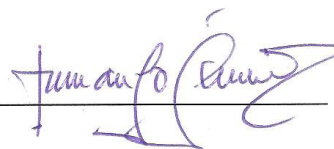
Nathalia Cristina Oliveira

## Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política sob a orientação do Prof. Dr. Armando Boito Junior. Esta versão corresponde ao exemplar definitivo da dissertação aprovada em 26/03/2010.

Comissão Julgadora:

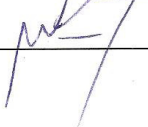
Prof. Dr. Armando Boito Junior (Orientador)



Profa. Dra. Andréia Galvão



Prof. Dr. Jair Pinheiro



Prof. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba (Suplente)

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues (Suplente)

\_\_\_\_\_

Aos sem-tetinhos e sem-tetinhas paulistanos,  
na esperança de que tenham dias melhores.

e

Aos meus pais, Roque e Luisa, meus verdadeiros “mestres”.

## Agradecimentos

Não poderia iniciar os agradecimentos senão pelos meus amados pais Roque e Luisa. Agradeço pelo apoio incondicional que vocês têm me dado e pelo fato de vocês fazerem de nossa casa a “Tara”, lugar onde eu sempre posso retornar, repensar, recuperar as forças e recomeçar.

Ao meu amado irmão, Thiago, pelas sábias palavras sempre e também pelas inusitadas discussões a respeito do mundo!

Ao meu querido companheiro Fabrício, pelo incentivo constante e por compreender e (ainda o que é mais incrível) admirar o que é ser cientista social. Obrigada pela paciência com o meu “jeitinho de ser”. Agradeço ao Fátima também pela ajuda com a tradução do resumo e pela elaboração dos gráficos da dissertação. Aproveito para avisá-lo que outros textos virão...

À Gigante Família Dotti, que cada membro, à sua maneira, contribui para a minha formação enquanto “gente grande”. Sou muito feliz e grata por fazer parte desta família.

À Vó Laura, Vô Ernesto (in memoriam) e toda a Família Oliveira, pelo apoio durante toda a minha vida.

À Dona Elusa e Seu Hélio, pelo carinho e, sobretudo, pela compreensão em minhas ausências.

Aos amigos de longas e novas datas, por termos compartilhado tantos momentos bons. Em especial agradeço a Dani Dotti pela amizade leal desde sempre. Obrigada pelos diversos carnavais juntas!

Às meninas das “duplinhas alternadas”: Bárbara Castro, Mariana Marques e Talita Castro, por fazerem parte da minha vida desde março de 2002. Depois, devagarzinho, mas não tão devagar assim, foram chegando as outras duplinhas: Carol Cavazza, Carol Parreiras (Mineira), Gláucia Destro, Vanessa Ortiz, Victor Queiroz (Dudu) ... Agradeço a todos vocês pelas festinhas no IFCH, pelos esquentas, “ois”, dos fondues aos acarajés, e pelo bom papo de sempre.

À colega Francine Hirata, pela companhia na realização do trabalho de campo desta pesquisa na cidade de São Paulo. Pesquisadoras do mesmo tema, alunas da mesma turma e integrantes do mesmo grupo de pesquisa... as afinidades são diversas e as angústias compartilhadas foram inúmeras...

Aos colegas da turma de ciências sociais 02, da turma de mestrado em ciência política 07 e da inédita turma de mestrado em ciência política de meados de 2006 da Unicamp, pela boa companhia.

Ao IFCH/Unicamp, pela infra-estrutura disponível e pela autonomia que garantem ao pesquisador. Agradeço ainda aos funcionários e, em especial, ao Benê do xerox e ao Marcão da cantina (cantina do IMEC, mas freqüentada massivamente pelos alunos do IFCH) que nos fazem sentir “tão em casa”.

Ao Antonio Barros, secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pela paciência dispensada até que eu conseguisse dar conta de todas as papeladas necessárias para realizar a defesa da dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo financiamento desta pesquisa.

Aos membros do Grupo Neoliberalismo e Relações de Classes, colegas com os quais aprendi muito ao longo desses anos e que fizeram diminuir um pouco a solidão da pesquisadora.

Gostaria de deixar registrado aqui meu agradecimento e respeito a todos os professores que tive até aqui. Destaco especialmente três deles: Nanete Fortunato Giro (a tia Nanete) minha primeira professora e quem me ensinou a ler e escrever – duas importantes ferramentas para o trabalho de pesquisadora; Marcelo Santos, professor de história nos tempos do colégio, quem me apresentou às Ciências Sociais; Márcio Naves, professor de sociologia do IFCH - Unicamp, agradeço pela introdução à obra de Karl Marx.

À professora Luciana Tatagiba, pelas valiosas críticas e sugestões na banca de qualificação e por aceitar ser suplente da comissão julgadora deste trabalho.

Ao professor Iram Jácome Rodrigues, por ter aceitado o convite de ser suplente da comissão julgadora deste trabalho.

Aos professores Andréia Galvão e Jair Pinheiro, por fazerem parte da banca deste trabalho. Agradeço ainda a professora Andréia pela oportunidade de contar com seus valiosos comentários sobre o meu trabalho desde a época da minha graduação. Ao professor Jair, agradeço pelos importantes comentários e sugestões na época da qualificação deste trabalho e pela oportunidade de debater e principalmente aprender muito com o professor nos diversos Congressos em que nos encontramos nos últimos anos.

Ao professor Armando Boito Jr, por esses seis anos de convivência e aprendizado. Obrigada pela orientação, paciência, broncas, críticas e pelos elogios também, por que não?

E, por fim, agradeço àquelas pessoas fundamentais e que colaboraram diretamente com esta pesquisa. Sou grata a todos os sem-teto com quem tive oportunidade e o prazer de conversar e entrevistar. Obrigada ao Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

## Cidadão

Composição: Lucio Barbosa

Tá vendo aquele edifício moço?  
Ajudei a levantar  
Foi um tempo de aflição  
Eram quatro condução  
Duas pra ir, duas pra voltar  
Hoje depois dele pronto  
Olho pra cima e fico tonto  
Mas me chega um cidadão  
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado  
Ou tá querendo roubar?  
Meu domingo tá perdido  
Vou pra casa entristecido  
Dá vontade de beber  
E pra aumentar o meu tédio  
Eu nem posso olhar pro prédio  
Que eu ajudei a fazer

Tá vendo aquele colégio moço?  
Eu também trabalhei lá  
Lá eu quase me arrebento  
Pus a massa fiz cimento  
Ajudei a rebocar  
Minha filha inocente  
Vem pra mim toda contente  
Pai vou me matricular  
Mas me diz um cidadão  
Criança de pé no chão  
Aqui não pode estudar  
Esta dor doeu mais forte  
Por que que eu deixei o norte  
Eu me pus a me dizer

Lá a seca castigava mas o pouco que eu  
plantava  
Tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja moço?  
Onde o padre diz amém  
Pus o sino e o badalo  
Enchi minha mão de calo  
Lá eu trabalhei também  
Lá sim valeu a pena  
Tem quermesse, tem novena  
E o padre me deixa entrar  
Foi lá que cristo me disse  
Rapaz deixe de tolice  
Não se deixe amedrontar

Fui eu quem criou a terra  
Enchi o rio fiz a serra  
Não deixei nada faltar  
Hoje o homem criou asas  
E na maioria das casas  
Eu também não posso entrar

Fui eu quem criou a terra  
Enchi o rio fiz a serra  
Não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asas  
E na maioria das casas  
Eu também não posso entrar

**Resumo:**

Propusemo-nos a realizar um estudo empírico exploratório sobre os movimentos dos sem-teto da Grande de São Paulo. Estamos falando aqui da luta de pessoas que não têm moradia digna e que por isso se organizam em movimentos sociais urbanos e realizam ocupações em imóveis vazios no centro da cidade ou em grandes terrenos periféricos vagos que servem à especulação imobiliária.

Para que nossa pesquisa se tornasse viável, optamos por analisar três dos principais movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo, a saber, Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento de Moradia do Centro (MMC) – que atuam no centro da metrópole - e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que atua na periferia e na divisa das cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo.

O texto foi estruturado de modo que pudéssemos responder a duas questões: Quem são os sem-teto? E Por que são sem-teto?

Para a resposta da primeira questão, descrevemos os três movimentos dos sem-teto citados de maneira que facilitasse o estabelecimento de uma comparação entre eles, demonstrando suas semelhanças e diferenças. Dentre os aspectos descritos e comparados, enfatizamos as diferenças existentes nas reivindicações e orientações políticas e ideológicas dos movimentos dos sem-teto e a semelhança existente em suas bases sociais. Analisamos ainda a estrutura organizativa e métodos de luta dos três movimentos citados, assim como suas trajetórias históricas (nascimento e evolução).

A resposta da segunda questão se concentrou na idéia de que a existência dos sem-teto se deve a uma confluência de fatores os quais estão relacionados à essência do modo de produção capitalista e a ineficiência das políticas habitacionais brasileiras.

**Palavras-chave:** movimentos dos sem-teto, classes sociais, ideologia, capitalismo neoliberal



## **Abstract**

Our proposal was to produce an exploratory empirical research about homeless movements of Grande São Paulo. We are talking about people who do not have proper home. They have organized urban social movements occupying vacant buildings placed in downtown or big lands in the suburbs of the cities - places that work to the housing speculation.

We have focused three homeless movements from Grande São Paulo in our analysis: Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia do Centro (MMC) and Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

This text was written to answer two questions: Who are the homeless? Why they are homeless?

To the first question, we have described the three homeless movements to do a comparison among them, showing their similarities and differences. In the midst of the described and compared aspects, we have been emphasized the differences existents in the demands and political-ideological orientations from homeless movements and the similarity existent among their social bases. We also analyzed the homeless movements' organization and method of fighting and their historical trajectories (birth and evolution).

The answer of second question is that the homeless' existence is due many factors that are linked with the essence of capitalist mode of production and the inefficiency the Brazilians housing policies.

**Key-words:** homeless movements, social class, ideology, neoliberal capitalism

## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1. DOS MOVIMENTOS DE MORADIA À ECLOSÃO DOS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO NA GRANDE SÃO PAULO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2 – OS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO DO CENTRO E DA PERIFERIA .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 3 – REFLEXÃO SOBRE A BASE SOCIAL DOS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO E O SEU CARÁTER CLASSISTA .....</b>	<b>139</b>
<b>CAPÍTULO 4 – AS DIFERENTES ORIENTAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DOS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO .....</b>	<b>177</b>
<b>CAPÍTULO 5 – OS PERÍODOS DE ASCENSOS E DESCENSOS DAS OCUPAÇÕES DOS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O INÍCIO DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>213</b>
<b>CAPÍTULO 6 – AS RAÍZES DO PROBLEMA .....</b>	<b>247</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>285</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>295</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>305</b>

## INTRODUÇÃO

Um dos problemas sociais contemporâneos mais sérios que a humanidade enfrenta é o relacionado à habitação. Este problema é tão antigo quanto à urbanização, porém não foi solucionado e se encontra em uma situação caótica em diversas partes do mundo. É por isso que tal problemática está na ordem do dia, tanto no cenário internacional quanto nacional.

O relatório publicado em outubro de 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat) qualifica o problema habitacional mundial como uma situação de desastre. O Banco Mundial também já advertia, na década de 90, que a pobreza urbana se tornaria “o problema mais importante e politicamente explosivo do próximo século” (Davis, 2006).

É verdade que o problema habitacional se apresenta de diferentes maneiras, com distintas dimensões e intensidades entre as cidades e os países, no entanto, é inegável a existência do problema em nível mundial.

Los Angeles, nos Estados Unidos, é conhecida como a capital dos moradores de rua (homeless) no Primeiro Mundo, estimados em 100 mil pessoas. Já Mumbai possui provavelmente a maior população em situação de rua do mundo, cerca de 1 milhão de pessoas. É ainda no Cairo, Egito, que aparece o exemplo mais incomum de “oferta de moradia”: a Cidade dos Mortos, onde 1 milhão de pobres usam sepulturas mamelucas como módulos habitacionais (Davis, 2006).

No Brasil, o déficit habitacional nacional aumenta cada vez mais. Em 2002, de acordo com a Fundação João Pinheiro, tal déficit se encontrava por volta de 6,6 milhões de moradias, já em 2006, de acordo com a mesma Fundação, estava na faixa de 7,9 milhões de unidades habitacionais. A região sudeste é a região que possui uma maior parcela do déficit habitacional brasileiro, representando 37% do total. O estado de São Paulo apresenta um déficit de mais de 1 milhão e 400 mil moradias, representando, só ele, quase 20% do déficit habitacional brasileiro total. A Região Metropolitana de São Paulo é a região que possui o maior déficit habitacional do país,

mais de 720 mil moradias – os movimentos dos sem-teto a serem analisados neste trabalho atuam justamente neste território explosivo de grande déficit habitacional<sup>1</sup>.

Mike Davis (2006) defende a tese de que a urbanização e o crescimento da população urbana acontecem atualmente em todo o mundo e a perspectiva para o futuro é que esses fenômenos se intensifiquem, de modo que as favelas urbanas se reproduzam em massa. Enquanto os favelados dos países centrais representam 6% de sua população urbana, nos países dependentes (América Latina, África, Oriente Médio e sul da Ásia) temos 78,2% da população urbana vivendo em favelas.

Davis afirma que a partir da década de 1970, o crescimento das favelas no hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita, ou seja, as favelas crescem mais rápido que as próprias cidades. Assim, o futuro do planeta será um só: um planeta favela.

A partir da década de 90, o capitalismo neoliberal foi introduzido e consolidado em diversos países, dentre eles o Brasil e, cada vez mais, as desigualdades sociais foram se intensificando – nas palavras de Mike Davis, o neoliberalismo “aprofunda os vales e eleva os picos das diversas topografias sociais mundiais”. A idéia de um Estado intervencionista comprometido com a habitação popular parece, nos termos de Davis, alucinação. Isto porque os governos não estão interessados, empenhados e muito menos dispostos a investir em iniciativas sérias para combater as favelas e remediar a marginalidade urbana.

No cenário nacional, as favelas são grandes conhecidas dos brasileiros. De acordo com o IBGE, entre 1991 e 2000, houve um aumento de 22,5% no número de favelas. Na cidade de São Paulo, as favelas cresceram, na década de 1990, a um ritmo explosivo de 16,4% ao ano (Davis, 2006). De acordo com uma pesquisa da prefeitura de São Paulo, realizada em 2007 e financiada pelo Banco Mundial, estima-se que um em cada seis

---

<sup>1</sup> Existem divergências no que se refere ao cálculo do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo) já que este pode ser definido de diferentes maneiras. Algumas instituições contabilizam, por exemplo, como déficit quando existe uma co-habitação de muitas pessoas em uma mesma casa. Optamos por citar aqui os dados da Fundação João Pinheiro devido à seriedade e qualidade do trabalho desta instituição. Assim, todos os dados aqui citados sobre questão habitacional, quando não mencionados a sua fonte, se referem a seguinte pesquisa: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2006 / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação*. Brasília, 2008. (Projeto PNUD-BRA-00/019 - Habitar Brasil – BID).

paulistanos mora em favelas. Percebemos assim que as previsões de Mike Davis parecem estar na direção correta.

Diante da dimensão do problema habitacional no Brasil, os movimentos de moradia e, principalmente, os movimentos dos sem-teto ganham força e visibilidade ao longo das últimas décadas. Esses movimentos foram capazes de demonstrar, através de suas atuações (a ocupação de imensos prédios vazios no centro da cidade de São Paulo e, depois, com o processo de reintegração de posse, o ato de acampar em frente a estes prédios vazios), a imensa injustiça social e desigualdade no que se refere à posse do terreno urbano e à propriedade privada. Denuncia-se ainda a ação irracional da especulação imobiliária quando pensada do ponto de vista social e humano. No entanto, quando a especulação é analisada do ponto de vista do capital é algo muito racional: valorização do capital<sup>2</sup>.

No entanto, a visibilidade e força dos movimentos dos sem-teto são combatidas pela classe dominante com a criminalização diária desses movimentos, enfatizando os seus aspectos negativos e distorcendo a realidade. Essa posição é entendida quando pensamos nos interesses dos capitalistas imobiliários, interesses inconciliáveis com os interesses dos sem-teto. Enquanto os primeiros desejam supervalorizar seus terrenos na região central das cidades (filé mignon imobiliário), os sem-teto querem a construção de habitação social, ou seja, moradias a baixo custo para que os trabalhadores possam viver com mais dignidade no centro da cidade.

Os grandes capitalistas, detentores de latifúndios territoriais e midiáticos, atacam os sem-teto pela imprensa, ressaltam os elementos de violência, perigo e conflito dos movimentos, adotando assim apenas uma maneira de ver e mostrar os movimentos sociais mais combativos. A esse respeito, Sader (2005) comenta: “A grande mídia privada é seu (do liberalismo, ou melhor, neoliberalismo) instrumento essencial de divulgação, deixando o movimento popular e a esquerda com poucos espaços de difusão de suas opiniões, suas idéias e suas propostas”.

---

<sup>2</sup> O estado de São Paulo possui não apenas o maior déficit habitacional do país, mas também o maior número de domicílios vagos em condições de serem ocupados e em construção, cerca de 1 milhão e 378 mil domicílios (o número total de domicílios brasileiros vagos é de 6 milhões). O alto índice de imóveis vazios é quase que equivalente ao déficit estadual (1 milhão e 400 mil moradias).

O jornal *Estado de São Paulo* demonstrou o seu temor frente à "superorganização" dos sem-teto durante todo o ano de 1999 e exigia uma atitude dos governantes para combater as ações daqueles. De acordo com o tal periódico, os movimentos dos sem-teto poderiam se tornar organizações semelhantes aos nazistas e fascistas da década de 30<sup>3</sup>. Como sabemos a imprensa possui grande impacto na opinião pública tendo, neste caso, o poder de reproduzir pré-conceitos sobre os sem-teto.

Por outro lado, existem alguns periódicos e jornalistas mais compromissados com as questões sociais e, quando chegam a uma ocupação, estão abertos para perceberem a organização e seriedade dos movimentos e ainda a grande quantidade de famílias envolvidas, acabando assim por fazer reportagens mais realistas.

Os próprios trabalhadores ao incorporarem a ideologia dominante de obediência civil e respeito à propriedade privada também condenam as ações dos sem-teto de ocuparem propriedade privadas (os prédios vazios do centro das cidades).

As classes médias, geralmente impregnadas pela ideologia meritocrática, defendem que as desigualdades sociais são resultados de diferenças de dons e méritos individuais<sup>4</sup>. Ao se pensar na existência e situação dos sem-teto com as lentes desta ideologia, a condição atual de miserabilidade dos sem-teto é percebida como uma falha individual, um demérito, responsabilizando o sujeito por sua situação atual e atribuindo-lhe características como a de não querer trabalhar ou não ter capacidade de estudar para ter uma situação econômica mais favorável.

Na tentativa de distanciarmos-nos de idéias pré-concebidas e pertencentes às ideologias dominantes, propomo-nos aqui a verificar como os movimentos dos sem-teto são de fato, como atuam no dia a dia, quais são suas reivindicações, quem são as lideranças, quem participa de tais movimentos e por que o fazem.

Para que nossa pesquisa se tornasse viável, optamos por analisar três dos principais movimentos dos sem-teto da grande São Paulo, a saber, Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Esta escolha se deu porque esses movimentos parecem ser os que mais possuem força e visibilidade na grande imprensa e, principalmente,

---

<sup>3</sup> "As invasões superorganizadas". In: *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29 de outubro de 1999.

<sup>4</sup> Sobre a ideologia meritocrática das classes médias verificar o estudo de Boito Jr. (2004).

porque eles representam bem a heterogeneidade político-ideológica que acreditamos existir entre os sem-teto. O estudo desses três movimentos também é importante para demonstrar os distintos espaços em que os sem-teto lutam. Enquanto o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) atua nas periferias da Grande São Paulo, o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) se concentram, como a própria nomenclatura já indica, no centro da metrópole<sup>5</sup>.

Descrevemos os três movimentos dos sem-teto citados de maneira que facilitasse o estabelecimento de uma comparação entre eles, demonstrando suas semelhanças e diferenças. Dentre os aspectos descritos e comparados, enfatizamos as diferenças existentes nas reivindicações e orientações políticas e ideológicas dos movimentos dos sem-teto e a semelhança existente em suas bases sociais. Analisamos ainda a estrutura organizativa e métodos de luta dos três movimentos citados, assim como suas trajetórias históricas (nascimento e evolução).

Nossa pesquisa sobre os movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo teve início em meados de 2004, durante nossa graduação em ciências sociais. Na ocasião, tivemos a oportunidade de elaborar um projeto de pesquisa de iniciação científica sobre o tema e, depois, durante um ano (de agosto de 2005 a julho de 2006) desenvolvemos a pesquisa, a qual foi apoiada por uma bolsa do PIBIC/CNPq. Deste tempo de estudo resultou a nossa monografia de conclusão de curso, no ano de 2006, intitulada: *Os movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo frente aos governos neoliberais (1995-2002)*. Foi então a partir desta primeira pesquisa que entramos em contato com os movimentos dos sem-teto, definimos melhor nosso objeto e levantamos algumas hipóteses, as quais foram aprofundadas neste presente trabalho.

### *Teoria e Metodologia*

Devida a aproximação com o referencial teórico marxista e a utilização deste para estudarmos os movimentos dos sem-teto, nossa análise está embasada nos seguintes conceitos: modo de produção capitalista, lei de acumulação, contradição capital e

---

<sup>5</sup> Para evitar a confusão e o cansaço do leitor com a “sopa de letrinhas” que existe na nomenclatura dos movimentos dos sem-teto, doravante, passamos a nos referir aos movimentos da seguinte maneira: trataremos o Movimento de Moradia do Centro (MMC) como “**Moradia do Centro**”, o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) como “**Sem-Teto do Centro**” e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) como “**Trabalhadores Sem-Teto**”.

trabalho, Estado capitalista, estrutura econômica e política, classes sociais, luta de classes e frações de classes, questão estrutural e a influência das condições socioeconômicas na organização dos movimentos.

De nossa parte, acreditamos que o conceito de classe social é muito importante para compreendermos os movimentos sociais, inclusive os ditos “novos” movimentos sociais. Assim sendo, as classes sociais não podem ser colocadas como um ponto sem grande relevância na análise, principalmente, no estudo sobre os movimentos dos sem-teto, onde o caráter de classe aparece com tanta evidência. Diante disso, faz-se necessário explicitar o que entendemos por movimentos sociais e classes sociais.

Sobre as definições dos movimentos sociais, possuímos concordância com as idéias de Vakaloulis, Borja e Mouriaux.

Vakaloulis fornece uma noção ampla do conceito de movimento social de modo a relacioná-lo com as relações de subordinação de classe e com as relações sociais de protesto na sociedade capitalista. A definição do autor ainda articula aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Vakaloulis (2005, 132) diz o seguinte:

*O conceito de movimento social refere-se, na verdade, a um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância e sua projeção no futuro e, finalmente, em sua importância política e ideológica. Sua origem comum, se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização.*

Borja ao buscar uma definição para os movimentos reivindicativos urbanos aponta que eles estariam relacionados com as ações coletivas que buscam melhores condições de vida, condições que estão relacionadas ao uso da cidade, como moradias dignas e acessos aos serviços de qualidade (saúde, educação, etc). Nas palavras do autor:

*Consideramos como movimientos reivindicativos urbanos las acciones colectivas de la población entretanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida, a obtener la*



*adecuación de éstas a las nuevas necesidades o a perseguir un mayor nivel de equipamiento.*(Borja 1975: 12)

René Mouriaux ao tratar dos movimentos sociais na nova fase do capitalismo elabora uma tipificação das lutas sociais e políticas (Galvão, 2002). Nesta tipificação, destacamos o primeiro tipo, que se refere às *lutas de urgência*. Essas lutas seriam aquelas em que as pessoas lutam para garantir sua sobrevivência devido à deterioração da situação econômica de uma parcela da classe trabalhadora elas se vêem obrigadas a lutarem pelas coisas mais elementares: comida, abrigo, emprego. Acreditamos poder classificar os movimentos dos sem-teto como um movimento de urgência, posto que lutam para a obtenção de uma moradia segura, ou seja, lutam por condições básicas e urgentes que garantam minimamente a sua existência física.

Passemos para a apresentação do conceito de classe social utilizado por nós<sup>6</sup>.

Geralmente, quando pensamos no conceito de classe social para Marx, logo, o relacionamos com a posição que os agentes ocupam na estrutura produtiva. E, em seguida, vem à mente a famosa e já exaustivamente citada passagem em que Marx retrata a situação do camponês em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*:

*Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe.* (Marx, K; 1974: 402-403).

Daí conclui-se que o camponês da França de 1848 era uma classe e não era, ou seja, era uma classe sob o ângulo econômico, mas não o era sob o ponto de vista político e ideológico. Marx sugere assim que a estrutura econômica contém, potencialmente, uma classe. No entanto, a formação efetiva de tal só se realiza quando há uma ação conjunta,

---

<sup>6</sup> A noção de classe social que seguiremos é a utilizada pelo grupo de estudos *Neoliberalismo e relações de classe*, do qual participamos.

uma organização política, que relacione os interesses de classe e os projetos dessa. Logo, não devemos ter uma noção reducionista e tampouco economicista do conceito de classe social de Karl Marx, entretanto, deve ficar claro que não há a formação de uma classe apenas no nível das práticas sociais, ou seja, a classe não é apenas uma construção social, fundada nas relações concretas estabelecidas entre os agentes sociais. Dito de outra maneira, uma classe social se define a partir da posição dos agentes na estrutura econômica, porém só se constitui enquanto classe nos conflitos, nas lutas, no processo de mobilização política que passa pela capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Deve-se pensar a classe social como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político, objetivo e subjetivo.

De acordo com Marx, ainda em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, o conceito de classe social pode ser utilizado não somente nos momentos em que os agentes da produção estão mobilizados num embate em torno da preservação ou da revolucionarização da ordem vigente (como apresentava o autor no *Manifesto do Partido Comunista*), mas também no momento em que os agentes atuam no processo político visando manter ou conquistar posições na distribuição da riqueza ou na balança do poder. O conflito de classes aparece assim como um fenômeno político permanente e das maneiras mais distintas possíveis.

Dizer que o paradigma marxista não dá conta mais de explicar a realidade é um equívoco. Surgem novas necessidades, tais como teorização do conceito de classe média, não se ter uma visão economicista, introduzir elementos culturais na análise, mas dizer que a posição do agente na estrutura produtiva não importa, isto seria um erro.

Larangeira (1990) coloca algumas questões interessantes: Quantas horas do dia as pessoas passam envolvidas com o trabalho? Como a ocupação de um trabalhador e, conseqüentemente, o seu salário poderia deixar de influenciar o seu dia a dia, as possibilidades lazer, o acesso à cultura? E ainda, na velhice, o que são as condições de vida se não um resultado direto do lugar ocupado anteriormente na divisão social do trabalho? Como analisar os interesses antagônicos da União Democrática Ruralista (UDR) e dos sem-terra, e no constante conflito entre esses dois setores, senão a partir da idéia de luta de classes?

*O vigor da ação coletiva desses agentes classistas na sociedade brasileira, por exemplo, não permite afirmar tão*

*facilmente que o conceito de classe social já não seja mais adequado para descrever a realidade. Talvez se pudesse dizer que ele não é suficiente para descrever toda a realidade. (Larangeira, 1990:27)*

Os movimentos sociais exigem que sejam interpretados em suas diversas dimensões: econômica, política, ideológica e cultural e ainda relacionando as condições objetivas e subjetivas.

Galvão (2008), baseada na literatura francesa<sup>7</sup>, afirma que a perspectiva marxista faz diferença e importa na análise dos movimentos sociais ao buscar a relação entre ideologia e classe, entre política e economia.

A autora entende que a ação política está vinculada a interesses materiais e trabalhar com as contradições de classe ajuda a compreender os conflitos, as resistências dos dominantes à ação das classes dominadas, sobretudo quando elas são capazes de desvelar e apontar para as causas da desigualdade e da exploração.

Galvão (2008: 14-15) ainda destaca algumas outras vantagens da análise marxista dos movimentos sociais:

*A abordagem marxista também permite ao analista se interrogar sobre a diversidade dos movimentos e, ao mesmo tempo, buscar seus elementos comuns. Ainda possibilita compreender os movimentos de modo não linear, uma vez que a conflituosidade é feita de avanços e retrocessos. (...) Por fim, possibilita considerar os níveis distintos de atuação política que, esquematicamente, podem ser resumidos nos seguintes aspectos: 1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”); 2. Reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania, direitos sociais (perspectiva anti-neoliberal); 3. Mudanças das práticas políticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual; 4. Anti-capitalista: requer pensar a questão da emancipação social.*

---

<sup>7</sup> A autora realiza uma leitura dos marxistas franceses da década de 70, citando Castells e Lojkin, passa pelos anos 80, Laclau e Mouffe e chega aos anos 90 e 2000, quando parece haver uma renovação dos estudos com Mouriaux, Bérout e Vakaloulis.

Acreditamos que para uma análise da realidade é necessário que se leve em conta vários fatores: ideológicos, políticos e econômicos, sujeito e estrutura. No entanto, em última instância, é a estrutura que pauta grande parte das reivindicações e interesses, e as classes sociais são alguns dos elementos mais importantes para compreender os movimentos sociais e a luta política atual. É pensando na articulação das múltiplas determinantes que buscamos realizar uma análise marxista sobre movimentos dos sem-teto.

Partindo destas idéias, a proposta metodológica de Castells (1976: 124) para o estudo dos movimentos sociais urbanos se apresenta como uma boa opção a ser seguida:

*Mas, em todo o caso, nesta interação entre lugar do problema urbano na estrutura social, lugar do grupo social nas relações de classe e características político-ideológicas das organizações intervenientes, é que se encontra o segredo último dos movimentos sociais urbanos.*

De acordo com o levantamento bibliográfico que fizemos para a verificação da existência da temática (movimentos dos sem-teto de São Paulo/Brasil) em revistas científicas nacionais e internacionais foi possível verificar que ainda não existe uma bibliografia significativa a respeito dos movimentos dos sem-teto<sup>8</sup>. Percebemos que as teses e dissertações sobre nossa temática são bem recentes<sup>9</sup>. Os pesquisadores se encontram em diversas áreas: arquitetura, direito, serviço social, geografia, história e ciências sociais, sendo que os estudos destas últimas não são predominantes. Por isso, acreditamos que, com o desenvolvimento desta pesquisa, poderemos contribuir para o debate que ainda se encontra pequeno, principalmente nas ciências sociais, sobre os movimentos dos sem-teto brasileiros. E, de maneira mais geral, contribuiremos com o debate a respeito dos movimentos sociais urbanos e movimento de moradia na sociedade brasileira atual. Daí a contemporaneidade do tema e sua grande relevância.

---

<sup>8</sup> As revistas científicas consultadas por nós foram: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *BIB*, *Dados*, *Novos Estudos Cebrap*, *Lua Nova*, *Tempo Social*, *Lutas Sociais*, *Margem esquerda*, *Outubro e Crítica Marxista*. Dentre os periódicos internacionais contamos com: *Revista Mexicana de Sociologia*, *New Left Review*, *Actuel Marx e Le mouvement social*. Verificamos as edições das últimas décadas, mais precisamente entre os anos de 1984 e 2008.

<sup>9</sup> Consultamos as dissertações e teses da Usp e Unicamp e, para tal, nos utilizamos dos links "cruesp/unibibli" que está na página da internet do sistema de bibliotecas da Unicamp (SBU). Também fizemos um levantamento bibliográfico a partir do Banco de Teses da Capes ([www.servicos.capes.gov.br/capesdw](http://www.servicos.capes.gov.br/capesdw)).

Como sinal da falta de bibliografia específica sobre o tema, temos a publicação do primeiro livro sobre os movimentos dos sem-teto no Brasil, mais especificamente, dos movimentos dos sem-teto de Salvador, apenas no ano de 2008. O livro é de autoria do jovem historiador Raphael Cloux e editado por ele mesmo.

A falta de bibliografia a respeito da temática e o próprio objeto nos direcionaram para a realização de um *estudo empírico exploratório*. Esta classificação da pesquisa está embasada no documento do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, da Unicamp, em que são descritas algumas características gerais da dissertação do seu programa de mestrado. De acordo com tal documento, uma pesquisa deve ser considerada empírica ou teórica de acordo com o seu objeto, já que em relação aos meios utilizados para sua efetivação, são, no geral, os mesmos. Sendo assim, enquanto a pesquisa teórica tem por seu objeto teorias e conceitos, a pesquisa empírica tem como objeto uma realidade determinada. Quanto à denominação estudo exploratório, essa se dá devido ao pouco acúmulo bibliográfico sobre a temática, daí termos que realizar um levantamento descritivo sobre o tema.

De acordo com Castells (1975: 392,393), a fase exploratória é essencial para se compreender um movimento social:

*(...) é preciso antes de mais nada, saber a respeito do que falamos, quer dizer, aprender a reconhecer os “movimentos sociais urbanos”, colocar um pouco de vida, isto é, de história concreta (...).*

*Mas isto (fase exploratória) não significa recair no empirismo, limitar-se a uma simples observação que por si só, nunca poderia fazer outra coisa a não ser acumular anedotas. Isto significa tratar os fenômenos que supostamente estão carregados de contradições do ângulo da emergência das reivindicações sociais e das mobilizações políticas, ao mesmo tempo em que se busca as leis de sua articulação com a luta de classes em geral.*

Assim sendo o trabalho de campo foi de fundamental importância para a nossa pesquisa e a realização de diversas entrevistas e conversas com os militantes dos movimentos se fez, portanto, fundamental para logarmos uma boa descrição dos movimentos estudados.

### *Trabalho de Campo*

Para melhor entendimento, podemos dividir a nossa pesquisa de campo em três partes. A primeira se refere aos primeiros contatos com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Isso se deu no final do ano de 2007 e início de 2008. Este movimento realizou uma ocupação na cidade de Campinas, e devido a nossa facilidade de acesso já

que morávamos nesta cidade, pudemos acompanhar um pouco das fases da organização da ocupação Frei Tito que ocorreu em março de 2008. Falamos também com algumas lideranças, as quais possuíam uma interessante experiência em outras ocupações realizadas na Grande São Paulo. Nos últimos dias da ocupação, o movimento realizou um acampamento em frente à prefeitura de Campinas, onde pudemos acompanhar e observar pessoalmente os acontecimentos, além de conversarmos com diversos membros do movimento.

A segunda parte da pesquisa contou com o apoio do Programa de Pós Graduação de Ciência Política do IFCH, Unicamp, financiando as idas à cidade de São Paulo durante os meses de maio, junho e julho de 2008. Neste período, entramos em contato com o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e, ainda, com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Pudemos realizar diversas visitas às ocupações, participamos de assembléias e atos organizados pelos movimentos, além de termos realizado entrevistas com as principais lideranças e conversas com diferentes membros dos movimentos dos sem-teto. Lembramos que nesta fase da pesquisa, contamos com a companhia de Francine Hirata, colega de mestrado e do grupo de estudos *Neoliberalismo e Relações de Classes* e também pesquisadora dos movimentos dos sem-teto do centro da cidade de São Paulo. O trabalho conjunto foi muito frutífero.

A terceira parte da pesquisa de campo teve como objetivo observar especificamente as orientações político-ideológicas dos três movimentos. Nesse caso, foi muito útil a nossa participação enquanto observadores em alguns dias dos dois encontros estaduais dos sem-teto que se realizaram no mês de maio de 2009: o Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Encontro Estadual da União dos Movimentos de Moradia (UMM) – O Movimento de Moradia do Centro é filiado a este movimento e participou do referido encontro. O tema das discussões travadas nesses dois encontros, assim como a origem e perfil dos convidados para as mesas de abertura, entre outros elementos, proporcionou-nos um rico material para a compreensão da diversidade de orientações políticas e ideológicas entre os movimentos analisados.

Deixamos registrado que, a partir de uma avaliação geral, nossa pesquisa de campo foi muito rica, possibilitou-nos a observação dos três movimentos em diversas

situações, contexto, lugares e ações e a realização de entrevistas e conversas com os sem-teto com diversas características: crianças, jovens, adultos, idosos, homens, mulheres, negros, migrantes, lideranças, sem-teto da base, sem-teto experientes e sem-teto que participavam pela primeira vez de uma ocupação.

Fizemos *entrevistas semi-estruturadas*, priorizando entrevistas qualitativas, ao invés das quantitativas. As entrevistas semi-estruturadas articulam tanto as entrevistas denominadas estruturadas (pressupõem perguntas previamente selecionadas) quanto as não-estruturadas (onde o informante aborda livremente o tema proposto). A maioria das entrevistas foram iniciadas com a história de vida dos entrevistados, variando entre o que se chama de *historia de vida completa* (que retrata todo o conjunto da experiência vivida) e *historia de vida tópica* (que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão). De acordo com Neto (1994: 59):

*Para muitas pesquisas a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial e privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes chega em tom de confidencia. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para a análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.*

Quando se fez conveniente e possível as entrevistas foram gravadas. Não por acaso isso aconteceu com as principais lideranças dos movimentos do centro, por exemplo, já que as condições espaciais eram adequadas e a desenvoltura dos entrevistados notória. No entanto, as entrevistas com os outros membros dos movimentos não foram gravadas já que elas se deram no decorrer de uma manifestação na rua, ou em uma caminhada da sede do movimento até uma ocupação, ou ainda, por considerarmos inapropriado pedir para gravar um conversa em que as pessoas fazem “confidências” de sua vida, ou simplesmente devido ao “pânico do gravador”. Por isso, ao invés de falar entrevistas não gravadas, me referirei a elas como *conversas com os sem-teto*, que foi na verdade o que aconteceu. Essas *conversas* foram registradas, de acordo com nossa memória, no final de cada dia de pesquisa de campo.

No que se refere à observação participante, estratégia complementar à pesquisa, pudemos acompanhar assembléias, manifestações /atos nas ruas e encontros estaduais organizados pelos movimentos. Realizamos ainda visitas as ocupações onde pudemos observar a divisão dos barracos ali dentro, a infra-estrutura, a harmonia (ou não) dos sem-teto dentro de uma ocupação, etc. E, ainda realizamos observação direta em acampamentos em frente a duas prefeituras municipais. A observação direta permite ao pesquisador contato direto com a realidade e isso foi fundamental para a nossa pesquisa.

Em todas as idas a campo fomos muito bem recebidos tanto pelas lideranças dos movimentos quanto pela base. Os sem-teto se demonstraram bastante atenciosos e dispostos a nos apresentar os seus respectivos movimentos.



# **Capítulo 1. Dos Movimentos de Moradia à Eclosão dos Movimentos dos Sem-Teto na Grande São Paulo**

## **1. 1 União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP)**

As lutas sociais urbanas são bastante antigas, no entanto, é a partir dos anos 80 que os movimentos de moradia crescem e se espalham por todas as regiões da cidade de São Paulo. Isso acontece em decorrência do agravamento da crise econômica e da explosão dos valores dos aluguéis. Neste contexto há uma generalização das ocupações de terras, em propriedades públicas e privadas, por toda a cidade, mas em especial na zona leste. A “(...) luta por moradia ganha intensidade e em 1987 é fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo” (Cavalcanti, 2006: 63).

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), conhecida também como “UMM” ou simplesmente “União”, pode ser considerada como a entidade-mãe de grande parte dos movimentos sociais que lutam por moradia e por isso ela possui grande representatividade. Esta entidade também tem se apresentado como um movimento com grande capacidade de mobilização, pressão e negociação com o poder público municipal, estadual e federal.

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP) se organiza em forma de rede, articulando movimentos populares de moradia, em suas diversas expressões – movimentos de sem-teto, cortiços, favelas, loteamentos, mutirões, ocupações – no estado de São Paulo.

A UMM é uma das importantes entidades do país que luta em defesa da moradia popular, atuando, em defesa de projetos habitacionais nas áreas centrais das cidades, em projetos de urbanização favelas, na luta contra os despejos e na defesa da reforma urbana com participação popular<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> *Organização da UMMSP*. Documento distribuído durante o 10º Encontro Estadual de Moradia Popular, realizado no ano de 2007, na cidade de Campinas.

A “União” tem seu percurso marcado por forte influência da Igreja Católica destacando a Pastoral de Moradia e algumas Comunidades Eclesiais de Base. Personalidades importantes da Igreja, como Dom Paulo Evaristo Arns e Don Cláudio Hummes, foram grandes apoiadores da unificação dos movimentos de moradia (Cavalcanti, 2006).

Em relação aos objetivos iniciais da União temos o seguinte:

*A UMM já nasce com o objetivo de articular os movimentos de moradia locais em São Paulo, fortalecer a luta cotidiana por moradia, pelo direito de as famílias de baixa renda mensal, pelo atendimento da base dos movimentos nos programas habitacionais e, ainda, pela realização de mutirões autogestionários.* (Silva, Wanderley, Paz; 2006: 38)

No que se refere especificamente a proposta de mutirão, esta viria a ser a grande marca da entidade. Como esclarece Cavalcanti (2006: 64-65), essa proposta é influenciada pela “(...) experiência uruguaia de construção de habitação de interesse social através de cooperativas habitacionais autogestionárias, criadas e desenvolvidas pela FUCVAM – Federación Uruguay de Cooperativas de Vivenda por Ayuda Mútua”. Os militantes brasileiros tomam contato com a iniciativa da autogestão em um seminário internacional organizado pela Igreja Católica. Após esse evento, algumas lideranças brasileiras vão ao Uruguai, patrocinados pela Ong Miserior, e lá conhecem a fundo a experiência dos companheiros latino-americanos.

No final da década de 80, o movimento de luta pela moradia se fortalece na região central da cidade de São Paulo. E, em meados dos anos 90, o processo de ocupação de prédios nesta região se intensificou, dando origem ao que denominamos aqui como *movimento dos sem-teto*. Marcava-se assim um importante momento da história da “União”.

No que se refere à organização interna das ocupações, grande parte das estratégias são influenciadas pela experiência argentina, principalmente pela experiência das ocupações urbanas realizadas na cidade de Buenos Aires, como declara Verônica Kroll, importante liderança do Fórum de Cortiços e Sem-Teto de São Paulo (movimento filiado à “União”), no vídeo intitulado *À Margem do Concreto* de Evaldo Mocarzel (2006).

A maneira como a “União” apresenta sua estrutura organizativa, por exemplo, a existência de uma coordenadoria ampliada e outra executiva, ou ainda, o fato de as decisões serem tomadas em plenárias mensais e na reunião semanal da coordenação, será repetida, como veremos, em alguns movimentos dos sem-teto. No entanto, os movimentos filiados à entidade-mãe possuem relativa autonomia de modo a possuir estrutura e organização interna próprias.

Nos dias atuais, a entidade tenta ampliar seu campo de atuação de modo a desenvolver ações em temáticas relevantes socialmente como Juventude, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), Mulheres, Crianças e Adolescentes entre outras.

Ao longo dos anos a entidade passa a ocupar cada vez mais os espaços públicos na mídia, de negociação com os governos e de políticas institucionais. Um exemplo disso é que em 2003 a “União” consegue eleger um número significativo de militantes como conselheiros no Conselho Municipal e Habitação. Muitos militantes participam ainda do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Políticas Urbanas e do Conselho Nacional das Cidades. Durante a gestão petista de Marta Suplicy, a “União” atuou no processo de elaboração do Plano Diretor do município. “No plano nacional, destaca-se a luta pelo Fundo Nacional de Moradia Popular, projeto de lei de iniciativa popular, originalmente elaborado pela UMM, que coletou 1 milhão de assinaturas e organizou diversas caravanas a Brasília” (Silva, Wanderley, Paz, 2006: 40). Este Fundo demorou mais de dez anos para ser aprovado e teve sua aprovação durante o primeiro governo Lula.

Além da ajuda de Ongs e de setores da Igreja Católica, a “União” conta ainda com o apoio logístico de alguns parlamentares de partidos de esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT). Como veremos posteriormente, esta relação entre movimentos sociais e partidos políticos (em especial o PT) será muito comum entre os movimentos dos sem-teto do centro. De acordo com Cavalcanti (2006:74):

*A própria origem do partido (PT), oriundo de organizações populares e sindicais, explica em parte a existência desse tipo de preocupação, mas não somente. A permanência do tema como questão de relevância política durante longo período do desenvolvimento interno do PT põe em evidência a sua importância.*

Mais adiante, Cavalcanti (2006: 76) complementa o raciocínio:

*O Partido dos Trabalhadores também criou, de forma a efetivar um canal concreto de diálogo com os movimentos, um órgão nacional com esta função específica, a Secretaria Nacional dos Movimentos Populares, com estrutura própria e desdobramentos em níveis estaduais e municipais da máquina partidária. Além disso, foi montada uma agenda de encontros nessas mesmas esferas de modo a fomentar o debate com as organizações da sociedade civil.*

A seguir, apresentaremos de maneira sintética as outras grandes entidades que possuem representatividade dentre os movimentos de moradia de São Paulo.

Começamos pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) que surge na mesma época da União de Movimento de Moradia de São Paulo e tem seu surgimento fortemente atrelado ao apoio da Igreja Católica. Assim como a “União” propõe a união dos movimentos de moradia do estado de São Paulo, a União Nacional por Moradia Popular, como a própria nomenclatura já indica, busca a união dos movimentos em nível nacional. Dessa maneira a UMM é filiada a esta outra entidade. Em 2007, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) atuava em 20 estados brasileiros, cada qual com seu representante na coordenação executiva<sup>11</sup>.

O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) é uma entidade que nasce de uma dissidência da UNMP, em 1988. Em São Paulo, tem 6500 cadastrados e possui ainda uma coordenadoria executiva composta por um representante de cada um dos 16 estados em que atua. Esta entidade também possui boas relações com o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>12</sup>.

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) foi fundada em 1982, como consequência do fortalecimento das federações estaduais e atua em 22 estados brasileiros. Em 2004, a Confederação possuía 5 mil famílias cadastradas.

A fonte de financiamento de muitas dessas entidades maiores vem das contribuições dos movimentos filiados. Essa contribuição possui um critério de proporcionalidade que pode ser exemplificado da seguinte maneira: uma entidade com até 300 integrantes contribui com 25% de salário mínimo por mês; já um movimento de 300 a 500 integrantes, paga meio salário mínimo e entidades com mais de 500 associados

---

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article & id = 391](http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=391) &Itemid=31. Acessado em dezembro de 2009.

<sup>12</sup> “Saiba mais sobre os movimentos de sem-teto”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 20 de abril de 2004.

contribuem com 75% do salário mínimo<sup>13</sup>. Assim parte da arrecadação vem diretamente da “da base”, no entanto, em muitas ocasiões este dinheiro não é suficiente e as entidades buscam auxílio entre ONGs, partidos políticos e entidades religiosas.

Temos ainda a Central de Movimentos Populares (CMP), criada em 1993, “(...) após um amplo processo de discussão desencadeado pela Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), que entendia que, assim como na área sindical, era necessária a existência de uma central para reunir os movimentos populares” (Silva, Wanderley, Paz, 2006: 44).

A entidade atua em diversas áreas e por isso possui os seguintes grupos setoriais: Crianças, Adolescente e Juventude, Negritude, Mulher, etc. No início dos anos 90, a Central era dominada pelo Movimento de Saúde, no entanto, na medida em que este passou a priorizar a atuação em espaços institucionais de gestão e controle social, foram as lideranças dos movimentos de moradia que se tornaram os militantes mais atuantes na Central (Silva, Wanderley, Paz, 2006: 46).

Os dirigentes e militantes da Central de Movimentos Populares possuem boas relações com o Partido dos Trabalhadores e os seus governos, de modo que a Secretaria Municipal de Habitação, na gestão Marta Suplicy, possuía diversos assessores ligados à CMP.

Todas as entidades mencionadas anteriormente (Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), União Nacional por Moradia Popular (UNMP)) fazem parte, juntamente com outras organizações, da coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

O Fórum, existente desde 1987, é composto por organizações de diversas partes do Brasil (movimentos populares, associações de diferentes categorias profissionais, ONGs e instituições de pesquisa) que querem promover a Reforma Urbana, mudando as injustiças sociais das cidades. O Fórum Nacional de Reforma Urbana se fundamenta a partir de três princípios fundamentais: 1. Direito à Cidade (entendendo que todos os moradores da cidade têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à

---

<sup>13</sup> “Saiba mais sobre os movimentos”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 27 de abril de 2006.

informação); 2. Gestão Democrática das Cidades (incentivo da participação dos cidadãos nas decisões políticas e controle das ações dos governos, como por exemplo, o estímulo da participação popular nos conselhos municipais); 3. Função Social da Cidade e da Propriedade (entende-se com isso que tanto a cidade quanto a propriedade devem atender primeiramente aos interesses coletivos das grandes majorias)<sup>14</sup>.

Por fim, temos a Frente de Luta por Moradia (FLM), fundada no ano de 2003, composta por movimentos dissidentes da União dos Movimentos de Moradia. No ano de 2008, a FLM congregava um total de doze movimentos.

#### A Frente de Luta por Moradia

*(...) é um coletivo de luta por moradia, constituído de representação de movimentos autônomos que somam esforços para conquistar projetos habitacionais. Embora esteja assegurada a autonomia de cada movimento, seus procedimentos não podem ser incompatíveis com os princípios gerais da Frente (Documento elaborado por Manoel Del Rio: Luta pelo direito à cidade. FLM – Frente de Luta por Moradia).*

#### **Cronologia da criação das principais associações e movimentos dos sem-teto na Grande São Paulo e associações nacionais**

1982	Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
1987	União de Movimento de Moradia de São Paulo (UMMSP) União Nacional por Moradia Popular (UNMP) Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
1988	Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM)
1991	Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)
1993	Central de Movimentos Populares (CMP)
De 1993 a 1997	Fórum dos Cortiços
1997	Movimento de Moradia do Centro (MMC) Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
2000	Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)
2003	Frente de Luta por Moradia (FLM)

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura de documentos oficiais das entidades e da imprensa.

<sup>14</sup> Disponível em: [www.forumreformaurbana.org.br/reforma/pagina.php?id=733](http://www.forumreformaurbana.org.br/reforma/pagina.php?id=733). Acessado em janeiro de 2010.

## 1. 2 A emergência dos movimentos dos sem-teto em São Paulo

Obras importantes referentes aos movimentos de moradia brasileiros, tais como *Movimentos sociais e lutas pela moradia*, de Maria da Glória Gohn, e *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de Ana Maria Doimo, descrevem os diferentes tipos de luta popular por moradia. No entanto, tais obras não descrevem os movimentos dos sem-teto. Isso acontece porque a luta dos sem-teto se constitui nos moldes atuais – ocupações de prédios vazios no centro da cidade organizadas por movimentos sociais urbanos – durante a década de noventa e as respectivas obras são datadas do início dos anos 90, mais precisamente de 1991<sup>15</sup>.

É inegável que os sem-teto de hoje têm suas raízes nas lutas sociais urbanas travadas nas décadas anteriores. Além do importante legado deixado pelos movimentos de moradia das décadas passadas a respeito do conhecimento processual (“savoir-faire”) sobre organizar-se e pressionar os governos para que suas reivindicações sejam atendidas, podemos dizer que uma outra importante herança deixada aos movimentos dos sem-teto de hoje são os apoios políticos com os quais eles têm podido contar - citamos aqui os partidos políticos, principalmente o PT, e setores progressistas da Igreja Católica.

Acreditamos que os movimentos dos sem-teto da década de 90, apesar de possuírem fortes ligações com os movimentos de moradia da década de 70 e 80, inovam em alguns aspectos. Essa inovação vem principalmente da forma de ação radical destes movimentos, a saber, a realização de ocupações de prédios vazios no centro da cidade denunciando a situação de desigualdade social e o aumento da especulação imobiliária. Diante do processo crescente de esvaziamento do centro com milhares de imóveis abandonados, os sem-teto travam uma luta para que haja um processo de re-ocupação destes imóveis de modo a diminuir o déficit habitacional na cidade. Percebemos assim uma “dupla” inovação: referente ao método de luta (luta direta com a realização organizada de ocupações de edifícios) e ao conteúdo da reivindicação (o direito à cidade, mais especificamente o direito ao centro da cidade).

---

<sup>15</sup> Apesar de Doimo mencionar os moradores de cortiços e as ocupações, a autora não faz uma exposição detalhada desse tema, deixando em aberto a análise acerca dos movimentos dos sem-teto. Acreditamos que a grande contribuição da autora para os estudos dos movimentos de moradia é o destaque que ela dá para a influência da Igreja em tal movimento.

De acordo com Frúgoli Jr (2006 (a): 2):

*(...) um primeiro fenômeno assinalável diz respeito a vários movimentos de luta por moradia que vieram, a partir do final dos anos 1990, a promover dezenas de ocupações de edifícios da área central, para adotá-los como local de resistência ou pressionar politicamente os poderes públicos, pelo atendimento de suas demandas. Tais ocupações passaram a representar, do ponto de vista territorial, um novo tipo de demanda das classes populares, já que nas últimas décadas as principais formas de ocupação para moradia vinham ocorrendo nas áreas periféricas.*

Defendemos que, também na periferia, há um movimento de moradia de novo tipo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). As ocupações realizadas por esses sem-teto diferem das ocupações tradicionais dos movimentos de moradia, já que tal movimento, o Trabalhadores Sem-Teto, definiu seu modo de agir a partir das estratégias de ocupações e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

As ocupações servem como moradia provisória para muita gente que não tem onde morar e mais, de acordo com algumas lideranças dos movimentos, a ocupação é a maneira encontrada pelos sem-teto de serem enxergados e ouvidos.

*“Os pobres do centro vêm demonstrando que têm voz para falar e gritar, que têm força para lutar e organização para fazer valer seus direitos. Assim, não haveria outra forma do Movimento ser ouvido, enxergado ou percebido. Estas formas de organização foram primeiro reconhecidas entre as entidades, depois pela cidade, pelo estado, pelo país e hoje é reconhecida internacionalmente” (Barbosa e Pita, 2006)*

A nomenclatura dos movimentos atuais, ao se denominarem movimentos dos “sem-teto” e em outros casos “trabalhadores sem-teto”, indica que a luta pela moradia é travada por aqueles trabalhadores que estão sem moradia, denunciando assim a precária situação econômica das pessoas que participam de tais movimentos. Como uma liderança de um dos movimentos já destacou: “(...) além dos moradores de cortiço, todos aqueles que pagam aluguel, que não têm casa própria e que moram em “albergue” seriam sem-teto” (Frúgoli Jr, 2006 (b): 8).



Ser sem-teto hoje é fazer parte de uma determinada categoria social, é contribuir para uma construção identitária que se dá no cotidiano da luta pela moradia e, portanto, na militância dos movimentos dos sem-teto. Diríamos então que o trabalhador sem-teto se define não apenas por ser uma pessoa com uma condição socioeconômico desfavorável e não possuir uma moradia, mas também pela sua ação política, por estar participando de um movimento que tem como reivindicação principal a conquista de uma moradia<sup>16</sup>. Portanto, o conceito que utilizamos aqui de sem-teto deve ser entendido em sua dimensão política e econômica, o sem-teto é fruto de condições objetivas, mas só pode ser entendido em sua amplitude quando pensamos em sua constituição enquanto agente político.

#### *Os movimentos sem-teto do centro*

De acordo com Gohn (2008) a luta popular mais abrangente da década de 80 foi a da moradia. A intensificação das organizações de movimentos pela melhoria da moradia na região central da cidade de São Paulo se deu em meados da década de 80. As pessoas que viviam nos cortiços (local onde o aluguel é alto e as condições de habitabilidade são péssimas) começaram a se organizar para lutar contra as taxas abusivas de aluguel, Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), água e luz, também lutavam contra os despejos e a violência contra o povo encortiçado. Essas lutas eram fortemente apoiadas pelos setores progressistas da Igreja Católica.

Assim se formaram diversos grupos nos diferentes bairros centrais da cidade: Luz, Pari, Liberdade, Canindé, Mooca, Belém, Tatuapé, etc. Apesar da existência de divergências e especificidades entre estes grupos, havia uma grande unidade na luta e foi isto que possibilitou que, em 1991, surgisse a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC). É este movimento que começa a recorrer como forma de luta às ocupações em prédios vazios, públicos ou privados, no centro da cidade de São Paulo.

A Unificação das Luta de Cortiços (ULC) pode ser considerada a matriz dos movimentos dos sem-teto da região central da cidade de São Paulo, pois em seu núcleo

---

<sup>16</sup> Os sem-teto se diferenciam, por exemplo, da população em situação de rua, a qual, muitas vezes, faz com que as demandas de “direito à rua” prevaleçam sobre o “direito à moradia”. Temos assim duas categorias identitárias com distintos posicionamentos com relação ao tema da moradia. Para uma interessante diferenciação entre os sem-teto e a população em situação de rua, ver Frúgoli Jr (2006 (b)). No capítulo 3, analisaremos em mais detalhes as diferenças entre a população em situação de rua e os sem-teto.

encontravam-se diversas lideranças que atualmente se encontram nestes movimentos (Bloch, 2007).

Alguns anos depois, surge o Fórum dos Cortiços, sendo esse uma dissidência da Unificação das Lutas de Cortiços. Dessa maneira, até meados da década de 90 são esses os dois principais movimentos atuantes no centro. O Fórum surge no ano de 1993, mas foi somente no ano de 1997 que foi firmado seu estatuto de criação<sup>17</sup>.

A partir deste período, vão surgindo grupos dissidentes dos movimentos citados anteriormente e dentre estes estão os dois movimentos do centro estudados por nós: Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Como exemplo de dissidentes da ULC temos os Sem-Teto e Catadores de Papelão da Região Central de São Paulo e o Movimento por Moradia do Centro (MMC). Ainda de dentro do Moradia do Centro surge o Movimento de Moradia da Região Central (MMRC). Dos dissidentes do Fórum dos Cortiços temos a Associação dos Moradores Sem-Teto da Região Central, Movimento dos Encortiçados e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).

De acordo com os discursos das lideranças, as principais causas do surgimento de tantos grupos dissidentes se referem às divergências no caráter das ocupações realizadas pelos movimentos. Por ora, ficaremos com esta justificativa e apenas alertamos ao leitor que quando analisarmos as orientações político-ideológicas dos diferentes movimentos podem aparecer outras razões para esses constantes “rachas”.

#### *Movimento de Moradia do Centro (MMC)*

A partir de nossas conversas com lideranças do Moradia do Centro, parece que este movimento já possuía um grupo definido ainda mesmo quando pertencia a Unificação das Lutas de Cortiços. O Movimento de Moradia do Centro era composto pelos seguintes grupos que lutavam nos cortiços nos anos 80: Luz, Pari, Canindé, Bom Retiro, Liberdade, Santa Cecília e Catadores.

No ano de 1997, tem-se uma importante ocupação em um prédio na Rua do Carmo, na região central da cidade de São Paulo, organizado pela Unificação das Lutas de

---

<sup>17</sup> Disponível em: [www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=98:regiao-central-g-forum-dos-corticicos&catid=74:movimentos-da-capital&Itemid=76](http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98:regiao-central-g-forum-dos-corticicos&catid=74:movimentos-da-capital&Itemid=76). Acessado em dezembro de 2009.

Cortiços (ULC). Os fatos decorrentes desta ocupação foram definitivos para a separação do Moradia do Centro e da ULC.

De acordo com Gegê, coordenador político do Moradia do Centro, as divergências entre os dois movimentos se davam em torno de questões relativas à organização do movimento e formas de ação, o que perpassa pela temática das próprias ocupações. Enquanto o grupo que viria a se consolidar no Moradia do Centro apoiava fortemente as ocupações em prédios públicos, por exemplo da CDHU, a Unificação das Lutas de Cortiços sempre optava pela realização de atos, ao invés de ocupações.

Em dezembro de 1997, o Moradia do Centro realizou a ocupação de um prédio vazio pertencente à Secretaria Estadual da Cultura, na Rua do Ouvidor e assim declarou a sua independência e autonomia frente a Unificação das Lutas de Cortiço. Esta ocupação durou quase oito anos, mantendo-se até 2005. O seu desfecho foi considerado como uma derrota dos movimentos da região central. O prédio foi desocupado e até hoje permanece vazio. Nas palavras de Gegê era “a ocupação símbolo de organização”, pois lá existiram várias experiências de vivência coletiva.

O Moradia do Centro está filiado à União dos Movimentos de Moradia (UMM) de São Paulo, a entidade mãe dos movimentos de moradia que é reconhecida nacionalmente e internacionalmente. A UMM, por sua vez, está filiada à Central dos movimentos Populares (CMP), esta foi criada em 1993. Ambas as instituições às quais o Movimento de Moradia do Centro está filiado foram descritas anteriormente.

#### *Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*

No ano 2000, tivemos a fundação do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), resultado de um grupo dissidente do Fórum dos Cortiços. O “racha” se dá, mais uma vez, porque havia o impasse entre dois grupos: os que eram contra e os que eram a favor da realização de ocupações de imóveis vazios e a sua utilização como moradia para os sem-teto

Solange, uma importante liderança do Sem-Teto do Centro, ao contar como nasceu o movimento destaca: “(...)tivemos uma divergência com a Verônica Kroll, que continua

*no Fórum, sobre como fazer a luta. Ela estava no gabinete de Henrique Pacheco<sup>18</sup>, não queria mais fazer ocupação. Aí nós nos separamos”<sup>19</sup>.*

Por outro lado, a justificativa de Verônica era a de que muitas ocupações se transformavam em “depósitos de gente”, em grandes cortiços com a diferença de que não era preciso pagar aluguel. “Eram moradias provisórias e precárias, sempre ameaçadas por ações de despejo, com constantes casos de violência e de controle pelo tráfico de drogas” (Bloch, 2007: 370), de modo que tudo isso causava muito desgaste nos movimentos. O Fórum dos Cortiços faz então uma reavaliação da estratégia de luta e acaba optando pela realização de “ocupações breves, com duração de poucos dias, para dar visibilidade para a questão da moradia e pressionar o poder público” (Bloch, 2007: 370).

Diferentemente do Moradia do Centro que parecia já ter um grupo definido mesmo quando estava dentro da ULC, o Sem-teto do Centro quando sai do Fórum é que reúne alguns dissidentes e cria novas lideranças, as quais são majoritariamente mulheres, e assim funda-se o Movimento Sem-teto do Centro (MSTC).

Uma das primeiras ocupações do Sem-Teto do Centro aconteceu em agosto de 2000, em um hospital na zona leste. Quando a imprensa chega para fazer uma reportagem e pergunta qual movimento era o responsável pela aquela ocupação, surge a necessidade do nome.

*Falamos que éramos um movimento sem-teto do centro da cidade, falávamos de movimento sem-teto, mas não tinha ainda aquela sigla. Aí ele (o jornalista) colocou no jornal que o MSTC ocupava o hospital. É movimento Sem-Teto do Centro porque as famílias vinham, em sua maioria, do centro. E a vila formosa (onde se localizava o hospital ocupado) fica um pouco no centro também. Porque quando a gente fala em centro, a gente fala em bairros que têm capacidade de se morar, que têm infra-estrutura, banco, loja, escola, hospital, que têm tudo. Então hoje existem vários centros em São Paulo. (Solange, liderança do MSTC. Disponível em: [www.ocupacaoprestesmaia.zip.net](http://www.ocupacaoprestesmaia.zip.net))*

---

<sup>18</sup> Henrique Pacheco era na época deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 2001, o deputado tinha ainda mais três lideranças dos movimentos dos sem-teto de São Paulo entre seus cargos de confiança. In: “Político paga R\$5,3 mil a líder sem-teto”. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u41664.shtml>. Acessado em dezembro de 2009.

<sup>19</sup> BREDÁ, Tadeu. “Não queremos nada de graça do governo”. Entrevista realizada com Solange Carvalho, liderança do MSTC. 2006. Disponível em: [www.ocupacaoprestesmaia.zip.net](http://www.ocupacaoprestesmaia.zip.net)

O primeiro boletim do movimento, datado de agosto de 2000, aparece com o nome de Movimento Sem-Teto dos Cortiços com a sigla MSTC. Já no boletim seguinte, em novembro de 2000, o nome se modifica pra Movimento Sem-teto do Centro, permanecendo com a mesma sigla (o “C” referindo-se agora ao *centro* e não mais aos *cortiços*). E é este nome que se mantém até hoje.

O Sem-Teto do Centro era filiado inicialmente a UMM, porém foi “convidado a se retirar” desta entidade. Esse fato é justificado pelas lideranças do movimento como sendo, mais uma vez, divergências no que se refere à realização de ocupações. Assim, em 2003, o Sem-Teto do Centro juntamente com alguns outros movimentos fundam a Frente de Luta por Moradia.

#### *Os movimentos sem-teto da periferia: o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)*

Diferentemente dos movimentos do centro, o Trabalhadores Sem-Teto realiza a ocupação de terrenos (e não prédios) na periferia das cidades da Grande São Paulo e aí fazem acampamentos, parecidos com os realizados pelos sem-terra. Aliás, O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) emerge claramente de um esforço de organização e ampliação da luta travada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST):

*O MST, movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida. Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. Estes companheiros começaram então a trabalhar pela construção de um movimento que juntasse as duas lutas na mesma bandeira e então nasceu o MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. (Cartilha do Militante, n°1, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). São Paulo, 2005. Disponível em: [www.mtst.info](http://www.mtst.info))*

As razões para todo este interesse do MST nas lutas urbanas são entendidas de diferentes maneiras, de acordo com as distintas lideranças. Uns dizem que diante da mudança do perfil da população camponesa, do aumento do êxodo rural e da concentração da vida nas cidades uma alternativa para o fortalecimento da luta do campo pudesse ser realizada com a participação dos marginalizados da cidade. Outros afirmam que a luta pela reforma agrária e a reforma urbana deveriam ser travadas juntamente, daí a necessidade da criação de um movimento na cidade que pudesse fortalecer a luta. Ainda tem os que dizem que a proposta de criação do Trabalhadores Sem-Teto foi uma alternativa diante da necessidade de redefinir a linha de ação do MST, na região do Pontal de Paranapanema, no estado de São Paulo, frente à mudança de orientação política do governo do estado no enfrentamento do conflito fundiário. Lima (2004: 142) sintetiza isto da seguinte maneira: “O MTST aparece, na fala de lideranças, no âmbito de uma estratégia maior, que visa a articulação entre movimentos urbanos e o MST e, por vezes, como processo de organização que apoiaria, de imediato, o fortalecimento do próprio MST”<sup>20</sup>.

Assim, diferentemente dos movimentos dos sem-teto do centro que nascem de uma reivindicação, a saber, a moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é criado por um outro movimento e com o intuito de não lutar somente por moradia, mas sim ter uma plataforma reivindicativa ampliada. O Trabalhadores Sem-Teto deveria ser, portanto, um movimento social urbano em um sentido mais amplo. No entanto, a questão da habitação acaba se tornando o centro das preocupações e isto é usado pelo movimento como estratégia para ir se organizando e ampliando um processo de formação política.

*(...) o MTST não é um movimento de moradia, mas um movimento que, a partir da luta pela moradia, se organiza para o enfrentamento das dificuldades que afetam as massas excluídas. Assim, nossos objetivos não são corporativos, ainda que saibamos da importância do interesse corporativo das massas nas transformações sociais. A luta passa por ele, mas não esgota-se nele. (Texto elaborado pelo MTST para Periferia do Capital de Poder Popular – caderno de debates, da Conferência Política, out/2006, citado em Pinheiro, 2007/2008)*

---

<sup>20</sup> Sabe-se que no decorrer dos anos o Trabalhadores Sem-Teto se torna cada vez mais independente do MST, embora ainda permaneçam fortes laços entre os dois movimentos. Comentaremos melhor a respeito quando abordarmos a questão da orientação político-ideológica do movimento.

O Trabalhadores Sem-Teto surgiu em Campinas no ano de 1997 e, depois, foi se consolidando em outras cidades e outros estados. Mas é fato que a organização maior deste movimento está no estado de São Paulo e, principalmente, na região metropolitana da cidade de São Paulo (Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Itapeverica da Serra, Taboão da Serra e outros).

Em fevereiro de 1997, o movimento coordenou uma grande ocupação que foi muito bem sucedida dando origem aos bairros Parque Oziel<sup>21</sup> e Jardim Monte Cristo que hoje contam com cerca de 25 mil pessoas.

Após a realização desta ocupação na cidade de Campinas, os militantes sem-teto deste movimento, com a intenção de aprender melhor a dinâmica das lutas para construir um movimento urbano, vão para o campo aprender algumas táticas com o MST.

Assim, em 2000, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) se encontrava fortalecido e articulado e, enfim, realizou uma experiência de ocupação na Grande São Paulo que culminou no acampamento Anita Garibaldi, o qual reuniu 3200 famílias em um terreno de 113 hectares na cidade de Guarulhos. Após muitas lutas e conflitos, o movimento conseguiu negociações com os governos e hoje “o Anita” – como o acampamento Anita Garibaldi é chamado pelos sem-teto - é, na verdade, um grande bairro da cidade de Guarulhos. O movimento continua presente entre as famílias da região, organizando lutas em torno de melhorias de infra-estrutura e oferta de serviços naquele bairro. O último Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, que aconteceu em maio de 2009, foi realizado no bairro Anita Garibaldi.

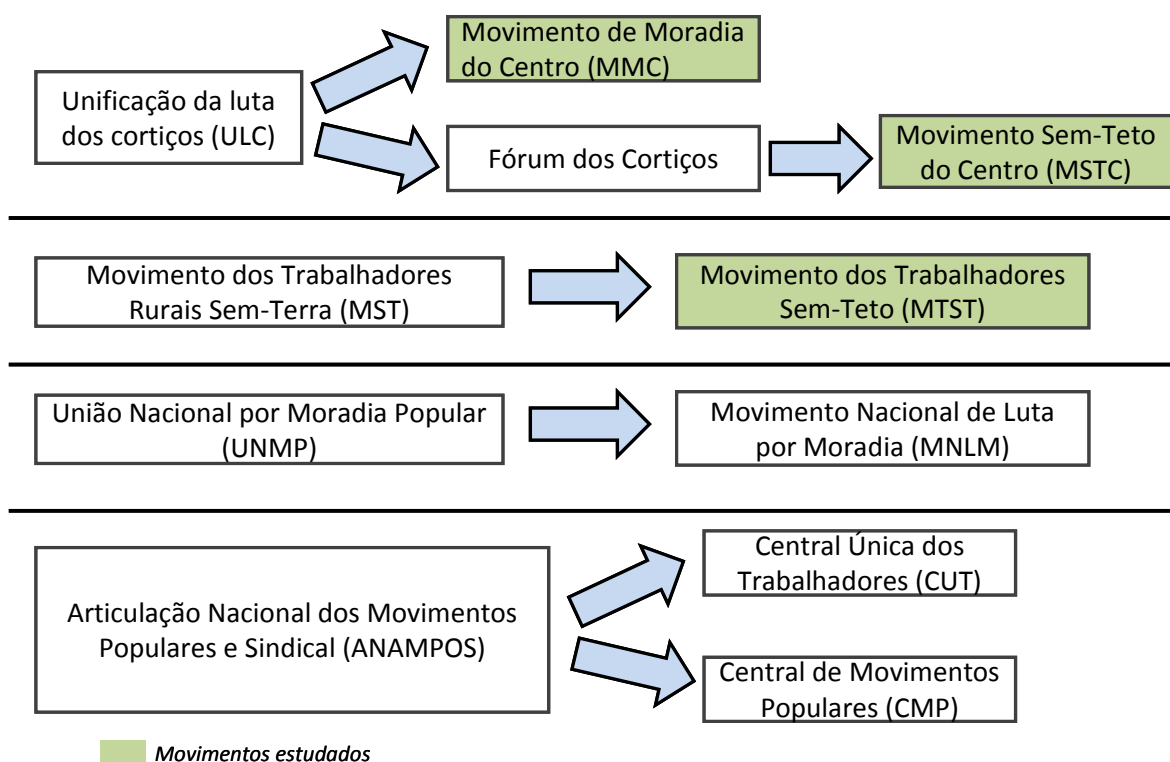
O Trabalhadores Sem-Teto não está filiado a nenhuma outra instituição ou movimento, diferentemente do que acontece com os movimentos do centro como mencionamos anteriormente.

A seguir, elaboramos diagramas que sintetizam as informações contidas neste capítulo a respeito das trajetórias das entidades e dissidências existentes entre os diferentes movimentos dos sem-teto e sobre as instituições e entidades às quais os movimentos se encontram filiados.

---

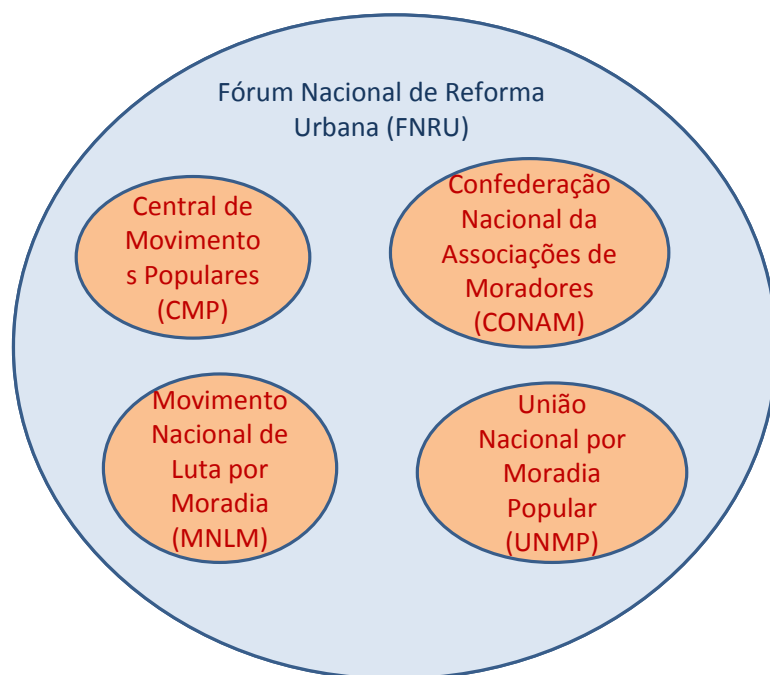
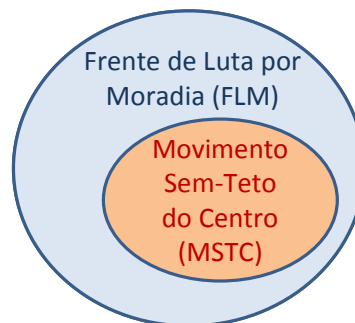
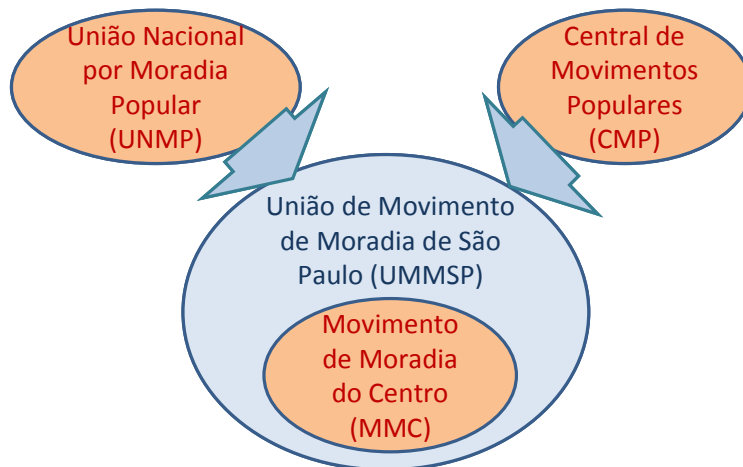
<sup>21</sup> O nome do bairro é uma homenagem ao sem-terra Oziel da Silva, um dos 19 mortos em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, durante confronto com a polícia militar.

## Trajetória das Entidades





## Filiações das Entidades



## **Capítulo 2 – Os movimentos dos sem-teto do centro e da periferia**

### **2.1 A segregação na cidade: centro e periferia**

A segregação sócio-espacial entendida enquanto diferenciação social e espacial determinada por níveis de renda e espacialidades residenciais pode ser bem exemplificada pelo seguinte quadro, o qual por sua vez é grande conhecido dos brasileiros: de um lado, uma favela repleta de moradias precárias e sem infra-estrutura, do outro lado, um condomínio muito luxuoso com toda infra-estrutura possível e tecnologias de ponta, inclusive no que se refere ao quesito segurança. Na favela, provavelmente estarão as empregadas domésticas, no condomínio fechado, suas patroas.

De acordo com Castells (1975), a distribuição das residências no espaço segue a mesma lógica da distribuição de produtos entre os diferentes agentes pertencentes a diferentes classes sociais. Assim, a discussão compreende dois conceitos que se encontram interligados: o de estratificação e segregação urbana.

O conceito de estratificação urbana ao se relacionar ao sistema de estratificação social, fornece a dimensão de um arranjo hierárquico e uma divisão desigual do poder, da riqueza e do próprio espaço urbano entre os agentes. Já a segregação urbana é a expressão espacial da distância social existente entre os agentes das diferentes classes sociais. Segundo Flávio Villaça (1998: 142), a “(...) segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Posteriormente, este autor demonstra que a distância física entre os bairros dominados por diferentes classes não é relevante para o conceito de segregação. Isso porque é muito comum termos lado a lado, em uma mesma região da cidade, um condomínio de alto padrão em que seus moradores possuem alta renda e há anos saíram dos centros das cidades e, ao lado, a existência de favelas ou bairros periféricos pobres (sem infra-estrutura, sem segurança e sem acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo). Portanto, a inexistência da distância física entre espaços tão diferenciados não significa que a segregação tenha acabado e que tenha ocorrido uma democratização na distribuição espacial da cidade. Neste sentido, “(...) a sedução fácil de uma teoria de

convivência harmoniosa e divertida é negada, entretanto, pela geografia socioeconômica” (Rolnik, 2003: 45).

Para Villaça a segregação deve ser considerada como um processo necessário para a manutenção da dominação através do espaço urbano de uma classe sobre a outra. Isso porque se há uma concentração espacial das classes dominantes, o poder público pode, por exemplo, viabilizar para esta área, com mais facilidade, uma série de aparelhos que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas. O exemplo citado por Villaça é o do quadrante sudoeste da cidade de São Paulo. Apesar de a população deste quadrante ser minoritária em relação ao total da cidade, ela possui um poder político maior e padrões urbanos e ambientais muito melhores do que a maior parte da população da capital paulista. Nesta região há um bom sistema viário, linhas de metrô, ZER (Zonas Exclusivamente Residências) e a predominância de áreas verdes e arborizadas viabilizando climas mais amenos<sup>22</sup>.

Quando os problemas habitacionais passam a se intensificar nas grandes cidades brasileiras, o Estado, através dos inúmeros governos, tenta resolvê-los com a expansão horizontal ilimitada da cidade, possibilitando aos trabalhadores pobres a compra, mesmo com um salário baixo, de terrenos e a construção de suas casas na periferia. No entanto, esta expansão horizontal e periferização das cidades reforçaram a segregação urbana. Em São Paulo, por exemplo:

*A política habitacional praticada pela Cohab durante as décadas de 70 e 80 foi a construção de imensos conjuntos uniformes e exclusivamente residenciais nas extremas periferias, marcando sua posição limítrofe em relação à cidade existente e segregando de forma explícita e violenta a população ali residente. (...) no extremo leste da cidade, guetos habitacionais sem variedade social ou funcional acabaram funcionando como ponta de lança de uma urbanização feita de loteamentos irregulares e favelas, para aqueles que não tiveram a “sorte” de residir nos conjuntos* (Rolnik, 2003: 50).

---

<sup>22</sup> Tivemos contato com essas idéias de Villaça em uma palestra conferida pelo autor na ocasião do Seminário “Vulnerabilidade social e dinâmica intra-urbana: dimensões, consequências e primeiros resultados da pesquisa domiciliar”, promovido pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO). 27 e 28 de março de 2008, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. A conferência de Villaça foi intitulada de “A segregação: processo necessário à dominação através do espaço urbano”.

A segregação espacial é reproduzida pela especulação imobiliária dos capitalistas, especulação que se dá tanto em terrenos periféricos quanto em prédios centrais. No caso da cidade de São Paulo isso é visível e são justamente esses prédios que se encontram vazios, à espera de uma valorização, que a partir da década de 90 começaram a ser ocupados pelos movimentos dos sem-teto.

Castells (1975) fala da deterioração dos prédios das regiões centrais das cidades e da sua dupla utilidade para os proprietários. A primeira utilidade seria que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente da localização central. Logo para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas sim a propriedade do terreno. A outra utilidade se dá em um contexto em que os trabalhadores urbanos mais pobres têm uma escolha limitada no que se refere à habitação, não têm condições de exigir qualidade, daí que o proprietário tem a certeza de encontrar sempre muitos locatários (“exército de reserva em relação à moradia”). A estratégia do proprietário é simples, ele espera uma supervalorização no seu terreno para vendê-lo e enquanto isso vai garantindo uma renda mensal a partir do aluguel pago pelos trabalhadores pobres.

Este tipo de ocupação e de gestão da moradia acelera o processo de deterioração física dos imóveis. As famílias de classe média e alta deixam a região central e vão para o subúrbio, para os condomínios, tão em moda atualmente. Cabendo então para a população de mais baixa renda viver no centro da cidade ou na periferia pobre. A partir disto, tal população possui duas opções dentro das limitações de uma equação complexa, em que as variáveis são dinheiro (ou a falta de), transporte, tempo, qualidade da moradia, dentre outros.

*Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas. Como a frase famosa do arquiteto John Turner, “Moradia é um verbo”. Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para*

*todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse* (Davis, 2006: 39).

Sendo assim, uma das opções é viver na periferia da cidade (conjuntos habitacionais populares, favelas, casas construídas em regime de mutirão, etc) onde os terrenos são mais baratos e livres, ao menos em parte, da especulação imobiliária. Porém, em tal região, a infra-estrutura urbana é de péssima qualidade, além do que o caminho casa / local de trabalho é muito distante e o transporte é caro. A outra possibilidade de localidade de moradia da classe trabalhadora de baixa renda é a região central. Aqui, apesar de a casa estar mais perto do trabalho, o preço do aluguel de um quarto minúsculo é muito caro e a deterioração física dos prédios centrais faz com que a qualidade habitacional seja baixíssima, vide o exemplo dos cortiços. Percebemos assim que apesar de encontrarmos na periferia bairros pobres e, ainda, os bairros dos pobres, no centro das grandes metrópoles também há trabalhadores pobres e populações em situação de moradia precária.

Geralmente, a população que não possui moradia digna também tem dificuldade em se alimentar bem, além de estar desprovida de saúde e educação adequada, entre outras carências. Rolnik (2003) coloca esta discussão em outros termos. Ela defende a idéia da existência de uma sobreposição das diversas dimensões da exclusão que incidem sobre a mesma população. A autora sustenta que no decorrer dos últimos anos essa sobreposição das diferentes faces da exclusão só aumenta e que as possibilidades reais de superação dessas vulnerabilidades são extremamente limitadas.

*Na última década acelerou-se o motor da exclusão. Hoje são 2 milhões os favelados na cidade (de São Paulo), representando um recorde histórico de 20% da população; mais de 1 milhão de pessoas na faixa etária dos 18 anos aos 24 anos está sem estudo e sem trabalho na cidade* (Rolnik, 2003: 67).

Para evitarmos o conceito problemático de exclusão, preferimos falar aqui de uma sobreposição de carências ou vulnerabilidades<sup>23</sup>.

A partir da nossa observação de campo realizada na região central da cidade de São Paulo, podemos dizer que a sobreposição de carências não é uma particularidade da

---

<sup>23</sup> Apontaremos os problemas do conceito de exclusão social no capítulo 3, momento em que apresentaremos os sem-teto como membro da massa marginal e não como excluídos do sistema capitalista.

população periférica. A questão não se refere à periferia ou ao centro, mas sim à pobreza. Isto ajuda a desmistificar a idéia de que os trabalhadores pobres que vivem no centro estão bem. Eles não estão. Eles possuem baixa escolaridade, precariedade das condições habitacionais, alta mortalidade infantil, altos índices de homicídios, etc.

Temos que ter claro que os pobres sempre passam por privações e se encontram muitas vezes vulneráveis não porque moram aqui ou ali, mas porque pertencem à classe trabalhadora e mais especificamente a uma fração dessa classe que se encontra na pobreza ou extrema pobreza. E se essas frações de classe são miseráveis, possibilitando aos capitalistas maior valorização de capital, temos aqui simplesmente o funcionamento da lei geral da acumulação de capital detectada por Marx (Marx, 1983).

Encontramos trabalhadores pobres, que não estão assegurados de seus direitos sociais (no nosso caso, a moradia), tanto na região periférica quanto na central da cidade, no entanto, existem diferenças importantes e especificidades ao se lutar pelo solo urbano no território do “filé mignon imobiliário” (região central) e na região periférica da cidade. Estamos querendo dizer que se, por um lado, não faz sentido se falar de centro versus periferia, entendendo o centro como um território rico e onde as pessoas possuem boa qualidade de vida e moradia digna, e a periferia, no sentido de ser um local ruim, com más condições de vida; por outro lado, faz sentido sim falar em segregação urbana e ainda diferenciar a luta pela moradia no centro e na periferia da cidade.

## **2.2 Os movimentos dos sem-teto no território: a Grande São Paulo**

### *Por que lutar pela moradia no centro da cidade?*

Os movimentos dos sem-teto que atuam na região central da cidade lutam por moradia digna no centro e um dos principais argumentos é que a moradia é um direito social previsto na Constituição e, além do direito à moradia, eles também têm o direito à cidade, têm o direito de usufruir de toda a infra-estrutura e oferta de serviços existentes.

A escolha pelo centro é influenciada pela necessidade que os trabalhadores têm de morarem próximos a seus empregos ou próximo de regiões onde é mais fácil de se conseguir um emprego temporário já que grande parte dos sem-teto estão desempregados ou são “fazedores de bico”.

Dentre os sem-teto existem muitos que são camelôs, tendo assim o centro da cidade, principalmente as famosas ruas de comércio como a José Paulino, 25 de março, Santa Ifigênia, o bairro do Bom Retiro, Brás e as proximidades do Mercado Municipal, como um importante lócus de trabalho. Quando visitamos a Ocupação Mauá, organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), localizada na região da Luz, centro da cidade, um dos sem-teto comentava que ali era muito bom de se morar já que ia a pé até a Rua José Paulino onde trabalhava como camelô, vendendo bolsas e outros acessórios. O sem-teto ainda disse que podia voltar para o seu “barraco” (seu quarto dentro do prédio ocupado) para almoçar de modo a economizar algum dinheiro e, depois, podia retornar ao trabalho a pé novamente, economizando o transporte.

Assim como o emprego no centro da cidade está para os adultos, a oportunidade de educação e lazer na região central está para muitas das crianças sem-teto. Quando se vive no centro da cidade tem-se aumentada a possibilidade de lazer, como por exemplo, cinema, visita a museus, teatros de rua e outras atividades culturais gratuitas. As chances de maior acesso à educação aumentam, assim como a participação em projetos sociais e culturais.

Uma das lideranças do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Ivaneti Araújo comenta:

*A luta dos sem-teto é uma luta digna pela moradia e, de preferência, no centro da cidade de São Paulo. Digo no centro porque é um local que já tem infra-estrutura e ainda é um lugar onde existe cerca de 300 prédios vazios. Isso é um crime: um prédio vazio lá dentro, e pessoas dormindo do lado de fora.*

*Dizem que a cidade de São Paulo não é para trabalhador de baixa renda. Mas como podem existir trabalhos como o de empregada doméstica, pedreiros, “boys”, se não existir nestas cidades os trabalhadores?*

*Se estes trabalhadores podem trabalhar na cidade de São Paulo, por que não podem morar? Por que têm que morar longe? Pegar trem, metrô e ônibus para poder chegar ao trabalho?*

*A moradia é um direito que está assegurado no artigo sexto da Constituição. Mas também não adianta construir prédios onde Judas perdeu as meias, porque como costume dizer, as botas já ficaram bem pra lá... Prédios no centro fica mais barato, pois a construção de prédios em áreas não*

*urbanizadas logo terá que levar infra-estrutura para estes lugares ... isso é mais caro*<sup>24</sup>.

Além da questão do emprego para os adultos, a líder dos sem-teto enfatiza que é no centro da cidade que existe uma infra-estrutura adequada, ou seja, as residências são servidas de água, luz, esgoto, asfalto e transporte.

Um outro argumento da defesa da luta para morar no centro se refere à história de vida dos próprios moradores. Se um sem-teto morou em um cortiço, no centro da cidade, grande parte de sua vida, ele tem um sentimento de grande identidade com o local, além de toda a relação de vizinhança. Sendo assim, ele não quer sair daquele bairro. Rosana, uma das coordenadoras de base do Sem-Teto do Centro, comenta conosco:

*Eu sempre vivi nesta região (Santa Cecília) e quero continuar vivendo aqui. Por que eu não posso? Estou esperando minha casa aqui!*

*Eu estava na fila de um programa habitacional, mas o local onde eu iria morar era muito longe. Eu quero continuar morando aqui no centro.* (Entrevista de campo, 1 de junho de 2006)

Se o centro da cidade é um local tão interessante e importante para os trabalhadores sem-teto, ele também o é para os capitalistas imobiliários e aí se tem o acirramento da luta pelo solo urbano. Os capitalistas, como mostramos acima, têm na área central da cidade grande zona de interesse, pois deixam os seus terrenos e prédios a mercê da especulação imobiliária para realizarem negócios extremamente lucrativos. Muitos destes proprietários se encontram inadimplentes em relação ao IPTU do imóvel, chegando a casos extremos em que a dívida de tal imposto supera o valor do próprio edifício e, mesmo nesses casos, o Estado não consegue, na verdade, muitas vezes não se esforça nem se interessa em transformar esses prédios em local de habitação social.

---

<sup>24</sup> Ivaneti Araújo apresenta esta fala no *Seminário: Cidade Ocupada*. Sesc Avenida Paulista. São Paulo. 1 e 2 de junho de 2006.

Quando formos citar as falas dos sem-teto que são retiradas de fontes secundárias, como matérias da grande imprensa, entrevistas publicadas em revistas científicas, ou ainda, discursos proferidos em um evento público, como o seminário citado acima, citaremos o nome do sem-teto que fala e o local em que retiramos a informação. Nos casos em que as entrevistas foram concedidas a nós, durante a pesquisa de campo, optaremos por colocar nomes fictícios, evitando quaisquer tipos de problemas e punições para os sem-teto. Faremos isso porque em algumas ocasiões os sem-teto fornecem opiniões pessoais sobre as lideranças de seu movimento, ora criticam, ora elogiam, apresentam confissões que poderiam prejudicar sua imagem diante dos outros. Lembramos ainda que em alguns casos não gravamos as entrevistas e por isso as falas dos sem-teto foram registradas por escrito, após a conversa, de acordo com nossa memória.



Em relação aos problemas a serem enfrentados no centro, as idéias de Maricato nos ajudam a pensar o assunto. A principal tese desenvolvida pela autora, em *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*, é que existe uma cidade real e uma virtual, uma ilegal e uma legal. A autora se atém a explicitar a dita cidade ilegal, a ocupação de terrenos ilegais e loteamentos clandestinos. Esses locais são os únicos que a parcela de mais baixa renda pode pagar e habitar. E sabe-se que apesar de estas construções estarem em regiões ilegais, tais como: manguezais, áreas de proteção ambiental, ou em regiões de extremo risco, os governos (Executivo e Legislativo) acabam, de uma maneira, ou outra, atendendo parcialmente a demanda das pessoas que vivem nestes locais, levando assim transporte, luz e rede de esgoto aos terrenos ilegais. Em relação ao Judiciário, Maricato (1996:25) apresenta que: “(...) diante do agravamento do conflito urbano, o Poder Judiciário tem aparecido como instância onde se tenta não só fazer cumprir o direito de propriedade, como também não fazê-lo cumprir”. Sendo assim, a questão imediata que se apresenta é a seguinte: “Qual é o critério de aplicação da lei?” Maricato (1996: 26) responde:

*Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferência do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial. É o que se depreende dos dados históricos e da experiência empírica atual. A lei do mercado é mais efetiva do que a norma legal. (grifo nosso)*

Temos então que a conduta do Estado pode ser diferente diante das ocupações das terras da periferia (as menos interessantes para o mercado imobiliário) e as do centro (onde o interesse do capital fundiário é grande).

No que se refere à periferia e, mais especificamente, às áreas que as populações de baixa renda ocupam, sabemos que tais áreas não interessam tanto aos capitalistas, posto que não dão tantos lucros. Assim sendo, a justiça se realiza aqui pela forma como a lei é esquecida e não pela forma como ela é colocada em prática.

Chamamos a atenção para a falsa idéia de que as ocupações realizadas pelos trabalhadores pobres, sem-teto, nos terrenos da periferia da cidade não encontram resistências dos proprietários ou do Estado. Os conflitos existem sim, vide o exemplo das

inúmeras reintegrações de posse que existem nos terrenos periféricos. Mas é fato que é muito mais fácil encontrarmos a construção de conjuntos habitacionais ou o incentivo estatal aos mutirões em regiões periféricas do que nas áreas centrais.

Agora, no que se refere aos terrenos e prédios da região central, ou ainda, outros terrenos que são considerados “filé mignon” imobiliário, a luta é extremamente acirrada. Isso acontece porque há um conflito muito claro entre os interesses dos trabalhadores pobres que querem viver no centro e dos grandes capitalistas. Dessa maneira, fica nas mãos do Estado a resolução deste conflito e, como sabemos, os governantes procuram atenuar os conflitos, sem que com isso deixem de atender aos interesses mais gerais dos detentores de capital.

O acirramento da luta pelo solo urbano também pode ser visto no que se refere aos projetos destinados à dita revitalização do centro da cidade. As políticas propostas pelos governos geralmente atendem aos interesses dos grandes capitais imobiliários, supervalorizando os seus terrenos, construindo grandes centros comerciais e culturais e sendo, muitas vezes, políticas de cunho higienista, impedindo que a população pobre viva nas regiões centrais da cidade. Já o projeto de revitalização do centro dos sem-teto tem como premissa a construção e ampliação de moradia popular no centro da cidade.

É nesta região central, portanto, que temos um campo de batalha (um campo minado) onde atuam muitos movimentos de moradias, com reivindicações diversas e conflitos constantes.

Qual centro se quer? Um “Centro Vivo” ou um “Viva o Centro”?

Aqui fazemos menção a duas associações que se dedicam a recuperação do centro da cidade com propósitos, bases e objetivos distintos e, talvez possamos até dizer, opostos.

Fundada em 1991, a Associação Viva o Centro reúne:

*(...) o capital financeiro, grandes empresas e escritórios de advocacia, lojas comerciais, proprietários de imóveis, etc., além de uma série de técnicos que formalizam em pesquisas, documentos e projetos de intervenção na área central as ideologias das entidades reunidas nesta Associação. A Viva o Centro passou a ocupar um papel de destaque como interlocutora entre as entidades privadas e o poder público em discussões sobre os rumos das intervenções naquela região, com o forte discurso de disciplinar os seus usos, assegurar sua limpeza, segurança, iluminação e acessibilidade, combater o*

*comércio informal, assim como de trabalhar pela requalificação e zeladoria dos espaços públicos.*

*Por outro lado, em 2000, surgiu o Fórum Centro Vivo, reunindo movimentos sociais, vendedores ambulantes, organizações não-governamentais, entidades estudantis, de direitos humanos, de cultura e de arte, coletivos de mídia independente, dentre outros. Em declarada oposição à Associação Viva o Centro, o Fórum Centro Vivo passou a denunciar as políticas que, segundo seus integrantes, fazem daquela região o local “da repressão, da expulsão, da exclusão e da limpeza social” (Neuhold, R., 2008: 3).*

Enquanto a Associação Viva o Centro objetiva uma revitalização do centro, no sentido de recuperação histórica e cultural, com valorização da área e comércio para a população de renda média e alta; o Fórum Centro Vivo, tendo em suas bases movimentos populares, luta para que os trabalhadores pobres possam usufruir de toda a infra-estrutura do centro: desde o local de trabalho para os ambulantes, por exemplo, até a habitação social. Temos assim, de um lado, uma associação que tem em suas bases e compromisso com o capital e, de outro, uma associação que é aliada das classes trabalhadoras<sup>25</sup>.

É, portanto, neste território minado que se encontra a área de atuação dos movimentos dos sem-teto. Temos assim uma luta de frações de classes onde os interesses dos trabalhadores sem-teto são inconciliáveis com os interesses dos capitalistas imobiliários. A luta entre capital e trabalho se apresenta sob a forma da disputa pelo solo urbano. Os sem-teto aprendem que só lutando e se organizando coletivamente é que têm a possibilidade de ter suas reivindicações e direitos atendidos.

Acreditamos que o centro da cidade se define muito mais pelo fato de possuir infra-estrutura disponível, grande quantidade de serviços, maiores possibilidades de emprego, lugar que atrai um grande número de viagens diárias, espaço de grande especulação imobiliária e local de grandes instituições financeiras, do que por ser um espaço geográfico preciso.

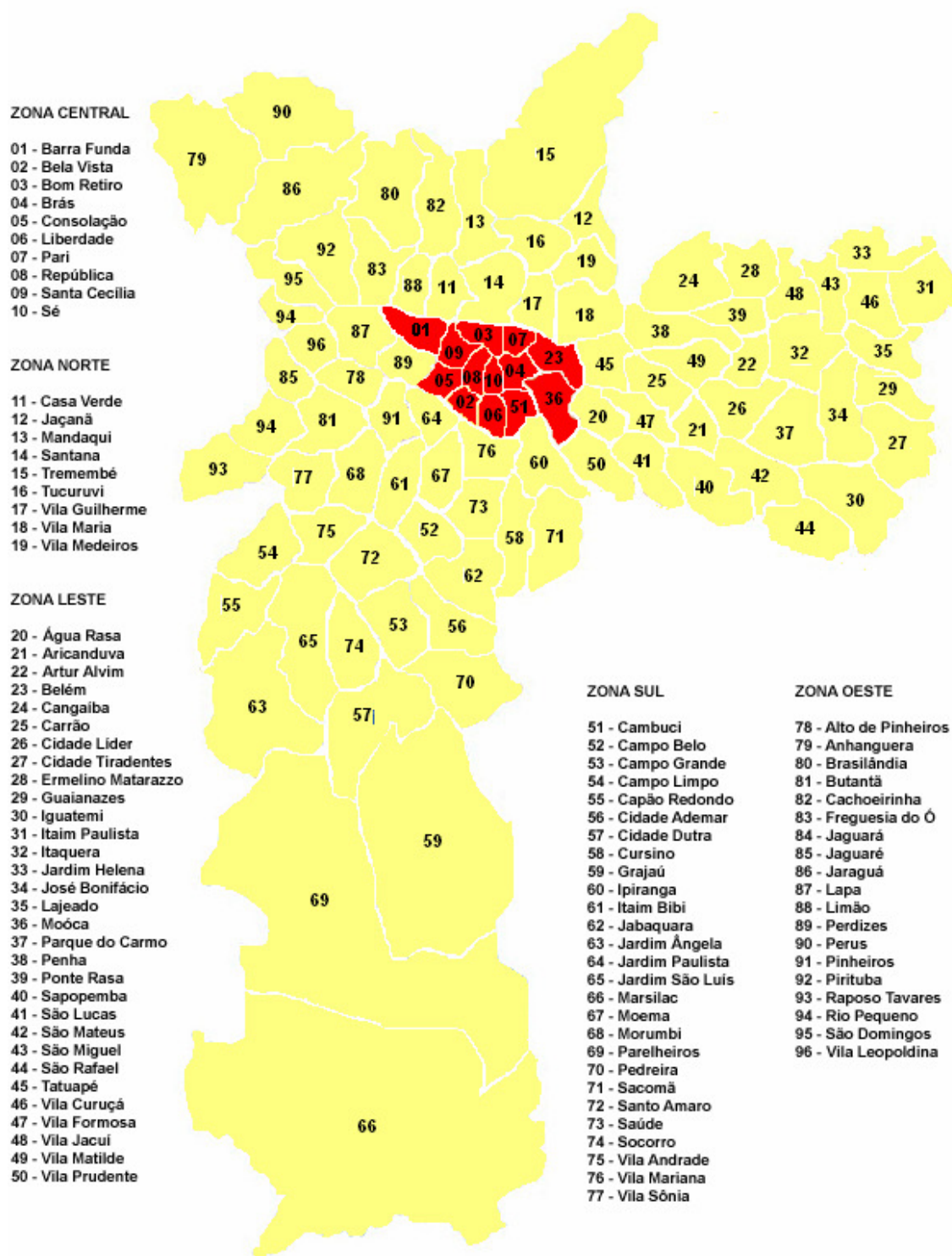
---

<sup>25</sup> O Fórum Centro Vivo publicou uma importante pesquisa sobre a população pobre que vive e trabalha no centro da cidade e sobre os movimentos sociais atuantes nessa região. Esse material foi denominado de “Dossiê Denúncia” já que demonstra a situação de miserabilidade dos trabalhadores pobres, a repressão que sofrem, a criminalização dos movimentos e as ações do governo. O material conta ainda com dossiês de matérias relacionadas a estes temas publicadas em diferentes meios de comunicação. Esse material está disponível em: [www.dossie.centrovivo.org/Main/HomePage](http://www.dossie.centrovivo.org/Main/HomePage).

No entanto, uma delimitação geográfica é importante para dar uma idéia geral ao leitor do espaço em que é travada a luta dos sem-teto. E, para isso, consideraremos centro como sendo sinônimo do local de atuação dos movimentos dos sem-teto da região central, o espaço geográfico que corresponde aos seguintes distritos administrativos da cidade de São Paulo: Sé, República, Mooca, Bela Vista, Santa Cecília, República, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Belém, Liberdade, Consolação e Barra Funda.

No mapa abaixo, deixamos registrado em vermelho o campo de luta dos sem-teto, o local onde acontecem as principais e a maioria das ocupações dos dois movimentos: Moradia do Centro e Sem-Teto do Centro. Isso não significa que não existem ocupações organizadas pelos dois movimentos citados em outros locais da cidade - elas existem sim, como por exemplo, Vila Prudente e Vila Formosa. No entanto, a luta principal travada por esses movimentos é a luta pelo direito a morar no centro da cidade, como as suas nomenclaturas já indicam.

## Mapa do território geográfico de atuação dos movimentos dos sem-teto do centro da cidade de São Paulo



*Por que lutar por moradia na periferia e na divisa das cidades da Grande São Paulo?*

A Região Metropolitana de São Paulo foi criada em 1973, momento em que a expansão da periferia do município já havia provocado a conurbação de São Paulo com vários municípios vizinhos. Apesar de inúmeros órgãos e entidades ligados (transporte metropolitano, planejamento, etc) nunca houve uma gestão metropolitana de fato, não havendo unidade política para se pensar políticas conjuntas e a efetivação dessas.

A Região Metropolitana de São Paulo, também conhecida como “Grande São Paulo”, reúne 39 municípios do estado de São Paulo em intenso processo de conurbação. A Região Metropolitana de São Paulo é dividida nas seguintes regiões ou microrregiões: Capital (São Paulo); Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra); Alto Tietê (Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano); Osasco (Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba); Itapecerica (Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista); Franco da Rocha (Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã)<sup>26</sup>.

A população, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2009, é de cerca de 19,8 milhões de habitantes, o que significa que aproximadamente um em cada dez brasileiros mora nesta área metropolitana.

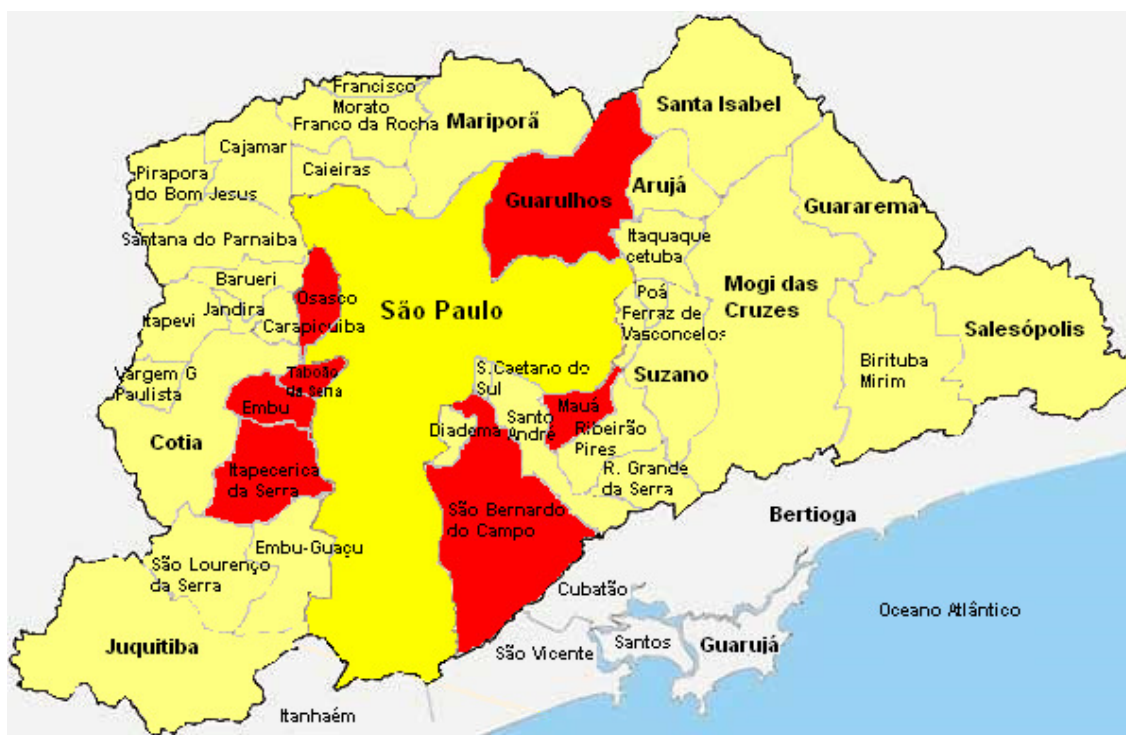
É na região metropolitana de São Paulo onde estão inseridos os três movimentos estudados. Como indicamos anteriormente, há dois movimentos que atuam no centro da cidade de São Paulo e o terceiro movimento, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), realiza ocupações de grandes terrenos na periferia e nas divisas das cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo. Estamos falando aqui de Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Itapecerica da Serra, Taboão da Serra, Embu, Mauá entre outras.

No mapa a seguir as cidades pintadas de vermelho indicam o campo de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

---

<sup>26</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo#Subdivis.C3.B5es](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_S%C3%A3o_Paulo#Subdivis.C3.B5es). Acessado em janeiro de 2010.

**Mapa do território geográfico de atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST): Região Metropolitana de São Paulo**



Enquanto os outros dois movimentos estudados atuam no centro e realizam ocupações nos prédios vazios nas regiões centrais da cidade, o Trabalhadores Sem-Teto faz ocupações em grandes terrenos com a construção de centenas de barracos. Isso irá influenciar diretamente a organização e condução de processo de luta pela moradia.

Os níveis de repressão em relação aos sem-teto e suas ocupações realizadas na cidade de São Paulo sempre foram altos, no entanto, de acordo com os ativistas dos movimentos dos sem-teto, a repressão tem tido aumentado nos últimos. Os governos do estado e do município de São Paulo possuem uma política repressiva conjunta acirrada, dificultando muito a luta direta dos sem-teto e a ocupação dos prédios do centro. A regra a ser seguida pelos policiais no centro da cidade de São Paulo tem sido a de não deixar que os sem-teto realizem ocupações e por isso e para isso diversos meios são considerados legítimos, desde repressão verbal, moral e até física. Muitas das ocupações dos sem-teto nem chegam a se concretizar já que a polícia é logo avisada e rapidamente está pronta para impedir que as ocupações aconteçam.

Enquanto isso, de acordo com Márcio, uma das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, na periferia e divisas da capital com as outras cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), os policiais são orientados a fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.) e repassar o caso para o judiciário. Sendo assim, uma ocupação na periferia teria maior potencial de, ao menos, ser concretizada. Mais uma vez, esclarecemos que isso não significa que na periferia não haja repressão e muitas dificuldades na realização de uma ocupação.

Pois bem, além desta relativa facilidade para a realização de ocupações na periferia, o que motivaria o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto a atuar nas regiões periféricas da região metropolitana?

A escolha deste movimento pela periferia não é aleatória, ela se dá após o diagnóstico de que a região periférica se encontra hoje com poucos ou nenhum trabalho de base por parte das organizações de esquerda. Assim, na tentativa de rearticular a esquerda e a luta de classes na periferia, algumas lideranças organizam os trabalhadores pobres sem-teto em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e de outras organizações criadas pelo próprio Trabalhadores Sem-Teto, como a Associação Periferia Ativa (APA)<sup>27</sup>. De acordo com Márcio, liderança do movimento:

*O que encontramos na periferia atualmente são tráficos, Ongs, policiais e poderes locais, e tudo isso está a fim de reproduzir o sistema, não há aqui a preocupação com transformação social efetiva. A população pobre e periférica está largada pela esquerda. Como as ocupações no centro têm grande visibilidade na mídia, os políticos preferiram se centrar ali, deixando escapar a periferia. É justamente esse quadro que o MTST pretende reverter. (Entrevista de campo, 3 de setembro de 2007)*

A crítica que se faz aqui é que a partir da década de 90 o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que tem sua origem e história imbricada com a dos movimentos sociais, centra suas forças muito mais na luta eleitoral e acaba por abandonar a sua base e principalmente o importante trabalho que realizava nas regiões periféricas das

---

<sup>27</sup> A Associação Periferia Ativa (APA) é um instrumento criado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e algumas outras entidades na tentativa de agregar diversas bandeiras, além da moradia, e desenvolver lutas de acordo com os problemas principais de cada comunidade. Comentaremos mais a respeito da APA quando abordarmos os métodos de luta do Trabalhadores Sem-Teto.



idades através dos núcleos de base, enfraquecendo-os. Daí a idéia de abandono da periferia por parte dos partidos políticos e a necessidade de se rearticular a luta entre a população mais desacolhia e desassistida, população que cresce paulatinamente.

A reivindicação imediata e principal dos três movimentos é semelhante, a saber, uma moradia digna. Os sem-teto não reivindicam que o governo dê a moradia para eles, isto é, não desejam moradia de graça. O que eles reivindicam é que as moradias sejam financiadas de uma maneira compatível com o orçamento familiar dos sem-teto. Os três movimentos dos sem-teto analisados aqui lutam por políticas habitacionais para a população de baixa renda que tem dificuldade de comprovação renda mensal – essa é, portanto uma reivindicação comum. No entanto, existem reivindicações particulares de cada um desses movimentos as quais são influenciadas diretamente por suas orientações políticas ideológicas. Dessa maneira, deixaremos para o capítulo 4 (capítulo onde analisaremos as diferentes orientações político-ideológicas dos movimentos), a descrição mais específica e detalhada das respectivas reivindicações dos movimentos dos sem-teto estudados.

A seguir, na tentativa de responder a questão: “quem são os sem-teto?”, traçaremos uma breve descrição de cada um dos três movimentos dos sem-teto, destacando a organização interna do movimento, sua estruturação, formas de financiamento, o papel das lideranças e a sua relação com a base, métodos e táticas de luta, a relação dos sem-teto com outros movimentos sociais e com a polícia.

## 2.3 Movimento de Moradia do Centro (MMC)<sup>28</sup>



### *Estrutura organizativa*

O Movimento de Moradia do Centro foi um dos movimentos mais conhecidos e atuantes no centro da cidade de São Paulo no final da década de noventa. No entanto, nos últimos anos, a atuação do movimento está reduzida, mas ainda assim o Moradia do Centro pode ser considerado como um dos mais importantes movimentos de luta pela moradia na região central da capital paulista.

Nos três movimentos analisados, podemos perceber que as lideranças possuem um papel de grande importância na organização dos movimentos podendo muitas vezes conferir um caráter personalista a estes. Entretanto, acreditamos que o Movimento de Moradia do Centro é o que mais se apóia em torno de uma figura central. Esta figura é Luis Gonzaga da Silva, conhecido como Gegê.

Em muitas ocasiões, como por exemplo, nos encontros estaduais de movimentos filiados à UMM, quando sem-teto de diferentes movimentos conversam entre si logo vem a identificação do seguinte tipo: "Ah...você é do MMC? É o movimento do Gegê, né?". Essa identificação e relação entre o Movimento Moradia do Centro e o líder Gegê pode ser explicada pela figura carismática dessa liderança, sua história de luta no chamado "novo sindicalismo" do final da década de 70, pela sua participação na fundação do

---

<sup>28</sup>A imagem da bandeira foi retirada do site: [www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/01/371164.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/01/371164.shtml). Acessado em dezembro de 2009.

Partido dos Trabalhadores e seu relacionamento com os governantes petistas de hoje, pela sua atuação na Central de Movimentos Populares, por Gegê ter sido um dos protagonistas da luta pela moradia no centro da cidade de São Paulo e, principalmente, protagonista da própria fundação do Movimento de Moradia do Centro.

Essa dependência do movimento em relação a Gegê traz alguns problemas. Quando esta figura é arranhada pela imprensa, por exemplo, e quando ela se distancia um pouco do dia a dia do movimento, o Moradia do Centro se enfraquece muito. Vide o episódio da tentativa de criminalização do Movimento de Moradia do Centro e do próprio Gegê.

Dentro do contexto de criminalização dos movimentos sociais brasileiros, principalmente os que lutam pela terra e pela moradia, Gegê foi acusado de ter acobertado a fuga de responsáveis por um homicídio ocorrido em agosto de 2002, em uma ocupação organizada inicialmente pelo próprio movimento, na avenida Presidente Wilson. No começo do ano de 2004, Gegê passou 51 dias na prisão até que conseguiu hábeas corpus. Os sem-teto que estavam na ocupação negam que Gegê seja culpado e dizem que isso faz parte de uma estratégia de criminalização e desarticulação do movimento:

*“Ele (Gegê) está sendo perseguido politicamente por lutar pelo povo oprimido, por lutar para que todos tenham uma vida digna. Estou nessa luta porque acredito na inocência dele. Ser pobre e ser negro é sinônimo de ser condenado nesse país. Ele não tem mais liberdade para estar junto ao seu povo”, denuncia Neuma da Silva de Oliveira, companheira dele e integrante do Comitê pela Liberdade do Gegê e contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. (“Polícia Militar reprime movimentos sociais no Brasil, diz relatora da ONU”. In: Carta Maior. Agência de Notícias. 21 de dezembro e 2005. Disponível em: [www.dossie.centrovivo.org/Main/CapituloVIParte4](http://www.dossie.centrovivo.org/Main/CapituloVIParte4). Acessado em dezembro de 2009).*

Em 2005, foi expedido um novo mandado de prisão preventiva e então o líder do Moradia do Centro ficou por meses na clandestinidade, fato que afetou e abalou diretamente o movimento, enfraquecendo-o e reduzindo sua capacidade de organização de ocupações. Depois de algum tempo, Gegê retornou à liderança do movimento e voltou a aparecer publicamente nas manifestações de luta pela moradia, além de se empenhar no trabalho de rearticulação das bases do Moradia do Centro.

As lideranças do Movimento de Moradia do Centro possuem níveis de politização diferenciados e a própria visão a respeito do problema habitacional é diversificada. Isso trará uma grande confusão no momento em que buscaremos definir a orientação político-ideológica do movimento. Essas lideranças também apresentam diferenças no que se refere à idade e nível de escolaridade. Essas diferenças no interior das lideranças não se repetirão nos outros dois movimentos analisados, ou seja, cada movimento com sua especificidade garantirá uma relativa homogeneidade dentro da equipe de líderes.

De acordo com Gabriel, uma das lideranças do movimento, a estrutura hierárquica do Moradia do Centro compreende uma coordenação, que é composta por um presidente (no caso Gegê, que também é coordenador político do movimento), um tesoureiro e mais os coordenadores que são divididos em algumas áreas, dentre as quais se destaca a área de comunicação e a de política. Em seguida, estão os colaboradores, que correspondem àqueles sem-teto que estão nas ocupações organizadas pelo movimento e fazem a “ponte” entre a base e as lideranças. E, por fim, temos os sem-teto da base, que são as famílias cadastradas pelo movimento e que participam ativamente das assembléias e atos.

Apesar do grande esforço demonstrado por algumas lideranças na rearticulação do movimento e no trabalho de base para que as futuras ocupações dos sem-teto sejam mais politizadas, percebemos que a relação entre a base e as lideranças é bem frágil no Movimento de Moradia do Centro. Gabriel, um dos coordenadores, afirma que um dos momentos de maior contato entre os dois estratos do movimento é durante as assembléias mensais e, apesar de a coordenação se encontrar semanalmente na sede do movimento, não há cursos de formação de base com frequência.

Devida a esta frágil relação entre a coordenação do movimento e a sua base, os sem-teto que possuem a posição de colaboradores (descrita anteriormente) passam a assumir um importante papel de “canal de comunicação” entre as lideranças e a base. No entanto, isso pode dar muito poder aos sem-teto que têm as funções de colaboradores já que são eles quem filtram as informações que são passadas de um lado a outro.

Os colaboradores são sempre muito procurados pelos sem-teto das ocupações para resolver alguns problemas como violência doméstica, o cuidado com as crianças, cobrança de pagamento indevido dos barracos dentro das ocupações, etc.

Em um dos dias de nossa visita à Ocupação Lavapés estava havendo uma confusão de que uma mulher, chamada pelos sem-teto que estavam nos acompanhando como “a encrenqueira”, estava cobrando duzentos reais de Dona Graça por ela ter indicado e “dado” um barraco dentro da ocupação para ela. Dona Graça pagou cem reais e disse que não tinha mais dinheiro. Quando fomos à ocupação, estávamos acompanhados de dois dos colaboradores da ocupação e de um coordenador do movimento, por isso, logo que chegamos esse caso foi apresentado às lideranças. Como na ocasião estava um dos coordenadores do movimento presente e devido a sua posição hierárquica diante dos colaboradores, Dona Graça se direcionava mais a ele do que aos outros.

Ao longo dos anos, a sede do Movimento de Moradia do Centro foi mudando de localização, na ocasião do nosso trabalho de campo, ela se encontrava na Rua Nioac, próximo a Praça da Sé, centro da cidade, região onde acontece a maioria das ocupações organizadas pelo movimento.

A atual sede do movimento é uma pequena e antiga casa alugada de modo que não há espaço suficiente para a realização das Assembléias Gerais do movimento. Em 2008, ocasião da nossa pesquisa de campo, as Assembléias aconteciam na Federação Interestadual Coureira, um sindicato de coureiros filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), localizada na Mooca. Esse local era amplo podendo acomodar bem a todos.

As Assembléias acontecem mensalmente com a participação das famílias de sem-teto que freqüentam o movimento. Há uma grande diferença entre número de famílias cadastradas, que são cerca de 600 famílias <sup>29</sup>, e o número de famílias que freqüentam as Assembléias e participam de fato das atividades do movimento.

De acordo com nossa observação em uma das Assembléias, percebemos que quando os sem-teto chegam ao sindicato (espaço onde é realizada a assembléia), eles logo se encaminham a uma fila onde devem assinar a lista de presença e apresentar a contribuição mensal no valor de 3 passagens de ônibus da cidade de São Paulo, isso correspondia na época a um total de R\$6,90 (seis reais e noventa centavos).

---

<sup>29</sup> Este dado é referente ao ano de 2007 e foi retirado do site oficial da União de Movimentos de Moradia (UMM), instituição a qual o movimento está filiado. Disponível em: [www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79:regiao-central-gmmc&catid=74:movimentos-da-capital&Itemid=76](http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79:regiao-central-gmmc&catid=74:movimentos-da-capital&Itemid=76) = article&id=79:regiao-central-gmmc&catid=74:movimentos-da-capital&Itemid=76. Acessado em dezembro de 2009.

Esse valor é considerado relativamente alto para os sem-teto que estão muitas vezes desempregados ou são mal pagos. Como é sabido o valor do transporte público na cidade de São Paulo é muito alto e isso afeta diretamente os trabalhadores sem-teto, os quais tentam sempre economizar o valor de uma passagem com a utilização do Bilhete Único<sup>30</sup>. Isso pôde se observado na fala de Gilberto, uma das lideranças do Moradia do Centro, durante uma das Assembléias em que participamos:

*Ei companheiros, a Assembléia ainda não acabou. Não é para ninguém ir embora ainda. Eu sei que o pessoal ai quer usar o bilhete único para voltar para casa sem pagar, mas olha ai a Assembléia ainda não acabou...* (Anotação de campo, 15 de junho de 2008).

Uma outra coisa a ser notada é que, ao menos na Assembléia em que presenciamos, só fizeram o uso da palavra os coordenadores do Movimento de Moradia do Centro. Os sem-teto da base não falaram nada. E isso não parece ter sido considerado como algo estranho para os sem-teto. Este fato pode indicar que as assembléias são muito mais reuniões formais e informativas e não instiga os sem-teto a uma maior participação ou envolvimento com o movimento. Percebemos assim pouca participação da base nas decisões importantes para o movimento e a concentração de um poder decisório na cúpula do movimento.

A assembléia que presenciamos aconteceu no domingo de 15 de junho de 2008 e quem a dirigiu foi Gegê. Logo no início, esse coordenador leu e explicou a primeira parte do boletim do movimento, boletim que é entregue mensalmente às famílias sem-teto na ocasião das Assembléias Gerais. A intenção da liderança era politizar a base, falar sobre proletariado, luta de classes e transformação social, além é claro de preparar a base para as eleições que aconteceriam em outubro daquele ano.

Acreditamos que o alcance daquelas palavras fora limitado. Observamos que algumas pessoas não prestaram atenção na explicação dada pela liderança e outros ainda não entenderem mesmo o que o coordenador disse. No dia seguinte da Assembléia, realizamos a entrevista com um outro membro da coordenação do movimento, e quando

---

<sup>30</sup> “O Bilhete Único é um sistema de bilhetagem eletrônica que unifica em apenas um sistema, toda a bilhetagem dos meios de transportes, gerando assim benefícios aos seus usuários, tais como as tarifas integradas, onde é concedido desconto ou isenção da tarifa ao se utilizar meios de transporte em seqüência”. O Bilhete Único Comum dá direito ao passageiro de utilizar 4 viagens durante 3 horas. Disponível em: [www.pt.wikipedia.org/wiki/Bilhete\\_%C3%9Anico](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Bilhete_%C3%9Anico). Acessado em dezembro de 2009.

perguntamos a ele o que o coordenador quis dizer com “transformação social”, ou ainda o que ele próprio entendia por isso, a resposta se deu de maneira confusa e desarticulada.

A música utilizada pelo Moradia do Centro é na verdade o canto de algumas músicas que se identificam com a realidade do sem-teto e com a necessidade de luta. Algumas das músicas tocadas e cantadas nos encontros dos sem-teto são: *Cidadão, Pra não dizer que não falei das flores, Mama África*, etc. No dia em que participamos da Assembléia foi colocado uma música de Ana Carolina e Tom Zé, chamada de *Brasil Corrupção*, e um dos coordenadores pegou o microfone e foi explicando a letra para os sem-teto presentes.

Alguns gritos de ordem do movimento são: “*O povo na rua, a luta continua*”, “*Movimento de Moradia do Centro de São Paulo na luta por cidadania e dignidade*”, “*MMC, na luta pra valer*”, entre outros.

Além da contribuição mensal das famílias de sem-teto cadastradas ao movimento, o Moradia do Centro consegue financiamento a partir de vereadores e deputados ligados a partidos políticos de esquerda, onde se destaca o Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento ainda recebe apoio dos setores progressistas da Igreja, como por exemplo, as pastorais sociais, embora essas não tenham mais tantos recursos quanto possuíam antigamente já que a direção da Igreja se encontra em mãos mais conservadoras. E, eventualmente, algumas ONGs estrangeiras ajudam financeiramente o movimento. O dinheiro recebido garante a impressão dos boletins, uma infra-estrutura mínima para a sede do movimento e ainda financiamento para as lideranças se deslocarem de um lado a outro para resolverem os assuntos relacionados ao movimento.

É fato que das centenas de famílias que se juntam para a realização de uma ocupação, muitas delas não conseguirão conquistar a tão sonhada moradia. Isso porque, mesmo que o movimento saia vitorioso nas ocupações, mesmo que consiga resistir às reintegrações de posse e faça negociações para obter financiamentos dos governos, dificilmente haverá moradias para todos aqueles que estão nos prédios ocupados, que enfrentam a polícia e ajudam a organizar a ocupação.

As ocupações quando bem divulgadas e organizadas tem o número de ocupantes aumentado muito de uma semana para a outra, provocando assim uma superlotação no

espaço. De acordo com a entrevista de Gilberto, quando se abriu as portas da Ocupação do Ouvidor para “novos” sem-teto se aproximarem do movimento, realizou-se um número bem alto de cadastros de famílias chegando a quase 600 famílias.

Nos casos em que os sem-teto conseguem entrar em acordo com os governos e são contemplados com programas habitacionais, coloca-se a questão: como escolher quais famílias serão contempladas já que geralmente o número de unidades habitacionais conseguidas são inferiores ao número de famílias sem-teto? Pois bem, como critério de seleção elaborou-se a somatória de pontos. Essa contagem de pontos que é denominada pelos sem-teto como “critério de participação”, foi chamada ironicamente pela Folha de São Paulo como “milhagem” para candidatos a moradia. Essa estratégia é comum aos três movimentos analisados. No Movimento de Moradia do Centro, a contagem de pontos se dá a partir da assinatura na lista de presença nas Assembléias Mensais, da contribuição mensal e da participação em atos e ocupações organizados tanto pelo movimento quanto pelas duas entidades as quais ele é filiado: União de Movimento de Moradia (UMM) e Central de Movimentos Populares (CMP).

A pontuação também ajuda a combater os oportunistas que “pegam carona”. Ao falarmos de “pegar carona”, estamos nos referindo ao conceito de “free-riding”, uma das grandes contribuições de Olson (1999) pra a teoria da escolha racional. Esta idéia reside no fato de que um indivíduo não participa de uma organização, não porque despreza os interesses daquele grupo ou desaprova seu método, mas sim, ele não age porque isso faz parte de uma estratégia de comportamento. O indivíduo racional sabe que poderá usufruir do benefício coletivo produzido pelo tal grupo mesmo com a negligência de sua própria contribuição. Assim sendo, o indivíduo prefere que outros paguem pelos custos e que ele tenha algum benefício participando ou não dos custos.

De fato existem alguns oportunistas que sabendo da existência de uma ocupação vão até lá na esperança de conseguir uma moradia, mesmo que não estejam em uma situação tão miserável quanto a dos sem-teto, mas isto é minoria. Existem ainda algumas famílias que se cadastram no movimento e contribuem com a taxa mensal, mas não participam das outras formas de luta do movimento, como as ocupações e atos, isso porque consideram que as conquistas tiradas dessas lutas beneficiariam todos os sem-teto



do movimento, estariam, portanto, “pegando carona”, no sentido de Olson. Assim, a idéia da contagem dos pontos combateria esses casos.

Existem ainda outros sem-teto que devem ser classificados de outra maneira. Se quisermos chamar de cálculo racionalista até podemos fazê-lo, no entanto, temos que ter claro que muitos sem-teto não participam de grande parte das atividades do movimento não devido ao pensamento de que mesmo se não participarem, conseguirão e compartilharão das conquistas dos outros, mas porque existe uma questão de sobrevivência do trabalhador que é anterior a luta pela moradia. Por exemplo, quando a pessoa consegue um bico, ela certamente aproveita a chance para garantir comida para os seus filhos e aí não participa das atividades dos movimentos. Não foi raro durante nossa observação em campo encontrarmos nos três movimentos esse tipo de problema. Há um dilema entre participar das atividades do movimento e ter a possibilidade de se conseguir uma moradia digna, ou ir trabalhar e garantir a alimentação dos filhos ao menos para aquela semana<sup>31</sup>.

Há casos em que a somatória de pontos não funciona como critério de seleção. Isso acontece quando o governo enquadra as famílias sem-teto nos programas habitacionais existentes, programas que geralmente excluem as famílias mais pobres, aquelas que recebem até 3 salários mínimos. Muitos programas habitacionais exigem uma comprovação de renda mínima para conceder o direito à moradia e os sem-teto por não terem um trabalho registrado, não têm comprovante de renda. Por isso, uma das principais reivindicações dos sem-teto é política habitacional para as famílias de baixa renda e que tenham dificuldade de comprovar essa renda.

Em conversas com os sem-teto eles citaram um outro movimento do centro que exige o pagamento de uma taxa todas as vezes em que existe reunião entre base e

---

<sup>31</sup> Diante disso cabe a crítica de Green e Shapiro (1994) que acreditam que responsabilizar a falta de participação dos indivíduos apenas devido à possibilidade de carona é uma visão muito limitada. Os autores demonstram que muitos indivíduos não participam de manifestações políticas devido a descrença nas instituições, por exemplo.

Acrescentaríamos nessa crítica que o problema da análise de Olson é que não se leva em conta outros elementos que se não a ação racional, que vê no free-riding a justificativa para a não participação em uma organização. Entre o racional (pegar carona) e o irracional (não pegar carona) muitas coisas devem ser consideradas e Olson não o faz. A sua visão estrita e unilateral da racionalidade impede que o autor defina e explique a ação dos indivíduos, levando em conta outros elementos individuais e sociais, como por exemplo, a ideologia, a situação econômica, o contexto histórico-social, a falta de conhecimento, o não saber se organizar, etc.

liderança e usa como critério de seleção o sorteio e não o critério de participação. Esse tipo de conduta faz com que os movimentos se tornem um negócio de venda de moradias para a população de mais baixa renda e os sem-teto sejam na verdade os clientes deste negócio. Vejamos com mais alguns detalhes a história de Dona Márcia, sem-teto base do Movimento de Moradia do Centro, onde poderemos perceber essa situação.

Dona Márcia vivia em um cortiço perto da Rua Frei Caneca com o marido, três filhos e uma cachorra, considerada membro da família. Ela trabalhava como doméstica, sem carteira assinada, mas no momento em que realizamos a entrevista, ela não estava trabalhando, cuidava da casa e dos filhos. Essa senhora disse estar na luta por moradia há seis anos. Primeiramente, ela participava de um dos movimentos de luta pela moradia no centro. Graças a esse movimento Dona Márcia conseguiu deixar o cortiço. Ela obteve um dos apartamentos do prédio do antigo Hotel São Paulo.

Segundo Dona Márcia, este primeiro movimento em que participou pedia muitas contribuições financeiras:

*Tive que dar um salário para poder participar do sorteio para concorrer ao apartamento. Além disso, as contribuições para o movimento eram mais de 10 reais por família e toda vez que tinha reunião, e às vezes tinha reunião de 15 em 15 dias, eu tinha que pagar. (Entrevista de campo, 16 de junho de 2008).*

Dona Márcia participou do sorteio realizado pelo movimento para preencher as vagas liberadas no edifício do antigo Hotel São Paulo. Ela foi sorteada e sua família, composta de cinco membros, foi contemplada para um apartamento de 1 dormitório. No referido edifício existem ainda quitinetes, e apartamentos de 1 e 2 dormitórios.

De acordo com D. Márcia, uma outra mulher teria sido sorteada para um apartamento de 2 dormitórios, mas queria trocar o imóvel. O marido de D. Márcia não quis fazer a troca porque a prestação seria mais cara e ele acreditava que não poderia pagar. O valor da prestação pago pela família de D. Márcia é de R\$ 220 (duzentos e vinte reais) mais o condomínio de R\$130 (cento e trinta reais).

O prédio do antigo Hotel São Paulo foi destinado à habitação de interesse social após muitas lutas. O edifício possui 22 andares em que vivem muitas famílias e ainda pretende-se instalar ali uma creche e um posto de saúde - os três primeiros andares estão reservados para isso. O prédio tem portaria 24h, câmaras de segurança, salão de festa e

fica em frente ao metro Anhangabaú. Dona Márcia diz estar muito contente com a sua casa e ansiosa para terminar de pagá-la.

Diante desta situação, perguntamos a Dona Márcia por que ela continuava a participar de movimentos de moradia se já havia conseguido sua casa e por que saiu do movimento em que estava e começou a participar do Movimento de Moradia do Centro. Ao realizarmos estas questões, pensávamos que ela responderia que continuava a lutar pelas famílias sem-teto já que teria tomado conhecimento de que todos os cidadãos têm direito a moradia e, portanto, lutaria por isso. A resposta não foi bem essa:

*Fui me cadastrar no “movimento do Gegê” porque ele é melhor e não preciso dar nem dez reais por mês.*

*Eu estou lutando, na verdade, por uma casa para o meu primo. Ele tem uma esposa que esta grávida agora e... eles são feirantes e não têm tempo para participar no movimento, por isso, eu vou no lugar deles. (Entrevista de campo, 16 de junho de 2008).*

A participação em atos públicos, também conta pontos e o problema de não participar, por não querer ou não poder, se repete. Participamos de um ato que ocorreu em uma quinta-feira pela manhã, verificando assim uma grande limitação na participação popular. Quem ainda tem um emprego, com horários fixos, não consegue comparecer e participar dos atos, por exemplo.

É aqui que aparecem alguns dos limites dos movimentos dos sem-teto no que se refere a agregar uma grande base para a luta pela moradia. Com o critério de participação e pontuação, os sem-teto que têm mais chances de se beneficiarem da luta dos movimentos são os que estão participando ativamente da luta e, em muitos casos, são os desempregados ou os sem-teto que estão nas ocupações. Um trabalhador, que pode ter um trabalho precário, temporário e mal pago, este trabalhador conseguirá participar apenas das assembléias que ocorrem aos domingos. Essa pessoa estará sempre atrás, com menos pontos. Logo, quando ela percebe esta lógica, muitas vezes, acaba por desistir de participar do movimento.

## *Métodos de Luta:*

### *1. Ocupação*

Antes de prosseguir cabe aqui um esclarecimento sobre o termo “ocupação”. De acordo com os sem-teto usar o termo ocupação é uma posição política para demonstrar que os sem-teto não estão invadindo o que é dos outros no sentido de tomarem algo que alguém usava. Invasão teria muito mais haver com o que os portugueses fizeram no Brasil há mais de quinhentos anos atrás. Esses sim teriam realizado uma invasão, quando aqui habitavam apenas os indígenas, com seus costumes e cultura. Já os sem-teto ocupam os prédios ou terrenos que estão vazios e sem cumprir com a suas funções sociais. Quando a imprensa utiliza o termo invasão é justamente para passar o sentido de transgressão de regra e criminalizar os movimentos. Quando os sem-teto falam de ocupação é justamente para passarem o sentido de sua luta: luta pelo direito à moradia.

As ocupações ocorridas nos prédios centrais da cidade de São Paulo devem ser consideradas como o principal método de luta dos movimentos dos sem-teto na década de 90 e início dos anos 2000.

Em relação à ocupação ser mais fácil em imóveis públicos ou privados, Gilberto diz que isso depende da conjuntura. Se um governo está mais aberto ao diálogo, neste caso, a ocupação em prédios públicos pode facilitar as negociações, no entanto, se o governo for anti-popular e intransigente, a ocupação pode ser duramente reprimida. No entanto, Gilberto afirma que seria mais legítima a ocupação em prédios públicos já que os sem-teto geralmente responsabilizam o Estado pelo alto índice de déficit habitacional e a falta de políticas destinadas para as famílias de baixa renda. Assim, ao se ocupar um prédio público estaria sendo cobrada uma posição imediata dos próprios responsáveis pela questão e de quem de fato poderia fazer alguma coisa.

Os nomes das ocupações são dados aqui de acordo com o nome da rua onde se localizam os prédios ocupados, por exemplo, Ocupação do Ouvidor, localizado na rua homônima, Ocupação Presidente Wilson, que fica na avenida de mesmo nome, etc.

Podemos distinguir basicamente dois tipos de ocupação de acordo com os seus objetivos: estratégica e tática (conhecida entre os sem-teto como “ocupação denúncia”)<sup>32</sup>.

A ocupação estratégica seria a ação direta do movimento para solucionar o problema da falta de moradia, ou seja, os sem-teto ocupam os prédios vazios do centro da cidade com o intuito de morar lá definitivamente (Boito, 2002). Este tipo de ocupação é ousado e avançado já que se trata de uma ação direta dos sem-teto. Um exemplo é a Ocupação do Ouvidor, que é considerada como uma das mais importantes ocupações organizadas pelo Movimento de Moradia do Centro - comentaremos mais a respeito dessa ocupação posteriormente.

A ocupação tática seria aquela em que os sem-teto ocupam locais, como repartições públicas ou até mesmo prédios vazios, somente para chamar a atenção dos governantes e da população e não para morarem no lugar em definitivo (Boito, 2002). Um dos meios mais eficazes para adquirir visibilidade é através da divulgação do movimento na mídia e isso tem grandes chances de acontecer com a realização desse tipo de ocupação, além do que, nestes momentos, os movimentos podem demonstrar sua força e apresentar as suas reivindicações. A ocupação tática, apesar de mais limitada quando comparada com a ocupação estratégica, é de grande importância para os sem-teto, representando uma ação necessária em algumas etapas e circunstâncias da luta.

A ocupação tática é denominada pelos sem-teto do centro como “ocupação simbólica” ou “ocupação-denúncia”<sup>33</sup>, no sentido de que quando os sem-teto ocupam os prédios, estão na verdade denunciando-os para o poder público, ou seja, constatando e mostrando a existência de prédios vazios enquanto milhares de famílias não têm onde morar.

Um exemplo de ocupação tática realizada pelo Moradia do Centro é a de dezembro de 1999, envolvendo cerca de 300 pessoas, quando o movimento ocupou o Prédio da

---

<sup>32</sup> Esta tipologia das ocupações já foi discutida por mim no projeto de iniciação científica submetido e aprovado pelo PIBIC/CNPq no ano de 2005 e em minha monografia de conclusão de curso no ano de 2006. No entanto, nos trabalhos anteriores apresentamos uma idéia diferente da que será apresentada aqui. Faz-se importante esclarecer que nestes dois trabalhos eu insistia em uma diferenciação entre a ocupação tática e a ocupação denúncia. Após uma discussão sobre as tipificações das ocupações com o colega Marco Fernandes, fui alertada para o fato de que não se tratavam de dois tipos distintos de ocupações, mas sim de um só. Portanto, deixo registrado aqui meu agradecimento ao colega.

<sup>33</sup> O termo “ocupação-denúncia” aparece inicialmente no Boletim Luta por Moradia nº 7, julho de 2001 (Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em julho de 2006) e também em diversas falas dos sem-teto, em vídeos e matérias da grande imprensa.

Secretaria Estadual da Fazenda, na Rua do Carmo, local onde já havia realizado uma ocupação no ano de 1997. O movimento objetivava justamente denunciar que este mesmo prédio já havia sido ocupado e, na ocasião, o governo disse que já possuía um projeto para o local: abrigaria um posto avançado de atendimento ao contribuinte, departamento atrelado à Delegacia Regional da Fazenda da Capital.

Levando em consideração não apenas o objetivo das ocupações, mas a amplitude da ação de ocupar, poderíamos denominar dois outros tipos de ocupação: isolada e articula, sendo esta última muitas vezes simultânea.

A ocupação isolada seria aquela organizada por um único movimento e ela pode ser tanto tática quanto estratégica, os exemplos das ocupações citadas acima representam estas possibilidades (Ocupação do Ouvidor que é estratégia e isolada, e a Ocupação do Carmo que é tática e isolada).

Já as ocupações articuladas, acreditando que a união traz mais chances de vitórias e conquistas, se dão com a reunião de diferentes movimentos e a ocupação de diversos prédios ao mesmo tempo, daí a idéia de simultaneidade. Pudemos constatar que no início dos anos 2000 existia uma forte relação de companheirismo entre o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), a União das Lutas de cortiço (ULC) e o Movimento de Moradia do Centro (MMC). Por diversas vezes esses três movimentos realizaram ocupações articuladas e simultâneas. Lembramos aqui que as ocupações articuladas podem ser tanto do tipo estratégica quanto do tipo tática.

Uma das maiores ocupações articuladas e simultâneas aconteceu em 2002, quando a União dos Movimentos de Moradia (UMM) organizou uma “mega-ocupação” de oito edifícios, mobilizando quase cinco mil pessoas. Esse tipo de ocupação demonstra a capacidade de organização e articulação dos movimentos dos sem-teto e o bom relacionamento entre eles, principalmente entre os movimentos filiados às mesmas instituições, como por exemplo, a UMM<sup>34</sup>.

Existem estatutos internos ao Movimento de Moradia do Centro onde se estabelece algumas regras disciplinares para se conviver nas ocupações, como por exemplo, a não ingestão de drogas e bebidas alcoólicas no interior dos prédios ocupados e

---

<sup>34</sup> “Sem-teto fazem megainvasão em oito áreas de SP”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 12 de maio de 2002.

a proibição de armas. Daí vem a constatação de um sem-teto: *“Para participar da organização temos de escolher entre a cachaça ou a ocupação”*<sup>35</sup>.

Nas ocupações existe também uma divisão de tarefas que consiste principalmente em dois tipos: segurança e limpeza. A segurança se refere ao revezamento dos sem-teto, principalmente os homens, para cuidar da portaria do edifício. Os sem-teto têm o controle de quem entra e quem sai do prédio. Os porteiros são aqueles que devem verificar também se as pessoas estão embriagadas e em caso positivo devem impedi-las de entrar no prédio. Em relação à limpeza, essa tarefa está mais destinada às mulheres sem-teto e elas devem manter o interior do edifício limpo. Geralmente, há poucos banheiros nos prédios ocupados e isso faz com que diversas famílias tenham que dividir o mesmo banheiro, daí a importância de se manter o local limpo.

A ocupação era a principal forma de luta do Movimento de Moradia do Centro, no final dos anos 90 e início dos anos 2000. No entanto, de lá para cá isso se modificou. Como dissemos anteriormente, em 2005, Gegê saiu clandestinamente do país e isso fez com que muitos sem-teto se desligassem, tanto formalmente quanto informalmente, do movimento. Apesar desses obstáculos, o movimento permaneceu atuando e lutando. Os sem-teto e a coordenação do Moradia do Centro lutaram bravamente nas ocupações da época, mas era um fato que o movimento não tinha uma base sólida e tampouco lideranças suficientes para fazer um bom trabalho de base e agregar mais aos seus. Quando Gegê retornou ao movimento, percebendo esta situação, iniciou um planejamento para a realização de um intenso trabalho de base e politização dos sem-teto.

A ocupação organizada pelo Moradia do Centro na ocasião do nosso trabalho de campo era a Ocupação Lavapés. A Ocupação Lavapés, diferentemente da maioria das ocupações dos movimentos dos sem-teto, foi organizada primeiramente por famílias que não participavam de nenhum movimento e só depois, quando o imóvel já estava ocupado, essas famílias procuraram o Moradia do Centro para ajudá-las com a organização, sustentação e apoio jurídico. Esta ocupação se deu em um galpão de uma ex-oficina de carros no centro da cidade de São Paulo. Existia no local 24 famílias as quais possuíam um total de 33 crianças. Não temos dados precisos sobre o começo desta ocupação já que

---

<sup>35</sup> Este depoimento está em um apanhado de frases de sem-teto moradores da Ocupação do Ouvidor apresentado no trabalho de Santos et al. (2002: 91).

não foi propriamente organizada pelo Moradia do Centro, mas seu desfecho se deu em agosto de 2008. Depois de várias ameaças de reintegração de posse, as partes entraram em acordo e o governo municipal ofereceu bolsa aluguel para as famílias por um tempo determinado.

Esse tipo de ocupação possibilitou uma relação diferenciada entre essas famílias e as lideranças. Muitas das famílias que estavam na ocupação não eram cadastradas no movimento e não se interessaram em sê-lo, por outro lado, algumas outras famílias da ocupação começaram a se engajar no movimento, participando de atos e das assembléias. Sendo então possíveis “futuras” famílias de sem-teto que estarão na base do movimento.

Assim, o Movimento de Moradia do Centro parece estar em um período de rearticulação, reorganização e tentativa de agregar mais pessoas às suas bases para conseguir realizar e manter uma grande ocupação. No entanto, enquanto isso não acontece, o movimento busca outras formas de luta, tais como as passeatas e a via mais institucional.

## *2. Passeatas e Atos*

As passeatas e atos ocorrem geralmente no centro da cidade de São Paulo pelas avenidas principais de modo a passar pelos endereços de algumas instituições importantes na luta pela moradia, como por exemplo, a Secretaria da Fazenda, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), Prefeitura, Caixa Econômica Federal, Secretaria de habitação dentre outros locais. Ao passar por esses locais, as lideranças, em cima de caminhões de som, fazem discursos e tentam abrir um diálogo com as instituições.

Ultimamente, esses atos são agendados com alguma antecedência e comunicado às autoridades da cidade de modo que as passeatas são escoltadas por policiais, os quais garantem a segurança da caminhada e ainda organizam o trânsito nas avenidas por onde os sem-teto passam.

Dentre as passeatas que pudemos participar e que o Movimento de Moradia do Centro estava presente, podemos destacar uma que foi organizada pela Central dos Movimentos Populares (CMP), em maio de 2008, e foi denominada de *Ato Público: em defesa das políticas com participação popular. Em defesa: da Reforma Urbana, do SUS*



*(Sistema Único de Saúde), das Tarifas Sociais, da Geração de Renda e Emprego, de Políticas públicas para as mulheres, Negros, Criança e adolescente, GLBTT, Cultura destinadas aos deficientes, contra as Privatizações no estado de São Paulo.* Como pode se perceber pelas reivindicações, a pauta era ampla e abarcava movimentos populares urbanos em geral, no entanto, havia uma predominância de movimentos de moradia. Estavam presentes políticos do Partido dos Trabalhadores.

O documento deste ato critica as políticas neoliberais e os governos de Serra e Kassab:

*O Governo Serra continua com a política neoliberal de seus antecessores, de entrega do patrimônio público para a iniciativa privada, tendo como pressuposto a política neoliberal, ou seja, diminuía a intervenção do Estado nas questões sociais. (...)*

*(...) O resultado dessa política é: a educação é uma das piores do Brasil, Falta de segurança pública, pedágios e tarifas de energia e água caríssimas, déficit habitacional, hospitais sucateados.*

*(...)*

*E na capital, temos o prefeito Kassab, que nada mais é que uma marionete nas mãos do governador e seus aliados (...).* (Carta aberta à população do Estado de São Paulo: Em defesa das políticas públicas com participação e contra as privatizações no Estado de São Paulo. São Paulo, 29 de maio de 2008)

Ainda sobre as passeatas, em abril de 2004, após a realização de 7 ocupações simultâneas, as quais foram rapidamente “sufocadas” pela polícia militar, aconteceu uma espécie de “Passeatas simultâneas”, o que soou como uma novidade entre os movimentos dos sem-teto.

Geralmente as passeatas são únicas com o objetivo de juntar o máximo de pessoas possível, demonstrar força e pressionar o governo, além é claro de deixar claro o motivo/reivindicação da passeata. Com a simultaneidade de três passeatas acontecendo no dia 20 de abril de 2004 no período da manhã, após as tentativas de ocupações, temos uma novidade. O que os sem-teto pretendem com isso?

Levantamos aqui a hipótese de que esse tipo de ação é realizado para potencializar os efeitos das passeatas, demonstrando assim uma grande força e capacidade de organização dos movimentos que lutam por moradia, assim como chamar ainda mais

atenção da sociedade já que causa mais congestionamentos em diferentes pontos da cidade. Esse tipo de passeata só pode ser realizado com sucesso quando tem um alto número de pessoas envolvidas. Isso foi possível neste caso porque grande parte dos sem-teto que estava envolvida nas ocupações do dia anterior participou deste grande ato no dia seguinte. A diversidade de entidades envolvidas Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLMP) garantiu a alta adesão dos sem-teto e possibilitou que cada entidade escolhesse um lugar estratégico para manifestar.

Das três passeatas que aconteceram simultaneamente, a primeira delas aconteceu na zona leste, próxima a um imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) que se tentou ocupar ali. Havia cerca de 300 sem-teto e eles se encaminharam para o centro da cidade onde se localiza a sede da CDHU. A segunda passeata aconteceu ao lado da estação de metrô Barra Funda. Contava com 2500 pessoas, segundo o movimento, e com 1000 pessoas, de acordo com a polícia militar. Eles queimaram caixão com foto do governador Alckmim. A terceira passeata aconteceu na Avenida Paulista, tendo o seu “ponto final” em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal<sup>36</sup>.

### *3. Via Institucional*

Um outro tipo de luta pela moradia tem sido pela via institucional e aqui estamos nos referindo a opção do movimento em participar de instituições e órgãos estatais visando influenciar as diretrizes das políticas e ainda assumir um maior controle social. Através principalmente dos atos e ações da União dos Movimentos de Moradia, o Moradia do Centro reivindica políticas mais participativas nas três esferas do governo e se envolve com as discussões travadas em torno do Plano Diretor.

O Movimento de Moradia do Centro possui uma relação de grande proximidade com os tecnocratas do Ministério das Cidades, devido às boas relações que mantém com a gestão petista. Gilberto, liderança do Moradia do Centro, diz que o canal de comunicação com o governo federal está aberto, coisa que não se repete nos outros níveis de governo:

---

<sup>36</sup> “Atos atrapalham trânsito na zona leste e no centro”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 20 de abril de 2004.

estadual e municipal. Não foram raros os momentos em que lideranças do Movimento de Moradia do Centro e da União dos Movimentos de Moradia se encontravam inseridas no Ministério das Cidades e participaram da elaboração e discussão de políticas nacionais para a habitação, como foi o caso do programa lançado pelo governo Lula, “*Minha casa, minha vida*”, no início do ano de 2009.

Também faz parte da luta institucional o apoio que o Movimento de Moradia do Centro dá aos candidatos o Partido dos Trabalhadores durante os períodos eleitorais, acreditando que estes governos seriam mais populares e democráticos e, portanto, o diálogo entre movimento e Estado seria mais fácil e suas reivindicações, principalmente moradia popular no centro da cidade, seriam atendidas.

A participação organizada dos movimentos sociais, no nosso caso dos movimentos dos sem-teto, nos fóruns de decisões e a obtenção de políticas favoráveis aos movimentos como decorrência de tal participação não deve ser denominada como clientelismo. Tampouco é uma prática clientelista o fato de um movimento social apoiar um partido que, uma vez no governo, atende as reivindicações gerais do movimento. No entanto, quando a relação entre movimento e governo (executivo e legislativo) se caracteriza como uma relação de favores, de troca de favores (por exemplo, troca de votos por atendimento de interesses corporativos e restritos), aí sim existe clientelismo. Quando há relação de favores entre os movimentos populares e os políticos do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, temos uma espécie de “clientelismo de esquerda”. De acordo com Kowarick e Singer (1994: 301):

*O “clientelismo de esquerda” consiste na utilização de mecanismos diversos, que vão desde o contato direto e privilegiado de alguns movimentos com setores da administração, passando por cima de instâncias “participativas”, até a ação de vereadores do PT como agenciadores junto ao governo municipal de interesses específicos de grupos organizados que os elegeram.*

Diversas análises vêm demonstrando os problemas e as possíveis limitações que a luta institucional tem trazido para os movimentos sociais: cooptação de lideranças, desmobilização, enfraquecimento dos movimentos durante a vigências das gestões petistas, etc. Falaremos melhor sobre os desdobramentos da opção pela via institucional no capítulo 5.

Descritos os principais métodos de luta do Movimento de Moradia do Centro, passemos para a descrição daquela que foi uma das principais ocupações do movimento.

*Ocupação do Ouvidor: ocupação símbolo do Movimento de Moradia do Centro*

O edifício na Rua do Ouvidor foi construído na década de 40 e em 1950 foi comprado pelo governo do estado de São Paulo. Nos anos 90, o governo do estado optou por esvaziar o prédio, deixando-o abandonado por vários anos de modo a deteriorar a estrutura do prédio (parte elétrica e hidráulica, principalmente).

Em dezembro de 1997, o prédio foi ocupado por cerca de 600 sem-teto. Podemos considerar que esta foi uma ocupação estratégica porque se objetivava fazer daquele prédio moradia social. Os sem-teto permaneceriam no edifício da Rua do Ouvidor até outubro de 2005.

Essa ocupação foi feita inicialmente sob a sigla da Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC), embora tivessem participado de maneira mais ativa desta apenas dois de seus grupos: o Trabalhadores da Mooca e Movimento de Moradia do Centro. É no desenrolar dessa ocupação que o Movimento de Moradia do Centro declararia enfim sua independência frente à ULC e seguiria como o movimento responsável pela ocupação.

O Movimento de Moradia do Centro, que ainda era pequeno, abriu as portas da ocupação para novas famílias. De acordo com Gilberto, durante a primeira semana de ocupação, período destinado ao cadastrando de novas famílias ao Moradia do Centro, chegou-se a quase 600 famílias cadastradas. Após a etapa de cadastramento, começaram as seqüências de assembléias e conversas com estas famílias explicando o que era o movimento e as regras que deveriam ser cumpridas, como por exemplo, o não uso de drogas, bebida, armas, violência contra a mulher, etc. Assim, muitas pessoas desistiram do movimento, enquanto outras começaram a participar das assembléias e se interar mais a respeito da dinâmica da luta.

No prédio havia muito material da Secretaria de Cultura do Estado jogado às traças: toneladas de livros, “do jeito que saiam da gráfica, da editora,... do jeito que saiam, no estrado ainda, foi jogado lá para virar lixo”, diz Gilberto, uma das lideranças do movimento. O material abandonado ainda era composto por instrumentos utilizados na

televisão, tripés e caixas e caixas de quadros – “a cultura estava jogada no lixo”. A denúncia desse fato deu à Ocupação do Ouvidor grande visibilidade na grande imprensa.

O prédio possui 13 andares mais o térreo e o subsolo, essas duas áreas eram reservadas para dar suporte para que os sem-teto trabalhassem:

*(...) o subsolo é utilizado como área para separação de material reciclável coletado no lixo da região. O material separado, tanto o reciclável quanto o não-reciclável, é armazenado no próprio subsolo, às vezes por vários dias, até que lhe seja dado destino. As fossas sépticas e caixas de passagem das instalações sanitárias estão abertas e dividem espaço com os reservatórios de água. Vários moradores fazem desse local seu ambiente de trabalho, passando várias horas do dia no subterrâneo do prédio.*

*O grande salão do térreo está dividido em dois: um, no fundo, que é utilizado para armazenar os materiais que a Secretaria da Cultura abandonou no edifício e outro, na frente, que é utilizado por camelôs como depósito para suas mercadorias. (Santos et al., 2002: 64).*

Sobre as famílias de sem-teto que estavam na ocupação:

*(...) observou-se basicamente três tipos de famílias nesse movimento de moradia: aquelas cujos membros procuram efetivamente perceber a importância do movimento e engajam-se pelo mesmo; aquelas cujos membros assumem uma posição de confiança e seguem a posição do movimento, mas sem um grande engajamento em prol do bem solidário; e aqueles que são indiferentes ao movimento e apenas seguem as regras pela relação de permanência no movimento à obrigatoriedade de cumprimento das regras (Santos et al., 2002:90)<sup>37</sup>.*

---

<sup>37</sup> Um interessantíssimo e riquíssimo trabalho sobre a Ocupação do Ouvidor pode ser conferido em *Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço*. São Paulo: FAUUSP, 2002, de autoria de todos os integrantes do Laboratório, que é composto por estudantes de arquitetura, engenharia, sociologia, direito, psicologia, terapia ocupacional e professores da Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, Universidade São Francisco e Universidade Taubaté, além das 83 famílias de sem-teto moradoras da Ocupação do Ouvidor. Este trabalho apresenta um levantamento físico e estrutural do prédio, a situação jurídica em que se encontrava e ainda um perfil socioeconômico das famílias sem-teto. Após este levantamento foi realizado um estudo e análise, os quais frutificariam em realistas propostas para a reforma do prédio, financiamento para as famílias e melhorias na qualidade de vida dessas. Após este belo estudo, o Estado não se empenhou em pô-lo em prática, mas sim em pedir a reintegração de posse do prédio pertencente à Secretaria da Cultura do Estado.

A Ocupação do Ouvidor foi considerada como símbolo de organização pelo Movimento de Moradia do Centro porque existiu ali uma vivência de coletividade que foi muito valorizada pela coordenação do movimento. Esta experiência foi muito rica e dentre os movimentos do centro a manutenção da coletividade da cozinha por mais de um ano, por exemplo, é algo notável. Esse de fato é um diferencial do Moradia do Centro diante dos outros movimentos.

“Durante um ano, um mês e alguns dias”, como afirma Gilberto, uma das lideranças do Moradia do Centro, não só a cozinha se organizava de maneira coletiva, mas também a organização geral do prédio de modo que não havia quartos separados por famílias. Todos, jovens, crianças, idosos, solteiros e casados, dormiam todos juntos, sempre havendo muito respeito entre as pessoas. Segundo algumas lideranças, com o tempo essa situação se naturalizou, as pessoas passaram a considerá-la como normal. Isso demonstra a organização e disciplina do movimento. Mas quando os sem-teto tiveram a oportunidade, eles optaram pela privacidade e pela divisão de “barracos” para as famílias. Nesta ocasião, desfez-se também a cozinha coletiva já que cada família teria sua própria cozinha no interior do seu quarto. Um fato curioso registrado por Gilberto é que durante esse tempo de coletividade não nasceu nenhuma criança, no entanto, após a decisão pelos barracos familiares, seis meses depois, inúmeras mulheres engravidaram inclusive mães solteiras.

Na Ocupação do Ouvidor, além da coletividade inicial teve-se uma experiência muito rica na área da educação auxiliada pela Pastoral da Moradia. Os sem-teto reservaram um espaço no prédio onde funcionavam cursos de alfabetização de adultos e aulas de reforço para as crianças sem-teto. Gabriel, um dos coordenadores entrevistados, comentava orgulhoso que quando as mães dos sem-tetinhos iam buscá-los na escola, as professoras passaram a elogiá-los muito e esse resultado foi parte do esforço de uma das sem-teto que se disponibilizou a ser “a professora” da ocupação, ajudando as crianças a se desenvolverem, criarem uma rotina e disciplina de estudo. A professora ensinava e politizava os alunos sem-tetinhos com assuntos que faziam parte de suas realidades e considerados matérias políticas: eleições, ocupação de prédio, saúde, educação, etc. Em uma entrevista da professora no filme “À margem do concreto”, de Evaldo Mocarzel (2003), ela disse que um de seus objetivos era alfabetizar as crianças e conscientizá-las

para que elas crescessem cientes de sua situação e soubessem que precisariam lutar para mudar esta.

A Ocupação do Ouvidor teve seu desfecho em 11 de outubro de 2005, com a reintegração de posse do prédio. Este fato foi uma grande derrota para o Movimento de Moradia do Centro e para todos os movimentos de moradia da região central. Após a saída dos sem-teto, o governo do estado ordenou que o prédio tivesse suas portas fechadas e concretadas para evitar que mais algum grupo de sem-teto ocupasse o edifício. Até o final do ano de 2009 o prédio permanecia vazio, concretado e sem função social. Enquanto isso, milhares de famílias permaneciam sem-teto. O livro *Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço*, elaborado por estudantes e professores da USP, que apresentava propostas exequíveis para a reforma do prédio e sua transformação em habitação social, permaneceu ignorado nas prateleiras.

#### *Relação do Movimento de Moradia do Centro com os outros movimentos:*

A principal liderança do movimento apresenta em seu discurso uma clara vontade e necessidade de manter um bom relacionamento com diversos movimentos populares para fortalecer e travar lutas conjuntas. A relação entre quaisquer movimentos, de acordo com o líder Gilberto, deve ser de respeito, humildade, parceria e reciprocidade.

Como já dissemos, o Moradia do Centro é filiado à União dos Movimentos de Moradia e por isso mantém boas relações com os outros movimentos filiados a esta entidade mãe, realizando ocupações e passeatas conjuntamente, por exemplo.

No entanto, essa boa relação não impede que haja momentos de conflitos e atritos entre estes movimentos. O “Caso Riachuelo” foi um exemplo disso.

O prédio localizado na Rua Riachuelo foi ocupado por diversas vezes pelos sem-teto do centro e era uma reivindicação antiga dos movimentos que ele fosse reformado e direcionado para a habitação popular. Sua reforma começou durante a gestão de Marta Suplicy e foi concluído na gestão Kassab, no ano de 2008.

O prédio reformado passou a ter 120 apartamentos, os quais seriam divididos entre movimentos filiados à Frente de Luta por Moradia (FLM) e à União dos Movimentos de Moradia (UMM). No entanto, de acordo com lideranças do Movimento de Moradia do Centro, quando foi aprovada a reforma deste prédio o então secretário de habitação, Paulo

Teixeira (PT), teria dito que o imóvel seria destinado para as famílias do Moradia do Centro. Mal entendido ou não, o ocorrido foi que, posteriormente, as lideranças do Moradia do Centro vieram a saber que teriam que dividir os apartamentos com os outros movimentos filiados à União (aqui, destacavam-se o Fórum dos Cortiços e a Unificação das Lutas de Cortiços) e à Frente de Luta por Moradia (especificamente o Movimento Sem-Teto do Centro e ao Movimento de Moradia da Região Central).

Em março de 2008, de acordo com as lideranças do Moradia do Centro, todos os outros movimentos citados teriam se reunido e discutido como seria a divisão do prédio da Rua Riachuelo. No entanto, em junho de 2008, alguns líderes do Moradia do Centro ficaram sabendo que as famílias dos outros movimentos já estavam visitando o prédio e consideraram isso como uma tentativa de se deixar o movimento para trás, neste caso, deixar o Moradia do Centro sem unidades habitacionais no referido prédio.

Lideranças do Moradia do Centro comunicaram este ocorrido à sua base durante a Assembléia Geral, no mês de junho, e fizeram um grande alvoroço em torno desta questão. Muitas críticas foram realizadas aos outros movimentos, chegando a serem chamados de traidores. As falas abaixo, pronunciadas por diversas lideranças no decorrer da Assembléia Geral do movimento em junho de 2008, assembléia em que estávamos presente, demonstra isso:

*O governo Kassab foi mais esperto que os outros movimentos, ele colocou uma divisão e briga entre os movimentos./ É triste ver que movimento aceita brigar com seus companheiros e ficar sentado no colo do governo (...) Os dirigentes desses movimentos, traíram vocês companheiros (...) vocês levaram uma facada! Estamos envergonhados em ver uma coisa dessas, entre trabalhadores./ O governo municipal teria que fazer algo, mas ele joga a bomba na mão da UMM./ O governo de direita não tem compromisso, ele só quer dividir. Estou na luta há 18 anos e me sinto envergonhada em ver meus companheiros traíndo o povo. (Observação de campo, 15 de junho de 2008).*

Diante deste problema, algumas lideranças cogitaram a hipótese de o Movimento de Moradia do Centro se retirar da União, no entanto, outras lideranças foram mais cautelosas e defenderam que se fizesse uma reunião com representantes da entidade-mãe e dos outros movimentos envolvidos no caso e que se reivindicasse uma solução. Na



ocasião da Assembléia, diversas lideranças tiveram o direito a palavra e colocaram seus pontos de vista, mas nenhum sem-teto das famílias da base do movimento o fizeram. Neste sentido, afirmamos que, ao menos pela nossa observação, a politização e participação dos sem-teto no movimento ainda é frágil.

Diante deste episódio, lideranças aproveitaram a situação para fazer uma forte crítica ao governo municipal e suas políticas anti-populares. Frisou-se também a astúcia do prefeito Gilberto Kassab na tentativa de fracionar os movimentos em torno desta questão e enfraquecer a luta pela moradia no centro da cidade de São Paulo.

Como desfecho desta história, o Movimento de Moradia do Centro comunicou este ocorrido à entidade mãe, a União dos Movimentos de Moradia, e esta pediu uma reunião com todos os representantes dos movimentos. Depois desta reunião, teve-se a negociação de que 10 apartamentos seriam destinados às famílias filiadas ao Movimento de Moradia do Centro. O movimento continua filiado à União e segue participando de suas lutas e atos.

O Moradia do Centro ainda é filiado a Central dos Movimentos Populares (CMP) com quem possui relações bem próximas já que algumas das principais lideranças do movimento também são principais dirigentes da central.

Em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), algumas lideranças do Moradia do Centro dizem possuir boas relações. Gegê, um dos principais dirigentes do movimento, afirma em uma entrevista:

*(...) sou defensor que hoje a principal parceria que nós temos de levar adiante, até pelas dificuldades que nós atravessamos e que os companheiros do MST atravessam, pela perspectiva de vida que os companheiros do MST defendem e que nós defendemos (...), a principal parceria deve ser feita com os companheiros do MST. Esses companheiros avançam na discussão e na prática, enquanto outros companheiros ficam muito só na discussão do dia-a-dia (Entrevista de Gegê em Benoit (2002: 167)).*

Apesar de o discurso indicar esta união e parceria, até o momento não foi possível verificar uma parceria efetiva entre o MST e o Moradia do Centro.

De acordo com lideranças do MST, os sem-terra e sem-teto não têm um acordo “institucional” e por isso as estadas de sem-teto nos acampamentos rurais são negociadas por lideranças locais.

Em 2003, a Central dos Movimentos Populares (CMP) organizou uma série de palestras e cursos dirigidos por lideranças do MST para formar lideranças dos sem-teto e outras entidades sociais urbanas. Além das aulas, aconteceram diversas visitas aos acampamentos e assentamentos do MST. “*O objetivo é ganhar “ânimo de luta” e know-how de organização ao final do curso*”<sup>38</sup>. O curso serve para dar auto-estima aos jovens militantes urbanos e formá-los politicamente. Nas visitas aos acampamentos, as lideranças do MST explicam como é feita a ocupação, o processo de negociação e como os sem-terra fazem para sobreviver.

Podemos verificar que alguns contatos entre os dois movimentos são realizados, mas não há uma atuação e planejamento de uma agenda de luta conjunta. No discurso aparece esta vontade de maior aproximação, mas na realidade isso ainda não ocorreu.

Sobre o relacionamento do Movimento de Moradia do Centro com os outros dois movimentos dos sem-teto analisados aqui podemos dizer que quando o Sem-Teto do Centro era filiado à “União”, os dois movimentos do centro (Movimento de Moradia do Centro e Movimento Sem-Teto do Centro) agiam conjuntamente em diversas ocupações articuladas e simultâneas e em atos e passeatas. No entanto, quando o Sem-Teto do Centro, deixa a União e passa a fazer parte da Frente de Luta por Moradia, o relacionamento entre os dois movimentos se enfraquece, apesar de um ser solidário com a luta do outro já que ambos lutam e reivindicam moradia para as famílias de baixa renda. No entanto, as divergências ideológicas entre os movimentos vão se acirrando e eles se distanciam.

No que se refere ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), algumas lideranças do Moradia do Centro afirmam que se tentou no início dos anos 2000 uma relação mais próxima, no entanto, devido algumas divergências e por considerar as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto um pouco “fechadas”, não foi possível travar uma

---

<sup>38</sup> “Sem-teto fazem “estágio” com sem-terra. Formação de novos líderes urbanos inclui experiência em acampamentos para ganhar know-how do MST”. *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 17 de agosto de 2003.

luta conjunta entre os sem-teto. Portanto, a relação entre esses dois movimentos não prosperou muito, embora haja um apoio entre eles já que travam a luta pela moradia.

O Movimento de Moradia do Centro possui boas relações não com as organizações oficiais e gerais do movimento estudantil, mas com diferentes grupos de estudantes de sociologia, direito e, principalmente, de arquitetura, estudantes esses que têm mais possibilidades de intervir na luta dos sem-teto ao darem uma assessoria técnica e ao colaborarem em projetos de reforma dos edifícios ocupados.

Em relação ao movimento sindical, podemos perceber uma relação amigável entre o movimento e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). De acordo com uma das lideranças, isso se deve ao fato de o movimento ser filiado a Central de Movimentos Populares e a boa relação dessa com a CUT.

## 2.4 Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)<sup>39</sup>



### *Estrutura Organizativa*

O Movimento Sem-Teto do Centro tem como área principal de atuação o centro antigo da cidade de São Paulo e sua sede está localizada nessa região, mais precisamente, na Avenida São João, próximo ao metrô Santa Cecília. No entanto, o trabalho de base, trabalho considerado de grande importância para o movimento na medida em que é entendido como a principal maneira de construir e organizar a luta pela moradia, acontece em todas as áreas da cidade: centro, norte, sul (principalmente extremo sul), leste e oeste.

<sup>39</sup>Esta foto está disponível em: [www.prestesmaia.zip.net](http://www.prestesmaia.zip.net). Na parte inferior da bandeira, de maneira pouco legível está escrito em preto a palavra de ordem do movimento: "Ocupar, resistir, construir e morar".

A partir dos coordenadores do centro, são criados grupos de base nos seguintes locais: Imirim, Limão, Casa Verde, Santa Ifigênia, Baixada do Glicério, Tucuruvi, Bom Retiro, Mooca, Jardim Ivone, Pari, Lapa, Liberdade, Santa Cecília, São Mateus, Campos Elísios, Perdizes, Tatuapé, Barra Funda, Ipiranga, Vila Buarque, Vila Oratório, Vila Formosa e Itapevi<sup>40</sup>. Um grupo de base não precisa ser muito grande, um conjunto de 5 a 10 pessoas já é considerado como um grupo de acordo com o Sem-Teto do Centro.

Em 2003, o movimento possuía 45 grupos de base e estimava-se que 2500 famílias fossem ativas no movimento<sup>41</sup>. No ano de 2008, momento em que uma análise sobre o cadastramento das famílias estava sendo finalizada, de acordo com a informação que nos foi dada por Iara, uma das lideranças do movimento, havia de 3000 a 3500 famílias de sem-teto participando do movimento. Um outro indicativo do crescimento da base do movimento ao longo dos anos é que no ano de 2000/2001 a tiragem do Boletim do movimento era de 3000 exemplares, em 2004 este número subiu para 10 mil.

Na sede do movimento acontece mensalmente as grandes e importantes Assembléias Gerais com todas as famílias cadastradas. Semanalmente, ocorrem reuniões gerais com os representantes de todos os grupos de base, cada grupo envia a esta reunião o seu coordenador e mais duas famílias. Nessas ocasiões, os representantes dos grupos devem encaminhar para a coordenação o que fora decidido e discutido nas reuniões internas dos grupos e, posteriormente, estes representantes devem trazer para o grupo os encaminhamentos tirados nessas reuniões gerais.

Os encontros dos grupos de base acontecem nos mais diversos locais: associações de bairro, igrejas, sindicatos, quintal, praça e garagens de vizinhos. É notável, no entanto, o fato de as igrejas serem os principais locais em que os grupos de base se reúnem. No Boletim *Luta por Moradia*, nº11, do ano de 2002, temos o seguinte quadro: dos 23 locais indicados como endereço de grupo de base, 14 eram de igrejas. No Boletim seguinte, de nº12, de 28 locais de grupo de base, 16 eram igrejas, logo, mais da metade dos locais de grupo são igrejas. Dentre essas Igrejas, destacamos a Igreja Santa Efigenia que se localiza bem no centro da cidade e sempre deu guarida para os movimentos dos sem-teto do

---

<sup>40</sup> Boletim: *Luta por Moradia*. MSTC. Nº 10 – abril de 2002.

<sup>41</sup> “Participantes só obtêm detalhes na hora de invadir”. In: Folha de S. Paulo – Cotidiano. 27 de julho de 2003

centro<sup>42</sup>. A Pastoral da Moradia, ligada a Igreja Católica, trabalha conjuntamente com o movimento na organização de algumas palestras.

Acontece ainda na sede do movimento o *Seminário de Trabalho de Base*, onde há formação dos coordenadores para se trabalhar e politizar a base. “*Quem sabe mais, luta melhor*”, este é o título de uma sessão, que aparece desde os primeiros boletins do movimento, em que se incentiva a participação, o trabalho de base e o aumento do conhecimento dos sem-teto em relação às questões habitacionais. Os cursos de formação são dados em sua maioria pelo advogado Manoel Del Rio, tido como assessor jurídico do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e da Frente de Luta por Moradia (FLM), instituição à qual este movimento é filiado. As temáticas dos cursos são variadas. Por exemplo, na gestão Marta, o advogado fez uma palestra explicativa sobre os três programas sociais complementares lançados pela prefeitura – Renda mínima, Bolsa Trabalho e o Começar de Novo. Outros títulos dos cursos de formação são: Como realizar reuniões e assembléias; O papel da coordenação; Direito constitucional à moradia; História das organizações dos trabalhadores; Direitos humanos e moradias; Função social da propriedade; A luta por moradia e reforma urbana e habitacional, etc.

Percebe-se que as temáticas dos cursos informam os sem-teto de seus direitos e lhes dão noções sobre as políticas existentes e por onde se devem pautar as reivindicações. Essas reivindicações, como veremos no capítulo 4, ficam sempre em torno da habitação e às vezes referem-se à questão da reforma urbana. Reforma urbana no sentido de urbanização com possibilidades de serviços para toda a população e concebendo tal reforma dentro da sociedade capitalista.

No que se refere à organização interna do movimento, temos a seguinte estrutura: uma coordenação denominada executiva e outra ampliada. A Coordenação Executiva é composta pelo primeiro, segundo e terceiro coordenador (a primeira coordenadora do movimento é Ivaneti Araújo, a “Neti”, principal representante e porta-voz do movimento). A executiva ainda é composta pelo primeiro e segundo secretário e o primeiro e o segundo tesoureiro e mais nove conselheiros fiscais.

---

<sup>42</sup> Santa Ifigênia é a protetora da moradia e padroeira dos que querem casa própria. A imagem da Santa, uma mulher negra e africana que traz uma casa nas mãos, refere-se, na verdade, à réplica do convento que ela lutou para construir. A Igreja de Santa Ifigênia é o local onde muitos devotos da Santa, após conquistarem a sua moradia, vão até lá deixar uma miniatura de casa para sinalizar a graça alcançada.

A Coordenação Ampliada é formada pelos membros responsáveis pelos grupos de base do movimento: dois representantes para cada grupo e mais um coordenador.

O Movimento Sem-Teto do Centro é filiado à Frente de Luta por Moradia e, apesar de compartilharem idéias e posições, o movimento dos sem-teto deve ser considerado autônomo e relação à Frente, de modo que ele possui estatutos próprios em que são dadas, por exemplo, orientações para a sua base e sobre as formas de organização e comportamento dentro de uma ocupação.

Há um texto sobre o Regulamento dos Grupos de Base, escrito em março de 2001 com o objetivo de garantir a democracia interna dos tais grupos. Neste regulamento, há um item dedicado à questão da autonomia e independência do Movimento Sem-Teto do Centro em relação aos partidos políticos, crenças religiosas ou qualquer outra instituição. Demonstra-se também que os grupos de base e o Sem-Teto do Centro estão abertos para todos os trabalhadores sem distinção alguma em relação à filiação política ou religião.

Neste mesmo documento, há um item que descreve quem pode participar do movimento, essas pessoas seriam:

*os moradores de quintais, cortiços, pensões, favelas da região (central) e os trabalhadores de fábricas, do comércio e serviços: que moram de aluguel, que vivem de favor ou em casa de parentes,...) , maiores de 18 anos, ou acima de 16 anos, desde que tenham vida própria, que tenham disposição para lutar coletivamente. Observação: não podem participar pessoas que, embora paguem aluguel, são intermediários, isto é, realugam cômodos. (Regulamento dos Grupos de Base. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em março de 2006).*

Um outro item do documento é referente ao como deve ser a participação dos sem-teto e assim é descrito a obrigatoriedade de se comparecer em todas as reuniões, atos, passeatas, ocupações, palestras, festas ou qualquer manifestação organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro.

As plenárias e assembléias do Sem-Teto do Centro são consideradas as instâncias coletivas superiores, e, portanto, os grupos de base devem respeitar essas decisões.

A ocupação, considerada como a forma mais importante de luta do movimento, é considerada como:

*(...) o verdadeiro teste para medir a disposição de luta, o companheirismo, o grau de compreensão de cada um a respeito do problema da moradia. É preciso participar desde o primeiro dia. Quem não participa das ocupações decididas pelo conjunto, fica fora das futuras conquistas. Ninguém pode participar no lugar de outro. Ou seja, ninguém pode representar um participante do Movimento (...)*

*É importante não apenas estar presente, mas participar ativamente, com interesse, dando opiniões, sugestões, colaborando nas tarefas necessárias ao funcionamento do grupo, integrando as comissões de trabalho (...) (Regulamento dos Grupos de Base. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em março de 2006).*

Em caso de não cumprimento de alguns itens do regulamento em questão, faz-se, primeiramente, uma discussão em reunião do Grupo de Base, cabendo ao grupo aplicar a punição necessária que pode variar entre a suspensão e a expulsão do grupo. As pessoas em questão terão direito de defesa na reunião e, em casos mais difíceis, a coordenação do movimento pode auxiliar na decisão.

Sobre a sustentação financeira, cada “Grupo de Base deve ter um Fundo para cobrir os gastos que se fazem necessários durante as lutas”<sup>43</sup>. Em 2001, cada família participante pagava uma taxa de dois reais, destinada aos grupos de base, e mais um real, destinado para a impressão de boletins ou outros materiais gráficos. No ano de 2008, cada família “contribuía” mensalmente com uma taxa única de cinco reais, dinheiro que fora destinado a pagar telefone, boletim, alimentação e condução para os coordenadores cuidarem dos assuntos e interesse do movimento e realizarem, por exemplo, as negociações com os governos. Na entrevista com Iara, uma das coordenadoras do movimento, ela afirmou que tem algumas famílias que não conseguem pagar essa taxa, já que são famílias em que os chefes estão desempregados ou possuem uma renda baixa.

Outra forma de o movimento conseguir financiamento é através da realização de bingos, rifas, festas e outras atividades. O movimento ainda conta com o auxílio da ONG APOIO<sup>44</sup> no que se refere ao pagamento do aluguel da sede, que se localiza na Avenida

---

<sup>43</sup> Regulamento dos Grupos de Base. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em março de 2006.

<sup>44</sup> APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste, fundada em 1993, é uma organização civil sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal. Dentre os seus fundadores destaca-se a figura de Manoel Del Rio, assessor jurídico e também co-fundador do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). “A partir de 1996, a APOIO consolidou seu trabalho social em diversos bairros da região leste, o que permitiu o implemento de atividades sociais junto a moradores de favelas e cortiços do centro expandido da cidade.

São João. Na verdade, tanto a sede da ONG quanto a do movimento se encontram no mesmo prédio. A ONG APOIO circunstancialmente também disponibiliza recursos para a impressão dos boletins do movimento.

Da mesma maneira que existe superlotação nas ocupações organizadas pelo Movimento de Moradia do Centro, existe também nas ocupações do Sem-Teto do Centro, vide o exemplo da ocupação do prédio da Rua Mauá, antigo hotel Santos Dumont, onde em 2003 existiam 204 quartos onde foram instaladas 1200 pessoas<sup>45</sup>. Para poder haver uma seleção das famílias que serão beneficiadas com as conquistas do movimento e para evitar que alguns sem-teto “peguem carona”, o Sem-Teto do Centro repete a estratégia de seu congênere e estabelece que cada família participante do movimento terá o tempo e o grau de participação traduzidos em uma pontuação.

Essa tradução acontece da seguinte maneira: para cada reunião freqüentada, a família ganharia 1 ponto; a participação em ato, vale 3 pontos; já a participação em comissão de trabalho, soma-se mais 1 ponto e a contribuição financeira sendo efetivada, a família ganha um ponto a cada mês que contribuiu<sup>46</sup>.

A cada família cadastrada no Grupo de Base é entregue uma “carteira de membro”, onde são feitas as anotações referentes à sua participação. A cada conquista, ou seja, quando o movimento consegue que a demanda por moradia seja atendida pelo governo, *“a Coordenação do Grupo deve fazer um levantamento de todos os participantes, para definir quem se credenciou para o projeto, a partir dos critérios acima, e submeter à Assembléia do Grupo, convocada para esse fim”*<sup>47</sup>.

Essa contagem de pontos pode apresentar alguns problemas já que a seleção final é feita a partir da soma dos pontos, que é anotada pelos coordenadores de cada grupo. Assim, fica sob a responsabilidade de líderes a escolha de quem irá ou não participar dos programas e projetos negociados entre o governo e o movimento, ou seja, fica nas mãos

---

*Para este trabalho, a APOIO estabeleceu convênios com entidades internacionais que apóiam projetos de desenvolvimento social junto à população pobre*”. Esta ONG obteve financiamento da CAFOD-Inglaterra, PPM-Alemanha, e D&P do Canadá, organizações ligadas às igrejas católicas e protestantes. Nos últimos anos, APOIO tem trabalhado em parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo. Disponível em: [www.apoio-sp.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=25&Itemid=40](http://www.apoio-sp.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=40). Acessado em janeiro de 2010.

<sup>45</sup> “Sem-teto disputa “pontos” para obter casa”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 27 de julho de 2003.

<sup>46</sup> Regulamento dos grupos de base. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Março de 2006.

<sup>47</sup> Idem.



das lideranças a escolha de quem irá receber ou não a moradia e o problema é que muitas lideranças não seguem esse critério de participação para fazer a seleção:

*Tem critério de participação! Infelizmente, não são todos os coordenadores que seguem por este critério. Tem ainda... tem alguns coordenadores que têm que passar por algumas leituras ainda, têm que aprender bastante... Mas o que voga para nós aqui nessa mesa é critério. Ela (a família de sem-teto) tem que tá atuante na reunião, tem que participar desta, tem que ir para luta, a contribuição... (Iara, coordenadora do movimento Sem-Teto do Centro. Entrevista de campo, julho de 2008).*

A partir do momento que esta escolha fica nas mãos dos coordenadores, estes podem usar isso da maneira que quiserem, podem escolher, por exemplo, os participantes com quem têm mais afinidades e simpatias para colocar nos primeiros lugares da fila dos beneficiados e ainda, em casos extremos, o movimento dos sem-teto pode virar um negócio de compra e venda de moradias, como destacamos anteriormente. Cabe então à coordenação geral do movimento avaliar e fiscalizar casos e coordenadores suspeitos.

A centralização do movimento ao redor de uma liderança também acontece no Movimento Sem-Teto do Centro, no entanto, ao traçarmos uma comparação entre o movimento descrito anteriormente, percebemos que a centralização aqui é menor. Dentre as principais lideranças do Sem-teto do Centro, destacamos Ivaneti Araújo e o advogado Manoel Del Rio. Enquanto Ivaneti, trabalhadora pobre, está na direção do movimento por ter sido uma mulher sem-teto que vivenciou isso e a partir daí pretende refletir e se organizar para modificar esta situação e a de seus companheiros, Del Rio, mesmo não pertencendo a esta fração da classe trabalhadora, está interessado em organizá-la para a luta e por isso também pode ser considerado um importante apoio para o movimento dos sem-teto.

Percebemos que um número considerável de lideranças dos movimentos (não só do Movimento Sem-Teto do Centro, mas da União de Movimento de Moradia e também da Central de Movimentos Populares) passam a cursar uma faculdade de direito para, posteriormente, poderem advogar pela causa da moradia e dos movimentos dos sem-teto.

Uma característica comum aos movimentos dos sem-teto é que as mulheres são maioria entre os participantes. No Movimento Sem-Teto do Centro isso parece que se intensifica ainda mais já que muitas mulheres estão na posição de liderança. Em 2003,

“Na 1ª coordenação do MSTC, também chamada de “executiva”, há [havia] nove integrantes: oito mulheres e um homem. Na 2ª coordenação, conhecida por “ampliada”, são [eram] 14 mulheres e quatro homens”<sup>48</sup>.

Com o tempo, parece que esta maioria absoluta das mulheres foi se modificando. Na entrevista que fizemos com Iara, uma das coordenadoras do Sem-Teto do Centro, ela nos informou que os homens passaram a participar mais dos movimentos nos últimos anos, pois perceberam que sem luta não conseguirão a tão desejada moradia digna. Antes os homens que participavam eram em sua maioria solteiros, hoje, os homens casados passam a frequentar as assembleias, atos e ocupações dos movimentos com suas esposas e famílias<sup>49</sup>.

Dentro da coordenação do Sem-Teto do Centro há uma predominância de mulheres na faixa dos 30 e 40 anos, com baixo grau de escolaridade, mas com muita sabedoria devido às duras e difíceis histórias de vida (migrantes, trabalhadores pobres, mães chefes de famílias, vítimas de violência doméstica, etc). Existem também coordenadores mais jovens, no entanto, esses são minoria. Diferentemente do Movimento de Moradia do Centro, a coordenação do Sem-Teto do Centro parece ser mais homogênea, ou seja, apesar dessas lideranças terem alguns pontos de vistas diferenciados, não apresentam uma grande heterogeneidade na sua visão em relação ao problema habitacional, por exemplo.

Quanto às palavras de protesto do movimento, podemos citar: “*Quem não luta, está morto*”, referência à necessidade de organização e luta dos trabalhadores sem-teto para a conquista de direitos sociais, dentre eles a moradia. Existe o lema “*Se comer, não paga o aluguel. Se pagar o aluguel, não come*”, que representa muito bem a situação e o dilema diário dos sem-teto. E ainda a palavra de ordem presente na bandeira do movimento: “*Ocupar, Resistir, Construir e Morar*”, referência às fases da luta do movimento até conquistar a moradia definitiva.

---

<sup>48</sup> “Sem-Teto disputa “pontos” para obter casa”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 27 de julho de 2003.

<sup>49</sup> Sobre as lideranças femininas do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) ver o filme *Dia de Festa*, de direção de Toni Venturi e Paulo Georgieff, 2006.

## *Métodos de Luta*

Em relação aos métodos de luta dos movimentos podemos destacar as ocupações, acampamentos nas ruas em frente aos prédios em que obtiveram reintegração de posse e em frente à prefeitura, atos e passeatas e a participação via institucional nos Conselhos Municipais de Habitação. Comentaremos cada um desses métodos.

### *1. Ocupação*

Sobre a organização das ocupações, o Sem-Teto do Centro possui um documento que após aprovação em Assembléia Geral ficou conhecido como *Lei de Ocupação*. Este documento foi elaborado com o intuito de estabelecer regras que garantam as condições dignas de convivência coletiva às famílias moradoras, estas famílias são todas aquelas cadastradas nos grupos de base do movimento e que participaram da ocupação do prédio.

A Lei de Ocupação determina também as instâncias de decisão no prédio ocupado que são a Assembléia Geral das famílias moradoras, que é o órgão máximo e soberano, e a Coordenação Geral da Ocupação que é composta por representantes dos andares (escolhidos em reuniões das famílias de cada andar), pelos responsáveis pelas comissões de trabalho e coordenadores indicados pelo movimento, devendo estes nomes serem aprovados em Assembléia.

Todas as famílias devem participar de todas as atividades visando o bem comum do prédio e ainda a família que não possuir nenhum representante em três assembléias gerais consecutivas poderá perder o direito de continuar morando na ocupação.

Um outro eixo tratado na Lei de Ocupação se refere à portaria. A portaria deve funcionar 24 horas por dia, com o trabalho voluntário dos moradores organizados em escalas de trabalho. As visitas são permitidas durante o dia, até no máximo 21 horas e os visitantes devem ser identificados e registrados, indicando o nome e o andar de quem vai se visitar. Das 22 horas às 6 horas da manhã, existe uma vigilância especial e os moradores devem evitar a circulação, exceto em casos de extrema necessidade (trabalho, estudo ou doenças).

Sobre a segurança interna, a Lei de Ocupação não admite que os participantes da ocupação pratiquem furtos, roubos, receptação ou guarda de objetos roubados dentro dos

edifícios ocupados. Não se admite também andar com qualquer tipo de arma dentro do prédio, assim como traficar droga e vender bebida alcoólica.

O item 7 da Lei de Ocupação, “*Comportamento: respeitar e ser respeitado*”, é importante para afastar a idéia presente em muitos setores de que os sem-teto são baderneiros e que os prédios ocupados são, na verdade, pontos de venda de drogas e crimes e que não há nenhuma organização. No tal item constam as regras descritas abaixo e é fato que os sem-teto fiscalizam e trabalham muito para que elas sejam obedecidas:

*São proibidas agressões físicas e ofensas pessoais e morais, entre os moradores (especialmente, espancamento de mulheres e crianças).*

*É proibido consumir drogas dentro da ocupação*

*É proibido ingressar no prédio em estado de embriagues*

*É proibido perturbar a convivência entre as famílias*

*Entre as 22 e 6 horas da manhã, não é permitido fazer barulho nos cômodos ou nos corredores e escadas. Evitar fazer barulho (e ligar o som alto) mesmo dentro do horário permitido, respeitando o direito ao descanso de quem trabalhou, o sono dos bebes, a pessoas que esteja doente, o horário de estudos das crianças. (Regulamento interno da ocupação. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em março de 2006).*

Sobre as cozinhas comunitárias, diferentemente do Movimento de Moradia do Centro que retrata essa experiência como um símbolo de organização da luta, ou ainda como retratará o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que utiliza esses espaços para politização das bases, o Sem-Teto do Centro parece usar as tais cozinhas como uma necessidade que se apresenta nas primeiras semanas de ocupação, onde tudo tem um caráter provisório. Sobre as regras para a cozinha tem-se apenas um item, “*Refeições comunitárias*”, em que se destaca que as famílias devem respeitar os horários estabelecidos para as refeições comunitárias e todos devem participar do esforço em conseguir doações de alimentos.

Sobre as finanças, há uma taxação mensal específica para as famílias moradoras dos prédios ocupados (espécie de condomínio) para custear as despesas da Ocupação. Essa taxa é estabelecida em Assembléia Geral e recolhida por pessoas autorizadas.

Há ainda um item sobre punição, de modo que se as regras descritas acima não forem obedecidas, caberá à assembléia geral decidir e aplicar a punição necessária. As

punições variam de advertência pela infração cometida, reparo do dano causado ou ainda expulsão da ocupação.

Percebe-se assim que os sem-teto devem dividir as tarefas de modo a todos participarem e contribuírem para a organização dos prédios ocupados. Das tarefas principais realizadas pelos sem-teto dentro de uma ocupação, podemos destacar a cozinha comunitária, portaria, segurança, monitores cuidam das crianças, transporte de água para abastecer a ocupação, procura e busca por frutas no mercado municipal, “o mercadão”. Esse esforço e essa disciplina mostram a capacidade organizativa do movimento e a seriedade com que travam a sua luta.

No que se refere às atividades de lazer e cultura nas ocupações, podemos citar as confraternizações que acontecem freqüentemente onde existem os bingos, “comes e bebes” (comidas e bebidas para o desfrute dos sem-teto), forrós, brincadeiras e músicas. Os sem-tetinhos acompanhados de algumas coordenadoras do movimento vão frequentemente à Pinacoteca do Estado, que fica na região central da cidade de São Paulo. “Em 2005, os sem-teto integraram o Programa de Inclusão Sociocultural do museu, onde estiveram sete vezes”<sup>50</sup>. Isso demonstra que a proximidade, a localização, o morar no centro, facilita o acesso da população pobre aos eventos culturais.

Em relação à educação, existem nas ocupações oficinas de alfabetização e ainda devido à localização privilegiada das ocupações, região central, as crianças conseguem creches com mais facilidade. Os jovens também têm mais chances de encontrarem alguns cursos profissionalizantes gratuitos no centro da cidade.

A criatividade dos sem-teto e a capacidade de improvisação diante da necessidade podem ser compreendidas na observação de alguns cartazes fixados logo na entrada dos prédios ocupados, com as seguintes propagandas: “Vende-se pão – 2ª andar”, “Temos deliciosos sorvetes – 10ª andar”. Percebe-se assim que os sem-teto estão lutando pela sobrevivência.

Cada ocupação do Movimento Sem-Teto do Centro recebe o nome da rua em que o prédio ocupado está localizado, essa maneira de dar nomes é similar à do Movimento de Moradia do Centro. Uma das razões para isso é que esses movimentos possuem uma mesma origem, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) e essa instituição nomeia e

---

<sup>50</sup> “Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”. *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 1 de fevereiro de 2006.

nomeava assim as suas ocupações. Alguns exemplos de nome das ocupações mais conhecidas são: Prestes Maia, Mauá, Riachuelo, etc.

Assim como o Movimento de Moradia do Centro, o Sem-Teto do Centro também possui dois tipos de ocupações quando se leva em consideração seus objetivos: estratégica e tática (ou “denúncia”); e mais outros dois tipos quando se considera a amplitude da ação de ocupar: isolada e articula, sendo esta última muitas vezes simultânea.

As ocupações estratégicas casam muito bem com a palavra de ordem do movimento: “Ocupar, resistir, construir e morar”. A mais importante ocupação estratégica realizada pelo Sem-Teto do Centro foi a ocupação Prestes Maia, a qual comentaremos em mais detalhes adiante.

A ocupação tática, como já fora definido, seria aquela em que os sem-teto realizam ocupações para chamar a atenção dos governantes e da população e não para morarem no lugar em definitivo. Um exemplo de ocupação tática é a de outubro de 2009, em que 350 pessoas organizadas pelo Sem-Teto do Centro ocuparam dois prédios inacabados da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (CDHU), totalizando 160 apartamentos, localizados na região central da cidade, para cobrar promessas não cumpridas pela CDHU, como o atendimento de 350 famílias retiradas em 2007 do edifício Prestes Maia. A polícia interveio, mas não conseguiu impedir a ocupação, por isso a CDHU solicitou à Justiça a reintegração de posse dos apartamentos.

É importante entendermos essa diferença entre ocupações táticas e estratégicas porque ao longo dos anos notamos que o Sem-Teto do Centro ora realiza mais um tipo de ocupação, ora outro. No início da década de 2000, as ocupações estratégicas eram as mais frequentes e eram consideradas como o principal método de luta. Já nos últimos anos desta primeira década, as ocupações são mais táticas que estratégicas. As ocupações estratégicas exigem que o movimento esteja bem organizado e que os sem-teto tenham consciência e estejam preparados para a luta e para resistir durante todo o tempo de duração de uma ocupação desse tipo. Comentaremos mais sobre as mudanças de forma de atuação do movimento no capítulo 5.

O Sem-Teto do Centro também tem uma terminologia específica para os prédios que funcionam como moradias transitórias para alojar famílias dos projetos estatais cujos imóveis vão ser reformados, esses são os “prédios pulmões”. Um exemplo disto aconteceu

em 2001, quando o prédio de um antigo hotel na Avenida São João foi utilizado como prédio pulmão, enquanto se realizaria a reforma de um outro prédio ocupado pelos sem-teto na Rua Brigadeiro Tobias.

A ocupação articulada e simultânea é aquela em que diferentes movimentos organizam a realização de ocupações em diferentes locais da cidade a serem ocorridas na mesma data e horário, ou seja, simultaneamente. Isso é característico dos movimentos do centro que possuem instituições a quem estão filiados facilitando assim a organização das ocupações simultâneas. Enquanto o Movimento de Moradia do Centro (MMC) realiza ocupações simultâneas juntamente com os movimentos filiados à União dos Movimentos de Moradia (UMM), o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) age conjuntamente com os movimentos pertencentes à Frente de Luta por Moradia (FLM). Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), por exemplo, não faz isso já que ele não está filiado a nenhuma “entidade-mãe” e atua de maneira mais independente e isolada no que se refere à realização das ocupações.

Um bom exemplo de ocupação articulada e simultânea foi uma das primeiras ocupações organizadas pela Frente de Luta por Moradia, realizada no ano de 2003, que contou com a participação de 3100 pessoas nos seguintes movimentos: Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), Movimento Sem-Teto da Região Central (MSTRC), Movimento Sem-Teto de Heliópolis e mais outros dois movimentos da zona sul da cidade compostos por moradores de áreas de manancial. Os locais das ocupações foram quatro prédios particulares no centro de São Paulo: 3 antigos hotéis (Danúbio, Términus e Santos Dumont) e um outro prédio localizado na Rua Aurora. Os sem-teto tentaram ocupar na realidade 6 prédios, mas em dois casos a polícia militar agiu rapidamente e conseguiu impedir que as ocupações fossem realizadas. E em duas das ocupações realizadas houve princípio de confronto com a polícia. O governador do estado, Geraldo Alckmin, em entrevista à imprensa, prometeu agir duramente contra os sem-teto, os quais diziam estar dispostos a resistir à ordem de reintegração de posse.

Essa ação simultânea, que contou com algumas ocupações táticas e outras estratégicas, tinha dentre suas reivindicações a entrega de 2000 unidades habitacionais até o final do ano de 2003 e 500 moradias para serem entregues imediatamente, em caráter de emergência. Nenhuma dessas reivindicações foi atendida - nem mesmo o pedido de um

alojamento para que os sem-teto passassem a noite. A única proposta do governo foi a realização de cadastro das famílias sem-teto, mas sem garantia de moradia alguma, e uma reunião dos membros dos movimentos com as três esferas de governo para discutir a crise habitacional na cidade de São Paulo.

*Dilemas enfrentados em uma ocupação:*

A situação em uma ocupação é precária: lixo, falta de infra-estrutura, “gatos” (instalações irregulares de eletricidade), perigo de incêndio a todo o momento, intoxicação pela fumaça dos incêndios, fraturas, acidentes, dificuldades em subir e descer as escadarias carregando baldes de água, etc. Dessa maneira, muitos dos sem-teto dizem que vivem nessas condições porque não têm onde morar. Isso pode sinalizar que a grande maioria das pessoas que participam desses movimentos, realizando ocupações e passeatas, são pessoas que necessitam, de fato, de uma moradia digna.

Diversas adversidades devem ser enfrentadas pelos sem-teto ao longo das ocupações, dentre elas se destacam o tráfico de drogas e a presença de viciados. Um exemplo disso ocorreu na ocupação no ano de 2003 do antigo hotel Dumont, na Rua Mauá, localizado perto do Parque da Luz<sup>51</sup> :

*“O Santos Dumont fica grudado na “cracolândia”, região conhecida pelo consumo aberto de crack, e que a prefeitura pretende transformar em pólo de tecnologia. Cerca de 100 usuários de crack tentaram entrar no edifício. Foram impedidos pelos sem-teto. “Nós revistamos todo mundo. Se tentar entrar com drogas, é expulso na hora do movimento”, disse Hamilton Silvio de Sousa, 45, coordenador geral do MSTRC.” (“Famílias sem teto invadem prédio abandonado na região central de São Paulo”. In: Folha de S. Paulo – Cotidiano. 27 de março de 2007).*

*2. Acampar nas ruas ou em frente à prefeitura: mais uma forma de luta*

Após uma reintegração de posse violenta e/ou sem qualquer possibilidade de diálogo e negociação entre governo e movimento, os movimentos filiados à Frente de Luta por Moradia (dentre eles o Sem-Teto do Centro) organizam acampamentos em frente aos prédios desocupados ou em frente à prefeitura para tentarem uma última negociação

---

<sup>51</sup> Este mesmo prédio foi ocupado novamente pelo Movimento Sem-Teto do Centro em março de 2007 e permanece sobre o controle dos sem-teto.



ou, no limite, denunciar a situação de miséria em que vivem e a falta de políticas e respeito do governo para com esta população. Em muitos casos, as famílias de sem-teto que participam das ocupações não têm para onde ir a não ser para esses acampamentos.

Um exemplo deste tipo de luta aconteceu em maio de 2006, quando a Frente de Luta por Moradia organizou um acampamento, com cerca de 200 militantes, em frente à sede da prefeitura da cidade de São Paulo para reivindicar políticas habitacionais para trabalhadores de baixa renda. Entre os manifestantes, estavam algumas famílias do Sem-Teto do Centro que estavam naquele momento na ocupação Prestes Maia. Eles reivindicavam o restabelecimento de energia elétrica do prédio ocupado - aliás, o corte de energia elétrica nas ocupações é uma tática comum dos proprietários e dos governos para fragilizar a luta dos sem-teto.

### *3. Passeatas*

As passeatas são táticas de luta cada vez mais usadas entre os movimentos dos sem-teto, mas é verdade que os movimentos filiados a União, entre eles o Moradia do Centro, as utilizam com mais frequência que os movimentos filiados à Frente de Luta por Moradia.

Em 5 de julho de 2005, aconteceu uma manifestação conjunta envolvendo a União dos Movimentos de Moradia, Central de Movimentos Populares e Frente de Luta por Moradia para protestar principalmente contra o cancelamento do Bolsa Aluguel por parte do prefeito da cidade de São Paulo José Serra. Dentre a lista de reivindicações estavam mais verba e autogestão de mutirões, regularização de loteamentos, urbanização de favelas e moradias em áreas centrais. Os manifestantes pretendiam falar com o prefeito Serra (PSDB), mas não foi possível. Eles falaram com o secretário de Habitação, Orlando de Almeida Filho, quem afirmou que a mobilização dos sem-teto era uma ação política já que o movimento dos sem-teto estava acompanhado do vereador do PT Paulo Teixeira (secretário de habitação na gestão Marta Suplicy) e a deputada estadual Ana Maria Martins do PC do B. De acordo com a organização do evento, havia 13 mil sem-teto, para a polícia militar, a passeata reuniu 8 mil pessoas<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> “Entidades de sem teto promovem ato no centro para pedir verbas”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 6 de julho de 2005.

#### *4. Via Institucional: Conselho Municipal de Habitação (CMH)*

Assim como o Movimento de Moradia do Centro, o Sem-Teto do Centro se utiliza de espaços institucionais para travar a luta pela moradia. Podemos perceber neste movimento uma grande aproximação entre suas lideranças e a atividade de conselheiros municipais.

Os diversos coordenadores do Sem-Teto do Centro e outros líderes de movimentos dos sem-teto filiados à Frente de Luta por Moradia estão constantemente e diretamente envolvidos nas eleições e gestões do Conselho Municipal de Habitação. A primeira coordenadora do Sem-Teto do Centro, por exemplo, foi conselheira municipal durante os anos de 2007 e 2009. Ela teve uma votação de mais de doze mil votos. Percebemos que a partir do momento em que os sem-teto investem nas formas de luta via institucional, passam a adotar uma postura mais propositiva e menos combativa. Comentaremos mais sobre este tema no capítulo 5.

O Movimento Sem-Teto do Centro também dá apoio aos candidatos do Partido dos Trabalhadores durante os períodos eleitorais, acreditando que estes governos seriam mais populares e democráticos e, portanto, facilitariam o diálogo entre o movimento e Estado.

Muitas das lideranças do Sem-Teto do Centro são filiadas ao Partido dos Trabalhadores e sempre estão envolvidos não só com as eleições que os partidos disputam pelos governos nas diferentes esferas, mas com as eleições internas ao partido, aquelas em que se decidem a composição dos diretórios (nacional, estadual e municipal) e quem serão os futuros candidatos aos executivos. Manoel Del Rio, o assessor jurídico e co-fundador do movimento é um dos dirigentes municipais do Partido dos Trabalhadores da região centro de São Paulo, por exemplo.

### *Ocupação Prestes Maia: ocupação símbolo dos sem-teto do centro*<sup>53</sup>

A ocupação Prestes Maia teve seu início em novembro de 2002, com cerca de 1500 pessoas, e teve sua reintegração de posse executada entre os meses de abril e maio de 2007, momento em que 495 famílias estavam morando no prédio<sup>54</sup>. O Prestes Maia – maneira como os sem-teto se referem a esta ocupação – era ocupado por camelôs e outros profissionais de baixa renda, como faixineiros, carregadores do Mercado Municipal e bolivianos trabalhando em confecções de empresários coreanos na região central da cidade.

A Ocupação Prestes Maia ficou conhecida nacional e internacionalmente por sua magnitude e capacidade de organizar centenas de famílias em um prédio na região central da cidade de São Paulo. O edifício é um conjunto de dois prédios e tem duas entradas: uma pela Avenida Prestes Maia, e a outra na Rua Brigadeiro Tobias. Enquanto um dos prédios possui 22 andares, o outro tem 9. O preço do conjunto foi avaliado pela Caixa Econômica Federal em 4 milhões e o proprietário devia, na época, 4,5 milhões em IPTU ao município<sup>55</sup>.

A história do Prestes Maia teve seu início marcado por tragédias. Primeiramente, traficantes se infiltraram entre os moradores e tentaram fazer do local um ponto para guardar e vender drogas. Foram semanas de ameaças até que no ano de 2003, após a morte de um dos sem-teto dentro do imóvel, os traficantes se afastaram da ocupação. Depois, quando a ocupação não tinha completado ainda um ano, houve um incêndio em 4 andares de um dos blocos. Uma menina de 4 anos, cuja mãe havia saído para trabalhar,

---

<sup>53</sup> Irônica coincidência. Prestes Maia foi prefeito da cidade de São Paulo de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965. Ele era urbanista e fez planos ousados para tornar a capital paulista mais moderna e dinâmica. Baseado nas idéias de urbanizar a cidade e construir grandes avenidas, Prestes Maia propôs o Plano de Avenidas em que se optou pelo uso de ônibus a diesel e não mais por bondes e metrô devido a possibilidade dos ônibus adentrarem aos bairros periféricos. Este Plano ainda garantia a implantação efetiva de avenidas como Nove de Julho, 23 de Maio, Radial Leste, avenidas que, até os dias de hoje, compõem a estrutura urbana básica da cidade (Rolnik, 2003). A expansão horizontal ilimitada, concepção coerente com o próprio modelo radiocêntrico de sistema viário proposto pelo Plano, reservou para os trabalhadores pobres a periferia da cidade. Curiosamente a Ocupação Prestes Maia vem para evidenciar e divulgar a reivindicação dos trabalhadores pobres que não querem ir para a periferia e por isso lutam pelo direito à cidade, o direito ao centro da cidade.

<sup>54</sup> O número de 495 famílias moradoras da ocupação nos foi fornecido por uma das principais lideranças do movimento no decorrer da entrevista que ela nos concedeu. No entanto, as reportagens dos jornais fornecem constantemente o número de 468 famílias o que totaliza de modo estimado duas mil pessoas. Citamos algumas das reportagens que aparecem esses números: “Despejo anunciado aflige Prestes Maia, 911”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 14 de julho de 2005. “A ocupação dos sem-teto”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 14 de julho de 2005, dentre outras.

<sup>55</sup> “A ocupação dos sem-teto”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 14 de julho de 2005.

veio a falecer na tragédia. E ainda, alguns meses depois, um sem-teto desempregado e com muitas dificuldades financeiras morreu ao se jogar do décimo andar<sup>56</sup>.

As “famílias Prestes Maia” – essa é a nomenclatura usual no movimento para se referir às famílias que moraram na Ocupação Prestes Maia - trabalharam duro para transformar o prédio em local de moradia. A situação inicial do prédio era precária o que levava algumas lideranças a pensarem que a ocupação seria mais uma “ocupação denúncia” já que fazia quase 17 anos que o edifício encontrava-se fechado. No entanto, a necessidade de moradia de tantas famílias era tamanha que se fez do Prestes Maia uma ocupação estratégica, onde se objetivava morar mesmo. A situação do prédio, no entanto, mesmo com tantas famílias morando ali, apesar de ter melhorado, estava longe de ser considerado local de moradia digna e saudável:

*Os moradores têm luz por meio de instalações clandestinas, os “gatos”, e, do 9º ao 20º andar, a água só chega da 0h às 7h. As casas são divididas por pedaços de madeira, como se fossem barracos de uma favela. Os banheiros são coletivos, e há divisão de tarefas entre os habitantes de cada andar. (“Ocupado em 2002, edifício abriga 468 famílias”. 1 de fevereiro de 2006. Folha de S. Paulo. Cotidiano).*

A partir de uma outra reportagem sobre a ocupação, publicada um ano depois da reportagem da citação anterior, podemos perceber que a precariedade das condições do prédio se manteve:

*“Sem elevadores os moradores carregam mantimentos e botijões de gás escadas acima (lembrando: são 21 andares). Quando a bomba d’água quebra, também baldes cheios. Apesar dos inconvenientes, hoje a maioria dos “barracos” (é assim que os moradores se referem às unidades habitacionais, nunca chamadas de apartamentos) tem televisão, cama, fogão e geladeira”. (“Zé Celso reúne 700 pessoas em solidariedade a famílias sem-teto”. Folha de S. Paulo – Cotidiano. 21 de fevereiro de 2007).*

A Ocupação Prestes Maia, assim como todas as ocupações do Sem-Teto do Centro segue a Lei de Ocupação, apresentada aqui anteriormente como um documento aprovado em Assembléia Geral, para organizar o cotidiano da luta pela moradia. Existe a divisão de

---

<sup>56</sup> “Despejo anunciado aflige Prestes Maia, 911”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 14 de julho de 2005.

tarefas, tais como portaria, limpeza, responsáveis pelos andares, etc. Apesar da existência deste estatuto geral, cada ocupação possui particularidades, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da cultura e da educação dos sem-teto.

Além de a Ocupação Prestes Maia ter se destacado pelo seu tamanho e organização, os aspectos artísticos e culturais que estiveram sempre presente também deram grande visibilidade à ocupação, principalmente na grande imprensa, contribuindo assim para a construção de uma imagem positiva dos sem-teto. Neste sentido a Biblioteca Prestes Maia foi uma das grandes conquistas dos sem-teto.

A biblioteca construída nos porões do edifício Prestes Maia, inaugurada em dezembro de 2005, foi uma iniciativa de um catador de papel sem-teto que ali vivia, o nome dele é Severino Manoel de Souza, como muitos Severinos de João Cabral de Melo Neto. Ela possuía 3500 obras, dentre livros, revistas, gibis e enciclopédias. Quando a ocupação chegou ao seu final, a biblioteca possuía mais de 10 mil títulos. “Para incentivar a leitura, no subsolo está pichada uma frase do jornalista Paulo Francis: “Quem não lê não pensa, e quem não pensa será para sempre um servo”. Há desenhos de Bob Marley e Che Guevara nas paredes”<sup>57</sup>.

A ocupação também foi cenário de diversas atividades artísticas, como por exemplo, em 2003, com artistas, alguns brasileiros reconhecidos internacionalmente, se reuniram e organizaram Arte Contemporânea Movimento dos Sem-Teto do Centro (ACMSTC). Diversas intervenções artísticas foram feitas, algumas mulheres sem-teto ajudaram na confecção de cortinas e toalhas para exposição, outras fizeram roupas com artigos descartáveis. Existiram também aqueles sem-teto que aproveitaram o evento para fazer bonecas de sabonete e vender durante a exposição para garantirem algum orçamento no final do mês.

O Sem-Teto do Centro recebeu vários apoios de intelectuais e artistas quando estava com a ocupação Prestes Maia. Dentre os intelectuais há destaque para Alfredo Bosi, Ecléa Bosi, Moacyr Scliar, Paulo Arantes, entre outros, os quais assinaram um manifesto onde apelam para o poder público uma solução urgente: “em nome da urbanidade, detenha a catástrofe que se anuncia”<sup>58</sup>. Faz-se referências aqui às centenas de

---

<sup>57</sup> “Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”. *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 1 de fevereiro de 2006.

<sup>58</sup> “Zé Celso reúne 700 pessoas em solidariedade a famílias sem-teto”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 21 de fevereiro de 2007.

famílias que provavelmente ficariam nas ruas após o cumprimento do processo de reintegração de posse. Destaca-se ainda as manifestações constantes de apoio aos sem-teto de Aziz Ab'Saber, professor emérito da USP, especialista em geografia urbana e econômica.

Alguns dias antes da reintegração de posse do prédio, Zé Celso, diretor de teatro e idealizador do Teatro Oficina, também se solidarizou com a luta dos sem-teto realizando danças e cantos na ocupação.

*Os sem-teto e os proprietários dos imóveis*

Um dos proprietários do imóvel Prestes Maia é o empresário Hamuche, filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e dono de uma fábrica de calças que foi condenada pela Justiça a pagar indenização de 65 milhões pelo uso de um logotipo semelhante ao da grife Fórum. Em declaração à imprensa, Hamuche avaliou:

*é uma pena um movimento popular querer ocupar um prédio desses. A região não merece ser empobrecida. É uma destruição". A presença de sem-teto iria na contramão da tendência de valorização da estação da luz. "As obras na região, que incluem ampliações do Metrô, são vistas por ele (Hamuche) como uma forma de salvar seu bem, aumentando seu valor de mercado ("Empresário quer anistia de dívida com a prefeitura". Folha de S. Paulo. Cotidiano. 14 de julho de 2005).*

Esse raciocínio é típico dos capitalistas imobiliários: ficar a espera de valorização para vender o imóvel sem se preocupar com a situação social dos trabalhadores de baixa renda - estamos falando aqui da famigerada especulação imobiliária.

*Hamuche diz que a destinação de seu imóvel ainda é incerta. Ele quer, primeiro, negociar com a prefeitura a anistia de ao menos parte da dívida. Daí, poderia fazer a reforma e transformá-lo em um prédio de escritórios. Se a anistia não der certo, ele quer vender os prédios para União ou prefeitura, que poderiam transformá-los em moradia popular. ("Empresário quer anistia de dívida com a prefeitura". Folha de S. Paulo. Cotidiano. 14 de julho de 2005).*

A partir desta declaração percebe-se que a única ética por parte do proprietário é a ética do capital e da valorização do seu imóvel. O empresário diz que com as obras previstas para a região o seu imóvel pode chegar a valer "até R\$ 9 milhões" – como

dissemos, em 2005, o imóvel era avaliado em 4 milhões e possuía uma dívida de IPTU de 4,5 milhões de reais. Grande parte dos proprietários dos imóveis apresenta este perfil: grandes capitalistas imobiliários, interessados na valorização do seu imóvel, inadimplentes em relação aos impostos e indiferentes à situação dos trabalhadores pobres<sup>59</sup>.

#### *A complexa relação entre os sem-teto e o governo*

A ocupação Prestes Maia se tornou um marco de resistência dos sem-teto já que teve por diversas vezes marcada a sua reintegração de posse e sempre as famílias Prestes Maia prometiam que iriam resistir.

Uma outra forma de resistência dos sem-teto foi quando as famílias da ocupação se negaram a aceitar o “Kit volta pra casa”, composto pelo “cheque despejo” e por passagens de ônibus, que o então prefeito José Serra propunha. O “cheque despejo” é na verdade um acordo que a prefeitura faz com os sem-teto e favelados para que eles deixem o prédio ocupado ou os barracos de favela que fazem parte de projetos de reassentamentos e demolições, em troca, a prefeitura oferece até cinco mil reais por famílias<sup>60</sup>. Juntamente com essa prática, oferecem passagens para as famílias para que elas deixem a cidade de São Paulo e voltem para suas cidades natais, geralmente localizadas na região nordeste do país.

A política do vale despejo é uma maneira de desarticular e enfraquecer a luta da população de baixa renda pela moradia, luta travada tanto nos movimentos dos sem-teto quanto nas associações de moradores das favelas.

A administração municipal na tentativa de desmobilizar a luta dos sem-teto da Ocupação Prestes Maia fez esta oferta. Em uma conversa inicial, cerca de 70 famílias, das

---

<sup>59</sup> Os capitalistas visam uma maneira de ganhar e fazer comércio em torno dos despejos e reintegrações de posse. Assim, criam-se as empresas especializadas em despejos e reintegrações de posse. Em uma rápida busca pela internet encontramos o seguinte anúncio: **Depositario - Despejos - Reintegração de Posse:** *Trabalhamos com Despejos -Transportes -Remoções -Falências e Penhoras-Guarda de Bens Moveis - Especializado em Grandes Reintegrações de Posse de Grandes Áreas Invasadas com Avaliação e Localização de Veículos. Caminhão e Depósito - Temos Equipe especializada no Ramo, a mais de 10 anos. Telefone: (11) 22112168 ou (11) 97431526* (Disponível em: [www.saojorgedepositario.com.br](http://www.saojorgedepositario.com.br). Acessado em dezembro de 2009).

<sup>60</sup> “O (valor) depende de cada caso. Tem gente que tem família grande, vários filhos, então a gente dá R\$ 5.000. Se é sozinho não precisa de R\$ 5.000, pode ser R\$1.000, R\$ 1.500”, disse o secretário (municipal da habitação, Orlando Almeida) à Folha, em entrevista gravada”. (In: “Serra dá até R\$ 5 mil para sem-teto deixar SP”. Folha de S. Paulo. Cotidiano. 7 de fevereiro de 2006). Isso demonstra que não há um critério para se dar mil reais, mil e quinhentos ou cinco mil para as famílias.

mais de 400 existentes no local, tinham aceitando a proposta. Entretanto, muitos desistiram após a realização de uma assembléia pelo Sem-Teto do Centro. Nesta assembléia as lideranças esclareceram que todos os sem-teto que recebem o recurso são considerados como atendidos pela administração e são retirados dos cadastros de programas de moradia na cidade.

*“Explicamos que quem pegasse a ajuda de custo perderia qualquer benefício do Estado e do município, bolsa, vale-leite, vaga em creche”, diz Jomarina da Fonseca, a coordenadora da invasão. Na opinião de outra líder do MSTC, Ivanete de Araújo, a prefeitura tem como intenção desestabilizar o movimento de moradia ao oferecer recursos para que as famílias deixem São Paulo. “Eles acharam que essa proposta suja ia acabar com a Prestes Maia”, disse. (“Prefeitura paga até R\$ 5.000 para tirar sem-teto de SP”. In: Folha de S.Paulo. Cotidiano. 23 de abril de 2006).*

Os movimentos dos sem-teto em geral repudiam essa atitude da prefeitura e instruem seus militantes a não aceitarem os “cheques despejos”. Uma das lideranças do Sem-Teto do Centro conclui: *“A verba (dada pela prefeitura para quem deixa a cidade) logo acaba. É pura ilusão. O que nos interessa é barrar a reintegração ou ser encaixados num programa de habitação”*<sup>61</sup>.

Segundo a assessoria da secretaria de assistência social, a doação de passagens já existe nos 31 centros de referência de assistência social (CRAS) da cidade de São Paulo<sup>62</sup>. Com isso percebemos que é uma política muito recorrente a de “limpar”, “varrer” e “mandar viajar” os pobres da cidade ao invés de se investir em políticas sociais eficazes.

As passagens são distribuídas no alojamento onde os sem-teto se encontram temporariamente ou na própria ocupação e uma “condução a serviço da prefeitura” buscam os sem-teto para os levarem até a rodoviária. Já o “cheque despejo” é retirado na secretaria de habitação e os sem-teto deixam lá um recibo assinado.

Propostas como essas, com recursos advindos da Secretaria Municipal de Habitação, nos levam a indagar se isso é de fato uma política habitacional e que tipo de política seria. Certamente o cheque despejo não é uma maneira de oferecer moradia digna

---

<sup>61</sup> “É impossível evitar desvio de verba a sem-teto que deixa SP, diz Serra”. In: *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 8 de fevereiro de 2006.

<sup>62</sup> “Serra pagará volta de sem-teto à cidade natal”. *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 22 de outubro de 2005.



para a população pobre. Medidas como essas nos ajudam a refletir sobre o conteúdo e a ideologia das políticas sociais vigentes.

### *O desfecho*

Os sem-teto prometiam “resistir de maneira pacífica” à reintegração de posse da Ocupação Prestes Maia. Essa resistência pacífica, de acordo com uma das coordenadoras do movimento significava que: “(...) *todos estão preparados para a chegada da PM, “mas de maneira pacífica”. Vamos esperar a PM chegar, mas com as portas fechadas. Eles vão ter de abrir todas (portas) e esse será nosso protesto*”<sup>63</sup>.

Após quase cinco anos de luta, diversas ameaças de reintegração de posse (ao total foram 18 ações de despejos), os sem-teto se preparam, na verdade, para uma guerra; no entanto esta não aconteceu:

*Barricadas de escombros e entulhos, erguidas para prevenir uma invasão da polícia que não ocorreu, ainda se espalham pelos andares. (...). Peças de aço - do tamanho de pneus e caminhão até - foram colocados na cobertura para serem atiradas contra batalhões. As “armas” não foram usadas e continuam no mesmo lugar. (“Edifício Prestes Maia”. Folha de S. Paulo – Revista da Folha. 26 de outubro de 2008).*

A luta e resistência dos sem-teto contaram com realização de passeatas e acampamentos em frente à prefeitura, o dia a dia da ocupação e suas dificuldades. Após tudo isso se conseguiu finalmente um acordo com as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e a desocupação do edifício símbolo dos sem-teto do centro se deu de maneira pacífica.

Ficou acordado que as famílias de sem-teto teriam suas moradias definitivas, as quais seriam construídas, reformadas ou compradas. Enquanto isso não se concretizasse, as famílias receberiam um auxílio-aluguel. Um dos locais dessas casas definitivas era a periferia da cidade, na região de Corinthians/Itaquera, mais especificamente em um empreendimento da CDHU no bairro José Bonifácio. De acordo com uma das coordenadoras do movimento que nos concedeu uma entrevista, 153 das 495 famílias de sem-teto que estavam na Ocupação Prestes Maia optaram por moradias nesse local. A

---

<sup>63</sup> “Desocupação será de modo pacífico, afirmam famílias”. In: *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 22 de fevereiro de 2007.

citada coordenadora comenta: *“A luta do movimento é por moradia no centro da cidade, mas a gente deixa a família em paz para escolher onde ela quer, né? Ela tem direito de ir e vir”*. Já as famílias que desejaram moradia no centro, teriam os seus aluguéis pagos pela prefeitura até que conquistassem a sua moradia definitiva.

A Ocupação Prestes Maia é um símbolo da luta por moradia digna e o fato de os sem-teto não terem conseguido permanecer no imóvel e tampouco uma reforma predial destinada para a moradia popular, não foi visto pelo movimento como derrota. De acordo com a coordenadora Iara, o movimento saiu como vitorioso já que teria garantido o direito à moradia para as “famílias Prestes Maia”. A coordenadora Iara ainda afirma que naquele momento era preciso pensar de maneira separada a necessidade de moradia que as famílias sem-teto que ali estavam possuíam e o simbolismo daquela ocupação. O movimento optou pela necessidade daquelas famílias e por uma saída pacífica, preservando o bem estar e a vida daqueles sem-teto.

Em junho de 2008, o governo federal, através do Ministério da Cidade, liberou uma verba de 22 milhões e 750 mil do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para cerca de 350 famílias sem-teto que estavam esperando a moradia no centro. As famílias que possuem uma renda mensal de 1 salário mínimo teriam direito a um moradia de 40 mil reais e para aquelas que têm de 2 a 3 salários mínimos receberiam 50 mil. A coordenadora Iara, exibia esse acordo com grande orgulho. No entanto, em outubro de 2009, o Sem-Teto do Centro realizou ocupação em dois prédios da CDHU para cobrar promessas não cumpridas pela instituição, como por exemplo, o atendimento de 350 famílias retiradas em 2007 do edifício Prestes Maia. Percebe-se então que a luta continua e a Ocupação Prestes Maia não está acabada, apesar de as portas de entrada do edifício estarem lacradas com tijolos e cimento para evitar que ocorra uma nova ocupação do movimento.

Após a Ocupação Prestes Maia e devido a toda sua visibilidade na grande imprensa e no cenário nacional, a coordenação do Sem-Teto do Centro passou a ser procurada por muitas pessoas. No entanto, a coordenadora Iara alerta que muitas famílias quando procuram o movimento o fazem para conseguir uma moradia rapidamente e não o procuram com o intuito de travar uma árdua e longa luta. Essa confusão é desfeita,

segundo a coordenadora, nas reuniões dos trabalhos de base, onde os sem-teto vão pouco a pouco percebendo o verdadeiro significado do movimento e da luta pela moradia.

### *O Movimento Sem-Teto do Centro e a sua relação com os outros movimentos*

Quando o Sem-Teto do Centro era filiado à União dos Movimentos de Moradia, a “União”, ele possuía boas relações com os movimentos filiados à referida entidade e, ainda, chegou a realizar diversas ações conjuntas com o Movimento de Moradia do Centro (movimento que ainda pertence à “União”). No entanto, como destacamos anteriormente, o Sem-Teto do Centro rompeu com a União dos Movimentos de Moradia e fundou a Frente de Luta por Moradia de modo a se aproximar de outros movimentos de luta por moradia.

A Frente de Luta por Moradia se tornou uma grande e importante entidade de luta, agregando diversos movimentos difundidos por toda a cidade de São Paulo. Dois movimentos em especial são mais próximos ao Movimento Sem-Teto do Centro, estamos falando aqui do Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC) e do Movimento Sem-Teto da Região Central (MSTRC). Estes três movimentos são bastante afins já que são fundadores da Frente de Luta por Moradia, atuam na região central da cidade e possuem visões mais ou menos semelhantes quanto ao papel do movimento, à luta pela moradia e à questão dos Conselhos Municipais de Habitação. Percebe-se, portanto, que a proximidade política e ideológica permite que esses três movimentos hajam conjuntamente e tenham boas relações.

No ano de 2003, enquanto o Sem-Teto do centro organizou diversas ocupações no centro da cidade de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto realizou uma importante ocupação no terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. Embora os movimentos fossem solidários um ao outro, suas ocupações não estavam articuladas como noticiava a imprensa da época. Cada movimento agiu isoladamente, seguindo suas convicções e métodos de lutas.

É fato que existe solidariedade entre os movimentos populares e, ainda mais, entre os movimentos que lutam por moradia. No entanto, isso não permite que se afirme que haja relações de grandes parcerias entre os três movimentos dos sem-teto aqui analisados.

*O Movimento Sem-Teto do Centro e a relação com a polícia: casos de repressão e violência*

*Usando gás lacrimogêneo e balas de borracha, a Polícia Militar retirou ontem, em operação que durou uma hora, os cerca de 200 invasores que estavam no antigo hotel Terminus, na Avenida Ipiranga, centro de São Paulo.*

*(...) Quatro escudos de policiais, segundo a PM, foram quebrados por objetos arremessados pelos sem-teto. (...) Não foram encontradas armas. (...)”jogaram madeiras e objetos nos policiais”.*

*(...)*

*A polícia levou 42 integrantes do movimento ao 3º DP (Santa Ifigênia), apontando-os como supostos responsáveis por danos ao prédio e resistência. Foi aberto inquérito policial sobre. Ninguém foi preso. Segundo o delegado Nilton César de Araújo Franco, dois sem-teto tinham passagem pela polícia. (“Polícia retira invasores de hotel na Ipiranga”. *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. 2 de agosto de 2003).*

Essa descrição de reintegração de posse ou de confronto entre sem-teto e policiais é típica. Busca-se criminalizar os movimentos constantemente, demonstrando atos de vandalismo e a relação dos sem-teto com criminosos. Muitos dos sem-teto que possuem passagens na polícia são muitas vezes aqueles que já foram responsabilizados em outras ocupações por danos ao prédio e, geralmente, são as lideranças que passam por esta situação. Em outros casos, há sem-teto que são ex-presos que participam dos movimentos dada à incapacidade do sistema reinseri-los na sociedade de outro modo.

As reportagens falam das armas dos policiais e dos sem-teto como se fossem e tivessem o mesmo peso e medida. Os sem-teto defendem seu direito à moradia com pau, pedra e outros objetos, enquanto isso, os policiais defendem a propriedade privada com armas sofisticadas (bomba de efeito moral, bala de borracha, etc) e em muitas vezes há abusos: violência física e humilhação verbal. Um outro trecho de uma reportagem de abril de 2004 apresenta isso:

*“Ele (o secretário da Segurança Pública, Abreu Filho) declarou que “eventualmente teve de ser usada um pouco de força”, mas negou que tivesse havido abuso policial. “Foram duas negociações. Fomos no limite e usamos somente armas não letais, como bomba de efeito*

*moral”, afirmou (“Ação é “abril urbano”, diz Alckmin”.. Folha de S. Paulo – Cotidiano. 20 de abril de 2004).*

Temos ainda:

*“A agressão começou na tentativa de invadir o prédios, desrespeitando a lei. Eles agridem e depois se colocam no lugar de vítimas”, afirmou o coronel. (“Sem-teto invadem 7 imóveis em São Paulo”.In: 2 de novembro de 2004. ”. Folha de S. Paulo – Cotidiano).*

Da maneira em que está organizada a luta pela moradia, tem-se muitas vezes a impressão de que a luta é entre os sem-teto e os policiais, enquanto que os capitalistas imobiliários ficam à espera dos lucros que decorrem da especulação imobiliária. Os policiais são ao mesmo tempo parte do aparelho repressivo do Estado e trabalhadores incumbidos de manter a ordem e defender a propriedade privada dos grandes capitalistas. Esses policiais recebem salários insuficientes e muitas vezes também não possuem uma moradia digna, chegando a casos em que sua própria família participa dos movimentos dos sem-teto. Vide o exemplo de uma das sem-teto que estava na Ocupação Prestes Maia. Além de sem-teto é ambulante, vendedora de alho, tendo, portanto, embate constante com a polícia: fugindo do “rapa” (a fiscalização contra os ambulantes) e enfrentando as reintegrações de posse violentas. Essa ambulante sem-teto ainda diz: *“E olha que eu tenho dois filhos na polícia. Um é sargento do Exército em Osasco. O outro trabalha na delegacia de Barueri”* <sup>64</sup>.

## 2.5 Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)



<sup>64</sup> “Despejo anunciado aflige prestes Maia, 911”. *Folha de S. Paulo - Cotidiano*. 14 de julho de 2005.

### *Estrutura organizativa*

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) está organizado tanto estadualmente quanto nacionalmente, destacando os seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, Roraima e Amazonas. Em setembro de 2009 aconteceu a primeira reunião nacional do movimento com a participação de representantes dos seis estados citados.

O Trabalhadores Sem-Teto possui coordenações em diversas instâncias: estadual, regional e de rua. Lima (2004: 191) explica:

*O MTST possui uma coordenação estadual responsável por avaliar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Movimento no estado; uma coordenação regional que responde pelo trabalho nos diferentes acampamentos e uma coordenação de rua, cuja tarefa principal, conforme antes afirmado, é se reunir, semanalmente com os moradores (dos acampamentos), para conhecer e tomar decisões frente a questões relativas à vizinhança; à melhoria da infra-estrutura e à divulgação de informações sobre temas de interesse do Movimento.*

*Esta última coordenação se reúne, periodicamente, com um dos coordenadores regionais do MTST, para troca de informações e tomada de decisões sobre problemas relativos ao funcionamento cotidiano do acampamento. Nestas reuniões, se debatem questões trazidas pelos coordenadores de rua e, também, as campanhas e lutas gerais.*

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto não possui sede própria na Grande São Paulo. As reuniões das lideranças acontecem em casas de amigos, por exemplo, e reuniões maiores como encontros estaduais acontecem em escolas, sedes ou estádios conseguidos graças ao apoio dos aliados do movimento.

Antes de prosseguir, faz-se importante alertar ao leitor que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, quando comparado com os dois movimentos dos sem-teto do centro descritos anteriormente, possui muitas diferenças referentes à estrutura organizativa, métodos de luta e relação com os outros movimentos sociais. Essas diferenças se devem em grande medida à perspectiva política particular deste movimento, a saber, postura anticapitalista de modo a ter como perspectiva futura uma revolução social para romper com a sociedade capitalista vigente.

Dentre os princípios destacados pelo movimento na Cartilha do Militante estão:

*1. nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo, etc) como parte principal do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta.*

*2. O MTST nunca cobrará nada de nenhum lutador sem-teto. Sabemos muito bem como anda a situação daqueles que não tem nem casa para morar e não vamos nos aproveitar disto nunca. O movimento passa constantemente por situações financeiras difíceis mas prefere passar por elas que tirar daqueles que não tem. A colaboração maior que pedimos é o compromisso com a luta, a responsabilidade e a sinceridade. São as únicas coisas que cobramos. (...)*

*3. O coletivo fala sempre mais alto que individual e deve ser respeitado como a decisão legítima do movimento e todos aqueles que (com critério) desejarem e provarem ser capazes de contribuir nestes coletivos terão espaço político para isso. Estes são alguns princípios do MTST que fazem com que ele seja diferente de tudo aquilo que já existia antes de sua construção e provam o quanto ele é importante para as massas de trabalhadores e desempregados pobres do país.*

(Disponível em:  
<http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>.  
Acessado em dezembro de 2009)

No que se refere ao primeiro princípio, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto se coloca como autônomo, independente, evitando a cooptação de seus dirigentes e se afastando de uma prática política institucionalizada. Dessa maneira, o movimento mantém um relacionamento crítico com os partidos políticos já que não acredita nas possibilidades institucionais de ruptura da sociedade vigente. Verifica-se, portanto, que esta preocupação de autonomia organizativa decorre da posição política do movimento.

O segundo princípio é importante e também um diferencial do Trabalhadores Sem-Teto em relação aos outros dois movimentos atuantes no centro da cidade aqui analisados. A dispensa de colaboração financeira dos sem-teto deixa o Trabalhadores Sem-Teto muitas vezes em grandes dificuldades tendo que recorrer frequentemente às organizações parceiras. Dentre essas podemos destacar alguns sindicatos, principalmente o Sindicato

dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e algumas organizações estrangeiras, como uma central de trabalhadores da Itália - “(...) dois militantes do movimento estiveram em visita à Itália para divulgar o trabalho realizado e solicitar ajuda financeira para o desenvolvimento de projetos de capacitação profissional para os participantes da ocupação” (Lima, 2004:190).

O terceiro princípio citado se refere à temática do coletivo, temática que de fato se coloca como algo muito importante para o movimento. O coletivo é entendido como uma metodologia para a politização da base. O fato de os sem-teto estarem sempre participando de coletivos dentro do movimento (seja brigadas culturais, grupos de trabalho, núcleos, setores, etc) os tornam mais familiares com realização de constantes discussões, defesas de pontos de vistas e tomada de decisões conjuntas.

Em relação aos princípios de luta, a Cartilha do Militante registra: unidade, trabalho coletivo (divisão de responsabilidades e tarefas assim como de decisões, evitando que as decisões de um só passem por cima da maioria); disciplina (esta viabilizaria o sucesso do trabalho coletivo) e construção de poder popular (construir espaços de discussão e definição coletiva nas comunidades e nos acampamentos, de modo que a construção de assembléias, conselhos, núcleos e tudo o mais que, junto com formação política constante, prepare a cada companheiro para assumir a direção de lutas por uma vida mais digna).

A luta pela moradia é encarada como um processo longo e a experiência dos acampamentos é muito importante como forma de conscientizar os sem-teto que compõem a base do movimento. Experiências como a cozinha coletiva, as fogueiras durante a noite, as cantorias, a divisão de tarefas, as assembléias gerais, as oficinas culturais, produções de vídeos, hortas, enfim, tudo isso é considerado como ferramentas para se politizar a base e fazer com que os sem-teto reflitam sobre sua situação e a do coletivo. Na maioria dessas ocupações existem cozinhas coletivas e a experiência das agrovilas (espaços de convivência onde os sem-teto fazem hortas e atividades de educação, cultura e arte) o que ajuda na socialização e politização dos sem-teto. Enfim, todas essas atividades e organização contribuem para que os sem-teto passem a refletir mais sobre sua condição atual e a possibilidade de se ter uma outra maneira de organização social.



Márcio, membro da coordenação, parece bem consciente de que muitas pessoas estão no movimento porque querem a sua casa e pretendem encerrar a luta aí. Mas ele acredita que é possível mudar esse quadro a partir de um importante trabalho de politização da base e isso pode ser feito recorrendo àquilo que as lideranças denominam, seguindo a tradição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), de “mística”. De acordo com esta liderança, a mística é importante para conseguir fazer com que as pessoas se sintam parte do movimento e não o deixem quando recebem suas casas. A mística seria, portanto, um importante recurso para se construir laços fortes entre o movimento e os sem-teto.

*Penso a mística no sentido de espetáculo mesmo. O movimento deveria tentar fazer o que as Igrejas fazem hoje: empolgar, animar o povo, fazer com que as pessoas se sintam parte daquilo. (Entrevista de campo, 3 de setembro de 2007).*

Cantorias de músicas com temáticas que tratam da realidade dos trabalhadores pobres e gritos de protestos contribuem para que os sem-teto se identifiquem e se sintam, de fato, parte do movimento. Dentre as palavras de protesto do movimento, destacamos alguns: 1. “Criar, criar, poder popular”; 2. “MTST, a luta é pra valer”; 3. “Pátria livre, venceremos!”; 4. “Revolucionários do Brasil: Fogo no Pavio, Fogo no Pavio”.

Como indicamos antes, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto atua, diferentemente dos movimentos estudados até aqui, nas periferias. O próprio espaço disponível para os assentamentos na periferia, que é diferente das ocupações em prédios, já propicia uma outra lógica de organização interna.

*Na cidade não se tem a cultura da ocupação com barraca de lona. Estão mais acostumados a invadir prédios, mas nós acreditamos que a ocupação na terra tem mais possibilidade de se transformar em uma comunidade”, afirmou uma das coordenadoras do movimento, Patrícia Ferreira. (“Mesmo sob risco de despejo na 2ª, novas barracas são erguidas”. In: Folha de S. Paulo – Cotidiano. São Paulo, 26 de julho de 2003).*

Um prédio no centro comporta apenas a organização de uma cozinha comunitária, a qual logo se esgota. Já nas ocupações de grandes terrenos na periferia existem diversas cozinhas coletivas e elas duram bastante tempo. Vide o exemplo do acampamento João

Cândido, em Itapecerica da Serra, onde existiam 36 cozinhas coletivas para um total de 4 mil famílias.

As cozinhas são organizadas de modo que cada família contribui com um pouco de alimento (arroz, feijão, macarrão, óleo, café, açúcar, legumes) e as cozinheiras preparam tudo de modo a não faltar comida para nenhum dos sem-teto da ocupação. As mulheres sem-teto se identificam muito com o trabalho nessas cozinhas e, a partir dessa experiência, o sentimento de coletivo passa a fazer parte de suas rotinas, transformando alguns aspectos dos seus modos de pensar.

Além das cozinhas comunitárias, o “rururbano” também pode trazer experiências coletivas, fortalecer o trabalho de base e ainda garantir a sobrevivência dos trabalhadores sem-teto. Duas lideranças do Trabalhadores Sem-Teto explicam a idéia do “rururbano”:

*Wagner- Como é essa idéia de trabalhar o "rururbano" ? Vocês podiam explicar essa idéia do "rururbano"?*

*Guilherme- Eu diria que nós somos um povo de trabalhadores que ficou desempregado, que não tem mais a qualificação que as empresas requerem, que, no entanto, precisamos sobreviver, nos alimentar, nos vestir, dar saúde e escola para nossos filhos. O que é o rururbano? É um caminho que diz que nós precisamos comer, qualquer um que precisa sobreviver é rururbano. Quem tiver um quintal tem que plantar uma abóbora, criar uma galinha, e às vezes, a gente sai até ganhando, até porque os alimentos que nos são oferecidos nos supermercados estão contaminados por agrotóxicos, experiências e por aí vai. Mas, nós nem dinheiro para comprar essa porcaria temos! Então nós temos que criar uma galinha, plantar algo e comer isso. Se isto é periferia, centro, embaixo, em cima, não sabemos. Então o rururbano é uma saída criada para a subsistência imediata de milhares de famílias.*

*Alex- Aqui em Guarulhos, o primeiro processo de assentamento com a idéia do rururbano é este. (...) Nós temos uma visão que é a seguinte: a organização do povo na cidade é necessária, só que você não pode pensar em constituir uma organização dentro de uma estrutura que está podre. Lutando pela casa, o camarada tem a casa e aí? Aí tem um monte de problemas estruturais, uma série de questões que ele pode conseguir a casa, mas não vai conseguir dar sustentabilidade*

*para mantê-la. A proposta do Anita Garibaldi<sup>65</sup>, do rururbano, é que não visa só a moradia, mas que sejam criadas alternativas, que não paliativas, mas que sejam vistas desde o trabalho, da mão-deobra que temos aqui, qualificada, mas defasada para o mercado, reaproveitada internamente dentro do próprio acampamento. (Benoit, 2002: 144-145).*

Sobre a politização dos sem-teto, a todo o momento as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto procuram conscientizá-los para lutar por outros direitos que complementam o direito à moradia, como o trabalho. Assim, vai se aprimorando a luta, demonstrando que a luta só pela moradia não basta. Ao se lutar pelo trabalho, surgem outras necessidades, como por exemplo, boa saúde e, depois, vem a educação e assim por diante. As lideranças tentam fazer com que os sem-teto percebam que a luta isolada de um setor não é eficaz e que, portanto, é necessária a união dos trabalhadores para que a luta seja fortalecida. Quando se chega a este nível de conscientização, as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto passam a falar das contradições do capitalismo e da inevitabilidade de algumas situações dentro deste modo de produção e, portanto, a necessidade de uma transformação social.

Depoimentos no vídeo intitulado *2 meses e 23 minutos*, elaborado pelos sem-teto participantes da Brigada Cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, demonstram muito bem a mudança de pensamento dos sem-teto que decorre da vivência no acampamento. O depoimento abaixo é ilustrativo:

*Tem que ter a necessidade pra gente mostrar que a gente tem força para lutar. Você entendeu? Porque uma pessoa... uma pessoa só não pode fazer nada.*

*Porque a gente paga imposto... é um direito a moradia. Todo cidadão tem direito à moradia, mas isso não é cumprido, né?*

*A gente não pode cruzar os braços também e só esperar tem que continuar nossa luta, tem que ter nossa reunião... e se demorar, a gente lutar... a gente tem que lutar a gente não pode ficar esperando. Ai é bonito, né? É emocionante porque você está ali lutando pelos seus direitos. É cansativo? É ... as vezes você está lá com maior fome e você olha o pessoal fechando as portas, tudo...*

---

<sup>65</sup> “Anita Garibaldi” é referência ao acampamento Anita Garibaldi, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, na cidade de Guarulhos nos primeiros anos da década de 2000. Hoje, o antigo acampamento é, na verdade, um grande bairro de Guarulhos onde vivem muitas pessoas que participavam e ainda participam do Trabalhadores Sem-Teto.

(...)

*É que aqui você... não sei a explicação... você vê a vida com outros olhos, sabe? Você começa a ver as coisas diferente. Eu pelo menos assim aqui pra mim, nossa, como mudou o meu modo de pensar as coisas, sabe?*

*Quando agente chega aqui agente chega só, mas a partir do momento que você chega aqui é que nem uma família, você cria uma família, você nunca tá só.*

Ainda no vídeo mencionado, muitas mulheres sem-teto ainda demonstram o orgulho que têm por estarem ali lutando, fazendo o possível para melhorar suas condições de vida e poder fornecer uma moradia digna para seus filhos. Percebe-se assim uma “revolução nos valores, a consciência de ter sacudido o manto de resignação que pesava sobre seus ombros, a dignidade recuperada e o orgulho de ter-se tornado parte ativa de um empreendimento coletivo”<sup>66</sup>.

Cursos de formação política acontecem constantemente nos acampamentos dos sem-teto onde se debate a Cartilha do Militante<sup>67</sup>.

*Todas as tardes são dados cursos de formação política. Durante as reuniões diárias, realizadas dentro de cada grupo e entre os responsáveis pelos setores, os ocupantes são informados dos últimos acontecimentos, debatem a organização do acampamento, decidem as ações a serem empreendidas para popularizar a luta e fazer pressão sobre as autoridades. Assim como Rose Mary dos Anjos, eleita coordenadora do grupo quinze, as mulheres estão muito presentes no movimento e assumem responsabilidades em todos os níveis. “Ajudar esse mundo de gente a coexistir não é tarefa das mais fáceis, principalmente nestas condições: sem água corrente, sem eletricidade, numa total falta de privacidade a todo instante”, afirma. “Ao mesmo tempo, existe entusiasmo. Na favela, cada um tenta sobreviver como pode, cada um por si. Aqui é outra coisa, a solidariedade é a regra número um”. (“Sem-Teto acampam na beirada de São Paulo. *Le Monde Diplomatique*. Outubro 2007. Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node/865>. Acessado em dezembro de 2009).*

---

<sup>66</sup> “Sem-Teto acampam na beirada de São Paulo. *Le Monde Diplomatique*. Outubro 2007. Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node/865>. Acessado em dezembro de 2009.

<sup>67</sup> A Cartilha do Militante está disponível em: [www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf](http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf)

Como parte do trabalho de base e de formação política dos sem-teto o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto valoriza por demais o papel da cultura:

*A cultura cumpre um papel fundamental na formação política, na conscientização das massas, para que organizado, um povo se torne enfim ator e sujeito de sua própria história, protagonista de sua emancipação. Assim, se como dizia o filósofo do séc. XVI "a política é a arte do possível" evocamos um grito contra exclusão exigindo hoje que "a arte seja a política do impossível". É possível a arte com uma perspectiva revolucionária? É possível por que se faz necessária, por ser o pilar para identidade política, - uma arma - na construção de um discurso e de um imaginário baseado nas necessidades políticas concretas para consciência de classe nas lutas dos Movimentos Sociais.*

*(...)*

*Por uma "arte revolucionária que seja capaz de enfeitiçar o homem a tal ponto que ele não mais suporte viver nessa realidade absurda" e assim queira transformá-la. Que ensine o mundo e com o mundo aprenda: a aceitar tudo menos o que pode ser mudado. A Rosa vermelha, a Rosa do povo se abre, uma janela para liberdade, "sempre a liberdade daqueles que pensam diferente!". (Disponível em: [www.mtst.info/?q=seminario\\_guerrilha\\_cultural](http://www.mtst.info/?q=seminario_guerrilha_cultural). Acessado em janeiro de 2010).*

Diante desta visão, o movimento criou a *Brigada de Guerrilha Cultural*, setor do movimento que se responsabiliza pela organização de diferentes atividades culturais que contribuam para o desenvolvimento do pensamento crítico dos sem-teto. Dentre as atividades organizadas existem saraus, teatro, shows de rap, música, poesia, teatro e projeções. Existem ainda as Cirandas que são destinadas às crianças a partir de 2 anos e geralmente possuem um espaço físico destinado à educação infantil. No acampamento João Cândido, por exemplo, as Cirandas aconteciam diariamente e se organizavam da seguinte maneira:

*Nos primeiros encontros, o coletivo de Educação do MTST tem auxiliado os meninos e meninas a elaborar essa experiência tão intensa que é a ocupação, por meio de rodas de conversa, histórias, atividades artísticas e lúdicas. Como parte desse trabalho, crianças e pais assistiram a uma encenação dos "palhaços sem-teto", (...). A molecada também deixou o acampamento mais bonito: o barracão*

*coletivo ficou alegre e colorido com desenhos colados na lona preta.* (Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/18>. Acessado em janeiro de 2010).

A organização de bibliotecas nos acampamentos também é uma atividade importante já que o Trabalhadores Sem-Teto acredita e valoriza a educação passada e repassada entre os próprios sem-teto. Em 2006, o acampamento de Osasco, Carlos Lamarca, inaugurou uma biblioteca que levou o nome de “*Revolução bolivariana*”. A biblioteca também possibilitou uma aproximação dos sem-teto com a comunidade vizinha. Isto porque a biblioteca era aberta aos moradores do bairro onde a ocupação se encontrava –bairro que não contava com nenhuma biblioteca. Uma outra forma de aproximar e integrar o acampamento com a comunidade do entorno é a organização de jogos de futebol com diferentes times compostos por sem-teto e seus vizinhos. Foi o que aconteceu no acampamento João Candido, onde existiam três campos de futebol.

A Brigada Cultural tem um interessante trabalho de produção de vídeos sobre o cotidiano e a luta do movimento. Após a produção, a Brigada organiza o *Cine Sem-Teto*, onde os vídeos são projetados e assistidos por todos os sem-teto acampados e isso contribui para o processo de entendimento da realidade e da proposta do movimento<sup>68</sup>.

Uma outra importante diferença que pode ser destacada entre os movimentos sem-teto do centro e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é que suas lideranças são em sua maioria mais jovens, na faixa dos “20 e poucos anos”, diferentemente do que acontece nos outros dois movimentos onde as lideranças são mais maduras. Dentre esses jovens, muitos foram ou são estudantes das humanidades (filosofia, ciências sociais, história, etc) e estão ou estavam inseridos em universidades públicas (Usp, Unesp, Ufscar - as principais universidades do estado de São Paulo). São jovens articulados, radicais, politizados e que possuem facilidade de comunicação com os setores de baixa renda, no caso, os sem-teto. Muitas vezes são jovens de famílias remediadas, jovens de classe média que passam a se dedicar ao movimento, rompendo com a sua ideologia de classe - essas lideranças conseguem romper com a ideologia meritocrática típica das classes médias e incorporam ideologias revolucionárias.

---

<sup>68</sup> Alguns desses vídeos podem ser vistos na página oficial do movimento: [www.mtst.info/?q=videos](http://www.mtst.info/?q=videos).

Com isso não estamos negando a existência de lideranças mais velhas ou com baixo grau de escolaridade, tampouco estamos dizendo que não há lideranças orgânicas (lideranças que já foram sem-teto de fato e vêm da base do movimento). Essas lideranças existem sim e, inclusive, possuem papéis de grande importância no movimento. Como por exemplo, ter mais autoridade com os sem-teto mais velhos para chamar a atenção no sentido de manutenção de disciplina e limpeza das ocupações. Essas lideranças orgânicas ainda garantem a legitimidade do movimento frente à opinião pública que freqüentemente busca desqualificar o Trabalhadores Sem-Teto recorrendo ao argumento débil de que suas lideranças são de classe média e não precisam de moradias.

Diferentemente do Movimento de Moradia do Centro, no Trabalhadores Sem-Teto não há a centralização em uma liderança apenas, no entanto, existem lideranças que se destacam mais em detrimento de outras. Podemos citar como exemplo, o coordenador estadual Guilherme Boulos, sempre presente nas negociações do movimento com o governo e um dos principais “porta-vozes” do movimento e, portanto, figura de grande visibilidade na mídia.

Pensando na relação existente entre a base e as lideranças do movimento, percebemos a existência de uma diferenciação em três níveis: quadros, militantes e povo organizado. Esta classificação se dá a partir do tempo de dedicação ao movimento e em relação aos diferentes graus de consciência e politização:

*Guilherme – (...) Então seria necessário falar em aglutinação fazendo essa diferenciação: quadros, militantes e o povo organizado, em brigadas, grupos de famílias. E como se aglutinam? Temos instâncias para os diversos níveis, para a diversidade de consciência. Temos quadros, o que é que é? É um companheiro que tem uma história de militância, que o condiciona a assumir responsabilidades maiores. O militante é o companheiro que tem toda a determinação de continuar a se instruir na prática e na teoria de modo a se capacitar e ter condições de assumir maiores responsabilidades, maior carga nessa luta, que tem como fim não só a moradia, mas a organização do Brasil em relações socialistas de produção, ou se você quiser, o que aspira a uma revolução socialista. Essa diferenciação é a de companheiros que são quadros, que assumem maiores responsabilidades. Outros companheiros militantes são os que estão conscientemente se capacitando para poder carregar mais peso, por assim dizer,*

*e, finalmente, temos o povo, esse que se organiza nas famílias de uma forma espontânea, mas que, a cada dia, eleva mais a sua consciência, uma vez que o pontapé inicial já foi dado para descortinar a consciência. Esta é a forma, mais ou menos, como está organizado o acampamento, como você viu. E a própria grande participação de todos tem sido um elemento de destaque deste acampamento. Isto mostra um pouco a determinação das famílias aqui organizadas, não são todas militantes, mas vão ser militantes, e mostra como se organiza o próprio terreno, nas próprias casas, na vida solidária que cada dia mais se desenvolve no acampamento.* (Benoit, 2002: 139-140).

Esta diferenciação tem por detrás uma hierarquização entre os sem-teto do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Mesmo que haja assembleias, votações e as decisões sejam tomadas em conjunto, pode-se perceber uma hierarquia no interior do movimento. Essa hierarquia, pensada por uma perspectiva de distribuição desigual de poder, está relacionada com gradações política e de consciência, gradações de saberes, o que gera muita proximidade com os conceitos foucaultianos de arqueologia do saber e a genealogia do poder.

Foucault (2003) articula a noção de poder com a do saber, desenvolvendo a idéia de que “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (Machado, 2003: XXI). Ou ainda, “o saber funciona na sociedade dotado de poder. E enquanto é saber que tem poder” (Machado, 2003: XXII)<sup>69</sup>. Neste sentido, as lideranças do movimento que possuem mais saber, mais conhecimento, asseguram um exercício de poder sobre os sem-teto da base.

O desfecho da Ocupação Frei Tito, realizada na cidade de Campinas no ano de 2008, representou bem isso. No último dia, após a desocupação do terreno, com todos os sem-teto acampados em frente à prefeitura, alguns representantes conseguiram enfim uma reunião com representantes do poder executivo. A comissão que representava os sem-teto foi composta por duas lideranças mais o advogado do movimento.

---

<sup>69</sup> As idéias de Foucault vêm debater com os teóricos marxistas acerca da concepção de poder. Uma interessante contraposição de idéias pode ser vista em Poulantzas (1990), *O Estado, o poder, o socialismo*. Ambos os autores apresentam o poder de maneira relacional, no entanto, enquanto Foucault defende que o poder está difuso na sociedade e que a relação de poder não tem outro fundamento que não ele mesmo. Poulantzas vê no Estado o lócus privilegiado de poder e dominação política e ainda afirma que o poder tem fundamento preciso na divisão de classes e na exploração de uma sobre a outra.



Esta reunião durou quase três horas e quando as lideranças saíram dali, se reuniram com as outras lideranças para uma conversa “mais reservada”, sem a presença dos sem-teto da base. Enquanto isso, os sem-teto esperavam as “boas novas” e só então depois de algum tempo é que as lideranças socializaram as informações a respeito das negociações.

Sobre a relação entre o saber e poder, a figura do advogado nos movimentos dos sem-teto é ilustrativa. Os sem-teto consideram importante que o movimento tenha um advogado e muitos dos sem-teto com quem conversei se mostraram mais seguros com a presença desta figura. Segundo alguns sem-teto da Ocupação Frei Tito, o advogado saberia da lei, saberia o que seria bom para eles (sem-teto) e, se o prefeito da cidade de Campinas viesse a propor um acordo, o advogado era quem analisaria e decidiria se a proposta seria boa ou não. Sendo assim, percebe-se que a presença de um advogado legitima as decisões de cúpula, as decisões tomadas pelas lideranças. Essas constatações nos ajudam a entender, por exemplo, a admiração e respeito que o advogado Manoel Del Rio possui entre os sem-teto do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC).

As lideranças se apresentam como uma espécie de “núcleo avançado”, no sentido de Borja (1975), em que um grupo, mais ou menos formal, toma as incitativas, tem poder de convocatória e representatividade, reúne a população e ainda faz assembléias que cristalizam a manifestação das reivindicações e a decisão da ação.

Este “núcleo avançado” aparece como grande referência e são admirados pelos sem-teto. Durante uma conversa com um dos jovens que participava pela primeira vez de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na cidade de Campinas, apareceu a seguinte confissão:

*Ai se eu já tivesse uma casa e se recebesse para fazer isso, vixi, eu gostaria de sair pelo mundo aí lutando com os sem-teto, conseguir casa para as pessoas que não tem. Nossa! (Entrevista de campo, abril de 2008).*

Uma mulher, empregada doméstica, que também participava de uma ocupação pela primeira vez, disse que quando ela via aqueles líderes tão novos, dedicando suas vidas na luta para que todas as pessoas sem-teto conseguissem uma moradia, ela não tinha como pensar em desistir. Naquele momento, percebemos que as lideranças, além de serem

admiradas pelos sem-teto também são as pessoas que passam uma mensagem de coragem e perseverança diante dos obstáculos da luta pela moradia.

No entanto, no dia seguinte, a mesma mulher confessou-nos sua insatisfação e insegurança devido ao fato de que mesmo fazendo um grande esforço para participar de todas as atividades do movimento, não possuía garantia nenhuma de que conseguiria uma moradia para sua família já que, mesmo que o movimento fosse vitorioso, seriam as lideranças quem iriam dizer quem participou de fato ativamente do movimento e quem receberia a moradia.

Uma outra sem-teto, também participante da Ocupação Frei Tito e que trabalhava na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como faxineira terceirizada, disse que tinha que conversar com “a líder” e explicar que estava muito cansada, tinha trabalhado o dia todo e por isso estava indo embora do acampamento em frente à prefeitura. Ela me disse que o seu marido estava lá na ocupação e que queria deixar tudo “explicadinho” para depois não ter problema com os líderes.

Verificamos que, se por um lado, as lideranças exercem poder nas relações com os sem-teto e despertam tanto admiração quanto medo, por outro lado, são as lideranças as figuras mais expostas e fiéis à luta pela moradia, já que são elas que estão presentes em quaisquer ações do movimento. São as lideranças que planejam detalhadamente o local da ocupação, organizam o acampamento, assinam documentos, aparecem na televisão e periódicos dando declarações, são os que são constantemente criminalizados, sofrem acusações e respondem a processos judiciais, etc. A relação entre base e liderança é, portanto, uma relação complexa, composta de substantivos muitas vezes antagônicos: respeito, confiança, desconfiança, admiração, medo, coragem, idealismo, etc.

### *Métodos de Luta*

No que se refere aos métodos de luta, o movimento os define da seguinte maneira:

- 1. Ocupação de latifúndios Urbanos Improdutivos (Grandes terrenos vazios na cidade)*
- 2. Trabalho Comunitário. As ocupações ocorrem conforme a demanda das comunidades e de acordo com a possibilidade política do momento em cada região. Elas são ferramentas muito importantes para o MTST atingir seus objetivos e, por tanto deve e é preparada com cuidado, depois*

*de várias reuniões com aqueles que ocuparão e da articulação daqueles que ajudarão a manter a ocupação viva e vitoriosa. O Trabalho Comunitário é também importante porque há muitas comunidades que já estão há muito tempo assentadas, ou seja, não necessitam de ocupação, mas tem um monte de problemas de estrutura e organização que precisam ser solucionados e que, nós bem sabemos, não o serão pelo Estado. É um trabalho longo e que não tem fim, mas que gera frutos e fortalece a luta unindo aqueles que não tem casa àqueles que já a tem mais que aprenderam que só ela não basta.* (Disponível em: <http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>. Acessado em dezembro de 2009)

Antes de arrolarmos explicações sobre cada um desses métodos, cabe um alerta ao leitor sobre a exposição que seguirá.

Nos dois movimentos dos sem-teto do centro estudados, apesar de cada ocupação ter uma particularidade e todas serem importantes para a história do movimento, é possível destacar uma ocupação símbolo do movimento e os próprios sem-teto dos movimentos do centro o fazem – enquanto no Movimento de Moradia do Centro destaca-se a Ocupação do Ouvidor, no Movimento Sem-Teto do Centro sobressai-se a Ocupação Prestes Maia. Já em relação ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, sentimos grande dificuldade para encontrarmos uma ocupação símbolo. Se escolhêssemos a Ocupação Anita Garibaldi devido ao seu tamanho e por ter saído como grande vitoriosa, tornando-se hoje um bairro da cidade de Guarulhos, teríamos que ponderar que, antes dela, a primeira ocupação realizada pelo movimento, a Ocupação Oziel, em Campinas, era na verdade uma ocupação maior e também logrou êxito. Pensando em outros aspectos, a Ocupação Santo Dias (também conhecida como ocupação da Volks) foi símbolo no que se refere à violência urbana e criminalização dos movimentos sociais. Cada ocupação possui, portanto, uma particularidade que deveria ser destacada. Sendo assim, optamos por uma estratégia de exposição diferenciada no que se refere à descrição das ocupações do Trabalhadores Sem-Teto. A seguir, tentaremos evidenciar todas as fases de uma suposta ocupação (onde e como ocupar, quem e por que ocupa, etc), dando exemplos reais de diferentes ocupações realizadas pelo movimento.

Após o detalhamento das ocupações, passaremos para a descrição de outras formas de luta para reivindicar moradia: os atos e passeatas; os acampamentos em frente às

prefeituras e câmaras municipais, acorrentamentos e greves de fome; o trancaço e a organização da Associação Periferia Ativa (que estaria por sua vez mais ligada à idéia de Trabalho Comunitário descrita acima).

### *1. Ocupação*

A realização de ocupações em grandes terrenos vazios é o principal método de luta do Trabalhadores Sem-Teto e aqui ele se diferencia dos principais movimentos por moradia porque não ocupa para chamar a atenção e pressionar o governo para negociar políticas a médio e longo prazo. As ocupações servem para atender diretamente aos que não têm teto, ao que precisam da terra de imediato<sup>70</sup>. Neste sentido, as ocupações do Trabalhadores Sem-Teto podem ser definidas em sua grande maioria como ocupações estratégicas, ao invés de táticas. A ocupação estratégica, como vimos, é a ação direta do movimento para solucionar o problema da falta de moradia, ou seja, os sem-teto ocupam prédios vazios com o intuito de morar lá definitivamente. Já a ocupação tática é aquela em que os sem-teto ocupam locais diversos para chamar a atenção dos governantes e da população e não para morarem no lugar em definitivo.

Ainda sobre a tipologia das ocupações, lembramos que como o Trabalhadores Sem-Teto não é filiado a nenhum outro movimento, ele não realiza ocupações articuladas e simultâneas – ocupações que exigem uma maior aproximação e afinidades ideológica e metodológica de luta com os outros movimentos que dividiriam a responsabilidade e organização das ocupações. Dessa maneira, todas as ocupações do Trabalhadores Sem-Teto são isoladas (organizadas apenas por um movimento).

O Trabalhadores Sem-Teto possui uma grande preocupação em politizar a sua base e a nomenclatura de suas ocupações sinalizam isso. As ocupações recebem nomes de revolucionários, tais como Anita Garibaldi, Santo Dias, Rosa Luxemburgo, etc. No processo de entender o nome da ocupação, os sem-teto trocam conhecimentos a respeito dessas personalidades e refletem sobre revoltas históricas e a possibilidade de contestação ao sistema vigente, ampliando e aprofundando temas importantes para a politização do militante.

---

<sup>70</sup> “No Abc, movimento se diz “irmão” do MST”. In: *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. São Paulo, 24 de julho de 2003.

### *Onde ocupar?*

A escolha do terreno a ser ocupado é um processo que exige sigilo, estudo e planejamento. Antes de realizar a ocupação, a coordenação do movimento preocupa-se em produzir um mapeamento do local a ser ocupado, levantando, inclusive, a situação jurídica do imóvel e realizando especulações sobre quem é o proprietário. Tudo isso é feito sob um grande sigilo para evitar que a informação escape e possa vir a frustrar a realização da ocupação.

Dentro deste mapeamento do local, está incluída a análise e percepção das necessidades de moradia pelas famílias do próprio bairro onde se localizará a futura ocupação. Isso porque se a ocupação acontece em um bairro onde o problema habitacional está presente, ela terá grandes chances de agregar mais pessoas a seu redor e o movimento terá a possibilidade de informar e formar futuros militantes.

Os latifúndios urbanos que são escolhidos para a realização das ocupações geralmente não cumprem a sua função social e não têm seus impostos pagos há muitos anos, tendo assim uma situação irregular e de inadimplência. Esses terrenos também são tidos como locais de tráfico, desovas de cadáveres, desmanches de carros, servindo, portanto, ao crime e não ao cidadãos.

### *Por que ocupar?*

Na visão das lideranças é importante a realização de ocupações por diversas razões. A primeira delas se refere a própria necessidade de se encontrar um local, mesmo que provisório, para as centenas de famílias que se encontram nas bases do movimento e não têm onde viver. Uma segunda razão para a realização das ocupações é a visibilidade que esse tipo de ação traz para o problema habitacional brasileiro. A ocupação é de fato uma maneira de pressionar o governo e aumentar as chances de o movimento ter algumas de suas reivindicações atendidas. A terceira razão da realização das ocupações é que são nestes momentos que o movimento consegue agregar novos sem-teto para as suas bases. Além disso, como destacam algumas lideranças, é no dia a dia das ocupações que os sem-teto vão se conscientizando da gravidade do problema habitacional e vão percebendo que este não é um problema individual, mas é algo social e que deve ser visto de uma maneira mais ampliada.

Já para os sem-teto a ocupação é uma questão de necessidade, de modo que a miséria e o desemprego estimulam a realização destas. O depoimento da mulher sem-teto a seguir é exemplar para demonstrar a dificuldade que existe inicialmente entre os sem-teto em aceitar e fazer parte de uma ocupação. No início, muitos sem-teto não aceitam a idéia de ocupar a propriedade de outrem, no entanto, a necessidade e falta de perspectiva os levam a isso.

*“Eu não queria vir. Porque (o terreno) não é nosso, filha. Só estou aqui porque faz um ano que não consigo pagar o aluguel da casa onde moro. É R\$150, mas não tenho, não adianta”. Doente, osteoporose em estado avançado, um filho de 11 anos, Iraci é catadora de papelão. Os médicos já lhe disseram que a função é incompatível com a situação de seus ossos, que ela tem de parar. (“Em 2 semanas, sem-teto erguem favela”. In: Folha de S. Paulo – Cotidiano. 31 de março de 2007).*

Os sem-teto que ainda conseguem ter algum lugar para ficar, os que ainda podem contar com a solidariedade de familiares, por exemplo, esses também vêem nas ocupações a possibilidade de conseguirem conquistar uma moradia. Sendo assim, os sem-teto começam a participar dos movimentos e se dispõem a realizar as ocupações porque têm como objetivo único e principal a conquista de uma moradia. No entanto, ao longo do processo de luta podem (ou não) ocorrer algumas mudanças de pensamento e, além desta reivindicação imediata, podem aparecer outras demandas.

*Quem ocupa? Como aumentar o número de pessoas em uma ocupação?*

Muitos novatos chegam ao movimento a partir de conversas com amigos e vizinhos ou ainda devido às matérias e reportagens que assistem na televisão.

Uma das táticas do Trabalhadores Sem-Teto é a de passar com carro de som nas ruas de bairros pobres da periferia, principalmente nas ruas próximas aos locais da ocupação, chamando as pessoas que necessitam de moradia digna à se engajarem na luta e a participar do movimento. Essa tática tem dado certo a nosso ver por dois motivos. O primeiro deles é porque o local da ocupação é um território conhecido e familiar para os sem-teto novatos ao movimento, ou seja, é o bairro onde eles estão acostumados a morar, conhecem a vizinhança e, provavelmente, gostariam de ficar morando ali caso a ocupação venha a se tornar suas moradias definitivas. O segundo motivo é que a proximidade de

suas moradias atuais com o local da ocupação permite que os sem-teto novatos, que ainda não conhecem muito bem a dinâmica do movimento, possam ir e vir com mais facilidade de suas casas para o acampamento e do acampamento para suas casas, proporcionando assim uma maior sensação de segurança.

A ocupação do terreno da Volks é um grande exemplo do rápido aumento do número de participantes de uma ocupação. No primeiro dia havia 300 famílias, no terceiro dia já tinha 6 mil pessoas de acordo com as lideranças do movimento (4 mil pessoas, segundo a polícia militar)<sup>71</sup>. Em uma outra ocupação, realizada em Itapecerica da Serra, cerca de 3500 barracos foram construídos no terreno, abrigando cerca de 10 mil pessoas. A imprensa colocou a seguinte manchete: “Em 2 semanas, sem-teto erguem favela”. As lideranças estimam que 85% das pessoas que estavam na ocupação eram da região do acampamento mesmo, bairro Valo Velho em Itapecerica da Serra<sup>72</sup>. Assim, verifica-se que se uma grande parte das pessoas que estão em uma ocupação não faz parte do movimento, essas pessoas têm grande potencial de começarem a participar efetivamente do movimento e serem os sem-teto ativos em uma próxima ocupação.

*Uma vez definido o local, o MTST pôs em ação sua rede ramificada nas favelas, fez contato com as famílias já mobilizadas, estabeleceu uma lista inicial de candidatos à ocupação. No dia D, cerca de trezentas pessoas, munidas de lanternas, facões, picaretas, martelos, arame, estacas de bambu e rolos de lona plástica, invadiram a Fazendinha. Na manhã de 17 de março, as primeiras barracas do acampamento João Cândido já estavam erguidas. Muito rápido, a notícia da ocupação se espalhou e centenas de moradores de bairros populares de São Paulo acorreram ao local. Ao cabo de uma semana, o acampamento adquiriu dimensões de uma pequena cidade, e o Jornal da Tarde estampou a manchete: “Itapecerica da Serra, capital dos sem-teto”. (“Sem-Teto acampam na beirada de São Paulo. Le Monde Diplomatique. Outubro 2007. Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node/865>. Acessado em dezembro de 2009).*

---

<sup>71</sup> “Em 2 semanas, sem-teto erguem favela”. In: Folha de S. Paulo – Cotidiano. 31 de março de 2007.

<sup>72</sup> Idem.

Uma outra maneira de agregar novatos às bases do movimento dos sem-teto se dá quando lideranças do Trabalhadores Sem-Teto organizam ou participam de lutas por melhorias nas condições de vida da população de baixa renda que vive na periferia da cidade e, no decorrer dessas lutas, as lideranças dos sem-teto apresentam o movimento e a sua luta para a população carente. O “Dia nacional de luta pela tarifa social de energia elétrica”, que aconteceu no final de 2007, pode ser considerado como uma atividade que contribuiu para a divulgação do Trabalhadores Sem-Teto e trouxe novos sem-teto à sua base. A reivindicação, como o nome já diz, era a tarifa social de energia elétrica e isso acabou por envolver centenas de famílias. De acordo com lideranças do movimento, mais de mil famílias se mobilizaram para esta luta no estado de São Paulo. A ação teve êxito, garantindo a entrega das declarações de solicitação da tarifa pelas famílias que não vinham sendo aceitas pelas empresas e a tarifa social seria implementada para os que participaram da luta.<sup>73</sup>.

Pudemos acompanhar o processo de organização da ocupação Frei Tito na cidade de Campinas e todas as táticas citadas foram postas em prática para a realização e desenvolvimento da ocupação. A luta pela tarifa social foi realizada, conquistando assim alguns moradores de bairros pobres para se juntarem ao Trabalhadores Sem-Teto, assim como ameaças de despejo nas favelas também foram acompanhadas pelas principais lideranças do movimento com o intuito de agregar mais pessoas para a ocupação que estava sendo planejada.

#### *O problema dos oportunistas*

Os oportunistas, que destacamos anteriormente relacionando-os com a teoria de Olson do “free-riding”, são chamados pelos sem-teto do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de “andorinhas”<sup>74</sup>. Alguns oportunistas vão até os acampamentos, montam suas barracas e só aparecem novamente quando ficam sabendo da existência de alguma reunião decisiva ou importante e que, por exemplo, somará pontos para as famílias participantes e influenciará a decisão de quem receberá a moradia no final da ocupação. As “andorinhas”

---

<sup>73</sup> Disponível em: [www.conlutas.org.br/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=648](http://www.conlutas.org.br/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=648). Acessado em dezembro de 2009.

<sup>74</sup> As andorinhas são pássaros conhecidos por montarem seus ninhos durante a primavera e verão e quando começa as estações mais frias, elas vão embora atrás de locais mais quentes.



não estão presentes no dia a dia do movimento e não são muito bem quistas pelos sem-teto que vivem o cotidiano das ocupações.

A coordenação do movimento reconhece a presença de alguns oportunistas nas ocupações, mas garante que se trata de uma minoria:

*“Sempre tem alguns oportunistas, mas são um ou outro e esses não agüentam nem três meses de banho frio. Desistem logo”. Ela [uma das coordenadoras do movimento] explicou que, assim que for feito o cadastro das famílias, será possível identificá-los. (“Mesmo sob risco de despejo na 2ª, novas barracas são erguidas”. Folha de S. Paulo – Cotidiano. 26 de julho de 2003).*

O dia a dia do sem-teto não é fácil e tampouco agradável. Nos acampamentos a vida é difícil, vive-se sob uma barraca muitas vezes com crianças pequenas, sem infraestrutura, com banheiros e cozinhas improvisadas, poucas condições de higiene e muitas vezes em meio ao lixo, já que a prefeitura só disponibiliza a coleta de lixo depois de muita luta. Sol quente, frio, chuva forte, tudo isso deve ser enfrentado pelos sem-teto, dia e noite. *“Dormir ao relento? Quem quer?”*, questiona uma das mulheres sem-teto. Sem falar na insegurança e o medo de uma reintegração de posse violenta. As dificuldades permanecem nas outras ações do movimento, por exemplo, nas marchas, em que se caminha por horas e horas em baixo do sol ou da chuva. Desse modo vê-se que quem vive o dia a dia das ocupações e das ações do movimento é porque de fato necessita de uma moradia e se encontra em uma situação tão vulnerável que pode fazer com que a opção do acampamento seja melhor quando comparada com a situação atual.

As “andorinhas” simplesmente montam suas barracas, dão seus nomes ou se cadastram nos movimentos, mas não estão no dia a dia, não fazem parte dos coletivos, não têm responsabilidade nos setores de infra-estrutura de modo que as lideranças através das informações dos sem-teto da base conseguem ter um certo controle de quem está participando de fato do movimento e quem não está. Quem está, entra para o que os sem-teto denominam de lista de prioridade do movimento, é na realidade para estas pessoas que se luta pelas moradias. Assim como nos movimentos dos sem-teto do centro, o Trabalhadores Sem-Teto também tem uma lista em que controlam a participação dos sem-teto para evitar as “andorinhas” (ou o “pegar carona”, o “free-riding” de Olson).

Diante deste tema uma ponderação deve ser feita. Durante nosso trabalho de campo, pudemos perceber que grande parte dos sem-teto está desempregada e por isso consegue se dedicar exclusivamente às atividades dos movimentos. No entanto, há uma parte dos sem-teto que possui um trabalho precário e intermitente, possui patrões aos quais devem dar satisfação, não pode perder horas de trabalho, e que, por isso, deve buscar algumas estratégias para conseguir participar das atividades propostas pelo movimento. Esse é o caso, por exemplo, de uma mulher que era empregada doméstica e não podia faltar do emprego e, ao mesmo tempo, ela deveria participar das atividades diurnas do movimento, como por exemplo, marchas, vigília no acampamento em frente à prefeitura com os acorrentados, e ainda a noite deveria dormir na ocupação. A mulher morava na casa da mãe e tinha dois filhos para cuidar. Como conciliar isso?

Graziela, uma das principais lideranças no acampamento Frei Tito em Campinas, disse que a coordenação do movimento tinha tudo marcado e quem não estava acampado no terreno e tampouco em frente à prefeitura não teria direito às conquistas do movimento: a moradia. Diante disso, Heloisa a empregada doméstica sem-teto, passou a adotar a seguinte rotina: ela trabalhava até as 16 horas na casa da patroa como empregada doméstica e, depois disso, ela ia até a prefeitura e ficava lá até às 20 ou 21 horas. Seu marido fazia a mesma coisa: saía do local de trabalho e ia até o acampamento dos sem-teto em frente à prefeitura. Depois disso, eles iam para a casa da mãe onde lá ela tinha os dois filhos para cuidar e fazer comida. Ela dormia e, no outro dia, acordava por volta das 5 horas para deixar a casa em ordem e chegar na casa da patroa às 8 horas da manhã. Em outros dias, a estratégia era revezar com a mãe e a sogra para que a família pudesse sempre estar presente nas atividades do movimento.

Em uma de nossas conversas veio o desabafo:

*Ai é tão difícil, ter que trabalhar o dia todo e, depois, ficar aqui. E ainda para no final dizerem que nós não ficamos o tempo todo e não teremos a casa. Vou conversar com o meu marido e ver se está valendo mesmo a pena (Entrevista de campo, abril de 2008).*

*Como ocupar?*

Geralmente os acampamentos são divididos em grupos (G1, G2, G3... G15...), de modo que a quantidade de tais grupos depende do tamanho da ocupação e do número de

famílias e barracos montados no local. Cada grupo possui sob sua responsabilidade uma cozinha comunitária, onde os sem-teto pertencentes àquele grupo devem doar alimentos, comprar gás e selecionar as pessoas que cuidarão da cozinha - na grande maioria das vezes essas pessoas são mulheres. Muitas vezes, instituições que apóiam o Trabalhadores Sem-Teto doam alimentos para as cozinhas comunitárias.

Além da cozinha comunitária, cada grupo possui um coordenador geral e alguns responsáveis pelas principais tarefas setoriais: infra-estrutura, higiene, limpeza e disciplina.

Os responsáveis pela infra-estrutura são aqueles que auxiliam os outros sem-teto a construir seus barracos, geralmente esse auxílio é dado às mulheres sem maridos que se lançam nos acampamentos com seus filhos ou ainda para aqueles sem-teto que não têm experiências com a construção de barracos. Esses barracos são geralmente espaços pequenos sob uma lona preta. O setor da infra-estrutura também se responsabiliza pela construção e improvisação dos banheiros comunitários. Água potável também é algo raro de se encontrar nos acampamentos e por isso é trazida de fora. Como também não há energia elétrica, as fogueiras estão sempre presentes nas noites dos sem-teto acampados.

Já o setor de higiene e limpeza é o responsável pela manutenção do acampamento, principalmente, no que se refere à questão do lixo. Os acampamentos são muito grandes e a coleta de lixo realizada pelas prefeituras não é um serviço muito presente.

Dentre as principais tarefas do setor de disciplina, destaca-se a realização de rondas noturnas em todo o acampamento para garantir o sono tranquilo dos trabalhadores acampados. Os responsáveis pela disciplina ainda devem fiscalizar o uso de bebidas, drogas e atos de violência – coisas que não são permitidas dentro das ocupações.

A orientação geral das lideranças é para que os sem-teto permaneçam o maior tempo possível dentro dos acampamentos. Isso é importante para demonstrar a força e organização do movimento e não deixar passar a imagem, via imprensa ou para os policiais, de que o acampamento está esvazio. Em tempos de instabilidade e de ameaças de reintegração de posse, a ocupação efetiva dos acampamentos é algo muito importante. As lideranças enfatizam constantemente que o movimento não cobra taxas mensais, mas cobra algo que todos podem fazer: a unidade entre os sem-teto e a presença efetiva na luta pela moradia.

Lideranças do Trabalhadores Sem-Teto afirmam constantemente que este movimento não é um movimento de moradia unicamente e dizem que outras questões também devem estar nas pautas de reivindicações, como por exemplo, o trabalho. É por isso que muitos dos acampamentos têm buscado a organização de cooperativas pensando na questão do trabalho para os sem-teto que se encontram muitas vezes desempregados. Essas cooperativas são mistas, desde a área de produção até a prestação de serviços. No entanto, o discurso de cooperativas do Trabalhadores Sem-Teto não está aliado ao de economia solidária, já que de acordo com a concepção política do movimento, para se alcançar uma sociedade justa e igualitária é preciso que haja uma ruptura radical do sistema vigente e, portanto, políticas de inclusão (por exemplo, “incluir” os sem-teto no mundo do trabalho) não são suficientes. Guilherme, uma das lideranças do Trabalhadores Sem-Teto, explica isso da seguinte maneira:

*Guilherme- Isto não significa uma política "dessas" inclusivas que procuram "incluir", nada disso. Não é do tipo de incubadora do tipo da economia solidária, desta do Paul Singer, uma vez que nós somos pela ruptura. Isso tudo que o Alex está falando visa a sobrevivência, mais ou menos racionalizada. Aqui no acampamento temos aproximadamente 3200 famílias. Cerca de 10 mil pessoas. É quase uma cidade pequena do interior, já caracteriza até um próprio mercado interno, trocas de serviços...Tem o exemplo da padaria; tem uma padaria aqui perto. Primeiro, quando chegamos aqui, nos olhavam meio com desconfiança, tem uma padaria que abaixou o preço do pãozinho para 0,07 centavos, agora triplicou, quadriplicou a produção, tem fila o dia todo. O acampamento trouxe um grande benefício exatamente pela quantidade enorme de famílias. (Benoit, 2002: 146).*

O acampamento Carlos Lamarca, localizado em Osasco, em 2006, firmou uma parceria com o governo federal visando criar uma associação de trabalhadores, onde seriam organizadas cooperativas de reciclagem, de construção civil e costura e confecção.

Durante a realização do nosso campo, Márcio, uma das lideranças do Trabalhadores Sem-Teto, comentou que o movimento poderia investir mais nas cooperativas de pedreiros, já que está é a ocupação de muitos sem-teto e também criar cooperativas para as sem-teto mulheres, para que elas pudessem, por exemplo, cozinhar e entregar marmitas (as famosas “quentinhas”). Verifica-se assim que o Trabalhadores Sem-

Teto percebe que moradia e trabalho são questões emergenciais e de sobrevivência para os sem-teto e por isso o movimento deve, dentro de suas possibilidades, trabalhar nestas duas áreas.

### *O início do desfecho*

Geralmente, logo nas primeiras semanas, as ocupações já passam a contar com um número maior de famílias de sem-teto do que o número inicial. Isto acontece principalmente quando as ocupações são realizadas em bairros de grande precariedade e déficit habitacional. A partir disso, a ocupação pode tomar diversos caminhos, mas dois são mais recorrentes. O primeiro deles é a organização do movimento se fortalecer bastante e juntamente a isso o governo municipal estar aberto ao diálogo de modo que movimento e governo entrem em processo de negociação e cheguem a um acordo. Foi o que aconteceu, por exemplo, no acampamento Anita que hoje é na verdade um bairro da cidade de Guarulhos com cerca de duas mil famílias organizadas pelo movimento. Existem ainda outras ocasiões em que a relação entre o movimento e os governos são mais conflituosas, com avanços e regressos constantes, mas que de uma maneira geral há possibilidade de negociação e acordo – este é o caso da Ocupação João Candido onde o governo federal e o governo do estado de São Paulo acordaram por escrito em construir moradia para todos os acampados. A prefeitura de Itapeverica da Serra cederia um terreno sobre o qual 350 famílias sem nenhum outro meio de abrigo construíram um outro acampamento para moradia provisória.

Um outro caminho possível é o de o governo ser extremamente repressivo, avesso ao diálogo, fazer ameaças constantes de reintegração de posse, e ainda a imprensa trabalhando no sentido de criminalizar o movimento, tudo isso conflui para o enfraquecimento da luta do movimento, de modo que a ocupação acaba ficando com um número reduzido de famílias. Nestes momentos, a imprensa aparece como o inimigo “número 1” dos sem-teto e a polícia militar o “inimigo número 2”. Sem a possibilidade de negociação e com a eminência de se ter uma reintegração de posse violenta, os sem-teto decidem pelo fim da ocupação e se tem, portanto, uma derrota. Esse desfecho foi o da Ocupação da Volks que durou apenas 20 dias, na cidade de São Bernardo do Campo, no ano de 2003.

Na ocasião, o prefeito municipal era Willian Dib do Partido Socialista Brasileiro (PSB), quem era totalmente contra a ocupação e não estava disposto às negociações. Além do empenho do prefeito, o governador Geraldo Alckmin também interferiu nesta ocupação para que os sem-teto saíssem do terreno.

No decorrer da Ocupação da Volks, o movimento entregou uma carta para o deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT-SP) Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, para que ele a entregasse para o presidente Lula, pedindo a intermediação política do presidente, por meio do Ministério das Cidades, para uma solução pacífica para o caso. Isso porque os sem-teto diziam estarem dispostos a resistir caso a polícia fosse cumprir o mandato de reintegração de posse. Lula desconsiderou a possibilidade de compra ou permuta do terreno da Volks e Hereda, secretário nacional de habitação, propôs o cadastramento das famílias nos programas de habitação do governo.

A coordenação do movimento afirmava que os sem-teto não tinham para onde ir e que os governos deveriam propor algo sobre isso. O senador do Partido dos Trabalhadores (PT-SP), Eduardo Suplicy, se propôs a conversar com o governador Alckmin sobre as possibilidades de soluções para as famílias, mas não obteve grandes resultados.

No dia 8 de agosto de 2003 aconteceu a reintegração de posse do terreno da Volks. Apesar dos sem-teto não resistirem, os policiais abusaram da força. Esta reintegração foi uma das que obteve o maior aparato e infra-estrutura dentro das histórias de reintegração de posse dos sem-teto:

*A tropa de choque foi preparada para uma guerra, que não aconteceu. Mas o efeito visual de 800 policiais, mais 70 homens de cavalaria, 30 cães, dois helicópteros, 140 veículos e a informação do coronel Tomaz Alves Cangerana, comandante do Policiamento de Choque, de que não iria negociar fizeram com que as cerca de quase 4000 famílias que ocupavam o terreno da Volkswagen desde o dia 19, em São Bernardo, deixassem o local sem resistência. ("Sem-teto deixam terreno da Volks no ABC". Folha de S. Paulo – Cotidiano. 8 de agosto de 2003).*

No final do processo houve agressão aos sem-teto, muitos desses ficaram feridos. De acordo com a imprensa, os sem-teto iriam responder processos por danos ao

patrimônio e por incitação ao crime<sup>75</sup>. Após o despejo, os sem-teto acamparam no paço da prefeitura e, após serem expulsos do local, foram até a praça da matriz, famosa por manifestações sindicais na década de 70, quando o presidente Lula era metalúrgico. Ora, *“com Lula ou sem Lula a luta continua”*<sup>76</sup>.

Começando a chover a coordenação do movimento entrou em contato com diversas entidades e foi na escola de samba da Gaviões da Fiel que os sem-teto encontraram abrigo, primeiro na própria quadra da escola e, depois, em um terreno da escola. O governo não providenciou nem um abrigo provisório para os sem-teto que não tinham aonde ir.

*O que acontece quando uma ocupação não tem sucesso? E quando tem?*

Quando uma ocupação não obtém êxito e o processo de luta foi muito desgastante, algumas pessoas desistem de lutar e acabam voltando para a situação em que estavam antes de se juntarem ao movimento: vivendo com parentes, morando em barracos nas favelas, etc.

Existem algumas pessoas não têm realmente para onde ir, nestes casos, as lideranças do movimento tentam conseguir um lugar provisório para essas famílias, mesmo que seja em alguma outra ocupação que o movimento esteja organizando. Isto foi o que aconteceu, por exemplo, no ano de 2002, quando a ocupação organizada pelo Trabalhadores Sem-Teto na cidade de Osasco não deu certo e algumas pessoas, que não tinham para onde ir, foram para uma ocupação do movimento em Guarulhos.

A desmobilização dos sem-teto e o desânimo após uma ocupação fracassada é algo que as lideranças dos movimentos enfrentam constantemente.

Quando as ocupações têm sucesso e suas reivindicações são atendidas, o desafio do movimento se dá no sentido de não perder o contato com as famílias e as inserirem em

---

<sup>75</sup> A criminalização do movimento também aconteceu em decorrência da morte de um repórter fotográfico da Revista Época em frente à ocupação dos sem-teto. O que supostamente teria acontecido foi que três assaltantes teriam roubado trinta reais em um posto de gasolina, perto da ocupação, e objetivavam atravessar a ocupação dos sem-teto e se esconderem em uma favela que ficava atrás da ocupação. No entanto, no momento da fuga um dos ladrões teve a percepção de que teria sido fotografado por um dos repórteres que estava cobrindo a ocupação dos sem-teto e voltou para pegar a máquina fotográfica. Foi neste momento que a arma disparou – de acordo com o suspeito o disparo foi acidental, já para as testemunhas, o disparo foi proposital.

<sup>76</sup> Durante uma greve em 1980, quando Lula foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, um dos gritos de protesto dos operários era esse.

outros tipos de luta, pela infra-estrutura, por exemplo, de modo a dar continuidade ao trabalho de politização e organização da classe trabalhadora.

## *2. Marchas*

As marchas, atos e passeatas também são utilizadas pelo Trabalhadores Sem-Teto como forma de luta. Geralmente, essas marchas percorrem grandes distâncias já que elas têm como ponto de partida os acampamentos dos sem-teto (localizados na periferia ou nas divisas das cidades que compreendem a Grande São Paulo) e têm como “ponto final” ou as prefeituras das cidades (geralmente localizadas no centro da cidade) ou a sede do governo do estado de São Paulo quando se busca diálogo com o governo estadual (localizada no bairro do Morumbi na cidade de São Paulo). Assim, se de um lado, as passeatas que são organizadas pelos movimentos dos sem-teto do centro, possuem como trajeto uma pequena quilometragem já que as sedes das principais instituições onde se reivindica políticas habitacionais se concentram no centro da cidade mesmo e estão próximas uma das outras; do outro lado, os militantes do Trabalhadores Sem-Teto, movimento que atua na periferia, têm muitos quilômetros para caminhar, até chegar aos locais onde se dará o desfecho das marchas.

Como exemplo, podemos citar a marcha organizada pelo Trabalhadores Sem-Teto, em março de 2007, que agregou 5 mil sem-teto para cobrarem do governo do estado de São Paulo a inclusão, nos programas de habitação mantidos pela CDHU, das cerca de 3500 famílias sem-teto que ocuparam um terreno em Itapecerica da Serra.

O trajeto do acampamento em Itapecerica da Serra até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado, totalizava mais de 18 quilômetros, o que foi feito a pé pelos sem-teto em torno de 5 horas. Quando os sem-teto chegaram perto do palácio, foram impedidos pela polícia de se aproximarem mais.

## *3. Trancaço*

O “trancaço” também é uma outra forma de luta utilizada pelo movimento, embora seja mais esporádica. Os sem-teto bloqueiam simultaneamente duas ou três das principais rodovias de acesso à cidade de São Paulo ou ainda “trancam” as principais avenidas das cidades em que possuem acampamentos, causando assim um grande congestionamento, chamando a atenção da população para o problema habitacional e

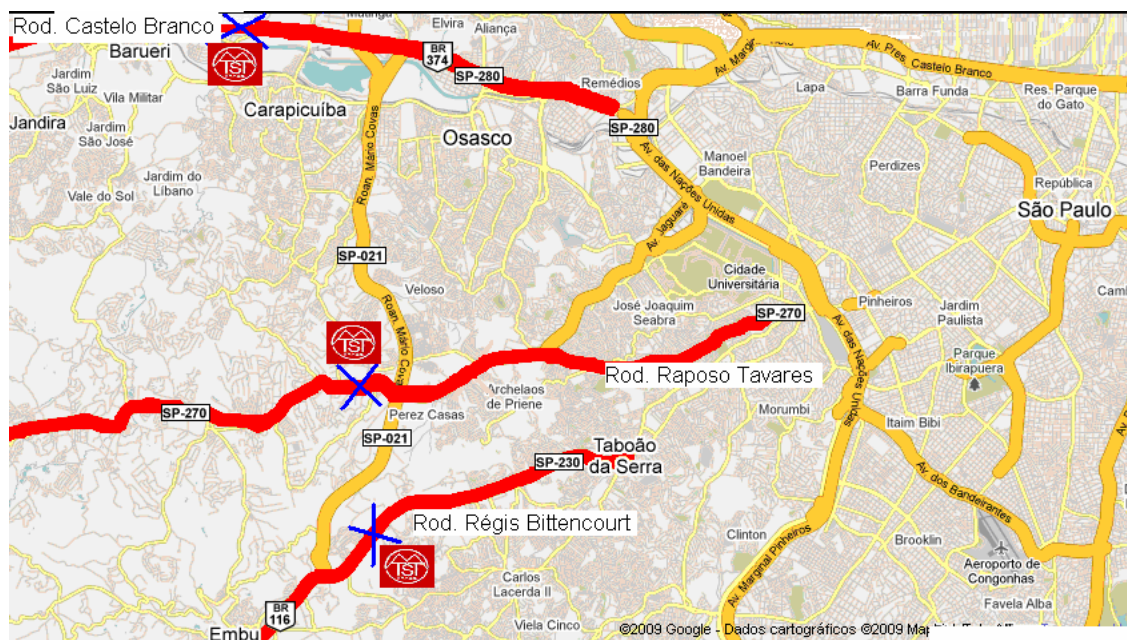


podendo pressionar os governos para que suas reivindicações sejam atendidas. Dentre os gritos de protesto do trancaço, destacamos o seguinte: *“Parem os despejos, ou paramos a cidade”*.

Em abril de 2007, um grupo de 1500 sem-teto bloqueou simultaneamente três das principais rodovias de acesso a São Paulo: Raposo Tavares (o principal corredor de ligação entre a capital paulista e o estado do Mato Grosso do Sul); Régis Bittencourt (rodovia que faz a ligação de São Paulo com o estado do Paraná) e Castelo Branco (rodovia que liga a capital ao sudoeste do interior paulista). Em cada ponto de interdição, onde foram colocados pneus incendiados, havia cerca de 500 manifestantes acompanhados por policiais militares. No entanto, aconteceu um incidente: um motorista furou o bloqueio e jogou o carro sobre os sem-teto, de modo que três pessoas ficaram feridas.

O Trabalhadores Sem-Teto afirma que o trancaço foi feito para pressionar as autoridades por políticas habitacionais, em especial, buscava-se solução para uma ocupação em Itapecerica, onde existia 3 mil famílias acampadas.

*Mapa das estradas “trancadas” durante a operação realizada pelo movimento*



\* Desenho inspirado no mapa apresentado no vídeo “Bloqueio estradas” produzido pelos membros da Brigada de Guerrilha Cultural, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

#### *4. Acampamentos, acorrentamentos e greve de fome*

Acampamentos em frente às prefeituras, acorrentamentos de sem-teto nestes espaços e ainda a realização de greve de fome por parte de alguns membros do movimento são outras estratégias utilizadas pelo Trabalhadores Sem-Teto pra poder chamar atenção da mídia, da opinião pública e dos governos para os problemas habitacionais. Estas formas de luta envolvem ações extremas, apelativas e incomodam muito os governos, principalmente, os prefeitos das cidades.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto usa frequentemente a ação de acampar em frente às prefeituras das cidades em que estão localizados os acampamentos. Entender essa forma de ação é importante, pois essa é a maneira de se chamar mais atenção da sociedade e dos governantes. Esses por sua vez não têm como fingir que não estão vendo ou que os sem-teto não estão incomodando e, por isso, esse tipo de ação possui grandes chances de abrirem diálogo com o governo municipal.

O acorrentamento de alguns sem-teto aos outros é uma outra maneira de se chamar a atenção e provocar reações na opinião pública. Os sem-teto quando acorrentados em um acampamento em frente à prefeitura, por exemplo, dormem, comem, e fazem suas necessidades fisiológicas tudo ali, necessitando para isso um série de organização e dominação de algumas habilidades. Geralmente esses sem-teto acorrentados são vistos pelos seus congêneres com admiração e respeito, já que eles são capazes de se sujeitar a este tipo de ação pela causa da moradia, pela luta coletiva dos sem-teto.

Podemos citar como exemplo de acorrentamento o acontecido em Itapecerica da Serra no ano de 2007. O prefeito da referida cidade havia prometido a doação do terreno da Vila Calu para a construção de moradias populares, mas os vereadores, em sessão extraordinária, rejeitaram o projeto. Em decorrência deste fato muitos sem-teto acamparam em frente à câmara municipal de Itapecerica e alguns dos manifestantes sem-teto se acorrentaram uns aos outros, prometendo ficar assim até que uma solução fosse encontrada. Naquele mesmo dia, ainda havia a ameaça de reintegração de posse da ocupação João Cândido (localizada na Vila Calu, em Itapecerica) e graças a todas essas manifestações o despejo foi adiado. O grito de protesto nesse episódio era: *“Acorrentados do Brasil, fogo no pavio, fogo no pavio!”*.

Outro caso de acorrentamento foi o ocorrido em julho de 2009, em frente à casa do Presidente Lula. Logo no início do ato, os sem-teto avisaram: “ (...) *a cada dia sem negociação com o movimento mais uma pessoa se acorrentará para protestar contra o Governo Federal*”<sup>77</sup>.

No sétimo dia, quando já haviam seis sem-teto acorrentados, o governo Lula abriu espaço para o diálogo e negociação. Em nota, o movimento comunicou:

*Avisamos a todos que foi aberto um canal de diálogo entre o Governo Federal e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Nesse momento dirigentes do movimento estão em negociação com a Secretaria da Presidência da República.*

*Por conta do início das negociações, não confirmamos o acorrentamento de mais um companheiro. Contudo, caso o Governo não dê a devida atenção as reivindicações do MTST, o acorrentamento e as futuras manifestações planejadas continuarão e serão realizadas conforme nota anterior.* (Disponível em: [www.mtst.info/?q=taxonomy/term/31](http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/31). Acessado em dezembro de 2009).

Uma outra tática usada pelo movimento é a greve de fome de alguns sem-teto militantes. O episódio que ficou conhecido nacionalmente aconteceu em dezembro de 2005, quando sete sem-teto improvisaram uma barraca em frente ao prédio do presidente Lula, em São Bernardo do Campo, e decidiram fazer greve de fome até que o governo federal ajudasse a evitar a reintegração de posse da Ocupação Chico Mendes, na cidade de Taboão da Serra (Grande São Paulo), onde existiam 800 famílias de sem-teto. Um adiamento no processo de reintegração marcou o fim da greve de fome, após três dias do seu início.

##### *5. Associação Periferia Ativa (APA)*

A Associação Periferia Ativa (APA) é um instrumento criado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na tentativa de agregar diversas bandeiras e desenvolver lutas de acordo com os principais problemas de cada comunidade. Essa idéia está relacionada com a concepção que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui de não ser

---

<sup>77</sup> Disponível em: [www.mtst.info/?q=taxonomy/term/203](http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/203). Acessado em dezembro de 2009.

exclusivamente um movimento de moradia: “(...) temos a clareza de que a falta de moradia é apenas um dentre os muitos problemas produzidos pelo capitalismo. Segmentá-los é um erro grave de setores da esquerda”<sup>78</sup>.

As lutas da APA são bem variadas: desde a luta pela tarifa social de energia elétrica que aconteceu em diversas cidades do estado de São Paulo, até a luta localizada em torno da reivindicação de uma creche em uma comunidade da periferia da cidade de São Paulo, envolvendo também pessoas que não participariam de uma ocupação de sem-teto. Assim, com a APA o trabalho de politização da base se expande – na medida em que além dos sem-teto, outras pessoas pertencentes à classe trabalhadora passam a se organizar para reivindicar seus direitos - e se qualifica – já que viabiliza uma continuidade na luta, a qual passa a ser entendida de uma maneira mais ampla e não apenas por moradia.

A Associação Periferia Ativa reúne 25 associações de comunidades pobres que unificam suas lutas por melhores condições de vida: moradia, saneamento básico, asfalto, educação, saúde, inclusão digital, entre outras.

*A Associação Periferia Ativa é um espaço de unidade que reúne dezenas de associações e militantes comunitários na Grande São Paulo. Tem uma força maior nas regiões sul e oeste da metrópole, mas também está em Guarulhos e no ABC. Seu objetivo central é organizar e unificar lutas específicas nas comunidades. O método da APA é a atuação territorial nas periferias estimulando o poder popular e a mobilização.* (Disponível em: [www.srcio.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=170:-o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-pormoradia&catid=46:movimentos&Itemid=69](http://www.srcio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=170:-o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-pormoradia&catid=46:movimentos&Itemid=69). Acessado em dezembro de 2009).

A APA apresenta duas vias principais para atingir seus objetivos:

*1. Trabalho Comunitário – É preciso recuperar a vida das nossas comunidades; pensar juntos os problemas e construir ações para resolvê-los. O primeiro passo é organizar reuniões na comunidade e ouvir os moradores. A partir daí, podemos envolver mais gente, mesmo que não sejam todos, em uma atuação no dia-a-dia: em projetos de formação, atividades culturais, hortas, mutirões de limpeza,*

---

<sup>78</sup> Disponível em: [www.srcio.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=170:-o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-pormoradia&catid=46:movimentos&Itemid=69](http://www.srcio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=170:-o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-pormoradia&catid=46:movimentos&Itemid=69). Acessado em dezembro de 2009.

*saúde e muitas outras iniciativas que podem surgir. Isto é o que chamamos de trabalho comunitário.*

*2. Lutas por mudanças – Além de mudar o dia-a-dia, é preciso lutar para exigir nossos direitos, durante tanto tempo esquecidos. Moradia, saúde, escola, creche, trabalho e muitos outros. Sozinhos só podemos reclamar, juntos podemos resolver. A APA já fez muitas lutas – contra despejos, contra a violência policial, por saneamento básico – e sabemos que é necessário fazer muito mais. Só com luta o povo pobre conquista seus direitos. (Disponível em: [www.mtst.info/?q=node/741](http://www.mtst.info/?q=node/741). Acessado em dezembro de 2009).*

A APA é, portanto um método de luta utilizado pelo Trabalhadores Sem-Teto que ajuda na organização e agregação de sem-teto para o movimento. A APA também auxilia o Trabalhadores Sem-Teto a ampliar a sua luta já que ela pode ser considerada como um método de luta que extrapola a luta estrita pela moradia . A luta travada pela APA possui um objetivo mais amplo: organizar a população de baixa renda que vive na periferia da cidade para lutar por seus direitos sociais (todos os direitos), sua cidadania e, ainda, ampliar a consciência dessa população para que se trave uma luta por transformações sociais efetivas.

#### *O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e os outros movimentos sociais*

Em relação às parcerias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto com os outros movimentos sociais urbanos podemos indicar aqueles que atuam juntos na Associação Periferia Ativa, a saber, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fomaesp), Sindicatos dos professores de escolas de rede estadual (Apeoesp de Taboão da Serra) e representantes de mais de 50 comunidades, em sua maioria localizadas na periferia da região metropolitana de São Paulo.

Destacamos aqui a boa relação existente entre a Apeoesp (Sindicatos dos professores de escolas de rede estadual) e o movimento. Em diversos momentos podemos perceber a Apeoesp (principalmente os militantes da Oposição Alternativa, ala mais radical da Apeoesp) como uma importante aliada e apoiadora do movimento. No ano de 2009, por exemplo, a abertura do Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto aconteceu na sede da Apeoesp, no centro da cidade de São Paulo.

Alguns movimentos de moradia, centrais sindicais (Colutas e Intersindical) e parlamentares ligados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) foram convidados para participarem da abertura do encontro mencionado. No entanto, não estava entre os convidados nenhum dos movimentos filiados a União dos Movimentos de Moradia (e o que nos interessaria neste caso seria o Movimento de Moradia do Centro) e tampouco estavam presentes representantes da Frente de Luta por Moradia (aqui quem nos interessaria seria o Movimento Sem-Teto do Centro). Demonstra-se assim que apesar de uma relação de cordialidade entre os três movimentos analisados eles não são grandes parceiros de luta.

O movimento de moradia que estava presente na ocasião da abertura do encontro estadual do Trabalhadores Sem-Teto e que, inclusive, se apresentou como um movimento de grande afinidade política com o Trabalhadores Sem-Teto é o Movimento Urbano de Trabalhadores Sem-Teto (MUST) de São José dos Campos. Ainda estavam presentes no encontro outros movimentos sociais e ONGs que se apresentavam como aliados do Trabalhadores Sem-Teto, tais como Movimento das Mães Sem Creche, Movimento dos Ambulantes, Movimento Passe Livre, Pastoral Operária e ONG USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (instituição que presta assessoria técnica ao movimento para construir moradia com qualidade). Todas essas entidades possuem em seus discursos um forte caráter de classe e afirmam que a luta deve ser travada conjuntamente.

Dentre os movimentos dos sem-teto, é o Trabalhadores Sem-Teto o que parece ter laços mais fortes com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este último aparece como um “irmão mais velho do campo” para o Trabalhadores Sem-Teto. A expressão “irmão mais velho” é utilizada por nós para passar a idéia de que o MST é mais antigo, mais experiente e que forneceu ensinamentos, táticas de luta e orientação ideológica para os sem-teto, auxiliando na organização do movimento urbano.

O Trabalhadores Sem-Teto nasceu devido às influências de lideranças do MST que buscavam compreender melhor o meio urbano. Inicialmente, a idéia era levar o pessoal da cidade para lutar no campo. Porém, dadas às dimensões do problema habitacional, verificou-se ser necessário organizar a luta na cidade, a luta pelo terreno urbano. E foi isso que ocorreu.

Em uma entrevista, um dos militantes dos sem-teto fala sobre a relação entre o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, demonstrando assim as afinidades desses dois movimentos.

*Guilherme - O MTST, incondicionalmente, tem, dentro de si, o código genético do MST, e qual é, digamos, a célula-mãe do MST? É a sua independência, a sua independência de partidos políticos, de centrais sindicais, de governos: com todos se relaciona, de acordo com a conjuntura, com a luta específica; às vezes, se relaciona de uma forma conflitante, às vezes, harmônica (...)*

*(...) É claro que nós temos o próprio caráter do nosso trabalho, que é qualitativamente diferente. O MST luta pela Reforma Agrária, nós aqui por melhores condições de vida, porque na cidade, o que se faz necessário, imediatamente, é lutar por melhores condições de vida, moradia, emprego. (...) Vamos obtendo algumas conquistas, mas sabemos que tudo isto são males estruturais da sociedade capitalista, por conseguinte, lutamos também para destruir a estrutura capitalista e construir a estrutura socialista. Então as tarefas imediatas do MST e do MTST são diferentes, embora se reencontrem na estratégia. (Benoit, 2002: 141-142).*

Sendo assim, podemos reconhecer muitos traços do MST no Trabalhadores Sem-Teto, no entanto, a autonomia e independência destes movimentos permanecem. O Trabalhadores Sem-Teto tem uma linha política própria e isso vai se tornando mais visível a partir de 2004, quando há um afastamento entre os dois movimentos. Vide, por exemplo, o fato de o MST não estar na mesa de abertura do Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, momento em que segundo as lideranças estavam todos os aliados do movimento e com quem se objetivava travar lutas conjuntas. Isso não significa, no entanto, que o MST e o Trabalhadores Sem-Teto não continuem sendo solidários um com o outro, ao contrário, eles mantêm importantes relações de cordialidade. É o que demonstrou Fábio, uma das lideranças do Trabalhadores Sem-Teto atuante na cidade de Sumaré, quando mencionou que a Escola Florestan Fernandes continua sendo um importante centro de formação política para os sem-teto.

Destacamos ainda outras entidades que apóiam o Trabalhadores Sem-Teto, tais como a central sindical italiana, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) da

Espanha, o Comitê de Solidariedade ao Haiti, Comitê de solidariedade a Cuba, e Comitê de apoio à Revolução Bolivariana.

### *O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e a repressão policial*

Os níveis de repressão do Trabalhadores Sem-Teto variam de acordo com a posição dos governos municipais das diferentes cidades em que o movimento atua. Ora governos mais sociais e sensíveis ao problema habitacional buscam diálogo e soluções para os sem-teto, ora governos mais a direita e intolerantes reprimem firmemente os sem-teto.

Isso pôde ser visto, por exemplo, nos resultados da luta dos sem-teto na Ocupação Anita Garibaldi, em Guarulhos. Como Lima (2004) indica, a permanência dos sem-teto no terreno ocorreu devido a uma confluência de fatores, no entanto, a posição do prefeito municipal da época contribuiu muito para que o movimento não fosse reprimido. O prefeito eleito na cidade de Guarulhos, no ano de 2000, pertencia ao Partido dos Trabalhadores (PT) e tinha como um dos temas principais da campanha justamente a questão da luta por moradia, além de ser uma pessoa muito engajada nas ocupações em loteamentos clandestinos na cidade.

Lima (2004: 194) sintetiza a situação da seguinte forma:

*Enfim, ao que tudo indica, a permanência do acampamento se deve, não só à pressão política, mas ao fato de que condensa os efeitos sociais e políticos do aumento do número de migrantes de baixa renda, nos últimos anos; a abertura do governo municipal às pressões sociais e, ao mesmo tempo, a ausência de condições financeiras e interesse político efetivo, deste governo, em romper com a lógica da propriedade privada do solo e de se comprometer com a implementação de uma política de emprego e moradia, ampla e integradora, para os segmentos sociais mais pauperizados.*

*Tais condições, somadas ao interesse do proprietário em se aproveitar da ocupação para se desfazer do imóvel, contribuíram para que o executivo municipal construísse a intermediação política entre ocupantes e proprietário e, com isto, influenciasse o poder jurídico em sua decisão de não acatar a demanda de reintegração da posse.*



Por outro lado, podemos citar a Ocupação Santo Dias, ocupação que aconteceu no terreno da Volkswagen, no ano de 2003, como sendo uma ação duramente reprimida e violenta – como descrevemos em alguns detalhes anteriormente.

Os militantes do Trabalhadores Sem-Teto possuem uma interessante reflexão sobre a repressão sofrida hoje pelos movimentos de moradia. Eles comparam a atualidade com o tempo de escravidão e se colocam no lugar dos escravos negros já que muitos são descendentes destes. Os sem-teto afirmam que se o barraco da ocupação pode ser comparado à senzala, ou melhor, aos quilombos (já que os quilombos eram os locais dos escravos negros revoltados e que não aceitavam a situação vigente), os policiais podem ser identificados com os antigos capatazes, destinados a manter a ordem a todo custo. Vejamos o manifesto abaixo:

*500 anos se passaram,  
as repressões não mudaram  
Ainda existe senhor, ainda existe feitor,  
jagunço, capataz, capitão do mato  
caçando mulato com seu jeito brutal  
Hoje temos o policial  
A chibata não acabou e nem sumiu  
A chibata evoluiu  
A chibata é quando você olha para o umbigo  
e fala: “não é comigo”  
A chibata é o cacete  
que oprime o manifestante de exercer o seu direito”<sup>79</sup>*

Sobre a violência e abuso da força policial para com os sem-teto, a fala a seguir é exemplar: “*Não somos bandidos. Fazer isso com a gente é fácil, difícil é ser a gente*”, disse Silvano Aparecido Martins, 34, um dos invasores”<sup>80</sup>.

\*\*\*

Apresentado os três movimentos dos sem-teto de maneira a compreendermos suas diferenças e semelhanças no que se refere à estrutura organizativa, métodos de luta, o papel das lideranças e as relações que possuem com os diferentes movimentos sociais, passaremos agora para a análise descritiva de suas bases. Se até aqui entendemos quais

---

<sup>79</sup> Este manifesto é cantado por sem-teto no vídeo “Bloqueio Estradas”, produzido pela Brigada de Guerrilha Cultura do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

<sup>80</sup> “PM derruba 3 barracos e desfaz invasão”. In: *Folha de S. Paulo – Ribeirão*. 3 de fevereiro de 2009.

são e como se organizam os movimentos dos sem-teto, no capítulo seguinte, teremos como objetivo entender quem são os sem-teto que compõem estes movimentos.



## Capítulo 3 – Reflexão sobre a base social dos movimentos dos sem-teto e o seu caráter classista

Acreditamos que para se conhecer a fundo um movimento social é fundamental que saibamos bem quem é a sua base social, a qual classe social seus militantes pertencem, e daí, juntamente com as reivindicações desses movimentos e posição política, identificar o caráter classista de tal. Será, portanto, isso que tentaremos fazer aqui.

Pensando ainda que um dos nossos principais objetivos é fazer a comparação entre três movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo de modo que possamos entender suas diferenças e semelhanças, esclarecemos que neste capítulo trataremos das semelhanças.

Falaremos mais especificamente das semelhanças existentes entre as bases sociais destes movimentos, entendendo que apesar de haver uma grande diversidade no interior das bases sociais, essas são por sua vez iguais nos três movimentos analisados. Ou seja, em todos os movimentos constatamos uma base internamente diversificada, porém ao compararmos uma com a outra esta diversidade se assemelha, dando então um caráter de similaridade entre Sem-Teto do Centro, Moradia do Centro e Trabalhadores Sem-Teto no que se referem às suas bases sociais.

### 3.1 População de rua e sem-teto: iguais e/ou diferentes?

#### *Quem são os sem-teto?*

Muitos responderiam que os sem-teto são as pessoas que não têm moradia, as pessoas que vivem na rua, e por que não, são o que comumente chamamos de “moradores de rua”<sup>81</sup>. Aliás, esta (con) fusão entre a população em situação de rua e os sem-teto é

---

<sup>81</sup> Há algum tempo, temos enfrentado dificuldades para encontrar o melhor termo para fazer referências às pessoas que não têm moradia e vivem nas ruas, pessoas que estão em condições extremamente degradantes para um ser humano. Várias são as expressões encontradas, a saber, “morador de rua”, “povo da rua”, “morador em situação de rua”, “pessoas nas ruas”, “povo de albergue”, “albergados”, “população em situação de rua” e outras mais.

Em abril de 2008, foi lançada uma pesquisa nacional sobre a “população em situação de rua” – este foi o termo utilizado. No mês seguinte, maio de 2008, aparece o debate sobre uma “Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua”, em que diversos Ministérios participaram

constantemente feita e isso acontece na opinião pública, imprensa e, até mesmo, na academia.

Acreditamos que estas duas populações são diferentes e para podermos compreender bem quem são os sem-teto é fundamental fazer tal distinção. É importante ainda diferenciar estas duas populações já que muitos membros delas fazem questão disto: tanto os sem-teto não gostam de ser chamados de moradores de rua, como parte da população em situação de rua não gosta de ser relacionada com os sem-teto. Os motivos para essas negações são vários, dos argumentos menos politizados aos mais politicamente críticos. De um lado, há o preconceito que existe na maioria da sociedade (e com os sem-teto não é diferente) em relação às pessoas em situação de rua, acusando-as, indistintamente, de serem drogados, alcoólatras, vagabundos e até criminosos. Por outro lado, como observamos em uma conversa com uma pessoa em situação de rua dotada de extrema capacidade analítica e muito politizada, ela afirma não ser sem-teto, não fazer parte do movimento de moradia porque, além de sem-teto, ela assim como muitos outros “moradores de rua” são sem-emprego, sem-saúde, sem-escola, sem-família, enfim, seus problemas vão muito além da questão da moradia, questão esta que, na sua opinião, seria a única tratada pelos movimentos dos sem-teto.

Faz-se necessário irmos até a definição de população em situação de rua para então começarmos a ver em quais aspectos ela se diferencia dos sem-teto. Se para encontrar um termo, uma nomenclatura há uma grande dificuldade, imagine em se encontrar uma definição para esta população.

Grande parte da dificuldade acontece porque as pessoas em situação de rua são por demais heterogêneas, embora, obviamente, existam características comuns que as assemelham, por exemplo, a situação extrema de miséria econômica e a conseqüente obrigatoriedade em “estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas” (Governo Federal, 2008). Essas pessoas são todas muito pobres e por isso “algumas das

---

(Desenvolvimento social e combate à fome, Cidades, Educação, Cultura, Saúde, Trabalho e Emprego e Justiça), mais a Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS). Devido a esta participação de diferentes segmentos da sociedade: políticos, técnicos, especialistas e, inclusive, as próprias pessoas que se encontram na rua, acreditamos que na falta de uma nomenclatura consensual, o termo “população em situação de rua” é o melhor e será o que utilizaremos aqui.

instituições básicas da sociedade – propriedade privada, família, mercado – deixaram de propiciar as estratégias usuais de sobrevivência. Sem casa e sem lar, reiventam diariamente as soluções para a sua subsistência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida, remédios e segurança”. (FIPE, 2003: 6)

As pessoas em situação de rua possuem variadas características, tais como imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, alcoólatras, drogados, “trecheiros”<sup>82</sup>, pessoas sozinhas sem laços familiares, casal, famílias, jovens e idosos, enfim a heterogeneidade é enorme. Existem aquelas pessoas que ainda lutam para sair da situação miserável em que se encontram, e existem aquelas que já vivem nesta situação por anos e, por isso, não têm mais condições de lutar, estão desprovidas de qualquer força, sonho ou ilusão.

Das diversas definições que encontramos sobre esta população, a definição apresentada no documento *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua* (2008: 7-8) parece ser a mais indicada, embora não esteja livre de críticas:

*A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como espaço de moradia e sustento.*

Estamos falando aqui de pessoas adultas - as pesquisas geralmente são com pessoas maiores de 18 anos -, logo, o que chamamos comumente de “meninos e meninas de rua” seria outra população que poderia perfeitamente ser distinguida da população em situação de rua e dos sem-teto.

*A heterogeneidade das pessoas em situação de rua passa também pelas diferentes faixas etárias da população: crianças, adolescente, adultos e idosos. Cada um dos grupos etários apresenta suas especificidades, que se expressam em escolhas distintas quanto aos locais de pernoite, soluções de sobrevivência,*

---

<sup>82</sup> “Trecheiros são pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais)”. In: *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Governo Federal. Brasília-DF. Maio de 2008.

*formas de socialização e muitos outros condicionantes da permanência na rua. (FIPE, 2003: 7)*

Estamos tentando aqui demonstrar a dificuldade de se definir um tipo de população urbana e o cuidado que devemos ter com as generalizações. Por exemplo, uma pessoa pode ser “flanelinha” ou “vendedor de doces em semáforos”, atividades consideradas típicas da população em situação de rua, mas ela pode ser, na verdade, uma trabalhadora muito pobre que ainda possui uma moradia, embora essa possa ser bem precária.

Temos aqui três populações diferentes (pessoas em situação de rua, sem-teto, meninos e meninas de rua) que não devem ser confundidas. Apesar de todas elas terem como problema central a situação extrema de miséria econômica, elas possuem problemas diferenciados que exigem caracterizações distintas. Esse é um forte motivo para que o Estado, assim como as universidades e os demais centros de pesquisa tenham seus olhos mais voltados para essas populações. Pesquisas como Censo, IBGE e PNAD, que têm como unidade principal de análise o domicílio, excluem essas populações de suas pesquisas, já que eles estão na rua, em albergues ou ocupações. Dessa maneira, muito pouco se sabe sobre estas pessoas, desde seu perfil, suas necessidades até sua quantificação<sup>83</sup>.

Prosseguindo com a diferenciação entre os sem-teto e as pessoas em situação de rua, faz-se necessário uma definição para o sem-teto. Assim, acreditamos que os sem-teto são trabalhadores e trabalhadoras que não mais conseguem sobreviver com a venda da sua força de trabalho, não conseguem mais alimentar e criar seus filhos, nem ter condições

---

<sup>83</sup> Dentre as três populações citadas, parece haver um número maior de informações sobre os meninos e meninas de rua. Na década de 2000, aparecem algumas pesquisas específicas sobre a população em situação de rua: pesquisa da cidade de São Paulo em 2003, e agora, em 2008, o governo federal faz uma pesquisa nacional sobre esta população. No entanto, há diversas críticas em relação a estas pesquisas já que a pesquisa nacional, devido a limites orçamentários, não contabilizou as cidades que têm pesquisas recentes como São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Isso leva alguns estudiosos a contestar a validade desta pesquisa. Quando comparamos alguns dados entre a pesquisa nacional e a realizada em São Paulo, grandes diferenças aparecem. No entanto, fica inviável fazer qualquer comparação já que a metodologia das duas pesquisas são diferentes.

No que se refere às pesquisas sobre os sem-teto, não temos quase nada, a não ser alguns dados dos próprios movimentos em que possuem certa noção do número de famílias cadastradas, alguns estudos de alguma ocupação separadamente, como é o caso da Ocupação na Rua do Ouvidor, do Moradia do Centro (MMC) em que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP) organizou a pesquisa. Mas é certo que não temos dados oficiais sobre o perfil socioeconômico dos sem-teto, nem sua quantificação.

mínimas e dignas de moradia. Daí o (di) lema: “*Se pagar o aluguel não come, se comer não paga o aluguel*” (Movimento Sem-Teto do Centro).

Os sem-teto são pessoas que se encontram nas camadas mais pobres da sociedade. Nelas estão incluídos trabalhadores subcontratados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, aqueles que atuam na área informal e os desempregados. Alguns desses indivíduos dependem da boa vontade de parentes e amigos para terem onde morar. Muitos ainda são inquilinos, mas são constantemente ameaçados de despejo, ou moram em péssimas condições em cortiços e favelas. Existem ainda, alguns poucos casos, em que os sem-teto se encontram nas ruas e albergues.

Em que se diferem as pessoas em situação de rua e os sem-teto? Os sem-teto também não são pessoas pobres que não têm moradia?

As duas populações sofrem carência de moradia, no entanto, elas reagem de maneiras distintas frente a este problema. É verdade também que elas compartilham outros problemas, mas estes possuem formas e intensidades distintas dentro de uma ou outra população o que possibilita a diferenciação entre os sem-teto e as pessoas em situação de rua. Vejamos.

#### *Pertencimento a grupos sociais com interesses comuns*

Os sem-teto além de se encontrarem em uma situação miserável e viverem precariamente, eles se organizam em torno dos movimentos sociais reivindicatórios de moradia, nos ditos movimentos dos sem-teto. Sendo assim, os sem-teto só existem enquanto realidade empírica e categoria analítica a partir do momento em que levamos em consideração tanto suas condições objetivas quanto a sua construção enquanto agente político. Logo, uma pessoa pode viver em situação extremamente miserável e morar em um cortiço, por exemplo, no entanto, se ele não faz parte de um movimento reivindicatório de moradia, não o consideramos como um sem-teto.

Já a população de rua não precisa necessariamente se organizar em um movimento social para passar a existir enquanto realidade empírica e categoria analítica. Aliás, grande parte da população em situação de rua não se encontra envolvida com movimentos sociais. De acordo com a pesquisa nacional, META (2008), 95,5% da população de rua não participa de qualquer movimento social ou associação.



Levantamos algumas hipóteses sobre a baixa adesão da população em situação de rua em relação aos movimentos sociais. A primeira delas é a que devido à tamanha miséria da pessoa em situação de rua, ela não consegue se organizar para lutar por moradia, pois não teria condições físicas, econômicas e nem mesmo disposição para a luta.

Quando falamos em não ter condições físicas de participar da luta, estamos nos referindo ao fato de que parte da população de rua se encontra entregue ao alcoolismo e uso de drogas, ou ainda, possui problemas relacionados à saúde mental:

*A vida na rua leva ao esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão e à vulnerabilidade quanto à dependência química, que acaba por se agravar por falta de atendimento público especializado para essas pessoas, principalmente em relação à saúde mental e ao envolvimento com álcool e outras drogas. (Dossiê Denúncia. Organização: Fórum Centro Vivo. Disponível em: <http://dossie.centrovivo.org/Main/CapituloIIIParte1>. Acessado em janeiro de 2009).*

No que se refere às condições econômicas, estamos nos referindo ao fato de que muitos dos movimentos dos sem-teto do centro cobram uma tarifa mensal de seus militantes, tarifa esta que a população em situação de rua não teria condição de pagar. Dos três movimentos analisados neste trabalho, apenas o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto não cobra taxas, no entanto, como vimos, ele atua nas regiões periféricas, dificultando assim o acesso a população de rua que se concentra majoritariamente na região central da cidade. Muitas das pessoas que vivem na rua não conhecem os movimentos dos sem-teto, nunca ouviram falar disso. E, portanto, dificilmente elas teriam condições de saber quais são os movimentos que cobram ou não as ditas mensalidades.

Isso, no entanto, não significa que todos aqueles que conhecem os movimentos reivindicativos de moradia queiram e façam parte deles. É aqui que aparece nossa segunda hipótese. Apesar do conhecimento a respeito dos movimentos dos sem-teto por parte das pessoas que vivem na rua, algumas destas não possuem interesse naqueles. Isso pôde ser visto através da conversa com Davi, pessoa em situação de rua:

*Pesquisadora: Algo que sempre penso é o porquê de os moradores de rua não se organizarem em movimentos sociais. Por que não participam dos movimentos dos sem-teto?*

*(Davi me olha com um desprezo, pega a sua bolsa e, inesperadamente, retira três livros de dentro dela.)*

*Davi: Você já leu algum?*

*(Dou uma olhada e folheada, percebendo que são cartilhas de um dos movimentos dos sem-teto, respondo que não).*

*Davi: Pois é, eu leio tudo.*

*Pesquisadora: E você faz parte de algum movimento?*

*Davi: Não*

*Pesquisadora: Por quê?*

*Davi: Porque estes movimentos só dizem que devemos lutar, que devemos fazer, que tem que esperar um pouco...Mas, por fim, não resolve nada. É só um pouco de comida que eles dão ou um lugar ali pra dormir, mas não resolve nada.*

*Aliás, é só mais confusão, briga e ainda tem um monte de normas a seguir...*

*Pesquisadora: Então você acredita que sozinho é mais fácil de mudar sua situação. Sozinho você pode procurar um emprego, conseguir uma casa...*

*Davi: Não... Não tem como mudar... Nada vai mudar!*

*(Pesquisa de campo, novembro de 2005).*

Verificamos assim que mesmo o indivíduo sabendo da existência do tal movimento social, não quer participar, não acredita que a organização de um movimento possa levar a uma transformação de sua situação social real. Os movimentos dos sem-teto seriam assim apenas mais uma ilusão que, na verdade, só resultam em mais problemas, ora envolvimento com brigas, ora cumprir algumas normas como, por exemplo, a não ingestão de bebidas alcoólicas dentro dos prédios ocupados. Ficamos com a sensação de que o que marca o discurso de uma parte da população em situação de rua é uma imensa descrença. Descrença em tudo: no governo, nos movimentos sociais, nas pessoas e, até mesmo, neles próprios, adotando, em grande parte dos casos, o discurso de individualização e de culpas e fracassos pessoais.

Por outro lado, existe parte da população em situação de rua que ainda não perdeu as esperanças em mudar de vida e que por isso se organiza em movimentos para lutar por seus direitos: estes variam desde o direito a frequentar albergues, ser tratados com mais humanidade pela sociedade e pelas gestões públicas, até aos direitos sociais, como saúde, moradia, educação, emprego, etc. A Pastoral do Povo da Rua, dirigida por pessoas ligadas ao setor progressista da Igreja Católica, realiza um importante trabalho ao organizar a população de rua para reivindicar seus direitos.

É verdade ainda que, a partir de 2004, após um terrível massacre de algumas pessoas em situação de rua, que ocorreu em São Paulo e em algumas outras grandes cidades, deu-se início à organização do Movimento Nacional da População de Rua. Tivemos a oportunidade de ter uma conversa com um dos coordenadores deste movimento, no ano de 2008, e foi possível ver que este movimento ainda estava em seu embrião, ele não possuía uma sede, não havia um cadastramento das pessoas, uma quantificação de seus militantes.

De acordo com André, um dos coordenadores do movimento da população de rua, a luta que esse movimento busca travar é por políticas públicas e não só pela moradia. Objetiva-se assim formar um cidadão de direitos, que lute por tudo que ele não tem: saúde, educação, moradia e lazer. No entanto, André lembra que a pessoa em situação de rua precisa primeiramente de trabalho e não moradia, já que se um indivíduo tem trabalho ele tem uma morada, não importando onde ele more, mas ele tem um teto.

O referido coordenador critica fortemente os movimentos dos sem-teto, dizendo que estes estancam a luta apenas na moradia. Daí viria a necessidade de se fundar um outro movimento que lute por diversos direitos da população. No entanto, a partir de nossas observações, percebemos que ainda não há um movimento da população em situação de rua organizado e forte como os movimentos dos sem-teto.

Dessa maneira, a primeira e grande diferença entre um sem-teto e uma pessoa em situação de rua é que o sem-teto se define a partir de sua participação em movimentos sociais e especificamente em movimentos reivindicatórios de moradia, ou seja, são aquelas pessoas miseráveis que ao perceberem que outras pessoas se encontram na mesma situação entendem que há necessidade de união e organização para se travar uma luta em torno daquilo que eles têm em comum: a carência de moradia.

A partir de uma outra perspectiva, Frúgoli Jr; Aquino; Costa (2006: 15-16) chegam mais ou menos a essa idéia:

*Os grupos aqui enfocados – os sem-teto e a população de rua – representam duas construções identitárias significativas no interior das camadas populares, e embora aparentemente tais identidades se construam em relação ao mesmo tema – a falta de moradia (razão pela qual são, várias vezes, confundidos em matérias da grande imprensa) -, são grupos, como se pode ver, efetivamente marcados por peculiaridades em seus modos de composição e organização*

*interna, usos do território, projetos políticos e ações cotidianas.*

*No caso dos sem-teto, uma identidade forjada a partir de práticas eminentemente políticas, a casa própria é assumida como horizonte a ser obtido através de ações coletivas, e várias de suas mobilizações contam, como vimos, com a participação de moradores ou ex-moradores de cortiços (também situados nas regiões mais centrais da metrópole), que almejam superar a dependência de tal modalidade espoliativa de habitação alugada, cuja única vantagem é a proximidade do trabalho e de inúmeros serviços e equipamentos urbanos (Kowarick, 2005). (...)*

*No caso da população de rua, marcada por forte diversidade interna, muitas vezes as demandas de “direito à rua” prevalecem sobre o direito à moradia, com vários tipos de uso dos espaços públicos que subvertem os significados correntes sobre o público e o privado. Se com relação aos sem-teto observa-se uma construção identitária explicitamente política, quanto à população de rua, só mais recentemente parcelas da mesma vêm tentando construir uma organização mais autônoma (...).*

#### *Reconhecimento do outro como semelhante*

A desqualificação das pessoas em situação de rua é freqüente e os adjetivos tais como “preguiço”, “vagabundo”, “bandido” são constantemente utilizados. Eles também sofrem discriminações quando entram em estabelecimentos comerciais, shopping centers, transportes coletivos, bancos, quando vão tirar novos documentos e para receber atendimentos na rede de saúde (são constantes as reclamações das pessoas sem situação de rua de que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) não as atende).

Uma outra coisa que acontece é a criminalização dos movimentos sociais e, por conseguinte, dos membros desses movimentos, no nosso caso, os sem-teto. Os movimentos dos sem-teto são frequentemente considerados como lócus de organização criminosa e lugar de “pessoas que não são sérias”. Os militantes dos movimentos dos sem-teto e sem-terra recebem ainda a acusação de que são pessoas que não precisam de moradia ou terra e, portanto, estariam nos movimentos porque são oportunistas.

Assim, percebemos que tanto os sem-teto quanto a população em situação de rua são discriminados e não são reconhecidos como semelhantes por muitos setores sociais.

#### *Trabalho e consumo*

No que se refere ao trabalho, grande parte dos sem-teto se encontram desempregados e inseridos em atividades do setor informal. Sobre as principais atividades remuneradas dos sem-teto temos: coleta de sucata, serviços/comércio (ambulantes), construção civil, trabalhador doméstico, mecânico, artesão, etc. O desemprego é também algo comum entre os sem-teto.

Para a classe trabalhadora, obviamente, é pelo trabalho que se dá a sua reprodução de vida. Dessa maneira, se não há trabalho ou se os salários são muito baixos sua vida é amplamente afetada. Como consequência disso se afeta o consumo (por exemplo, a moradia). No entanto, Leal (2008) faz um alerta sobre a questão do consumo:

*(...) é claro que, numa sociedade capitalista, é pouco provável que alguém sobreviva sem participar minimamente do mercado de consumo, ainda que de forma precária e intermitente. Assim, a exclusão dessa dimensão diz respeito apenas a um certo padrão de consumo, definido normativamente por cada sociedade como o mínimo digno e/ou necessário.*

Pensando nestes aspectos (trabalho e consumo), o porquê da concentração da população de rua no centro da cidade fica evidente. A população em situação de rua fica em áreas comerciais onde há melhores condições para abrigo noturno, o trabalho de catação de materiais reciclados, oferta de alimentos, assim como maior abundância de lixo. Sobre o consumo de grande parcela da população de rua, este se relaciona quase que exclusivamente a alimentação e, em alguns casos, bebidas alcoólicas e drogas.

Já em relação aos sem-teto, parte deles também prefere a região central devido às maiores possibilidades de trabalho: coleta de materiais reciclados e a atividade de vendedor ambulante (camelô). No entanto, existem os trabalhadores sem-teto que se encontram na periferia - estes têm geralmente outras ocupações como aquelas mais ligadas à construção civil e ao emprego doméstico. Podemos observar que nos prédios ocupados pelos sem-teto existem consumos de alguns produtos, tais como aparelho de som, televisão, fogão – certamente este consumo também é limitado, porém é diferente do da população de rua.

### *Família*

Os sem-teto possuem os vínculos familiares fortes. É este um dos motivos que quando se pergunta a uma liderança quantas pessoas participam de um movimento ou de

uma ocupação, ela responde o número de famílias, ou seja, a unidade aqui é a família e não as pessoas. Os movimentos também fazem esta contagem por famílias já que devido ao estatuto conservador das políticas habitacionais, estas se destinam às famílias constituídas e não aos indivíduos solitários.

A maior parte dos militantes dos movimentos dos sem-teto são mulheres. Já a população de rua, como vem indicando algumas pesquisas recentes<sup>84</sup>, ela é predominantemente composta por homens e que, geralmente, vivem sós, não estão acompanhados de entes familiares.

A partir dos cruzamentos de dados da pesquisa realizada em São Paulo com a população em situação de rua (FIPE, 2003), podemos verificar que quase 90% dos albergados estão vivendo sozinhos, enquanto 50% dos que dormem nas ruas estão sós. Ao contrário do que imaginávamos, a porcentagem de família em albergue é menor do que a porcentagem das famílias que estão nas ruas. Dos cálculos, temos que 9,4% da população que está em albergue está acompanhada de alguém que possui certo parentesco. No que se refere à população que dorme na rua, 16,2% está acompanhada de parentes. Somando estas duas parcelas temos que apenas 12,3% da população total em situação de rua têm algum grau de parentesco (cônjuge, pais, filhos, sem definição). Com esses dados mostramos que são poucas as famílias que vivem na rua quando comparado com a população total de rua – de acordo com FIPE (2003) existe na cidade de São Paulo cerca de 10400 pessoas morando nas ruas. cremos, então, que as famílias que estão em situação de miséria e com carência de moradia se encontram nos movimentos dos sem-teto.

Faz-se importante aqui esclarecer que quando falamos de família não estamos nos referindo apenas a família nuclear tradicional (patriarcal), que corresponde ao marido (chefe de família), mulher e os filhos. As famílias hoje e, obviamente, seu conceito, passam por um processo de reconstrução e modificações. É cada vez mais comum termos as mulheres como chefes de famílias e temos casos em que vivem apenas mulheres em uma casa, por exemplo, mãe, filha e netas, assim como duas irmãs e seus filhos. Além disso, muitos domicílios são constituídos por casais homossexuais.

*(...) Ou seja, a família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e*

---

<sup>84</sup> FIPE (2003) e META (2008).

*outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer idéia preconcebida de modelo familiar “normal”. (Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, p.29 – citado em: Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Governo Federal. Brasília-DF. Maio de 2008).*

Dessa maneira, desde que a família cumpra com a sua função social de, por exemplo, proteção às crianças e adolescentes, cuidados com os idosos, e seja capaz de ser célula base de políticas públicas ela é válida. No entanto, a legislação que se refere às políticas habitacionais ainda se encontra um tanto quanto atrasada e considera família no sentido tradicional. Dessa maneira, um casal de homossexual não pode colocar a soma de suas rendas para conseguir um financiamento, já que não são considerados uma família, o mesmo acontece com os idosos que estão sós. Falaremos adiante dos dilemas destas pessoas.

#### *Os “Excluídos” e a visão dos laços sociais rompidos*

Discordamos do conceito de “exclusão social” por vários motivos. Citaremos alguns. Primeiro, porque ele remete ao “excluído” a idéia de ser genérico, abstrato, considerando aqui que se o indivíduo está excluído da sociedade é devido a seu fracasso pessoal, ou seja, há uma individualização da culpa. Porém, quando colocamos a questão de quem com frequência é excluído socialmente: os trabalhadores ou os capitalistas, logo se vê que os primeiros são os grandes “excluídos”. Daí concluímos que a definição não deveria ser em termos de indivíduos e sociedade, mas sim falar de trabalhadores e capitalistas, integrados ou não à sociedade e ao Estado capitalista.

Em segundo lugar, o termo “exclusão social” passa a idéia de que todos os indivíduos que estão excluídos se quiserem, se tiverem boa vontade, podem muito bem ser incluídos novamente à sociedade. Desta maneira, não haveria uma relação intrínseca entre a sociedade capitalista e a exclusão.

Com isso, idéias básicas do paradigma teórico marxista estariam sendo contestadas. Primeiro se fala de indivíduos ao invés de se falar de classes sociais, posteriormente, não se faz referência alguma à lei de acumulação do capital em que se

tem acumulação de riqueza de um lado, e acumulação de pobreza de outro. Conceitos elaborados por Marx como população excedente, exército industrial de reserva não são levados em consideração e como veremos adiante, acreditamos que esses conceitos são importantíssimos para explicarmos as condições objetivas dos sem-teto.

E por fim, parece que se fala de exclusão como substituto de exploração, passando a idéia de que o que há hoje é apenas exclusão devido à falha pessoal e não exploração que está na lógica do sistema capitalista.

É, portanto, pelos argumentos acima que não falamos até aqui e nem falaremos que os sem-teto e a população em situação de rua são “excluídos”.

Giuliana Leal (2008) apresenta um interessante trabalho acerca das origens e debates do termo “exclusão social”. Devido às várias definições para este conceito a autora examina a corrente teórica que define exclusão social como ruptura de laços sociais, apontando seus limites e possíveis pontos fortes. Os principais laços sociais considerados aqui são: trabalho (assalariado), consumo, pertencimento a grupos sociais com interesses comuns (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais), laços familiares e comunitários e, por fim, o reconhecimento do outro como semelhante.

Uma das principais críticas que a autora tece a esta definição é que

*a descrição da exclusão social é mais forte que a análise porque ao se confundirem causas e características do fenômeno, não se chega a dissecar suas raízes. Vários estudos citam fatores gerais que estão na origem da exclusão (desemprego, crise dos sistemas de proteção do estado, individualização crescente), mas não explicam como operam as relações sociais que os geram. (Leal, 2008).*

Assim entendemos que a definição da exclusão social como ruptura de laços sociais não é apropriada para a realização de uma análise profunda e que busca compreender a raiz do problema da existência de uma parcela da população tão miserável. No entanto, para fazer uma simples descrição do fenômeno, alguns de seus elementos podem ser utilizados e foi isso que fizemos ao tentar diferenciar a população em situação de rua e os sem-teto. Pois, de fato, as pessoas que se encontram em situação de miséria, nas ruas ou na luta por uma moradia, realmente possuem problemas relacionados com o trabalho, consumo, laços familiares e são constantemente discriminadas.



O que tentamos demonstrar é que as duas populações aqui analisadas (população em situação de rua e sem-teto) têm mais ou menos as mesmas dificuldades e problemas, no entanto, estes se encontram em graus diferentes e são respondidas de maneiras distintas.

### **3.2 Igualdade e diferenças entre os sem-teto**

É necessário entender que os movimentos dos sem-teto são movimentos constituídos por famílias, ou seja, participam deles pai, mãe, filhos, avós, jovens e crianças<sup>85</sup>. Há, assim, uma grande diversidade entre os comportamentos, necessidades e ações desses membros. Podemos dizer que apesar de a base social ser semelhante nos três movimentos aqui pesquisados, certamente esta não é uma base homogênea no que se refere ao gênero, etnia, idade e identidades. Os sem-teto são homens, mulheres, existem brancos e negros. Ao lado dos idosos estão as crianças, inclusive os recém-nascidos e os jovens sem preparo para o mundo do trabalho.

Os sem-teto da cidade de São Paulo abrangem migrantes, pessoas advindas de outros estados brasileiros (em sua maioria nordestinos); paulistas, pessoas que deixam a zona rural para se lançarem no solo urbano; paulistanos, filhos de São Paulo que se encontram à margem da sociedade capitalista; e também imigrantes, que estão em menor quantidade, mas também aparecem.

Para além da luta dos sem-teto, há setores do movimento que ainda têm a luta contra a opressão feminina ou a luta contra a homofobia, esta no caso dos homossexuais. O preconceito racial e o preconceito em relação aos migrantes nordestinos também devem ser mencionados.

Os sem-teto também possuem certa diversidade quanto ao nível de renda possuído anteriormente a situação de ser sem-teto, ou seja, existem pessoas que sempre tiveram baixa renda, enquanto outros possuíam níveis de renda mais elevados. Acreditamos que este segundo grupo é menor dentre os sem-teto, porém ele existe e nele podemos inserir

---

<sup>85</sup> Gonçalves (2005) fala que para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a luta pela terra é considerada uma luta da família. Acreditamos assim que os movimentos dos sem-teto também apresentam esta luta da família por uma moradia.

os comerciantes, ex-donos de pequenas empresas<sup>86</sup>, professores e técnicos em contabilidade. A presença da “classe média decadente” nos movimentos dos sem-teto é um reflexo do que Kowarick (2002) denomina como mobilidade sócio-habitacional descendente. Segundo o autor, a década de 90, é um período em que este fenômeno se intensifica, ou seja, as pessoas saem de casas próprias ou alugadas, mas que possuem padrões de habitabilidade, para viverem em favelas ou cortiços, tendo uma piora significativa na qualidade de sua moradia.

Porém é importante notarmos que se a situação econômica das pessoas que atualmente são sem-teto era diferente no passado, hoje, são semelhantes - a renda familiar média dos sem-teto é muito baixa. E isso é um dos principais fatores que une estas pessoas em movimentos reivindicatórios de moradia. Dessa maneira, se as pessoas fazem parte dos movimentos dos sem-teto é porque suas reivindicações imediatas são moradias, suas situações socioeconômicas não são nada favoráveis e apesar de terem trajetórias distintas e sexos diferentes estão todos na mesma luta, ou seja, apesar de toda diversidade existente entre eles, são iguais, no sentido de estarem todos sem-teto.

Assim, verifica-se que a classe trabalhadora não só tem “dois sexos”, como também tem etnias diferentes, identidades e idades diversas, mas não podemos esquecer que, mesmo assim, ela não deixa de ser classe trabalhadora.

### **Mulher, Mãe e Sem-Teto**

É notória a forte presença das mulheres nos movimentos dos sem-teto e não seria justo deixar de discutir isto, já que, durante muito tempo, a mulher não esteve presente no mercado de trabalho e muito menos organizada socialmente e politicamente. Ignorar a participação das mulheres nesses novos espaços acaba por fortalecer a idéia de igualdade entre homens e mulheres, do mesmo modo que se costuma falar, no capitalismo, da igualdade entre todos, sendo capitalistas ou trabalhadores. Dessa maneira, as relações sociais devem ser pensadas sim do ponto de vista do gênero, sem esquecer, no entanto, da grande importância das classes sociais.

---

<sup>86</sup> Há um exemplo de um sem-teto que possuía uma empresa com 23 funcionários e chegava a ter uma renda mensal de oito mil reais. IZIDORO, Alencar. “Participantes têm funções definidas”. In: FOLHA DE S. PAULO, Cotidiano. São Paulo, 26 de outubro de 1999.

Alguns dos artigos escritos por Souza-Lobo durante a década de 80 e reunidos em seu livro póstumo, *A classe operária tem dois sexos*, demonstra a necessidade de se introduzir na sociologia do trabalho a noção de gênero para compreender melhor o trabalho da mulher, o trabalho feminino. A autora tenta assim demonstrar que apesar de haver todo um universo próprio da classe trabalhadora (venda da força de trabalho e exploração pelo capital, por exemplo), esta possuía “dois sexos” e isso deveria ser aprofundado para que se pudesse fazer uma boa análise sociológica da realidade. Assim, Souza-Lobo introduz em suas análises elementos como a divisão sexual do trabalho, relações de gênero, dominação masculina e segregação ocupacional.

Concordamos muito com Souza-Lobo, no entanto, devemos tomar cuidado para não negar a existência de semelhanças entre homens e mulheres trabalhadoras. Nosso intuito é aqui então afirmar que a classe trabalhadora tem dois sexos sim, mas não deixa de ser classe trabalhadora com interesses comuns, os quais são diferentes dos homens e mulheres capitalistas.

Na resenha de Simões (2002) sobre o trabalho de Kofes, em que esta faz uma etnografia da relação entre patroas e empregadas domésticas, é demonstrada as relações entre classes e culturas diferentes e desiguais: as mulheres possuem tanto sentidos comum de feminilidade quanto se diferenciam como sujeitos desiguais. Aliás, a própria feminilidade aparece como um atributo que distingue, verticaliza e separa: patroas são “mulheres”; empregadas são “trabalhadoras”. Kofes nega que haja uma afirmação de identidade social comum de “mulher”. Isso nos remete a idéia de igualdade e diferença. Mulher sem-teto e policial feminina, em momentos de reintegração de posse de um prédio ocupado, por exemplo, são consideradas como sujeitos desiguais.

Souza-Lobo (1991) descreve que há trabalhos próprios e qualificados para homens e mulheres, ou seja, há uma forte relação entre sexo e mercado de trabalho, há uma segregação ocupacional. Vide exemplo de atividades como empregada doméstica, babá e manicure.

A divisão sexual do trabalho encontra reflexos na divisão de tarefas nas ocupações de prédios e terrenos realizadas pelos sem-teto. Por exemplo, no Moradia do Centro, a portaria e segurança das ocupações ficam por conta dos homens, enquanto a parte da limpeza fica para as mulheres. Uma das lideranças ainda justifica que a segurança fica

com os homens, principalmente no início da ocupação, porque “os homens agüentam mais o impacto”, embora as mulheres tivessem condições para tal, já que existem hoje muitas policiais femininas e seguranças mulheres. Nos acampamentos do Trabalhadores Sem-Teto, as famosas cozinhas comunitárias, coletivas, são coordenadas principalmente por mulheres, copiando assim a lógica da divisão sexual do trabalho. Foi no Sem-Teto do Centro que encontramos mulheres na portaria, no entanto, não temos elementos suficientes para afirmar que neste movimento, nos momentos das ocupações, há um status de igualdade entre homens e mulheres e que a divisão sexual do trabalho é rompida. Mesmo porque ao mesmo tempo em que as mulheres estão na portaria, os homens são naturalmente considerados como “retraídos para a cozinha”.

De acordo com Gonçalves (2003), a categoria de trabalhos não qualificados se feminizam cada vez mais. No município de São Paulo, as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal, o emprego teve um aumento entre as menos instruídas. O setor terciário é gueto ocupacional feminino e a concentração é, sobretudo, no emprego doméstico. A inserção da mulher no mundo do trabalho se dá em condições precárias e de inseguranças, má remuneração e perda da proteção oferecida pela legislação (trabalho informal).

O trabalho em domicílio é uma estratégia capitalista para acumular mais e fragmentar o processo de trabalho evitando assim grandes resistências por parte dos trabalhadores. Neste setor são também as mulheres que mais comparecem, isto porque elas são trabalhadoras que possuem mão de obra barata e são consideradas como mais disciplinadas, dada a falta de experiência sindical. O trabalho em domicílio também contribui com a lógica das relações de gêneros e das práticas sociais femininas: mulheres combinam o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, especialmente o cuidado com os filhos. Logo, a integração da mulher no mercado de trabalho não elimina a hierarquia de gênero, de modo que a subordinação da mulher acontece tanto no âmbito familiar quanto no âmbito do trabalho.

Frente a este rápido panorama do mercado de trabalho de mão de obra feminina, verificamos que são essas trabalhadoras mal remuneradas e sem grande qualificação profissional que participam dos movimentos dos sem-teto.

Os principais fatores que estão na origem da participação das mulheres nos movimentos sociais são as relações entre a reivindicação e as necessidades correspondentes à esfera da reprodução social (tidas como “questões femininas”: creches, habitação, saúde, transporte, melhores condições de vida). Os movimentos femininos (não necessariamente feministas) são resultados de uma relação causal entre miséria e demanda. E é isso que pode explicar a grande participação das mulheres nos movimentos dos sem-teto: a situação miserável em que se encontram e a necessidade de uma moradia para abrigar sua família as levam à luta, à organização.

Ademais, existe a questão da maternidade. Não é raro encontrarmos muitas mulheres, chefes de famílias, que vão com seus filhos lutar por uma moradia, unindo-se aos movimentos dos sem-teto. Em algumas entrevistas com as bases dos movimentos, muitas mulheres diziam estar naquela luta, nas situações precárias das ocupações, por causa de seus filhos, como tentativa de dar uma vida mais digna para eles. É mais que comum encontrarmos a presença de inúmeras mulheres grávidas ou com bebês, que participam das ocupações, inclusive, algumas delas entram em trabalho de parto durante os momentos críticos das ações de reintegrações de posse.

Outro fator que pode justificar a grande participação das mulheres nas ocupações é a violência doméstica. Muitas mulheres tomam coragem e saem de casa com seus filhos e vão para as ocupações dos sem-teto, onde são acolhidas. Dentre as normas da organização interna das ocupações, a violência contra a mulher é uma das coisas mais intoleráveis e, se o agressor é pego, ele é expulso da ocupação.

*Um em cada quatro lares brasileiros é chefiado por uma mulher. Muitas delas se tornam chefes de família após serem abandonadas ou na tentativa de fugir da violência doméstica. É com elas que costumam ficar as crianças e os idosos. Diante desse quadro (...) apresentamos um projeto de lei para estabelecer a mulher como titular nos contratos dos programas de habitação da Prefeitura. Isso quer dizer que a moradia fica em nome dela (“Moradia em nome da mulher” – panfleto explicativo sobre a lei municipal apresentado pelo vereador Nabil Bonduk)*

Estamos falando aqui de uma lei de autoria do vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), Nabil Bonduk que foi aprovada em janeiro de 2004, durante a gestão Marta Suplicy, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que

priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social. Essa lei também pode apresentar um incentivo maior para as mulheres lutarem por moradia já que elas teriam algumas prioridades, como por exemplo, na questão de Locação Social em que há atendimento preferencial às mulheres vítimas de violência, idosas e portadoras de deficiência.

O poder das mulheres nas ocupações é notório, há casos de ocupações em que o número de mulheres chega a 70% ou 80% do total dos ocupantes. É comum serem as mulheres as coordenadoras dos movimentos dos sem-teto, são elas também as grandes lideranças das ocupações e acampamentos.

### **Homem Sem-Teto**

Ao destacarmos a forte presença das mulheres nos movimentos dos sem-teto, não estamos querendo desvalorizar ou menosprezar a participação dos homens. Estes também estão presentes nos movimentos, embora de uma maneira um pouco mais acanhada. Geralmente, são as esposas desses que chegam primeiro aos movimentos e, depois, eles acabam se aproximando devagar.

Em muitos dos casos observados na Ocupação Lavapés, organizada pelo Movimento Moradia do Centro, enquanto as mulheres ficavam na ocupação, cuidando dos filhos (principalmente aquelas que tinham dois ou mais filhos pequenos), os maridos saíam para trabalhar. Embora exista muitas mulheres sem-teto trabalhando e, neste caso, quem cuida das crianças são as outras mães que se solidarizam com a situação.

Assim, das atividades organizadas pelos movimentos durante a semana, são as mulheres as grandes personagens, embora estejam presentes também as lideranças masculinas e os sem-teto homens que estão desempregados. Nas atividades dos movimentos de final de semana, domingo por exemplo, são as mulheres que vão novamente às assembléias e os homens ficam na ocupação cuidando das crianças.

Em uma das assembléias do Moradia do Centro, em um domingo de junho de 2008, a mesa informou que as famílias deste movimento estavam excluídas da divisão de apartamentos de um prédio reformado pela prefeitura destinado a habitação popular, divisão esta que havia sido combinada entre vários movimentos de moradia do centro alguns meses antes. As lideranças indignadas com tal fato pedem uma reunião com a

União dos Movimentos de Moradia (a “instância superior” dos movimentos). A tal reunião seria no dia seguinte da assembléia, na segunda-feira. Assim, o coordenador da mesa pergunta quem poderia ir até a sede da União dos Movimentos de Moradia e, exemplarmente, 13 mulheres se levantam, apenas mulheres!

De acordo com uma das lideranças femininas dos Sem-Teto do Centro, nos últimos anos, os homens começaram a participar mais das atividades dos movimentos isso porque teriam percebido a necessidade e a importância de se lutar pela moradia.

Para sermos justos com os homens, também existe a “questão da paternidade” em que muitos pais se sentem humilhados por não poderem oferecer aos seus filhos um lar decente, alimentação e, muito menos, lazer.

Se a diferença entre a participação de homens e mulheres na base do movimento parece ser grande, isto não se repete dentre as lideranças. Nestas parece haver um equilíbrio entre homens e mulheres - exceto no Movimento Sem-teto do Centro, como demonstramos no capítulo anterior.

Por fim, destacamos a importância dos homens nas ocupações no que se refere à infra-estrutura. Geralmente, no início da ocupação a situação precária do prédio ocupado exige muito trabalho e organização dos sem-teto. Desde a limpeza do local, e estamos falando aqui de tirar quilos e mais quilos de lixo e entulhos de dentro dos prédios abandonados; a realização de mudanças, carregando os móveis de um andar para o outro, já que geralmente os elevadores destes prédios estão emperrados, não sendo assim nem um pouco confiável; os reparos e “improvisações” no que se refere à questão de água e energia nos edifícios e a construção de divisórias dentro do espaço ocupado para as famílias, são, portanto, todas essas tarefas destinadas àqueles que têm experiência no assunto e, na maioria das vezes, esses são os sem-teto eletricitas, marceneiros ou pedreiros, são os sem-teto homens. Aqui está a divisão sexual do trabalho novamente.

### **Negros Sem-teto**

A presença de negros nos movimentos dos sem-teto é considerável, no entanto, nos discursos dos movimentos aqui pesquisados a questão racial não aparece como algo determinante ou muito forte. Diferentemente do que acontece, por exemplo, com o

Movimento dos Sem-teto de Salvador-Bahia que ao se “auto descrever” e “auto-definir” propõe uma “revisão da herança histórico-cultural dos sem-teto”.

De acordo com Cloux, estudioso do Movimento dos Sem-Teto de Salvador, não há democracia racial brasileira já que a maioria dos que estão dentro das ocupações dos sem-teto são afro-brasileiros. O autor ainda ao definir os sem-teto baianos, afirma:

*Os Sem-Teto são oriundos do processo histórico de exclusão de grande parte da população, dos negros e negras, das comunidades indígenas, dos caboclos do meio rural, que foram expulsos juntos com os negros após o 13 de maio de 1888, sem qualquer direito sobre as terras em que cultivavam e criavam gado ou a qualquer assistência social ou de previdência, sem acesso à alimentação adequada, trabalho e moradia.*(Cloux, 2008: 55)

Acreditamos que os sem-teto negros estão distribuídos igualmente tanto pela base do movimento quanto entre as lideranças, dessa maneira, acreditamos que, ao menos na estrutura organizativa do movimento não há preconceito racial.

Como sabemos, a desigualdade racial no país possui fortes relações com a desigualdade social. Santos (2005) fez um estudo analisando os efeitos de classe na desigualdade racial. Entre diversos dados, tabelas e hipóteses apresentados pelo autor, é interessante por ora constataremos que:

1) 55,4% da população brasileira é branca e 44,6% é não-branca (preto e pardo)

2) a maioria da população não-branca brasileira se encontra nas classes trabalhadoras (de acordo com as categorias definidas pelo autor, são: trabalhador, trabalhador elementar, conta própria, precário e empregado doméstico). No entanto, a classe trabalhadora não apresenta um grande *gap racial*, uma diferença significativa entre o número de trabalhadores brancos e não-brancos. Isto “corresponde à expectativa da teoria marxista de que a condição de exploração de classe comum restringe, em certa medida, o impacto das divisões raciais no interior da classe trabalhadora” (Santos, 2005: 51)

3) dentro a categoria de classe considerada capitalista, a representatividade de não-brancos é baixíssima, 11,6%, enquanto a população branca representa 88,4% dos capitalistas.



4) a diferença salarial entre brancos e não-brancos aponta que em todas as “categorias de classes” definidas por Santos, os brancos levam vantagens sobre os negros, isto é, possuem um salário maior.

Se os sem-teto são pobres e, como evidenciado, muitos pobres são negros, não teria porque não existir muitos sem-teto negros. No entanto, a participação de brancos dentro dos movimentos é grande também. Como vimos acima, a classe trabalhadora é tanto branca quanto negra, de modo que a composição dos movimentos dos sem-teto deve refletir isto, ou seja, os sem-teto são negros e brancos<sup>87</sup>.

Com isto não queremos negar que existem diferenças entre os sem-teto negros e os sem-teto brancos, já que os primeiros, além de terem que enfrentar o estigma da pobreza, ainda sofrem com o preconceito racial, tendo, por exemplo, salários ainda menores do que os dos sem-teto brancos.

A questão a respeito de cotas para negros nas políticas habitacionais foi muito discutida em um encontro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), realizado em 2004. O grupo “negritude” propôs que se incluísse cota de 40% das casas conquistadas pelos movimentos para os negros.

Os sem-teto da Bahia questionaram isso:

*“Como 40%? Na Bahia, nós somos 80% da população. E agora vamos ter apenas 40% das casas que conquistamos?” Ele mesmo explicava: “Defender cotas nas universidades até se entende. É um espaço de brancos. Mas moradia popular é coisa para a população pobre. Nessa área, nós já somos maioria. Não temos de disputar espaço”. Discussão feita a formulação final do encontro exige “um mínimo de 40% de negros nos programas habitacionais”. (“Negros reivindicam cotas em programas habitacionais”. Folha de S. Paulo – Cotidiano. 26 de abril de 2004.).*

---

<sup>87</sup> Nossa pesquisa não se propõe a fazer um levantamento exaustivo e exato do perfil dos sem-teto, por isso não temos elementos suficientes para dizer que os movimentos dos sem-teto são movimentos predominantemente formados por negros ou declarar porcentagens exatas. Apenas deixamos anunciado que existem tanto branco quanto negros sem-teto.

### **“Sem-Tetinhos”: crianças e adolescentes sem-teto**

As crianças que fazem parte dos movimentos dos sem-teto estão acompanhadas de sua família, seja dos pais, tios ou até mesmo dos avós. Crianças sem-teto não são meninos e meninas de rua. Porém, apesar de elas terem este apoio da família, muitas outras carências aparecem: a moradia, assistência à saúde, educação, lazer e até alimentação.

As crianças são impedidas de se matricular em nas escolas ou creches porque não têm como apresentar comprovante de residência. É verdade que alguns dos sem-tetinhos freqüentam a escola, quando seus pais conseguem dar um “jeitinho” na matrícula. Assim, dentro da escola, as crianças possuem diversos comportamentos, desde os mais dóceis aos mais agressivos. Por exemplo, uma das pequeninas, que estava em uma das ocupações do Moradia do Centro, mostrava orgulhosa as figurinhas que havia ganho da professora porque tinha feito toda a lição. Já um garotinho, estava com problemas na escola, ele batia nos colegas, e só poderia voltar a freqüentar as aulas quando o responsável por ele fosse ao Conselho Tutelar e desse explicações.

Com estes exemplos vemos que as crianças sem-teto, quando não impedidas de freqüentarem a escola, possuem um comportamento como todas as crianças, não importando de onde vem. Mas será mesmo?

Muitos dos sem-tetinhos que conseguem ir à escola passam fome e, por isso, a merenda é vista como um dos melhores momentos do dia, a carência de um vestuário apropriado é constante - calçados fechados durante o inverno, por exemplo -, a impossibilidade de convidar o colega para ir brincar na sua casa ou de participar de (e muito menos de ter) uma festa de aniversário, tudo isso, todos esses exemplos demonstram o por que das crianças sem-teto se sentirem envergonhadas frente aos amigos de escola. Esses exemplos ajudam a entender que os sem-tetinhos apesar de se reconhecerem como crianças, iguais aos seus colegas de escola, são também diferentes deles. A classe social faz diferença e a situação de ser sem-teto mais ainda, levando as crianças a também sentirem o pré-conceito social. Elas são discriminadas e não raramente são chamadas com desdém de “filhos de favelados”, como se isso significasse “filhos de criminosos”. Aqui está a velha e mais do que nunca criminalização da pobreza.

As desigualdades sociais estão lado a lado. Na Ocupação Lavapés, organizada pelo Moradia do Centro, isso é literal<sup>88</sup>. Há uma creche particular ao lado do galpão onde vivem mais de 20 famílias de sem-teto. Em uma ocasião, o diretor da creche foi conversar com os sem-teto da ocupação para que as “suas crianças” não fizessem barulho durante o horário de aula para não tirar a concentração das “crianças deles”. E o diretor ainda disse que um pai já havia tirado seu filho da creche porque não queria que ele convivesse com sem-tetos. Dessa maneira, o pré-conceito afeta as crianças. E a desigualdade é visível. Enquanto as crianças da creche particular têm o direito de ter uma boa educação e viver longe dos problemas sociais e da miséria; as crianças sem-teto têm o dever de ficar “quietinhas” para não atrapalhar as “crianças deles”. Os sem-tetinhos têm o seu direito à educação ameaçado porque não possuem um comprovante de endereço e, ainda, eles não têm a escolha de ficar longe da miséria e problemas sociais, mas sim, são obrigados a conviver com isso diariamente.

Vejamos o caso de uma mulher, baiana, desempregada, mãe de seis filhos.

Nair vivia em São Paulo com cinco de seus filhos e, antes de ir para a ocupação, eles moravam na marcenaria onde o seu marido trabalhava. Ela disse que saiu de lá por causa do pó que irritava muito as crianças e, principalmente, o filho menor que tinha problemas de saúde e estava sempre indo ao médico e hospital. Todo mês, Nair tinha que dar ao bebê um remédio que, dentro da renda mensal familiar, possuía um preço inviável. Seu marido era marceneiro e o único que trabalhava na família, ganhando cerca de 400 reais mensais, sendo impossível pagar aluguel, comprar comida, roupas para todas as crianças e ainda remédios. No dia anterior à nossa visita, Nair tinha conseguido incluir o nome do bebê em um programa de saúde que possibilitaria que, a partir do mês seguinte, ela pudesse ir a um hospital e pegar gratuitamente o tal remédio. Este caso apresenta um, dos diversos problemas, que as crianças sem-teto enfrentam na questão da saúde.

---

<sup>88</sup> A Ocupação Lavapés, diferentemente da maioria das ocupações dos movimentos dos sem-teto, foi organizada primeiramente por famílias que não participavam de nenhum movimento e só depois, quando o imóvel já estava ocupado, essas famílias procuraram o Moradia do Centro para ajudá-las com a organização, sustentação e apoio jurídico. Esta ocupação se deu em um galpão de uma ex-oficina de carros no centro da cidade de São Paulo. Existia no local 24 famílias as quais possuíam um total de 33 crianças. Não temos dados precisos sobre o começo desta ocupação já que não foi propriamente organizada pelo Moradia do Centro, mas seu desfecho se deu em agosto de 2008. Depois de várias ameaças de reintegração de posse, as partes entraram em acordo e o governo municipal ofereceu bolsa aluguel para as famílias por um tempo determinado.

Existem diversos documentários realizados pelo Trabalhadores Sem-Teto. Em um deles, intitulado de “2 meses e 23 minutos”, realizado no acampamento João Cândido, em Itapecerica da Serra, temos acesso aos depoimentos de algumas crianças<sup>89</sup>. Esses depoimentos são muito ricos em informações e em análise. Vejamos:

1.

*Entrevistadora: - As pessoas são felizes aqui?*

*Eduardo (menino sem-teto): - As pessoas? Ah...a minoria. Tem gente que passa muita dificuldade aqui. Passa fome, paga aluguel, não tem aonde ir e não consegue pagar o aluguel e aí o dono enche o saco.*

2.

*Eduarda (menina sem-teto): - Ai quando chego aqui fiquei de boca aberta por causa que aqui é muito grande. Tem lugar para correr, para brincar, escrever, também a gente pode brincar de escolhinha, também pode escrever na terra, na terra também é legal.*

*Entrevistador: - O que falta aqui para ficar melhor ainda?*

*Eduarda (menina sem-teto): - Casa.*

*Entrevistador: -Casa?*

*Eduarda (menina sem-teto): - É por causa que casa todo mundo quer, né? (...) Aqui todo mundo tem, tem, tem paz e é feliz um pouquinho, né? Mas lá na casa mesmo não é bom, não é bom. Porque lá só tem lugar para brincar na rua. Na rua onde passa carro. A gente brinca na pracinha, quando capina (...) É ruim ficar debaixo de lona com criança, com bebezinho.*

Os dois relatos acima mostram a realidade das crianças que vêm os seus pais sofrendo para poderem pagar um aluguel e conseguirem comer, daí a impossibilidade de dizerem que são felizes. As crianças também amadurecem muito cedo tendo que cuidar dos irmãos menores e vivenciar as dificuldades de morarem em acampamentos. Mas mesmo assim, elas consideram o acampamento um lugar melhor do que onde estavam, geralmente estavam em pensões, cortiços, casas de parentes, albergues e até mesmo na rua.

Dada a intensidade do problema habitacional pelo qual passam as famílias dos sem-teto, é impossível que as crianças sejam alheias à situação. Os problemas enfrentados

---

<sup>89</sup> O acampamento João Cândido foi organizado pelo Trabalhadores Sem-Teto, em um grande terreno em Itapecerica da Serra, região metropolitana de São Paulo. Existia no local 4 mil famílias. A ocupação teve início em março de 2007 e durou aproximadamente dois meses. Após um acordo, a prefeitura de Itapecerica da Serra cederia um espaço para 350 famílias.

pelos seus pais, são, na verdade, seus problemas também: ausência de moradia, fome e discriminação.

No que se refere à falta de lazer das crianças, algumas das ocupações procuram sanar isso de alguma forma, como por exemplo, a Ocupação Prestes Maia, do Sem-Teto do Centro, que organizou uma grande biblioteca contando com centenas de livros de todos os gêneros<sup>90</sup>. Na ocupação do Ouvidor, do Moradia do Centro, havia a organização de uma escolinha que funcionava como reforço para as crianças<sup>91</sup>. E no que se refere às atividades educacionais e culturais organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, podemos destacar as *Cirandas*, presente em diversas ocupações. As *Cirandas*, como comentamos anteriormente, são destinadas às crianças a partir de 2 anos e geralmente possuem um espaço físico destinado ao desenvolvimento de atividades lúdicas e educacionais.

Tivemos a oportunidade de conversar com Gabriela, garota de sete anos que acompanhava sua mãe em uma manifestação do Trabalhadores Sem-Teto. Enquanto comia um prato de macarrão preparado na cozinha coletiva do acampamento ela me dizia que tinha muita educação e comia de boca fechada porque se as “policia” a vissem de boca aberta iriam “falar mal”. Ao mesmo tempo, ela estava toda contente porque tinha ganhado um estojo com lápis e caneta de um dos policiais. Assim, a relação de medo e admiração pelos policiais se misturava na fala da pequenina. Perguntamos se ela gostaria de fazer um desenho com o lápis novo. Ela respondeu que sim e, sintomaticamente, desenhou uma casa.

---

<sup>90</sup> A Ocupação Prestes Maia foi uma das principais ocupações organizada pelo Sem-Teto do Centro (MSTC) em um prédio na região da Luz em São Paulo, em novembro de 2002. Ela ficou conhecida como a maior ocupação urbana vertical da América Latina. Existia no local 495 famílias. Depois de anos de lutas e constantes ameaças de reintegração de posse, enfim, o governo entra em negociação com os sem-teto e esses deixam o local em maio de 2007. As “famílias Prestes Maia”, como eram chamadas as pessoas que viveram na ocupação, tiveram duas opções: atendimento em um empreendimento da CDHU (na periferia da cidade), e as famílias que quisessem habitar no centro teriam bolsa aluguel durante um tempo até conseguirem suas casas na região central. Atualmente este prédio se encontra vazio.

<sup>91</sup> A ocupação do Ouvidor foi organizada pelo Moradia do Centro (MMC), em dezembro de 1997. Existia no local 96 famílias. Foi uma das principais ocupações do MMC e teve grande visibilidade na grande imprensa porque ela se deu em um antigo prédio da Secretaria de Estado da Cultura, local que estava abandonado há tempo e com um rico material (quadros, livros, etc) jogado - “a cultura estava jogada no lixo”, como afirma uma dos coordenadores do movimento. Este prédio teve sua reintegração de posse em outubro de 2005 e até hoje ele permanece vazio e abandonado.

E, logo depois, Gabriela se despede gritando as palavras de ordem do movimento, ao seu modo, é claro: “m...s.....teeeee....a pra valeeeee” (enquanto os adultos dizem: “*MTST, a luta é pra valer!*”, as crianças repetem as meias palavras.)

### **Idosos sem-teto**

Enquanto as crianças penam para se conservar crianças devido às suas condições precárias de vida, os idosos penam para ter uma velhice tranqüila. Depois de muitos anos de vida e de lutas, os idosos ainda se sentem inseguros e fragilizados frente aos despejos recorrentes pelos quais passam. Os problemas de saúde dos idosos são agravados nestas situações e muitos deles acabam tendo que ser internados em hospitais.

Outros ainda, apesar da idade avançada, ainda se sentem obrigados a cuidar de netos pequenos. É o caso de Dona Graça, uma senhora na faixa dos 60 anos, e que cuida de seus netos e bisnetos. Ela trabalha durante o dia e ainda faz “bicos” (pega latinhas durante a noite) para poder sustentar sua família.

Um grande problema enfrentado pelos idosos dentro dos movimentos dos sem-teto é que quando o movimento possui uma vitória e, por exemplo, consegue que a Caixa Econômica Federal (CEF) ou Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) faça acordo, eles dão prioridade para famílias constituídas, isso significa que os idosos não estão na lista prioritária, já que alguns deles estão sós. Esse é o caso de Dona Maria, quase 70 anos, que vem lutando há cinco anos em um dos movimentos. Ela tentou viver com a filha, mas devido a problemas com o genro não foi possível continuar vivendo ali. Ela é empregada doméstica aposentada e vive de sua aposentadoria. Todos os dias ela almoça no “*Bom Prato*”, programa do governo estadual em que a refeição custa um real. Dona Maria está no dilema de pagar aluguel e se alimentar.

Ela comenta que várias vezes ficou decepcionada com o movimento porque faz muito tempo que luta e ainda não conseguiu sua casa. Enquanto esperávamos uma das lideranças para realizar uma entrevista na sede do Sem-Teto do Centro, Dona Maria também esperava para tentar, mais uma vez, ser incluída no Programa Bolsa Aluguel. Ela comentou que gostaria muito de participar de um desses programas em que o idoso paga cerca de 50 reais mensais e mora em um apartamento ou kitnet e, quando ele morre, o

apartamento não pertence a ele, mas sim ao Estado e aí outro idoso vai morar lá. Dona Maria afirmou que esta é uma boa política.

A partir da descrição de Dona Maria, encontramos o Programa Vila da Dignidade que parece contemplar o que a senhorinha nos dissera. Este programa é voltado para os idosos que possuem baixa renda, que vivem sós, sem vínculos familiares e aptos para tarefas diárias. A Vila dos Idosos ou Vila da Dignidade - o termo dignidade sugere uma “digna idade” – foi inicialmente uma política municipal tímida sem grandes conquistas e publicidade. A Vila da Dignidade foi construída primeiramente durante o governo Celso Pitta (1997-2000). No governo Marta Suplicy (PT), a Vila da Dignidade foi incluída dentro de um projeto habitacional maior, que ficou conhecido como “Morar no Centro” que objetivava a construção de moradia popular na região central da cidade para a população de baixa renda. Posteriormente, na gestão Kassab, o programa apareceu novamente, circundado de publicidade, culminando na construção da Vila dos Idosos, no Pari. Em abril de 2009, o governo do Estado de São Paulo lançou o programa Vila da Dignidade em nível estadual, prevendo a construção de pequenas vilas voltadas para pessoas maiores de 60 anos. A pós-ocupação é de extrema importância para este tipo de programa, ou seja, quando o idoso vem a falecer, o imóvel deve ser ocupado por outro idoso que preencha os pré-requisitos do programa e assim sucessivamente.

Isso abre brecha para pensarmos que o direito a morar com dignidade é diferente do se ter uma casa própria. O programa descrito acima é uma política interessante já que garante uma certa autonomia para os idosos de baixa renda que vivem sós. No entanto, seria preciso pensar essa política habitacional de modo realmente articulado às outras políticas, tais como assistência social e saúde, respeitando assim as necessidades dos idosos pobres<sup>92</sup>.

### **Migrantes e imigrantes sem-teto**

Grande parte dos sem-teto que se encontram na Grande São Paulo é migrante, principalmente migrante nordestino. Esses sem-teto vivem o dilema de deixarem sua terra natal e a família para tentarem uma vida melhor e mais digna na capital paulista. Quando

---

<sup>92</sup> Para uma análise crítica do Projeto vila da Dignidade e a sua interface com programas de saúde e assistência social, verificar Oliveira; Inoue; Guimarães (2009).

resolvem arriscar e vêm para São Paulo, logo percebem que as coisas na cidade grande não são fáceis e, geralmente, têm como horizonte viver sem emprego, sem moradia e sem família. A partir disso tem-se o dilema de voltar ou não para sua terra natal. No entanto, a maioria dos migrantes destaca que se a situação é ruim agora - na condição de sem-teto na cidade de São Paulo - era pior ainda nos lugares que viviam anteriormente. Daí dá para se imaginar a tamanha miséria existente neste país.

Os migrantes nordestinos ainda têm que enfrentar uma espécie de preconceito cultural por parte dos paulistas e paulistanos.

Existe ainda nas bases dos sem-teto alguns imigrantes latino-americanos, em especial os bolivianos. Isso porque a partir da década de 80, devido a forte crise que assolou a Bolívia “milhares de trabalhadores bolivianos, em sua maioria nascidos em áreas rurais, deslocaram-se para o Brasil em busca de uma oportunidade de trabalho” (Mascaro, Silva e Tambellini, 2009: 124).

Hoje podemos perceber uma grande circulação desses imigrantes na região central da cidade de São Paulo, onde trabalham em condições muito precárias nas oficinas de costura dos coreanos. O fato de muitos desses bolivianos serem imigrantes não documentados dificultam muito a vida desses trabalhadores e o acesso a serviços sociais básicos. Dessa maneira, muitos dos trabalhadores bolivianos que não vivem nas próprias oficinas de trabalho, não conseguem pagar um aluguel devida à baixa remuneração que possuem, daí a sua inserção nos movimentos dos sem-teto do centro.

### **Homossexuais sem-teto**

*A gente não temos pré-conceito, o movimento está aberto para todo mundo (...) independente da sexualidade, pra nós não tem isso. A gente respeitamos todo mundo.*

(Gabriel uma das lideranças do Movimento de Moradia do Centro. Entrevista de campo, 16 de junho de 2008).

No discurso, os movimentos dos sem-teto se demonstram abertos a todos, sem discriminações. Por isso, muitos dos movimentos dizem lutar por políticas que incluam as pessoas que são “excluídas” e discriminadas, como por exemplo, os homossexuais. E de fato, existem diversos homossexuais entre os sem-teto, no entanto, isso não quer dizer que não exista pré-conceito entre os sem-teto (tanto por parte das lideranças quanto da base)



devido a opções sexuais das pessoas – não podemos esquecer que os sem-teto estão inseridos em uma sociedade que produz e reproduz pré-conceitos e, portanto, muito deles não escapam disso.

No mesmo encontro organizado pela União Nacional por Moradia Popular onde se discutiu a questão de cotas para negros nas políticas habitacionais, houve a presença de gays e lésbicas na discussão de gênero. O trecho seguinte demonstra as limitações dos movimentos, no sentido de reproduzirem os preconceitos da sociedade:

*“Por que só famílias com homem, mulher e crianças têm o direito a ocupar, resistir, construir e ter um título de posse?”, perguntava uma militante do movimento, defendendo que duplas de mulheres e de homens que vivam maritalmente tenham o direito à uma casa. Venceu uma formulação bem mais branda: “As (os) solteiras (os) têm direito à moradia”. (“Negros reivindicam cotas em programas habitacionais”. In: 26 de abril de 2004. Folha de S. Paulo – Cotidiano).*

A política de moradia é homogênea, familiarizada, isto é, a base da elaboração da política habitacional está na família, não dando conta da diversidade da realidade, da diversidade dos movimentos dos sem-teto.

Todos os modelos de financiamento de habitação se baseiam na renda familiar e essa família é definida pelo modelo padrão. Assim, um casal homossexual, não pode declarar sua renda conjuntamente, já que legalmente não forma uma família. Desse modo, só a renda de um (a) é que conta para a aprovação do financiamento.

Até mesmo o desenho da casa tem como base a família tradicional: um quarto para o casal e outro para os filhos. Atualmente as famílias se encontram das mais variadas maneiras e configurações de modo que como fica, por exemplo, uma casa em que vivem três mães e seus filhos?

Pudemos participar do “*Seminário Direito à cidade com diversidade*”, organizado pelo Instituto Polis e contando com o apoio de diversos movimentos sociais filiados à União dos Movimentos de Moradia e à Central de Movimentos Populares.

No interior dos movimentos homossexuais existem grandes divergências quanto aos condicionantes na definição da identidade (algo inato ou construído socialmente), a necessidade ou não de assumir publicamente esta identidade, o apoio ou não às candidaturas de indivíduos assumidamente homossexuais e o papel da mídia na

visibilidade pública da homossexualidade (Santos, 2008). No que se refere, portanto, à questão da homossexualidade e da moradia não seria diferente e temos grandes polêmicas. A principal delas está em torno da diferenciação entre direito universal e ação afirmativa. Neste sentido, se a moradia é um direito universal, todos deveriam ter acesso a ela e não seria preciso as políticas afirmativas, por exemplo, a política de cotas para homossexuais ou idosos.

Raquel Rolink, importante estudiosa brasileira das questões urbanas e na ocasião do Seminário citado, uma das palestrantes, afirmou ser favorável às cotas, argumentando que se diferentes pessoas com identidades distintas, habitam um mesmo prédio haverá uma maior mistura dos diferentes e, portanto, um maior respeito à diversidade. Já o arquiteto Cymbalista é contra, dizendo que a idéia de cotas é contrária a de direitos universais. Ele ainda afirma que a luta pela diversidade é uma luta de todos e não somente daqueles que são discriminados.

Fernanda Leão, promotora pública e uma outra palestrante do Seminário, fez uma boa argumentação sobre a diferença entre “aceitar” e “incorporar” o diferente. O aceitar é respeitar e isso é muito importante, porém não é suficiente para se ter a garantia da diversidade. Leão fala que o reconhecer a diversidade de todos, tem que ser “devido” às diferenças, e não “apesar” delas. A promotora também defende as cotas na área da habitação, porém pondera que isso deve ser feito de maneira cuidadosa para que não haja maior segregação. O exemplo utilizado durante todo o Seminário foi a metáfora de um “prédio cor de rosa”. Ou seja, o prédio cor de rosa significaria um local onde só viveriam homossexuais e, por isso, seria um local de segregação ou poderia ser um prédio onde houvesse o respeito à diversidade?

Muitos dos ditos lugares públicos (praças, shoppings, bares, escola, trabalho) excluem os homossexuais e segundo Sidnei, uma das lideranças homossexuais de um dos movimentos de moradia, se no centro já há muita discriminação, na periferia isso se intensifica e as pessoas não aceitam os travestis, na maioria das vezes, nem mesmo a suas próprias famílias. Pensar nos travestis e homossexuais vivendo em albergues é algo mais complicado ainda.

Muitos afirmam que o potencial de consumo dos homossexuais é grande. Depois da “Formula I”, a “Parada do Orgulho Gay” seria o evento que mais movimenta a

economia de São Paulo. A partir da década de noventa, o surgimento de “revistas, jornais, livrarias, agências de turismo e de encontros orientados para o público homossexual propiciou novos espaços de sociabilidade para identidades antes relegadas à marginalidade” (Santos, 2008: 8). No entanto, os homossexuais sem-teto não têm este grande potencial de consumo, eles estão na marginalidade, tanto no que se refere à sua identidade quanto à sua situação sócio-econômica. Existem muitos travestis sem-teto que não têm estudo ou qualificação e devido ao pré-conceito sofrido não conseguem encontrar outra forma de emprego a não ser a prostituição. Geralmente, os casais de homossexuais sem-teto precisam enfrentar um duplo pré-conceito: por ser sem-teto e ser homossexual.

### **3.3 O caráter classista dos movimentos dos sem-teto**

A partir da definição de classe social adotada por nós e descrita anteriormente (articulação entre estrutura e ação; posição do agente na estrutura produtiva, juntamente com a construção social), para podermos dizer que os movimentos dos sem-teto possuem um caráter classista, devemos verificar qual é a posição dos sem-teto na estrutura produtiva e de que maneira eles agregam interesses e constroem uma solidariedade e ainda, em que medida, a principal reivindicação destes movimentos apontam para uma reivindicação com interesse de classes. É isto que analisaremos nesta parte. Posteriormente, no próximo capítulo, verificaremos se os movimentos, de acordo com suas orientações político-ideológicas, assumem uma identidade de classe e têm claro de que ao lutarem por moradias estão, na verdade, realizando uma luta política, uma luta de classes sociais.

#### **Lugar que ocupam na estrutura produtiva**

Os sem-teto necessitam vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver. No entanto, existem aqueles que não mais conseguem vender esta força e se encontram desempregados. Podemos assim dizer que os sem-teto pertencem à classe trabalhadora apesar de não serem, em sua maioria, “operário padrão”, trabalhadores de fábricas.

Numa formação social concreta, a configuração de classes sociais é complexa de modo que tanto a classe trabalhadora quanto a classe capitalista, devem ser pensadas no

plural já que cada qual contém suas frações de classes com interesses econômicos diversificados (Poulantzas, 1977). Neste sentido, o conceito de frações de classes se torna um bom recurso analítico.

Sendo assim, acreditamos que os sem-teto, no que se refere ao nível da produção, pertencem à classe trabalhadora, ou melhor, a uma fração da classe trabalhadora que podemos denominar de massa marginal.

Este conceito de massa marginal, dentro da concepção marxista, trata a marginalidade no nível das relações produtivas, e não de consumo. A massa marginal é composta por trabalhadores que estão à margem das relações de produção tipicamente capitalistas, de modo que se encontram fora das grandes corporações monopolistas. Esses trabalhadores podem estar tanto desempregados quanto possuírem trabalhos muito precários.

A massa marginal é na verdade uma fração da classe trabalhadora extremamente miserável e explorada. A produção e reprodução dessa população (população trabalhadora adicional ou excedente) aparece como uma lei do modo de produção capitalista. Ou seja, em uma sociedade capitalista sempre existirá, em maior ou menor número, uma fração da classe trabalhadora desempregada ou em empregada em trabalhos muito precários e, ainda, quanto maior for o pauperismo destes trabalhadores maior será a acumulação capitalista – essa é a lei geral da acumulação de capital.

Dentre os principais teóricos da massa marginal, destacamos dois autores: José Nun (1972; 1978) e Lúcio Kowarick (1975)<sup>93</sup>. Os conceitos de massa marginal desses autores se diferenciam um do outro na medida em que cada um deles defende uma idéia a respeito da funcionalidade da massa marginal e da distinção ou não dessa em relação ao conceito elaborado por Marx de exército industrial de reserva. No entanto, como já alertava Cardoso (1971), Marx não estava preocupado em descrever a funcionalidade do exército industrial de reserva, mas com a relação de contradição entre superpopulação e

---

<sup>93</sup> O debate a respeito da massa marginal tem suas bases na teoria da população, elaborada por Marx no capítulo XXIII, *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, de *O Capital* e em *Grundrisse*. Os teóricos da marginalidade não pretendem construir uma teoria fora do campo marxista e tampouco revisar esta teoria, o que estes teóricos buscam é aprofundar as análises de Marx, que por sua vez lhes servem de ponto de partida, para poderem interpretar a realidade hoje. Dizemos hoje porque, apesar de tal debate ter se dado de maneira intensa na década de 70, dentro do contexto latino americano, acreditamos ser válido até os dias atuais.

acumulação e foi isto que lhe motivara a escrever a lei geral de acumulação capitalista. Dessa forma, Marx não categorizava o exército industrial de reserva conforme a funcionalidade da superpopulação, mas conforme as contradições entre acumulação e miséria. É necessário, portanto, tomar cuidado para que a massa marginal não seja uma teoria da funcionalidade das populações, e deixe de lado a idéia principal de contradição necessária.

Apesar da discordância no que se refere à funcionalidade, parece haver um consenso entre Nun e Kowarick no que se refere a quem são os trabalhadores da massa marginal. Vejamos.

Para José Nun a massa marginal se refere tanto àqueles que não têm emprego quanto aos que têm de forma precária, como aos que não se encontram no setor das grandes corporações monopolistas. O autor ainda dá mais detalhes a respeito dos tipos básicos de implicação marginal no processo produtivo:

1) diferentes modos de fixação de mão-de-obra: a) rural “por conta própria”: comunidades indígenas, minifundiários de subsistência, pequenos mineiros; b) rural “sob proteção”: colonos sem-serviço de fazendas tradicionais, comunidades “dependentes” ou “cativas”, trabalhadores “vinculados” por métodos coercitivos mais ou menos manifestos; c) urbano “por conta própria”: pequenos artesãos pré-capitalistas, d) urbano “sob patrão”: trabalhadores, especialmente em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em dinheiro.

2) mão-de-obra “livre” de qualquer forma de enraizamento pré-capitalista, que fracassa, total ou parcialmente em seu intento de incorporar-se de maneira estável ao mercado de trabalho. A distinção que importa aqui é entre urbano e rural e as formas compreendidas são: desemprego aberto, a ocupação “refúgio” em serviços puros, o trabalho ocasional, o trabalho intermitente e o trabalho por temporada.

3) abrangem os assalariados dos setores menos modernos, onde as condições de trabalho são mais rigorosas, as leis sociais têm escassa aplicação e as remunerações oscilam em torno do nível de subsistência.

Segundo a definição de Kowarick, um grupo deve ser caracterizado como marginal, na medida em que encarna tanto as “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas (setor terciário) quanto as velhas formas tradicionais de produção

(artesanato e indústria domiciliar) que o capitalismo, no processo de sua expansão, cria e recria. A parcela marginal da sociedade é um segmento da classe trabalhadora que se distingue do assalariado a partir de um modo peculiar de inserção nas estruturas produtivas, não tipicamente capitalistas, mas também não destituída de importância no processo de acumulação. Como forma de diferenciar o trabalhador assalariado do trabalhador marginalizado, Kowarick diz que enquanto o primeiro sofre uma exploração intensiva, o segundo sofre uma exploração extensiva – aqui se faz referência à baixa remuneração, insegurança no emprego, divisão rudimentar das tarefas e baixa tecnologia.

Os grupos marginais seriam os desempregados, trabalhadores intermitentes e trabalhadores de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal, indústria a domicílio), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços (alojamento, alimentação, higiene pessoal, confecção de roupas, reparação e instalação de máquinas e atividades domésticas remuneradas). Os trabalhadores marginais não possuem uma posição estanque, ora estão desempregados, ora fazem “bicos”, ora são contratados temporariamente.

#### *As principais ocupações/profissões dos sem-teto<sup>94</sup>*

Os sem-teto são pessoas que se encontram nas camadas mais pobres da sociedade. Nelas estão incluídos trabalhadores desempregados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, trabalhadores autônomos, ambulantes e fazedores de bico.

De acordo com um estudo organizado por professores e estudantes da FAU-USP e com a colaboração das lideranças e membros do Movimento de Moradia do Centro, a Ocupação do Ouvidor, em 2002, tinha como principais ocupações dos chefes de família que trabalhavam 31,4% de ambulantes, 27,5% ajudante geral e 17,6% autônomo. Apareceram ainda outras profissões como: catador de papel, motorista, serviços domésticos, construção civil e serviços de vigilância. A pesquisa ainda verificou que 69,9% dos chefes estavam trabalhando na ocupação considerada principal, ou seja, na qual dedicavam maior número de horas na semana. Os desempregados (sem ocupação

---

<sup>94</sup> Alertamos ao leitor que estamos falando aqui de ocupação no sentido de atividade, serviço trabalho e não de ocupações de prédios e terrenos realizadas pelos sem-teto.

permanente ou extra permanente) somavam 13,7%, e 12,3% viviam de “bico” e ainda havia 4,1% de chefes aposentados. (Santos, 2002)

No entanto, esses números não devem ser considerados como representativos do total da população sem-teto. Já que estamos falando aqui apenas de uma única ocupação organizada por um dos movimentos estudados. No entanto, os dados não deixam de ser alguns indicativos da situação dos sem-teto.

A título de curiosidade e ironia notamos que grande parte dos trabalhadores sem-tetos são pedreiros. A contradição, que é inerente ao sistema capitalista, se revela aqui de maneira bem cruel: o sem-teto que também é um pedreiro constrói casas, mas não tem possibilidade de ter a sua. Ou ainda, o pedreiro sem-teto que ocupa um terreno, tem portanto o espaço, possui sua mão de obra, mas isso de nada adianta sem os meios de produção.

Como nosso objetivo não é aqui fazer uma pesquisa quantitativa, mas sim qualitativa para podermos compreender as diversas faces dos movimentos dos sem-teto, seria inviável a aplicação de questionários para termos uma exata porcentagem de quais são as profissões principais dos sem-teto. Fizemos então uma simples listagem das principais atividades dos sem-teto que apareceram durante nossas entrevistas e conversas com os sem-teto dos três diferentes movimentos. Esta listagem também está baseada na frequência com que algumas ocupações dos sem-teto entrevistados pela grande imprensa apareceram nas reportagens que lemos.

Bem, constatamos que muitos dos sem-teto se encontram desempregados e as principais ocupações são: pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, auxiliar de entregas, cobrador de lotação, caminhoneiro, garçom, lavador de carros, camelô, ambulante, comerciante, catador de material reciclado, ajudante geral, auxiliar de serviços gerais, mecânico, pintor de paredes, soldador, doméstica, diarista, cozinheira, garçomete, auxiliar de enfermagem, aposentada, costureira, ex-lavadora e dona de casa. Estamos falando aqui de trabalhadores que não se encontram na indústria, mas sim estão desocupados ou então estão nas “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas (setor de serviços: empregada doméstica, cozinheira) e/ou as velhas formas tradicionais (artesanato e costura), temos os autônomos (camelôs) e os trabalhadores temporários (“bicos”). Ora, o

que são estes trabalhadores senão os trabalhadores da massa marginal descritos por Nun e Kowarick?

Concluimos assim que os sem-teto possuem uma absorção pelo mercado de trabalho capitalista semelhante a da massa marginal. Daí afirmarmos que a maioria dos sem-teto são trabalhadores marginalizados. Utilizaremos esta expressão (trabalhadores marginalizados) para reforçar a idéia de que os sem-teto fazem parte da classe trabalhadora, são, portanto, trabalhadores e, mais especificamente, pertencem a uma fração desta classe definida como massa marginal, daí os marginalizados.

### **A construção social da classe: a reunião dos agentes em coletivos**

*Neste sentido estamos unidos por dura e crua realidade “Somos todos Sem-Teto”, esta é grande privação que nos une. E desta privação que vamos construir o novo. (Barbosa e Pita, 2006).*

O pertencimento a uma classe passa pela idéia de ser e de se reconhecer como igual socioeconomicamente e a partir daí travar uma luta em torno de seus interesses comuns, interesses de classe. Todos que estão nos movimentos dos sem-teto se encontram numa mesma situação socioeconômica e percebem isso. Eles partilham as mesmas carências e lutam pela mesma coisa, no limite: uma moradia digna para suas respectivas famílias.

*A sua companheira (...) tô falando companheira porque aqui todo mundo é companheiro, todo mundo está na mesma situação, luta pela mesma coisa”.*

*“Coloco minha mão no fogo por qualquer um aqui...não estamos aqui para usar droga e essas coisas que dizem por aí...estamos aqui para lutar pelos nossos direitos, queremos moradia. (Cláudia, sem-teto do Movimento de Moradia do Centro. Entrevista de campo, 3 de junho de 2008).*

Agregando estes interesses vem a necessidade de organização do coletivo, de organização do movimento que reivindica a moradia. Trava-se assim uma luta política, uma luta de classes, ou melhor, uma luta entre frações de classes: os trabalhadores marginalizados versus os capitalistas imobiliários, além é claro, da presença fundamental do Estado.



Apesar dos sem-teto se reconhecerem como iguais e estarem na mesma situação, parece não estar claro, não ser unânime entre eles o porquê de estarem nesta situação. A questão do desemprego aparece com mais frequência como causalidade, no entanto, existem outras razões apontadas pelos sem-teto: uns colocam a culpa na quantidade de filhos, outros, no fato de ter tido uma adolescência problemática (envolvimento com drogas e roubos). Há ainda os que dizem: "*A culpa é daquele careca do Serra*", fazendo referências à falta de políticas habitacionais, falta de diálogo entre governos e os movimentos. No entanto, isso não nega a hipótese de que os sem-teto são trabalhadores, possuem interesses semelhantes ligados à sua posição na estrutura produtiva e, por isso, se organizam social e politicamente.

Com o que temos até aqui já é o suficiente para afirmarmos que os movimentos dos sem-teto são movimentos classistas, são compostos pela classe trabalhadora, mais especificamente, pelos trabalhadores que integram a massa marginal, e tanto os interesses compartilhados pelos sem-teto como a principal reivindicação dos movimentos de moradia é característica desta classe. A reivindicação por uma moradia digna vem de trabalhadores que não têm condições de se alimentarem e pagar um aluguel. Temos aqui agentes atuando no processo político visando conquistar posições na distribuição da riqueza, temos aqui uma luta de classes.

No que se refere ao posicionamento político dos movimentos, o que também contribui para entendermos esses movimentos como classistas será tratado no capítulo seguinte. Abordaremos questões acerca dos alcances e limites dessa luta, a existência ou não de outras reivindicações além da moradia, assim como as orientações político-ideológicas que as motivam.

## **Capítulo 4 – As diferentes orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto**

Destacadas as semelhanças entre os três movimentos dos sem-teto analisados, passemos para as diferenças. A seguir, trataremos de mostrar que há uma heterogeneidade no que se refere às orientações político-ideológicas dos sem-teto. Destacamos ainda que o capítulo dois, onde realizamos uma análise descritiva dos três movimentos dos sem-teto, pode ser considerado como uma pré-discussão sobre a diversidade de orientação político-ideológica existente. Isso porque grande parte das formas organizacionais e dos métodos de luta se relaciona diretamente com os objetivos e a ideologia do movimento. Por exemplo, o fato de um movimento nomear suas ocupações com nomes de grandes revolucionários e explicar e debater com os sem-teto quem foram essas grandes personalidades, enquanto os outros movimentos nomeiam a ocupação de acordo com o nome da rua em que ela está localizada, indica não apenas diferenças na organização dos movimentos, mas indica suas diferenças ideológicas.

Para compreender bem a orientação político-ideológica de cada um dos três movimentos, é necessário que se entenda os seguintes pontos: quais são suas reivindicações (se são restritas a moradia ou mais ampliadas), as orientações políticas (preferências partidárias; comportamento eleitoral; o que os sem-teto pensam sobre política e democracia em geral e os níveis de politização que possuem), as diretrizes ideológicas seguidas, e, principalmente, entender as relações que os movimentos têm com os partidos, governos e Estado.

### **4.1 Movimento de Moradia do Centro (MMC)**

A reivindicação imediata que o movimento faz quando ocupa um prédio é moradia na região central da cidade para os sem-teto pertencentes à sua base. O movimento reivindica ainda a realização de reformas dos edifícios que não cumprem com sua função social para que sejam destinados à habitação popular.

O Moradia do Centro luta por políticas habitacionais (nos três níveis de governo) que sejam capazes de atender a toda a população de mais baixa renda, que são as famílias

que possuem uma renda mensal de até três salários mínimos e representam 90,7% do déficit habitacional brasileiro<sup>95</sup>.

Há ainda um outro tipo de reivindicação, uma de cunho mais institucionalista, que é a exigência de criação de meios que possam garantir a participação da população (principalmente dos movimentos populares) na discussão, elaboração e fiscalização das políticas habitacionais, como o que vem acontecendo nos conselhos municipal e nacional de habitação.

Afora a luta estrita pela moradia, o Moradia do Centro trava uma luta pela garantia de outros direitos sociais para a população pobre. Dentre esses direitos se destacam a saúde (mais hospitais e facilitação do acesso) e educação (escolas de qualidade). Este movimento ainda luta por melhores condições de infra-estrutura e por tarifas sociais de água e luz.

O movimento tem como objetivo lutar pela ampliação da cidadania de modo que os sem-teto compreendam seus direitos e deveres e tenham uma vida mais digna. Neste sentido, Gegê um dos coordenadores do movimento afirma que o Moradia do Centro difere dos outros movimentos sem-teto que atuam na região central porque não faz apenas a luta pela moradia. O coordenador afirma que, embora esta luta seja de grande importância para a classe trabalhadora, posto que com um endereço o trabalhador pode matricular seus filhos na escola e procurar um emprego, ela não deve ser entendida e travada separadamente das outras lutas pelos diversos direitos sociais.

*GG - Nós do MMC avaliamos que a importância do movimento de moradia está em apontar para todos, mesmo para o morador de rua, de que ele pode ser um cidadão. E o cidadão que luta por cidadania e dignidade, que quer ter isso aí, a moradia, percebe na moradia o endereço primeiro da cidadania, mas precisa também do salário para se manter como cidadão ou cidadã. (...) Mas para se ter cidadania e dignidade não é só necessário moradia digna, não é só necessário salário digno, são necessários ainda saúde, educação, transporte, lazer. (Benoit, 2002: 166).*

Assim, o coordenador afirma que o Moradia do Centro não luta apenas pela moradia, mas também por saúde, educação, cidadania, de modo que a luta não cessa

---

<sup>95</sup> Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2006 / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação*. Brasília, 2008. (Projeto PNUD-BRA-00/019 - Habitar Brasil – BID).

nunca. Por exemplo, quando uma família consegue sua moradia, esta continuaria a participar do movimento porque teria no horizonte outras lutas a serem travadas.

No entanto, este discurso da liderança parece mais como uma idealização do coordenador do movimento, do que um fato real e costumeiro dentro do Moradia do Centro. Fora as lideranças - já que embora uma parte delas já tenha conquistado suas moradias e ainda assim permanece na luta-, a grande maioria das famílias que compõem a base do movimento, assim que conseguem as suas casas acabam por se desligar deste.

Gilberto, coordenador político do Moradia do Centro, aponta as limitações do movimento:

*O Movimento de Moradia do Centro enquanto instrumento de luta, enquanto uma ferramenta para a transformação [social] ainda tem muito a desejar. Tem um descompasso muito alto entre a nossa militância. Tem um descompasso ... (Entrevista de campo, 14 de junho de 2008)*

Como demonstramos no capítulo 2, a coordenação do Movimento de Moradia do Centro é composta por uma coordenação muito heterogênea, de modo que existem discrepâncias muito grande entre o discurso de uma e outra liderança. Gegê, coordenador político do movimento, é apontado pelas lideranças e sem-teto como sendo uma das pessoas mais politizadas dali. E de fato o é, como pudemos verificar durante o nosso trabalho de campo. No entanto, por diversas vezes há uma confusão entre o seu discurso ideológico (discurso da pessoa) e a ideologia do movimento (considerando movimento no todo: base e as lideranças). Vejamos o trecho abaixo:

*GG - (...) nós do MMC mostramos desde o início aos companheiros que a caminhada é longa, que pensar na moradia pela moradia, sem pensar na transformação da sociedade, sem pensar em eliminar o regime capitalista, sem pensar que a mera reforma do Estado burguês não resolve, é uma grande ilusão. Existe até o livro de Rosa Luxemburg, Reforma ou Revolução, que já colocava bem o problema: nós, como ela, ficamos com a revolução, mesmo porque não basta e não adianta fazer uma ou outra reforma no Estado burguês. (Benoit, 2002: 166).*

Aqui nos parece que Gegê toma as suas concepções ideológicas como se fosse as do movimento. Após nossa pesquisa de campo percebemos que de fato Gegê possui uma leitura marxista da sociedade acreditando na necessidade de uma revolução social para se

ter uma sociedade socialista, no entanto, essa é a opinião do coordenador Gegê e isso não pode ser considerado como a ideologia do movimento e tampouco como uma orientação ideológica predominante entre as lideranças. Essa constatação é problemática porque ao tentarmos definir a orientação político-ideológica do movimento, percebemos que existem diferenças entre 1. o movimento possuir de fato uma ideologia revolucionária, 2. lideranças possuírem um discurso revolucionário, ou ainda, 3. lideranças e bases compartilharem o mesmo discurso ou a mesma ideologia de fato.

Como nossa pesquisa não se propunha a fazer uma análise quantitativa de modo a selecionar uma amostragem significativa de membros tanto da base quanto das lideranças, não temos aqui como definir essas posições por setores. O que conseguimos identificar é que um pequeno grupo, centralizado principalmente na figura de Gegê, coordenador político do movimento, possui um discurso revolucionário e, diríamos mais, possui de fato uma ideologia revolucionária acreditando que estaria cumprindo seu papel de organização da classe trabalhadora, através da organização das lutas dos sem-teto. Neste sentido, esse grupo de lideranças entende que o Moradia do Centro teria então um caráter de classe.

No entanto, a grande maioria dos membros da coordenação e da base não vê as coisas dessa maneira. Essas pessoas estão no movimento para lutarem por moradia: enquanto a base luta majoritariamente pela sua própria moradia, as lideranças lutam por moradia para todos aqueles que precisam. No caso de lideranças um pouco mais politizadas, o movimento também colocaria como tarefa a luta por outros direitos básicos (saúde e educação) e infra-estrutura (água e energia elétrica). Conclui-se assim que as idéias de Gegê são de fato revolucionárias e estariam em um alto nível de politização, no entanto, outras lideranças e a base do Moradia do Centro não estão neste mesmo nível e tampouco defendem a idéia de que ao lutarem por moradia, estariam organizando uma fração da classe trabalhadora e travando uma importante luta de classes.

Gegê, uma das principais figuras do Movimento de Moradia do Centro, é filiado ao Partido dos Trabalhadores e foi dirigente nacional do partido no biênio 2008/2009. No entanto, o coordenador sempre afirma em suas entrevistas (Benoit, (2002), no filme de Mocarzel (2006) e em nossa entrevista de campo) que não acredita no parlamento:

*Eu não acredito em parlamento, porque na minha formação política e ideológica diz o seguinte: nós temos que*

*usar o parlamento como um meio... para que você faça a luta de classe, a partir deste meio. Agora... hoje eu vejo as pessoas usando o parlamento como um fim.*

*(...)*

*O problema do proletariado só será resolvido com a transformação social feita a partir desse proletariado. O Partido dos Trabalhadores é o instrumento da classe trabalhadora. (...) Se o partido não está fazendo o que eu quero, eu vou por dentro do partido trabalhar para que eu passe a ser maioria para fazer o que eu quero. Quer dizer, não é o que eu quero, é a política que eu e um grupo avalie que dê certo.* (Entrevista de campo, 14 de junho de 2008).

A partir deste discurso percebe-se que Gegê acredita que não é possível se ter uma transformação social (o fim do capitalismo) por vias eleitorais, daí a afirmação “eu não acredito no parlamento”. No entanto, o coordenador vê que este pode ser utilizado como um meio, no sentido de politizar e fortalecer os trabalhadores. E mais, o coordenador ainda acredita que o PT é um instrumento da classe trabalhadora e é por isso que se encontra filiado e atuante neste partido até os dias atuais. Seguindo este raciocínio, a coordenação não vê nenhum problema em orientar as suas bases a votarem em candidatos do Partido dos Trabalhadores que teriam um compromisso maior com a luta pela moradia.

Por outro lado, existem coordenadores do Moradia do Centro que se encontram bem próximos aos candidatos e parlamentares ao Partido dos Trabalhadores, mas usando o “parlamento como fim”, de modo que ganhar as eleições se torna uma finalidade, um fim em si mesmo. Outras lideranças ainda possuem vínculos empregatícios com vereadores petistas da cidade de São Paulo.

Nas eleições de outubro de 2008, o Movimento de Moradia do Centro apoiou abertamente Marta Suplicy (PT) à prefeitura da cidade. No entanto, a candidata não conseguiu se eleger.

Dentre os vereadores petistas, o movimento apoiou Chico Macena, aquele de quem uma das lideranças do movimento é assessora direta. Este vereador foi eleito e é considerado pelo movimento um importante aliado na luta dos sem-teto.

A partir de nossa observação direta, pudemos perceber que, no geral, os sem-teto do Moradia do Centro (tanto base quanto liderança) possuem uma visão positiva do que fora a gestão de Marta Suplicy (PT) e possuem uma visão bem negativa da gestão de

Kassab (DEM). Os comentários de um dos coordenadores do Movimento de Moradia do Centro ilustram bem essa idéia:

*Gabriel: Pra mim se ele [Lula] se candidatar novamente pra presidente eu voto nele. Ele é o primeiro presidente que saiu do povo, veio da roça (...) Você vê hoje o país com outra cara, andando de outra maneira. (...) Pra mim ele é 10.*

*Pesquisadora: E o governo Marta Suplicy?*

*Gabriel: É 10!*

*Pesquisadora: E o governo Serra/Kassab?*

*Gabriel: Pior governo que eu já vi na minha vida (...).*

*Pesquisadora: Mas não tem alguma coisa boa?*

*Gabriel: Nada, nada, nada. (...) Ele [Kassab] não fez nada na região central.*

*(Entrevista de campo, 16 de junho de 2008).*

Esta liderança faz, na verdade, uma oposição maniqueísta entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira/ Democratas, destacando apenas o que considera como bom de uma administração, e considerando a outra como ruim. Destaca-se aqui a área da educação, com o projeto CEU (Centro Educacional Unificado) desenvolvido na gestão Marta e ainda o bom empenho da gestão no que se refere à área da habitação, com o Projeto Morar no Centro, no sentido de priorizar a construção de habitação social na região central da cidade.

## **4.2 Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**

Assim como o Movimento de Moradia do Centro, o Sem-Teto do Centro também tem como reivindicação imediata moradias nas áreas centrais para as famílias que estão cadastradas ao movimento. Ambos os movimentos travam ainda uma luta mais ampla, no sentido de lutar por políticas habitacionais nas três esferas do governo para a população de mais baixa renda.

Como já frisamos anteriormente, quando o Sem-Teto do Centro era filiado à União de Movimentos de Moradia atuava constantemente com o Moradia do Centro. A carta abaixo representa uma plataforma reivindicativa que fora e ainda é compartilhada por ambos os movimentos. Vejamos:

*Por que ocupamos.*

*Por falta de política habitacional, ocupamos esse imóvel.*

*Ao governador de São Paulo*

*Às autoridades competentes*

*Somos trabalhadores (as) sem-teto, a renda familiar permite-nos pagar o aluguel de até R\$ 300,00 (trezentos reais) nos cortiços e favelas. Uma grande parcela da população pertencente aos Movimentos, mesmo alguns com carteira assinada ou na economia informal não conseguem mais pagar o aluguel e sobreviver com dignidade. Por falta de Políticas Sociais e neste caso uma Política Habitacional que venha contemplar a todas as camadas sociais é que os Movimentos tomam como última saída a Ocupação; ao longo dos anos participamos de várias reuniões com representantes do Governo do Estado, passando pelo CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), está preso ao PAC-BI e é excludente. As famílias de baixa renda não serão contempladas nesse programa, é necessário que se tenha uma Política de Subsídio que atenda esta parcela da população Sem-Teto da Região Central. Também é necessário que se criem Programas para atender aos idosos e aqueles (as) que hoje estão na rua, como também aqueles e aquelas que não tem parceiros ou parceiras. Acreditamos que esse seria o Aluguel Social e que esse valor não venha a ultrapassar 10% (dez por cento) da renda familiar.*

*Há 3 anos na CDHU falava-se que nesta área seriam construídos 360 (trezentos e sessenta) unidades habitacionais que serviriam como PULMÃO<sup>96</sup>, para as famílias que estavam morando em imóveis que viessem a ser reformados ou construindo um novo empreendimento no local. O que percebemos é que na CDHU o Governo Estadual mudou o tom da conversa, não se fala mais em PULMÃO e sim, em sorteios sem nenhuma discussão com os Movimentos, perdendo totalmente sua característica inicial.*

*Precisamos buscar soluções para as famílias que vivem hoje, precariamente em imóveis do Estado, ou não, (...)*

*São Paulo, julho de 2001.*

*ULC (Unificação das Lutas de Cortiços), MMC (Movimento de Moradia do Centro), MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro) (Boletim: Luta por Moradia. MSTC. Nº 7 – julho de 2001).*

---

<sup>96</sup> “Unidades habitacionais pulmão” são moradias provisórias destinadas a alojar famílias que esperam a reforma dos imóveis que se destinarão a habitação de interesse social.



O Movimento Sem-Teto do Centro possui um discurso freqüente de delatar as arbitrariedades da especulação imobiliária, denunciando que enquanto existem centenas de prédios vazios no centro da cidade de São Paulo, existem milhares de famílias do lado de fora, sem moradia para viverem. Neste sentido, uma outra importante reivindicação do movimento é a de se disponibilizar prédios e terras para moradia popular ou seja, transformar todas as propriedades urbanas que não tenham função social em habitação social. As reivindicações ainda passam por medidas mais emergenciais como o Programa Bolsa Aluguel<sup>97</sup> e moradias provisórias para os sem-teto enquanto não vêm as definitivas.

Desconfia-se que a União é a maior latifundiária urbana por deter, entre outras, as propriedades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Rede Ferroviária Federal (incluindo toda a área ao redor da linha do trem que corta a cidade de São Paulo). Diante disso, o Sem-Teto do Centro reivindica: "1. O Governo Federal cede os imóveis; 2. o Governo Estadual constrói as moradias; 3. A Prefeitura urbaniza (faz praças, áreas verdes, escolas, unidades de saúde e centros recreativos)"<sup>98</sup>.

Sobre a discussão da revitalização do centro, o Sem-Teto do Centro tem uma visão bem clara do projeto e objetivo políticos dos representantes do poder público.

*Seguindo o modelo de cidades européias e norte-americanas, também aqui está sendo proposta a tal e revitalização do Centro da cidade de São Paulo. Restaurar, limpar, consertar, embelezar, criar centros culturais, educacionais e de lazer – são iniciativas que devem ser aplaudidas, certo?*

*Errado, quando se percebe que por trás de tudo isso está um apostura odiosa de discriminação por parte do governo Alckmin e de entidades como Viva o Centro. A meta da elite é tirar o povo pobre do Centro da cidade e levá-lo para a periferia. Acontece que exatamente o povo pobre é o que trabalha e presta serviços a essa elite, e por isso mesmo, precisa MORAR PERTO.*

*(...)*

---

<sup>97</sup> O Bolsa Aluguel foi um programa criado durante a gestão de Marta Suplicy e tinha como objetivo principal "subsidiar o aluguel para famílias de baixa renda moradoras de áreas ou locais onde [houvesse] intervenções da Sehab (Secretaria Municipal de Habitação)". Disponível em: <http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=202132&path=suasfinancas/imoveis/direito/s/>. Acessado em janeiro de 2010.

<sup>98</sup> *Boletim: Luta por Moradia. MSTC. Nº 3 – fevereiro de 2001.*

*Não vamos ficar de braços cruzados, assistindo à política neoliberal de Fernando Henrique e de seu representante estadual, o governo Alckmin, atropelar impunemente o nosso direito constitucional à moradia!*  
(Boletim: Luta por Moradia. MSTC. Nº 5 – abril de 2001).

No que se refere às reivindicações que denominamos anteriormente como as que possuem um cunho institucionalista, podemos dizer que os sem-teto lutam por maior participação nas instâncias de elaboração, discussão e controle das políticas habitacionais e, por isso, o Sem-Teto do Centro considera de grande importância o preenchimento de algumas cadeiras no Conselho Municipal de Habitação (CMH) de São Paulo. As lideranças deste movimento consideram que além das possibilidades de fiscalização, a participação efetiva dos sem-teto no conselho municipal tripartite possibilita um maior diálogo entre os movimentos de moradia e o governo municipal, principalmente com as autoridades responsável pela área habitacional como o secretário municipal de habitação e o próprio prefeito.

Notamos que a partir do momento em que membros do movimento passam a fazer parte desses órgãos tripartites eles se sentem como “parte do governo” e por isso assumem uma postura mais propositiva que combativa. Por exemplo, passam a investigar os prédios vazios do centro e fazem propostas para transformá-los em habitação social, ao invés de agir diretamente ocupando-os e denunciando a situação à sociedade de modo a pressionar o governo por soluções.

Diferentemente do Movimento de Moradia do Centro, o Sem-teto do Centro não se coloca como um movimento que possui uma luta além da moradia. Apesar de lideranças falarem de cidadania e, portanto, de direitos e deveres (no plural), a luta do movimento é estritamente para garantir o direito à moradia da população de baixa renda, não possuindo assim objetivos mais amplos.

Uma das coordenadoras do movimento nos explica que após a conquista da moradia pelas famílias de uma ocupação, por exemplo, a coordenação tem grande dificuldade para conseguir que essas famílias se mantenham atuantes no movimento. Por isso é muito difícil que a luta travada pelo movimento vá além da reivindicação por moradia e seja articulada em outros setores.

Depois que a família consegue a moradia ela se afasta do movimento. No entanto, de acordo com a coordenadora Iara, quando algumas dessas famílias percebem que estão

prestes a perder a moradia por não terem conseguido pagar as prestações, por exemplo, elas procuram novamente o movimento pedindo apoio. A referida coordenadora diz que, em grande parte dos casos, o movimento não tem como interferir na situação de modo que a família acaba por perder a casa que fora conquistada anteriormente e, aí então, ela volta novamente para a luta pela moradia, retornando ao movimento.

Em um documento elaborado pelo próprio movimento, intitulado de *Quais são as orientações e princípios que norteiam o MSTC?*, são destacadas algumas orientações como travar uma luta permanente pela moradia; incentivar a participação e organização das famílias em torno desta luta, buscar a união dos movimentos sociais para lutarem por uma reforma urbana, etc.

No item 5 do documento citado aparece o seguinte: *“como perspectiva mais ampla, buscar o desenvolvimento físico, econômico, profissional e cultural das famílias sem-teto, tendo como horizonte a construção de uma sociedade fraterna e igualitária, socialista”*<sup>99</sup>.

Apesar da menção de se ter como horizonte “a construção de uma sociedade fraterna e igualitária, socialista”, no discurso recorrente das lideranças do Sem-Teto do Centro não aparece isso e tampouco os sem-teto da base deste movimento defendem a idéia de que os problemas habitacionais devem ser relacionadas à estrutura do modo de produção capitalista e que, por isso, haveria necessidade de transformação social. A luta travada pelo Sem-Teto do Centro não tem, portanto, a dimensão idealista e revolucionária como apareceu em alguns poucos coordenadores do Movimento de Moradia do Centro.

Se, por um lado, o Sem-Teto do Centro entende que quando os trabalhadores sem-teto lutam por moradia estão buscando uma distribuição da riqueza da sociedade e, como isso é contrário aos interesses dos capitalistas, estariam travando uma luta de classes. Por outro lado, o Sem-Teto do Centro não entende, e muito menos objetiva, que o movimento organiza e politiza uma fração da classe trabalhadora para que, no futuro, a classe trabalhadora unida e organizada faça uma revolução social.

Apesar do Sem-Teto do Centro não possuir uma postura anti-capitalista propriamente dita, este movimento coloca-se como contrário ao modelo do neoliberalismo. O Sem-Teto do Centro possui um discurso claramente anti-neoliberal e

---

<sup>99</sup> Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em julho de 2005.

em seus primeiros boletins se declarava contra as políticas neoliberais, “*recusando qualquer tipo de atitude que implique em apoio à política neoliberal vigente no país, causadora da profunda miséria em que o povo está mergulhado*”<sup>100</sup>. Na época, relacionava constantemente e diretamente o neoliberalismo com o governo de Fernando Henrique Cardoso. As críticas sobre o “Governo FHC” se davam no sentido de que durante este período produziu-se mais “exclusão social, desemprego, fome e violência”. O movimento ainda destaca que o governo teria atendido aos interesses exclusivos dos capitalistas produzindo “lucros fabulosos”.

No início dos anos 2000, os discursos das lideranças eram mais inflamados e questões relacionadas ao capitalismo neoliberal e injustiças sociais pareciam com mais frequência na fala das lideranças. Ao final desta década, o discurso parece ter se abrandado. Podemos perceber isso a partir da entrevista realizada com uma das principais coordenadoras do Sem-Teto do Centro.

Ao invés da coordenadora apontar as deficiências do governo municipal do partido dos Democratas no que se refere às políticas sociais e, principalmente, às políticas habitacionais, a coordenadora simplesmente pondera que “*não é um governo totalmente social*”. E logo em seguida, ela cita uma lista de “concessões” que o governo faz para o movimento: a doação do “vale despejo” (conhecido também como “vale coxinha” ou “vale esmola”), a realização de um cadastro de famílias sem-teto para uma futura Parceria Social e a concessão de unidades habitacionais para encaminhar famílias de sem-teto. Ao se analisar o conteúdo dessa lista percebe-se que, em outros tempos, ao invés da coordenadora apresentar o “vale despejo” como algo “positivo”, teria travado uma dura crítica considerando-o como uma política ineficaz para solucionar o problema habitacional<sup>101</sup>.

Iara, uma das principais coordenadoras do movimento, considera que as relações entre o Sem-Teto do Centro e o governo municipal de Kassab teriam melhorado ao longo dos anos, no sentido de que há uma abertura maior de diálogo entre eles. E quando ela avalia o que teria propiciado esta situação, a coordenadora destaca a importância e a

---

<sup>100</sup> Boletim: Luta por Moradia. MSTC. Nº 1 – agosto de 2000. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em julho de 2005.

<sup>101</sup> A posição do movimento no ano de 2006 em relação ao “vale despejo” pode ser vista no capítulo 2 deste trabalho no item 5.4 *Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*.

utilidade das diferentes formas de luta travada pelo movimento: tanto as lutas mais diretas e combativas (a realização da Ocupação Prestes Maia, acampamento em frente à prefeitura e as manifestações reivindicando o retorno do Programa Bolsa Aluguel) quanto a luta mais institucionalizada via participação no Conselho Municipal de Habitação.

Em relação ao governo do estado, o movimento possuía uma visão bem crítica da gestão do psdebista Geraldo Alckmin. Criticava-se a forte repressão realizada pelo governo, com reintegrações de posse violentas e com tropa de choque armada.

A Frente de Luta por Moradia (FLM), entidade maior ao qual o Sem-Teto do Centro é filiado, critica a maneira como se dá a seleção dos beneficiários dos programas habitacionais estaduais ligados à CDHU, a saber, por sorteio. A este respeito comenta oficialmente: “O Programa do governo do estado de São Paulo é um acinte ao Estado de Direito. Humilha a população sem-teto, submetendo-a a loteria habitacional. Direito não pode ter fila. Direito é Direito, portanto o sorteio da CDHU é ilegal”<sup>102</sup>.

Em relação ao atual governo do estado de São Paulo, que tem José Serra no principal cargo executivo, Iara, uma das principais coordenadoras do movimento, comenta sobre a falta de abertura e diálogo:

*A gente ainda não conseguiu sentar com alguém do governo do José Serra e dizer a nossa pauta realmente de reivindicação com exceção do Prestes Maia, né? Ainda há uma resistência nesse governo do estado. (Entrevista de campo, julho de 2008)*

Em relação ao governo federal, gestão petista de Lula, a referida coordenadora garante que possui abertura e diálogo e como consequência disso diz existir o desencadeamento de várias propostas e projetos. Em um outro trecho da entrevista realizada com Iara, a coordenadora cita orgulhosa a verba concedida pelo Ministério das Cidades à construção de unidades habitacionais para as famílias Prestes Maia.

Quando a liderança foi questionada se existia diferenças substanciais entre o governo Kassab (DEM) e o governo de Marta Suplicy (PT) no que se referia à questão habitacional, ela responde:

*Complicado dizer...né? Porque diante de mais nada, é bom deixar claro eu sou um movimento. Posso até ter um*

---

<sup>102</sup> Ocupação de vários prédios – Manifesto de outubro de 2004”. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em 10/07/2006.

*partido daquela porta para fora, mas a partir do momento em que deixam a desejar, independente do partido, quando se deixa a desejar o movimento sofre, chora e cobra, né?*

*A gente teve uma certa abertura na gestão passada, com a Marta... teve alguns avanços tímidos, mas tivemos e esse daqui também. É tímido, né? Tivemos as portas totalmente fechada no começo, bastante truculenta. E depois de uma bela duma luta, ela foi aberta, né?. Eu acho que o movimento independente do partido que esteja no poder não pode se acomodar, entendeu? Se é o PT, independente, tem que se fazer a luta. Se é o PSDB, mais um motivo pra fazer a luta, né? Sempre garantindo a questão social. Se é o DEM, mais um motivo, certo? Então independente da sigla partidária o que manda é a necessidade do movimento que luta. (Entrevista de campo, julho de 2008).*

A partir desta resposta verifica-se uma postura diferenciada entre as lideranças do Movimento Sem-Teto do Centro e as lideranças do Movimento de Moradia do Centro no que se refere a avaliação dos governos municipais. Enquanto o Moradia do Centro parece atrelar sua luta a algumas questões partidárias, o Sem-Teto do Centro busca uma maior autonomia diante dos partidos e possui uma postura de estabelecer relações mais amistosas com os governos municipais para que haja possibilidade de diálogo e negociações.

Isso não significa no entanto que o Sem-Teto do Centro não tenha uma relação de maior proximidade e identificação com os governos e parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Nas eleições de 2002, os sem-teto apoiaram abertamente os candidatos do Partido dos Trabalhadores.:

*E mais: o ano de 2002 vem aí! Vamos fazer como fizemos em dezenas de prefeituras pelo Brasil afora e aqui em São Paulo: varrer de vez os representantes da política neoliberal que tem massacrado o povo!*<sup>103</sup>

*“Temos de votar num OUTRO PROJETO,  
O PROJETO DOS TRABALHADORES.*

*Agora, é a vez dos trabalhadores!*

---

<sup>103</sup> *BOLETIM: Luta por Moradia*. Nº 2, novembro de 2000. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em julho de 2006.

*Por um Brasil decente e pela moradia popular, o  
MSTC apóia:*  
*Lula – Presidente 13*  
*Genoino – Governador 13*  
*Mercadante – Senador 131*  
*Wagner Gomes - 651*  
*Devanir Ribeiro – Deputado Federal 1369*  
*Zico - Deputado Estadual 13123. (BOLETIM: Luta  
por Moradia. Nº12 agosto de 2002. Disponível em:  
[www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em 10/07/2006).*

Este apoio é considerado como legítimo e, inclusive, no documento mencionado acima sobre os princípios do movimento, consta como uma orientação: “*Nas conjunturas eleitorais, incentivar para que o movimento se engaje na eleição de candidatos efetivamente comprometidos com as causas populares*”<sup>104</sup>.

No ano de 2008, nas eleições municipais, o Sem-Teto do Centro apoiou a candidata à prefeita Marta Suplicy (PT) e no que se referiam aos vereadores, os sem-teto decidiram que apoiariam um candidato a vereador que pertencesse ao próprio movimento. Segundo algumas lideranças, em eleições passadas o movimento fez campanhas para candidatos que ao longo dos anos foram se afastando do compromisso da luta pela moradia e deixaram de atender aos interesses dos sem-teto. Foi assim que Manoel Del Rio, assessor jurídico do Movimento Sem-Teto do Centro e da Frente de Luta por Moradia e ainda dirigente do Partido dos Trabalhadores da região central da cidade de São Paulo, se lançou candidato a vereador.

No decorrer da campanha eleitoral, uma das coordenadoras de base do movimento foi acusada de corrupção eleitoral, pois prometia a distribuição de mil Cartas de Crédito (programa de financiamento de moradias) em troca de apoio à candidatura de Manoel Del Rio e Marta Suplicy.

*“As cartas seriam distribuídas de acordo com a pontuação angariada pelos participantes e essa pontuação era auferida pela participação em reuniões, comícios do candidato Manoel Del Rio e pagamento de mensalidades do MSTC em dia”, afirma a promotoria. Solange e Del Rio negaram a prática. (“Polícia prende líder sem-teto acusada de*

---

<sup>104</sup> “*Quais são as orientações e princípios que norteiam o MSTC?* . Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acessado em julho de 2005.

crime eleitoral”. In: Folha de S. Paulo – Brasil: Eleições 2008/Partidos. 10 de setembro de 2008).

A coordenadora explicou: “*Não sabia que era crime eleitoral. Eu pedi votos para Del Rio, mas não prometi nada em troca*”<sup>105</sup>. Del Rio reafirmou a prática do movimento “*é normal o movimento pedir voto*”<sup>106</sup>.

Apesar de toda a campanha, o advogado Manoel Del Rio não conseguiu se eleger e tampouco Marta Suplicy.

### 4.3 Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)

Assim como os outros dois movimentos que atuam no centro da cidade de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto também tem como reivindicação imediata moradia para as famílias que atuam no movimento. A diferença que se faz aqui é como já explicamos, que enquanto os outros dois movimentos lutam por moradia no centro da cidade de São Paulo, o Trabalhadores Sem-Teto tem como território de ação a periferia das cidades vizinhas de São Paulo. Este movimento também possui dentre suas reivindicações principais a existência de políticas habitacionais para toda a população de baixa renda.

Além da luta pela moradia, o movimento coloca a necessidade da luta pela reforma urbana, como indica os escritos da própria bandeira do movimento. De acordo com Pinheiro (2005: 164-165) a perspectiva política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

*(...) vai além da conquista da casa própria, como a da maioria dos movimentos habitacionais. Ele coloca na agenda a necessidade da reforma urbana, juntamente com o questionamento do caráter mercantil da produção do solo urbano a partir da prevalência da função social da propriedade.*

Três são os principais objetivos destacados pelo Trabalhadores Sem-Teto na Cartilha do Militante, eles são: moradia, reforma urbana e transformação social. Tem-se

---

<sup>105</sup> “Não prometi nada”, afirma coordenadora”. In: Folha de S. Paulo – Brasil: Eleições 2008/Partidos. 10 de setembro de 2008.

<sup>106</sup> Idem.



aqui, portanto, uma diferença fundamental entre os movimentos do centro e o Trabalhadores Sem-Teto já que este, de maneira geral, possui reivindicações e objetivos mais amplos, que estão além da questão habitacional.

Para a realização dos três objetivos citados, o Trabalhadores Sem-Teto apresenta as seguintes táticas: 1. a formação de militantes capacitados que possam posteriormente desenvolver o trabalho de politização e luta pela moradia em outras comunidades e cidades; 2. a construção de uma identidade coletiva no sentido de união da classe trabalhadora que se encontra hoje fragmentada e com interesses diversificados, para que se trave lutas de classes com a finalidade de se ter uma transformação social<sup>107</sup>.

A fim de frisar esses três objetivos do movimento e a concepção ideológica existente por detrás disso, citamos:

*O MTST pleiteia moradia, mas não só. Sabe que a moradia digna só se sustenta com uma ampla reforma urbana. Esta reforma é, no entanto, uma luta que antecede nossa mais fundamental batalha, a luta pela transformação da sociedade. A passagem de um ponto ao outro nesta trajetória exige de nós a capacidade de realizar o que Gramsci [2] classifica como um ato muito mais complexo que "uma descoberta histórica restrita a alguns, que é fazer com que uma multidão pense coerentemente" uma verdade antiga. Para que "um outro mundo" seja "possível"[3] uma verdade se faz urgente compreender. A de que esta ordem social e política é opressiva, genocida e que urge transformá-la. É através da formação política e da luta direta que se realiza este tão penoso e necessário aprendizado<sup>108</sup>.*

Esse discurso da construção da identidade coletiva da classe trabalhadora pôde ser verificado por nós em todas as lideranças com quem tivemos algum tipo de contato e, ainda, foi possível verificá-lo em alguns sem-teto pertencentes à base do movimento.

É importante esclarecer que a construção da identidade política dos trabalhadores sem-teto não fica apenas no discurso, ela pode ser conferida na prática cotidiana do movimento. Vide o exemplo dos acampamentos onde é colocada a necessidade de se entender a importância do coletivo e a possibilidade de se viver de uma outra maneira

---

<sup>107</sup> Cartilha do Militante (Disponível em: [www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf](http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf). Acessado em dezembro de 2009)

<sup>108</sup> Disponível em: [www.mtst.info/?q=seminario\\_guerrilha\\_cultural](http://www.mtst.info/?q=seminario_guerrilha_cultural). Acessado em janeiro de 2010.

com princípios e valores diferenciados dos predominantes na sociedade capitalista. Ainda podemos citar a Brigada de Guerrilha Cultural em que há uma ampliação da politização e conscientização dos sem-teto em relação aos problemas habitacionais como sendo um problema amplo e geral. A construção da identidade de classe também pode ser vista na Associação Periferia Ativa já que na medida em que se tenta organizar a população de baixa renda em torno de suas necessidades e interesses materiais (que extrapolam a necessidade de moradia digna), faz-se com que haja uma continuidade aos processos de formação política realizados nas ocupações. Lembramos aqui que a construção coletiva de classe é obviamente uma tarefa lenta e repleta de dificuldades e desafios.

A disputa pelo espaço da periferia também pode ser vista como um reflexo da perspectiva política do movimento. Isto porque, segundo os documentos oficiais e as lideranças, a periferia é hoje um espaço em que se predominam organizações e instituições que buscam somente reproduzir a ordem vigente. Neste sentido, os sem-teto tentariam travar uma disputa de projeto com estas instituições, no sentido de politizar e organizar a classe trabalhadora para que se vislumbre uma transformação social.

Segundo Helena, uma das coordenadoras do Trabalhadores Sem-Teto, *“não faz sentido ficar se perguntando se o movimento é revolucionário ou não, já que não é o movimento que vai fazer a revolução. O que o movimento faz é preparar as pessoas para isso [a revolução] de modo a organizar a esquerda”*<sup>109</sup>.

Dentre os três movimentos estudados aqui, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é o movimento que parece mais possuir e defender uma identidade de classe. Este movimento sempre se apresenta como parte da classe trabalhadora – daí a importância da nomenclatura do movimento: “trabalhadores sem-teto” - e apresenta com clareza sua luta cotidiana contra os capitalistas, se colocando como um movimento anticapitalista. Os trabalhos das lideranças com a base do movimento fortalecem constantemente esta idéia de pertencimento à classe trabalhadora, inclusive, enfatizam que os desempregados (lembrando que grande parte dos sem-teto estão nesta situação) são *trabalhadores* desempregos e que por isso devem lutar junto com os outros trabalhadores. Essa defesa da identidade de classe é uma diferença importante frente aos outros dois movimentos.

---

<sup>109</sup> Helena, representante do movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na mesa “Movimentos Sociais Urbanos”, realizada durante o III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, organizado pelo GEPAL, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), de 24 a 26 de setembro de 2008.

Durante a conversa com Nilo, um dos sem-teto da base do movimento que participou da abertura do Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, fomos alertados para o seguinte: *“O MTST não divide lotes como em outros movimentos, mas lá explica a situação para as pessoas e politiza elas”*.

Assim, percebe-se que entre as bases, é verdade que não entre toda a base, mas ao menos entre as famílias que participam mais efetivamente do movimento, há idéia de politização dos sem-teto e a busca de compreensão do problema habitacional dentro da sociedade capitalista.

A respeito da visão ampliada do problema habitacional que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui, destacamos:

*Alex- (...) A questão é que o problema da moradia não é local, não é só um problema regional, é um problema já estrutural, está assolando todo o país. Assim, a luta pela moradia tem que ser vista de uma forma, não digo mais complexa, mas, pensada de forma muito mais ampla, econômica e política, ao mesmo tempo. (Benoit, 2002: 140)*

Lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto afirmam que as diferentes visões a respeito do problema habitacional e ainda a diferença de objetivos existentes entre os movimentos são conseqüências do fato de que o Trabalhadores Sem-Teto não surge da reivindicação e demanda pela moradia como acontece com os movimentos dos sem-teto do centro, mas surge de um outro movimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto, com objetivos diferentes que já iam além da questão da moradia. Pelo menos duas reivindicações iniciais o Trabalhadores Sem-Teto já possuía, a saber, moradia e trabalho.

É perceptível algumas das influências do MST neste movimento no que se refere a métodos de luta, formas de organização e algumas ideologias e diretrizes:

*Alex - (...) Nós temos uma relação com o MST em que sentido? O MST é um agrupamento que há mais de 20 anos luta na organização popular. Passou por um processo de formação profunda, de contradições internas, e de contradições que eles exploravam dentro da sociedade. Vemos o MST como uma forma de organização que preserva principalmente a independência. Não desenvolve a constituição do movimento pela questão legal, mas sim, é uma organização de base, do povo, independente da política*

*institucional que vemos hoje por aí. Sempre criou uma política para a base e por essa formação nós, do MTST, nos assemelhamos um pouco. Hoje, o camarada que vê o nosso acampamento, vê um padrão bem parecido aos acampamentos do MST, não porque acreditamos que tem de ser assim, mas porque acreditamos que essa metodologia que o MST possui para constituir um acampamento é um grande aprendizado da luta popular. E nós vimos que dentro do MST há uma fonte inesgotável de ensinamentos, que podemos aprender, tirar isto e aquilo que se adapta ao MTST.*

*(...)*

*Guilherme – (...) Com o MST nos relacionamos de uma forma solidária, plena. Fazemos cursos de formação junto com os companheiros, procuramos nos inspirar na trajetória de luta dos companheiros, uma vez que ela é muito rica. É claro, que nós temos o próprio caráter do nosso trabalho, que é qualitativamente diferente. O MST luta pela Reforma Agrária, nós aqui por melhores condições de vida, porque na cidade, o que se faz necessário, imediatamente, é lutar por melhores condições de vida, moradia, emprego. Nós temos aqui muitos companheiros desempregados, então nós lutamos por emprego. Vamos obtendo algumas conquistas, mas, sabemos que tudo isto são males estruturais da sociedade capitalista, por conseguinte, lutamos também para destruir a estrutura capitalista e construir a estrutura socialista. Então as tarefas imediatas do MST e do MTST são diferentes, embora se reencontrem na estratégia. (Benoît, 2002: 141-142)*

Como percebemos, assim como o MST, o Trabalhadores Sem-Teto busca atuar independentemente da política institucional. Dessa maneira, o movimento não se encontra atrelado à participação em Conselhos Municipais de Habitação, optando por uma luta direta. Helena, uma das coordenadoras do movimento, já afirmava que “*a pedagogia do movimento é ocupação e desobediência. Fazemos a luta direta*”.

No ano de 2004, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto passa a ter autonomia total frente ao MST. Fábio, um dos coordenadores do movimento, justifica que lideranças do MST queriam impor uma forma de luta que se aplicava no campo, no entanto, lideranças dos sem-teto acreditavam que tais formas não conseguiriam ser aplicadas com êxito na cidade. Ao longo do tempo, foram surgindo novas lideranças e os sem-teto passaram a construir novas identidades e métodos de luta que se diferenciavam dos sem-

terra. No entanto, a referida liderança afirma que ambos os movimentos continuam se apoiando mutuamente e possuem relações cordiais.

Sobre a relação que o movimento possui com os partidos políticos, destacamos que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, diferentemente dos outros dois movimentos dos sem-teto analisados, não possui atualmente relações tão próximas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Isso não nega, no entanto, que exista boas relações entre este movimento e alguns governos petistas municipais e deputados do PT que apóiem a luta pela moradia. Em relação ao governo federal, o movimento tece críticas constantes ao governo Lula - vide as diversas manifestações ocorridas na casa do presidente, como por exemplo, os episódios do acorrentamento e greve de fome dos sem-teto -, mas não exerce um papel de oposição acirrada ao governo.

Existe uma ligação bem amistosa entre as lideranças do Trabalhadores Sem-Teto e os políticos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado(PSTU), mas o movimento não indica e tampouco faz campanhas para os candidatos:

*Zeloso de sua independência em relação aos partidos políticos, o MTST não se permite dar orientação de voto e recusa integrar qualquer uma das coordenações dos movimentos populares existentes. “O que não nos impede de manter relações cordiais com estes últimos e com o conjunto das forças de esquerda”, completa Helena. (“Sem-Teto acampam na beirada de São Paulo. Le Monde Diplomatique. Outubro 2007. Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node/865>. Acessado em dezembro de 2009).*

Apesar desta postura formal do movimento em não indicar candidatos a serem votados nas eleições, nos encontros e eventos organizados pelo Trabalhadores Sem-Teto geralmente estão presentes alguns políticos (em especial políticos dos dois partidos mencionados: PSOL e PSTU), de maneira que estes acabam sendo os “grandes conhecidos” dos sem-teto e fazem ali parte de sua base eleitoral. Isto demonstra uma diferença entre este movimento e os movimentos dos sem-teto do centro, os quais ainda se encontram bem envolvidos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e, inclusive, as

lideranças desses sem-teto declaram abertamente seus votos e fazem campanhas dentro da organização do movimento.

Hoje, o Trabalhadores Sem-Teto se encontra muito envolvido com o debate sobre a construção de uma nova central sindical que seja capaz de organizar e unificar a classe trabalhadora. Apesar de muita polêmica sobre a composição e organização desta futura central, sabe-se que ela será composta por sindicatos ligados tanto a Intersindical quanto a Conlutas e, ainda, pelos movimentos populares, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é claro. Este empenho do Trabalhadores Sem-Teto na construção desta futura central decorre da perspectiva política do movimento de ter em seu horizonte a organização da classe trabalhadora para que ela venha a provocar uma revolução até que se chegue, enfim, à transformação social.

#### 4.4 Análise comparativa

Ao descrevermos as orientações político-ideológicas dos três movimentos analisados tentamos demonstrar principalmente suas diferenças. No entanto, semelhanças entre esses movimentos existem e elas se tornam mais perceptíveis quando analisamos esses movimentos a partir de alguns temas mais gerais e, ainda, diante de outros movimentos muito mais diferenciados, como por exemplo, a *Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Estado de São Paulo*.

A *Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Estado de São Paulo*, chamada pela imprensa de “MST tucano”, é um movimento coordenado pelo casal Marcos e Cleuza Zerbini<sup>110</sup>. Cerca de cem mil pessoas estão filiadas a este movimento, o qual já teria conseguido moradia para mais de 17 mil famílias na periferia da cidade de São Paulo<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup>“Advogado formado pela Universidade de São Paulo, Marcos Zerbini trabalha com movimentos populares desde 1980, em especial setores de habitação, educação e saúde. Em 2000 foi eleito vereador da cidade de São Paulo pelo PSDB, com 30.748 votos, reelendendo-se em 2004, com 41.488 votos. Em 2006, habilitou-se ao exercício do mandato de deputado estadual e teve 94.082 votos. Tem como principal base eleitoral as regiões norte e oeste da capital e da Grande São Paulo”. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/detalheDeputado?codigo=3fad1e62cad41110VgnVCM1000002e0014ac&vgnextoid=4b9115f2ff7a7110VgnVCM100000590014acRCRD](http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/detalheDeputado?codigo=3fad1e62cad41110VgnVCM1000002e0014ac&vgnextoid=4b9115f2ff7a7110VgnVCM100000590014acRCRD). Acessado em dezembro de 2009.

<sup>111</sup> “Pragmático, “MST Tucano compra lote e cita mercado”. In: Folha de S. Paulo – Brasil. 15 de fevereiro de 2009.

Elaboramos o quadro abaixo com o intuito de apresentar uma rápida comparação entre os três movimentos aqui estudados e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Estado de São Paulo<sup>112</sup>. O objetivo dessa apresentação é simplesmente o de mostrar que os três movimentos analisados possuem semelhanças no que se refere à perspectiva política e métodos de luta que nos permitiriam classificá-los como movimentos dos sem-teto progressistas.

<b><i>Temáticas consideradas</i></b>	<b><i>Movimento de Moradia do Centro, Movimento Sem-Teto do Centro e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto</i></b>	<b><i>Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Estado de São Paulo<sup>113</sup></i></b>
<b><i>Vinculação com partidos políticos</i></b>	Relação com os partidos mais a esquerda do espectro político (PT, PSOL, PSTU e PC do B),	Relação com o partido político mais à direita e de cunho neoliberal: o PSDB;
<b><i>Relações com a Igreja Católica</i></b>	Relações com as alas mais sociais e progressistas da Igreja Católica: Teologia da Libertação e Pastoris Sociais (Moradia e Operária)	Relações com as alas mais conservadoras da Igreja Católica, como a Comunhão e Libertação, ala a qual o papa Bento XVI pertence.
<b><i>Posição frente à realização de ocupações</i></b>	A principal forma de luta é a realização de ocupações em prédios vazios no centro da cidade ou em terrenos abandonados na periferia. Acredita-se que esta forma de luta além de ser eficiente é legítima.	Recusa-se e condena-se as ocupações e tem-se como principal forma de luta a compra de lotes e divisão entre os militantes, ou seja, “pequenas poupanças familiares – “são economias individuais, não se trata de cooperativa” – reunidas em grande quantidade para comprarem amplos lotes e depois dividi-los entre os militantes” <sup>114</sup> .

<sup>112</sup> Para saber mais sobre a Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Estado de São Paulo verificar a dissertação de mestrado de Marcoccia (2007).

<sup>113</sup> As informações sobre este movimento foram retiradas de Marcoccia (2007) e “Pragmático, “MST Tucano” compra lote e cita mercado”. *Folha de S. Paulo – Brasil*. 15 de fevereiro de 2009.

<sup>114</sup> “Pragmático, “MST Tucano” compra lote e cita mercado”. *Folha de S. Paulo – Brasil*. 15 de fevereiro de 2009.

<p><b><i>Posição frente ao Estado</i></b></p>	<p>Apesar da diversidade de objetivos e reivindicações existente entre os três movimentos, há uma reivindicação de emergência compartilhada entre eles, a saber, políticas de habitação social elaboradas e efetivadas pelo governo. Em relação aos diferentes governos, os movimentos sempre buscam diálogo e negociações, no entanto, é fato que os governos de cunho mais sociais e localizados mais à esquerda do espectro político são os governos aos quais os movimentos dos sem-teto possuem maior abertura.</p>	<p>Podem ocorrer eventuais parcerias com o poder público para suprir a necessidade habitacional da população de mais baixa renda. Há ainda uma relação amistosa com os governos do estado de São Paulo, principalmente a partir da gestão de Mário Covas, reconhecido pela sua forte adoção da plataforma neoliberal. “<i>O caminho até a configuração atual do movimento foi marcado por rupturas com a esquerda e por uma aliança pragmática com os governos tucanos do Estado</i>”<sup>115</sup>.</p>
<p><b><i>Luta de classes</i></b></p>	<p>Questiona-se a lei de mercado (principalmente a especulação imobiliária) e trava-se uma luta mais ou menos consciente entre duas frações de classes distintas: trabalhadores sem-teto x capitalistas imobiliários</p>	<p>A Associação naturaliza a questão da especulação e exploração dos capitalistas imobiliários e entende que “<i>É uma questão de lei de mercado. Para grandes áreas de terra, você não tem muita procura</i>”<sup>116</sup>. Seguindo assim a estratégia de comprar lotes de terras mais baratos para poder solucionar o problema habitacional. Com isto se tem uma dissimulação e amenização da luta de classes</p>
		<p>Defesa da universidade privada (“<i>Outra frente “pragmática” de atuação do grupo é a negociação de descontos para jovens</i>”</p>

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Ibidem.



<b><i>Posição frente ao ensino superior brasileiro</i></b>	Defende-se a universidade pública, gratuita e de qualidade.	<i>integrantes da associação em faculdades privadas. O princípio é similar ao da compra da terra em grandes lotes: “Se eles têm muitas vagas ociosas, e nós temos os alunos, por que não negociar?”, questiona Marcos.<sup>117)</sup></i>
--	---	---

Assim, definiríamos os três movimentos estudados: Movimento de Moradia do Centro, Movimento Sem-Teto do Centro e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, como movimentos dos sem-teto progressistas, no sentido de terem como forma de luta principal a realização de ocupação e defenderem que os governos e o Estado são co-responsáveis, assim como os proprietários imobiliários, pela situação em que os sem-teto se encontram. Daí verificarem a necessidade de se travar uma luta com estes responsáveis.

No entanto, ao analisarmos mais a fundo os três movimentos citados, com uma lupa mais apurada, partindo de outras questões e referenciais, percebemos diferenças significativas entre eles. Foi o que fizemos até aqui (descrevemos essas diferenças), a seguir, iremos analisá-las.

Começamos pelas gradações de politização nos distintos movimentos dos sem-teto<sup>118</sup>. Consideramos três níveis básicos de politização: 1. reivindicativo localizado e corporativo, 2. a luta política por uma nova política para o seu segmento (moradores em condições precárias) e 3. a luta pelo poder político em aliança com todos os demais interessados em acabar com aquilo que o segmento identifica como obstáculos para a realização dos seus interesses. Vejamos melhor.

Um primeiro nível de politização poderia ser representado por um grupo de pessoas com habitação precária que se organiza para pressionar o governo para que arrume casa para elas; representaria uma luta localizada para resolver interesses localizados – legítimos, mas localizados. Geralmente os ditos “movimentos instantâneos” são os que se encontram nesse primeiro nível de politização, eles são destituídos de

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> A idéia de gradação de politização dos diferentes movimentos dos sem-teto já foi discutida por mim no projeto de iniciação científica submetido e aprovado pelo PIBIC/CNPq no ano de 2005 e em minha monografia de conclusão de curso no ano de 2006.

qualquer sigla e não possuem relações com partidos políticos, nem têm uma ideologia definida. Tais movimentos são constituídos por famílias que se encontram em uma mesma situação, por exemplo, são ex-moradores de uma favela que teve os barracos queimados em um incêndio, ou ainda, moradores de um terreno ilegal que é atingido por enchentes. Então, essas famílias se unem, momentaneamente, para conquistarem uma moradia somente para aquele grupo, sem pretensões maiores. A denominação “movimentos instantâneos” foi dada aqui porque com a mesma rapidez que essas pessoas se organizam para conquistarem um novo lugar para habitar, elas também se desmobilizam.

Saindo da luta local para a luta ampla, dirigida a todos que têm habitações precárias, estaremos saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional é posto em outro nível, no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país.

Esse grau de politização é o que o Movimento Sem-Teto do Centro possui. A palavra de ordem do Sem-Teto do Centro, “*O governo federal cede as terras, os imóveis, o governo Estadual constrói as moradias populares, a prefeitura urbaniza*”, representa bem a luta política travada pelo movimento, colocada no nível da política de Estado.

Há ainda, um terceiro nível, e esse é o mais elevado. Trata-se daquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco no poder vigente tal política não mudará - com a manutenção da dependência, do pagamento da dívida e de juros, da concentração da propriedade urbana e da renda, não é possível uma política habitacional popular. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

Defendemos aqui que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto está neste terceiro nível. Apesar de a reivindicação imediata do movimento ser a moradia e o Estado ser considerado como o responsável pela resolução do problema, este movimento entende que o problema habitacional assim como os outros problemas sociais pelo qual também luta - através da Associação Periferia Ativa, por exemplo - só serão de fato solucionados quando houver uma transformação social e o fim do modo de produção capitalista. E entendem ainda que, para que essa transformação aconteça, é necessário que se lute pelo poder político, luta que deverá ser travada de maneira direta e não via eleitoral. Isso não

significa que o movimento por si só, ou seja, o movimento isoladamente busca travar essa luta pelo poder. O que estamos querendo dizer é que pelo fato de o movimento se encontrar neste nível de politização ele vê na luta pela moradia uma possibilidade de organização de uma fração da classe trabalhadora e politização dessa para que juntamente com as outras frações da classe trabalhadora possam unidos travarem a luta de classes e conquistar o poder, que tem como locus privilegiado o Estado.

Como tentamos demonstrar até aqui as orientações político-ideológicas dos movimentos analisados apresentam diferenciações entre bases e lideranças, mas no Movimento de Moradia do Centro isso aparece de maneira muito evidente. Enquanto ao menos as lideranças dos outros movimentos possuem o mesmo discurso ideológico, no Moradia do Centro isso não acontece. Sendo assim, se analisássemos apenas o discurso de Gegê e de algumas outras poucas lideranças do movimento, discurso que consiste na crença de que a questão habitacional não será resolvida separadamente das outras áreas sociais, sendo necessário uma mudança estrutural, poderíamos dizer que o referido movimento estaria no que definimos como terceiro nível de politização.

No entanto, ao analisarmos o discurso das outras lideranças e de parte da base, classificaríamos o movimento como aquele que possui uma luta política, estando em busca de políticas habitacionais efetivas que atinjam a todos, principalmente os sujeitos que se encontram entre a população de mais baixa renda.

Dessa maneira, constatando que a realidade não se apresenta de maneira tão estanque e exata, poderíamos dizer que o Movimento de Moradia do Centro estaria em um nível de politização intermediário, ou seja, ente o segundo e o terceiro nível. Reafirmamos aqui que consideramos válida essa diferenciação política para que se facilite a compreensão da diversidade de orientação político-ideológica dos movimentos.

No que se refere às relações entre os movimentos e os partidos políticos, temos que o Trabalhadores Sem-Teto possuem uma postura de não apoiar e tampouco indicar candidatos a serem votados, embora em seus eventos e atos estejam presentes alguns políticos do PSOL e PSTU, de maneira que estes sejam os “grandes conhecidos” dos sem-teto e recebam muitos votos ali. Já os dois movimentos do centro parecem ter uma postura diferente de modo a indicar e realizar campanhas para os candidatos que julgam ser melhores para os movimentos. Geralmente esses candidatos pertencem ao Partido dos

Trabalhadores (PT) e outros partidos de esquerda, como por exemplo, o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

É perceptível ainda a forte relação de companheirismo existente entre o Partido dos Trabalhadores e os dois movimentos dos sem-teto do centro. Aqui deve-se destacar a origem e história desse partido e de como ela está entrelaçada com a história dos movimentos sociais.

Ao definir o PT, Kowarick e Singer (1994: 281) dizem: “trata-se de um partido com grande número de militantes que, nos anos 80, ajudou a construir os movimentos sindicais e populares e ao mesmo tempo foi por eles construído”. É importante destacar aqui o trabalho de base que o PT realizava na periferia das grandes cidades organizando os trabalhadores pobres e estabelecendo uma relação de cumplicidade entre partido e movimento.

O Partido dos Trabalhadores aparece na cena política com um grande destaque devido sua proposta política de vinculação entre as demandas sociais e as instituições políticas. Tal partido apresentava um discurso classista em que a classe trabalhadora deveria participar da organização e da administração pública, assim como o interesse dessa classe é que deveria ser privilegiado.

A tarefa de esclarecer a definição político-ideológica do PT é complexa. De acordo com Keck (1991), o PT “recém-nascido” se auto-definia como um partido de massas, socialista, democrático e antiestatista, mas tudo isso aparece de modo muito indefinido.

Martuscelli; Ferrone e Gutierrez. (2002: 251-252) dizem que o socialismo petista é definido pela negativa, ou seja, negando o “socialismo real” da antiga União Soviética. Porém, a contestação de tal socialismo parece que se dá somente no que se refere à ditadura versus democracia. O PT fala de um socialismo democrático, mas não o especifica bem:

*O equívoco das resoluções teóricas do partido parece residir no fato de conceber o modelo econômico e político que acabou vigorando na antiga União Soviética como socialista, quando na verdade, pode-se argumentar que predominou lá um capitalismo de Estado. Se for correta essa nossa análise, a defesa do socialismo democrático deve ser entendida muito mais como uma crítica democrática burguesa ao caráter ditatorial do regime político vigente nos*

*países de capitalismo de Estado, do que um questionamento da dominação de classe da burguesia.*

Fica assim obscuro o que seria o socialismo petista. Poderíamos no máximo dizer que é um socialismo democrático. Porém, o caráter democrático parece estar associado a uma democracia política e não econômica.

Kowarick e Singer (1994) demonstram que há uma mudança no discurso e no ideal petista ao longo dos anos. As eleições que eram vistas enquanto tática a fim de construir um poder popular para atingir o socialismo e a concepção instrumental da democracia são substituídos pela democracia enquanto valor universal do sistema de governo. É fato que toda vez que o PT atenua a ênfase em seu conteúdo programático, estende sua capacidade eleitoral, daí o PT modificar seu discurso para poder conquistar um eleitorado de classe média.

Assim constata-se que realmente houve uma mudança não só do discurso petista, mas também uma transformação no partido e isso já se iniciou no governo de Erundina no início da década de 1990. Nesta gestão, já aparece os primeiros traços do “modo petista de governar”<sup>119</sup>. De acordo com Martuscelli; Ferrone e Gutierrez, (2002: 247):

*(...) o PT foi, ao longo dos anos 90, fazendo sucessivas concessões às reformas neoliberais, e encontra-se hoje defendendo uma política moderna de conciliação com o modelo neoliberal, o que não significa uma integração completa a esse modelo.*

O PT abandona o discurso classista e substitui a idéia de luta de classes pela de conquista de cidadania. “O que passa a ser de interesse do partido é a formação de uma cultura cidadã na qual todos os segmentos da sociedade seriam beneficiados e contemplados, sejam eles donos dos meios de produção ou produtores direto” (Martuscelli; Ferrone e Gutierrez, 2002: 250). Há, portanto, um deslocamento no discurso e nos objetivos do PT, passando da defesa do socialismo para a ampliação da cidadania.

---

<sup>119</sup>“Um partido que chega ao poder municipal para realizar uma plataforma classista termina por redescobrir valores tão pouco “ortodoxos” quanto os de moralidade pública, governo enquanto representação de todos habitantes, resgate da noção de cidadania e negociação política” (Kowarick, L. e Singer, André., 1994: 304).

Essas mudanças ao longo do tempo certamente influenciaram as relações entre o PT e os movimentos sociais. Alguns desses movimentos permaneceram próximos dos partidos e outros se afastaram. As lideranças mais antigas dos dois movimentos dos sem-teto do centro são em sua maioria filiadas ao PT e participaram da história desse partido, compartilhando valores, ideologias e lutas. Dessa maneira, discursos das lideranças dos movimentos sociais ora se apresentam mais ligados ao antigo discurso petista - exemplo disso é o que apresentamos anteriormente como sendo a visão instrumentalista da democracia de um dos principais líderes do Movimento de Moradia do Centro -, ora aparece o discurso de valorização da cidadania, discurso atual do partido. Este último tipo de discurso pode ser conferido na seguinte fala da mesma liderança dos sem-teto que falara anteriormente sobre a visão instrumentalista do poder e a necessidade de transformação social:

*GG - Nós do MMC avaliamos que a importância do movimento de moradia está em apontar para todos, mesmo para o morador de rua, de que ele pode ser um cidadão. E o cidadão que luta por cidadania e dignidade, que quer ter isso aí, a moradia, percebe na moradia o endereço primeiro da cidadania, mas precisa também do salário para se manter como cidadão ou cidadã. A moradia é, assim, apenas o começo necessário (e fundamental) para que tenhamos o endereço para nos dirigirmos. Daí podemos conseguir trabalho, podemos conseguir o salário para nos mantermos. Mas para se ter cidadania e dignidade não é só necessária moradia digna, não é só necessário salário digno, são necessários ainda saúde, educação, transporte, lazer (Benoit, 2002: 166).*

Já no Movimento Sem-Teto do Centro, apesar de ter Manoel Del Rio como co-fundador do PT e do próprio movimento, o antigo discurso do socialismo e governo dos trabalhadores não aparece correntemente entre as lideranças. Aqui os coordenadores utilizam muito mais um discurso de valorização e ampliação da cidadania e a idéia de ter direitos, dentre eles o direito à moradia.

Como descrevemos, esses dois movimentos possuem relações bem próximas ao Partido dos Trabalhadores, tendo suas lideranças filiadas ao partido em suas executivas, seja ela nacional ou regional. Esta relação ainda vai além dos partidos já que hoje o PT pode ser encontrado em diversos governos. Assim podemos dizer que existe uma relação

de proximidade entre os movimentos dos sem-teto e os governos petistas, referimo-nos aqui tanto ao governo municipal (Erundina e Marta Suplicy) quanto ao governo federal (Lula). Diante disso uma pergunta se faz pertinente: *existem hoje aliados dos sem-teto nos governos federal e municipal ou aliados dos governos petistas entre os sem-teto?*

Lideranças do Movimento de Moradia do Centro possuem cargos de confiança de vereadores e deputados petistas de modo que esta relação caminha em direção de mão dupla. Se, de um lado, esses homens do legislativo ao terem ao seu lado importantes lideranças dos diferentes movimentos garantem ali um terreno eleitoral profícuo, por outro lado, as lideranças dos sem-teto ao estabelecerem e fortalecerem essa relação com os parlamentares têm autoridades a quem recorrerem nas horas em que precisarem (em caso de prisão de lideranças ou reintegração de posse dos prédios ocupados, por exemplo). No que se refere ao Movimento Sem-Teto do Centro, suas lideranças (muitas filiadas ao PT) indicam através do discurso e via os boletins quem são os candidatos aos quais os sem-teto deveriam votar, pensando em quais seriam aqueles mais comprometidos com a questão habitacional e aqueles que estariam predispostos a auxiliar os sem-teto em momentos complicados que necessitassem de autoridades políticas. Temos assim nos dois movimentos casos de dupla militância: no partido político e no movimento dos sem-teto.

Em outros casos as lideranças estão mais ligadas ao executivo. Assim podemos citar o exemplo de Evaniza Rodrigues que em 2004 era ex-coordenadora da União dos Movimentos de Moradia, a “União”, e ocupava a função de chefe-de-gabinete da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. No ano de 2008, ela estava entre as lideranças do alto escalão da “União” novamente. Raimundo Bonfim e Benedito Roberto Barbosa, importantes lideranças da União dos Movimentos de Moradia e da Central de Movimento de Moradia, trabalharam na gestão Marta Suplicy como assessores de confiança da Secretaria da Habitação.

Nos momentos em que essas lideranças se encontram nesses cargos elas se consideram como “governo” e por isso fazem questão de não saber quando e onde acontecerão as ocupações, apesar de obviamente continuarem a entender as ocupações como meio legítimo de pressão e denúncia da grave situação de moradia. Teríamos aqui

uma tripla militância: movimento social, partido político e “ser e fazer parte do governo”<sup>120</sup>.

A proximidade entre lideranças e os governos petistas levou os sem-teto a pressionar mais os governos aos quais não estão ligados, como aconteceu, por exemplo, em 2004. Nesta ocasião, os sem-teto apontavam frequentemente o governo do estado, gestão psdebista de Geraldo Alckmin, como o principal responsável pelo problema habitacional na cidade de São Paulo. Enquanto isso, o Movimento Sem-Teto do Centro apontava em seus boletins que suas conquistas se deviam a luta organizada e travada pelos trabalhadores sem-teto e pela cooperação dos governos municipal e federal da época, ambos governos petistas.

Percebe-se assim que há uma relação complexa entre os movimentos dos sem-teto do centro e o Partido dos Trabalhadores. Verificamos que essa relação é ambígua e possui diversas faces. Simões (2009) sintetiza isso da seguinte maneira:

*Se para o PT foi e é útil a capacidade de mobilização eleitoral dos movimentos sociais, também foi e é útil para os movimentos sociais a legenda do PT e seus parlamentares e governos – no passado, aparelhamento de movimentos sociais já existiam nos gabinetes parlamentares (não só do PT), prefeituras, etc. O sucesso eleitoral do PT não foi apenas um dano para os movimentos sociais. Muitas das estruturas conquistadas pelo PT foram fundamentais para amparar os movimentos sociais na resistência ao governo FHC, por exemplo, ou para ampliar políticas públicas reivindicadas pelos movimentos sociais nas suas administrações. Não há nada puro e isento de contradições nesta relação.*

No início dos anos 2000, o Sem-Teto do Centro realizava críticas ferrenhas referentes aos governos neoliberais – passando por Fernando Henrique Cardoso, Alckmin e José Serra e Kassab. No entanto, baseados nas ações organizadas pelo movimento nos últimos anos e ainda de acordo com a entrevista de uma das principais lideranças do movimento, podemos perceber que há um abrandamento do discurso. As lideranças do Sem-Teto do Centro possuem, ao menos do discurso, a preocupação de se declararem

---

<sup>120</sup> Tatagiba e Teixeira (2007: 86) explicam a idéia de tripla militância da seguinte maneira: “(...) sabemos que muitas pessoas dos movimentos têm uma tripla militância – movimento, partido e, quando o partido está no governo, sentem-se parcialmente governo, mesmo não ocupando cargos no poder público”.



independentes quanto aos partidos políticos, ressaltando que a preocupação soberana é a conquista de moradia para as famílias sem-teto cadastradas no movimento.

Diferentemente disso, as lideranças do Movimento de Moradia do Centro seguem com um discurso crítico em relação à gestão municipal de Kassab e há alguns episódios em que se faz até mesmo uma análise maniqueísta entre os governos petistas e os governos psdebistas e democratas. As lideranças do Moradia do Centro falam de autonomia e independência entre o movimento e o partido, no entanto, isso não é enfatizado a todo momento como acontece no Sem-Teto do Centro.

Defendemos a hipótese aqui de que assim como os dois movimentos dos sem-teto do centro possuem fortes relações com o PT e possuem origens, histórias e lideranças que se confundem; o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui esta relação de maior proximidade com o MST.

Como frisamos anteriormente, o próprio fato de o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto ter nascido a partir da organização, do esforço e da ideologia de outro movimento, no caso do MST, isso já faz com que ambos movimentos possuam uma relação de cumplicidade e afinidade muito grande. As primeiras lideranças do Trabalhadores Sem-Teto vieram das lideranças do MST e “transportaram” do MST muitas formas de luta.

A partir do ano de 2004, os sem-teto passaram a atuar mais independentemente dos sem-terra, modificando e aprimorando inclusive algumas formas de luta para se tornarem mais compatíveis à luta urbana. Isso, no entanto, não modifica a gênese do movimento e a grande influência que o MST possuiu sobre o Trabalhadores Sem-Teto, principalmente no que se refere à orientação político-ideológica.

É fato que o MST foi nessas últimas décadas um dos movimentos sociais mais importantes de resistência ao capitalismo neoliberal e acreditamos que estas idéias de resistência se repetem no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Um outro aspecto importante de se notar é a visão instrumentalista que o MST possui tanto da democracia quanto do sistema partidário e eleitoral. Apesar de acreditar-se que não é possível haver transformação social e o fim do capitalismo via eleitoral, as lideranças do movimento acreditam que não devem ficar alheias a esses processos, daí a

constatação de que o MST sempre participou do sistema eleitoral, apoiando e, inclusive, lançando candidatos em partidos de esquerda, dentre eles o PT (Feix, 2001).

No Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto aparece esta mesma visão de entender as limitações da política institucional para a realização de uma revolução social. Uma diferença que há, ao menos formalmente, entre os sem-terra e os sem-teto é que as lideranças sem-teto não indicam diretamente os candidatos a serem votados, já o MST o faz.

Ao longo dos anos 1990, o MST escolhe como alvo em suas lutas sociais e políticas derrubar o projeto econômico e político neoliberal que estava sendo implantado no país. Enquanto isso, o PT parece que vai se aproximando do modelo neoliberal. Essas posições de aproximação ou oposição ao capitalismo neoliberal são fatores fundamentais para se compreender como as concepções político-ideológicas dessas duas organizações (PT e MST) são diferentes e, por conseguinte, como seriam diferentes os movimentos dos sem-teto que são influenciados por um ou por outro.

Um outro tema importante a ser analisado aqui é o referente aos movimentos darem mais ou menos importância para a esfera da política institucional, constituída pelo Estado e pelos partidos políticos. Após tudo o que foi colocado, entendemos que o Partido dos Trabalhadores e os dois movimentos dos sem-teto do centro estudados foram ao longo do tempo se aproximando mais da política institucional e passando por mudanças significativas em seus discursos e ideologias. Enquanto isso, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto mantiveram uma postura ideológica mais crítica e revolucionária e ainda permanece a idéia de que a melhor maneira de se lutar é pela luta direta, ou seja, a realização de ocupações e acampamentos. Logicamente que sem-terra e sem-teto sabem da importância de se ter aliados políticos, principalmente dentro do governo executivo e legislativo, no entanto, isso não implica em ilusões quanto às possibilidades disso e tampouco o dispêndio de muito tempo e energia para os processos eleitorais, por exemplo.

Assim, entendemos que os movimentos dos sem-teto que atuam no centro da cidade, passam a possuir um caráter muito mais propositivo na medida em que se envolvem mais com os Conselhos Municipais de Habitação e outras instâncias da luta institucionalizada. Enquanto isso, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

permanecem com um caráter combativo, tendo na luta direta a sua principal maneira de agir.

No que se refere especificamente à orientação ideológica entendida como influência de algum referencial teórico, podemos dizer que, a partir da análise dos documentos oficiais e do discurso das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, este movimento apresenta algumas idéias marxistas. Lideranças do Trabalhadores Sem-Teto defendem algumas teses marxistas, como por exemplo, a de que os interesses dos capitalistas são inconciliáveis aos dos trabalhadores; o Estado aparece como um comitê para gerir os negócios da burguesia; a necessidade de organização e unificação da classe trabalhadora para que ocorra uma revolução social e se tenha o fim do modo de produção capitalista. Estas idéias também aparecem no discurso de Gegê, uma das principais lideranças do Movimento de Moradia do Centro, no entanto, elas não estão presentes na grande parte das lideranças e tampouco nas famílias de sem-teto que compõem a base do movimento. Já o Sem-Teto do Centro não coloca a discussão nesses termos.

Por fim, descrita e analisada as orientações político-ideológicas dos três movimentos podemos complementar a discussão sobre o caráter de classe dos movimentos dos sem-teto.

No capítulo anterior, defendemos que os movimentos analisados possuem uma base social predominantemente composta por trabalhadores e, mais especificamente, por trabalhadores marginalizados (relativo à massa marginal). Defendemos ainda que esses movimentos possuem como reivindicação imediata e comum a moradia, entendendo aqui a moradia como uma necessidade e questão de sobrevivência do trabalhador que não consegue adquiri-la por conta dos baixos salários que recebe e da super exploração dos capitalistas. A partir desses dois elementos já nos permitimos afirmar que os movimentos dos sem-teto são movimentos classistas. No entanto, para aprimorar essa afirmação o entendimento do posicionamento político dos movimentos ajuda muito.

E, como percebemos, dos três movimentos analisados aqui o movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é o movimento que mais apresenta, tanto entre suas lideranças quanto em parte de sua base, a consciência de pertencimento a uma fração da classe trabalhadora e a necessidade de se construir uma identidade coletiva de classe e para tal

procura organizar e unir a classe trabalhadora. Percebe-se aqui também a necessidade de se travar constantes lutas de classes.

Em relação ao posicionamento político do Movimento de Moradia é complicado fazer quaisquer afirmações já que como pudemos notar o movimento se encontra de maneira bem diversificada. Enquanto um pequeno grupo de lideranças apresenta uma ideologia revolucionária e acredita que a partir do movimento dos sem-teto é possível organizar a luta de classes; as outras lideranças do movimento não possuem esta mesma posição e estão descompassadas uma em relação às outras.

Já o Movimento Sem-Teto do Centro apesar de mencionar a necessidade dos trabalhadores sem-teto lutarem por direitos sociais, não coloca a discussão nos termos de construção de uma identidade de classe e a necessidade de se travar uma árdua luta com a classe capitalista e o Estado. O Sem-Teto do Centro não objetiva uma organização ampla da classe trabalhadora e transformação social. O movimento luta por moradia para todos aqueles que precisam, mas não se enfatiza que esta é uma luta de classes e que diz respeito a uma luta mais ampliada.

De acordo com o exposto, podemos afirmar que os movimentos dos sem-teto se diferem quanto às orientações político-ideológicas de modo que uns podem ser definidos como mais pragmáticos, no sentido de realizarem uma luta estrita pela moradia como é o caso do Movimento Sem-Teto do Centro. Em um nível intermediário estaria o Movimento de Moradia do Centro. E, considerando como um movimento mais revolucionário, teríamos, de acordo com nossa análise, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, movimento em que lideranças e parte da base apresentam um discurso mais politizado e apresentam como finalidade última da luta a extinção do modo de produção capitalista.



## Capítulo 5 – Os períodos de ascensos e descensos das ocupações dos movimentos dos sem-teto e as estratégias de ação para o início do século XXI

*“Ocupação, ocupação: os movimentos ultimamente deram uma esfriada”.  
Gabriel, coordenador do Movimento de Moradia do Centro*

Partindo da idéia de que os movimentos sociais passam por constantes mudanças ao longo do tempo, acompanhando conjunturas nacionais e locais, mas que isto não significa necessariamente uma crise do movimento, verificaremos neste capítulo como os movimentos dos sem-teto se comportam durante os últimos anos e se suas principais formas de ações se modificam ou permanecem as mesmas.

Boito (2005) ao debater sobre o refluxo do sindicalismo no cenário internacional levanta uma série de pontos e questões que, se vistas do ponto de vista metodológico, podem auxiliar nas discussões a respeito dos fluxos e refluxos dos movimentos sociais. Ou seja, apesar do autor se referir especificamente ao estudo da dinâmica e desenvolvimento do movimento sindicalista, as questões levantadas por ele podem ser extrapoladas para outros movimentos sociais e será esse exercício que realizaremos a seguir.

Substituindo a problemática do sindicalismo pela dos movimentos dos sem-teto de São Paulo, as questões levantados e analisados por Boito podem ser traduzidas e sistematizadas da seguinte maneira:

1. Nos últimos anos há um recuo dos movimentos dos sem-teto no que se refere ao número de ocupações, pessoas e famílias sem-teto envolvidas?;
2. Se existe este recuo, trata-se de decadência (processo gradativo e inexorável de perda de vitalidade) ou refluxo dos movimentos?

*Ou seja, trata-se de uma perda crescente e irreversível de energia ou de um recuo momentâneo, após o qual o sindicalismo [leia-se: movimentos dos sem-teto] poderia redobrar suas forças sem mudar o seu perfil? Ou será ainda que, além de um recuo momentâneo, que seria a dimensão quantitativa do fenômeno, tal fenômeno teria, também, uma dimensão qualitativa, representada por uma mutação no movimento sindical [novamente, leia-se: movimentos dos sem-teto]?(Boito Jr, 2005:294)*

3. Se há um recuo dos movimentos dos sem-teto, isso acontece em escala nacional e de maneira semelhante em todos os movimentos deste tipo?;

Boito ainda faz alguns outros apontamentos para a análise:

4. O estudioso deve comparar as tendências de curto prazo com as de longo prazo, e só depois tirar suas conclusões sobre o declínio ou refluxo de um movimento;

5. Por fim, o estudioso deve evitar o economicismo reducionista e fazer a análise levando em consideração os elementos político, econômico e social, além da estrutura e conjuntura.

Passemos então para a análise propriamente dita a respeito dos ascensos e descensos (ou refluxos) das ocupações dos movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo. Lembramos aqui que as ocupações são consideradas como o principal método de luta dos movimentos dos sem-teto, daí a importância de analisá-las e verificar sua evolução ao longo dos anos. No entanto, como vimos no capítulo 2, existem outras formas de luta travadas pelo movimento que devem ser levadas em consideração ao falarmos de refluxo dos movimentos dos sem-teto. Falaremos destas outras táticas de ação ao final deste capítulo.

É difícil encontrarmos dados oficiais a respeito dos movimentos dos sem-teto, suas ocupações em prédios ou terrenos e a quantidade de militantes e famílias sem-teto participantes<sup>121</sup>. Sendo assim, na tentativa de sistematização desses dados, fizemos um levantamento junto à imprensa (em especial o jornal Folha de S. Paulo) de onde foi possível retirar algumas conclusões sobre a diacronia das ocupações realizadas pelos movimentos dos sem-teto de São Paulo e sobre a quantidade de famílias sem-teto participantes. Ressaltamos, no entanto, que os dados a serem apresentados abaixo devem ser considerados muito mais com um caráter indicativo, do que como uma contribuição propriamente estatística<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Encontramos apenas dados em relação aos movimentos de moradia e dos sem-teto do Rio de Janeiro no site do Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. No período de 1993 a 2009 foram registradas 26 conflitos, dos quais 14 são ocupações em prédios e terrenos. Esses dados estão disponíveis em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/ajax/indexajax2.asp>. Acessado em dezembro de 2009.

<sup>122</sup> Fizemos uma leitura atenta de uma pesquisa encomendada junto ao Banco de Dados da Folha de S. Paulo com todas as reportagens e matérias referentes aos movimentos dos sem-teto, publicadas durante os anos de 1995 a 2009, mais especificamente, novembro de 2009. A partir da leitura e análise deste material elaboramos um quadro gigantesco da diacronia das ocupações dos movimentos dos sem-teto durante o

Frisamos que o número de ocupações dos movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo deve ser ainda maior do que as quantidades que apresentaremos aqui. Isso se deve à limitação de nossa fonte já que a imprensa noticia apenas as ocupações maiores, mais importantes ou polêmicas e de movimentos mais expressivos e que conseguem se manter em evidência ao longo de todos esses anos. Dentre esses movimentos, se destacam os três movimentos estudados por nós (Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)) o que valida utilizarmos a imprensa como uma de nossas fontes de pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1, podemos perceber que as ocupações se encontram ora em uma linha crescente, ora decrescente, de modo que a idéia de declínio ou decadência, no sentido de processo gradativo e inexorável de perda de vitalidade dos movimentos dos sem-teto, deve ser logo descartada.

---

período mencionado (conferir o quadro em anexo). E a partir deste quadro é que construímos os gráficos a serem apresentados a seguir.

Em alguns casos, as notícias forneciam dados imprecisos, então, com base em nosso conhecimento nos movimentos e ainda com a leitura do dossiê dos movimentos dos sem-teto da década de 90 que o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) possui, tentamos corrigir algumas falhas. A principal delas é a confusão que a imprensa faz em relação aos nomes dos movimentos. Nestes casos, o nome das principais lideranças nos levava a identificar de qual movimento de fato se tratava a ocupação e, então, fazíamos a correção.

Uma outra limitação da nossa fonte é que ora é dado a quantidade de famílias dos sem-teto, ora é dado a quantidade de pessoas participantes nos movimentos. Dessa maneira, para padronizarmos os dados, utilizamos uma média de três pessoas por família de modo que quando foi fornecida apenas a quantidade de pessoas, dividimos esse número por três para chegarmos a um valor aproximado do total de famílias. Chegamos ao número de três pessoas por família a partir da leitura do trabalho realizado pelos estudantes da USP em que traçam um perfil sócio-econômico das famílias dos sem-teto da Ocupação do Ouvidor, organizada pelo Movimento de Moradia do Centro. De acordo com este trabalho (Santos, 2002: 70), a média de pessoas por família encontrada na referida Ocupação era de 2,85. E assim arredondamos para 3 pessoas.

É pouco comum, no entanto, há matérias que não informam o número de família e tampouco o número de pessoas envolvidas nas ações dos movimentos. Nestes casos, contabilizamos zero, ou seja, não somamos nada ao número total de famílias. Lembramos ainda que em grande parte das reportagens existem informações dos números de famílias tanto dado pela Polícia Militar, quanto do próprio movimento, ao elaborarmos os gráficos, respeitamos as informações dos movimentos dos sem-teto.

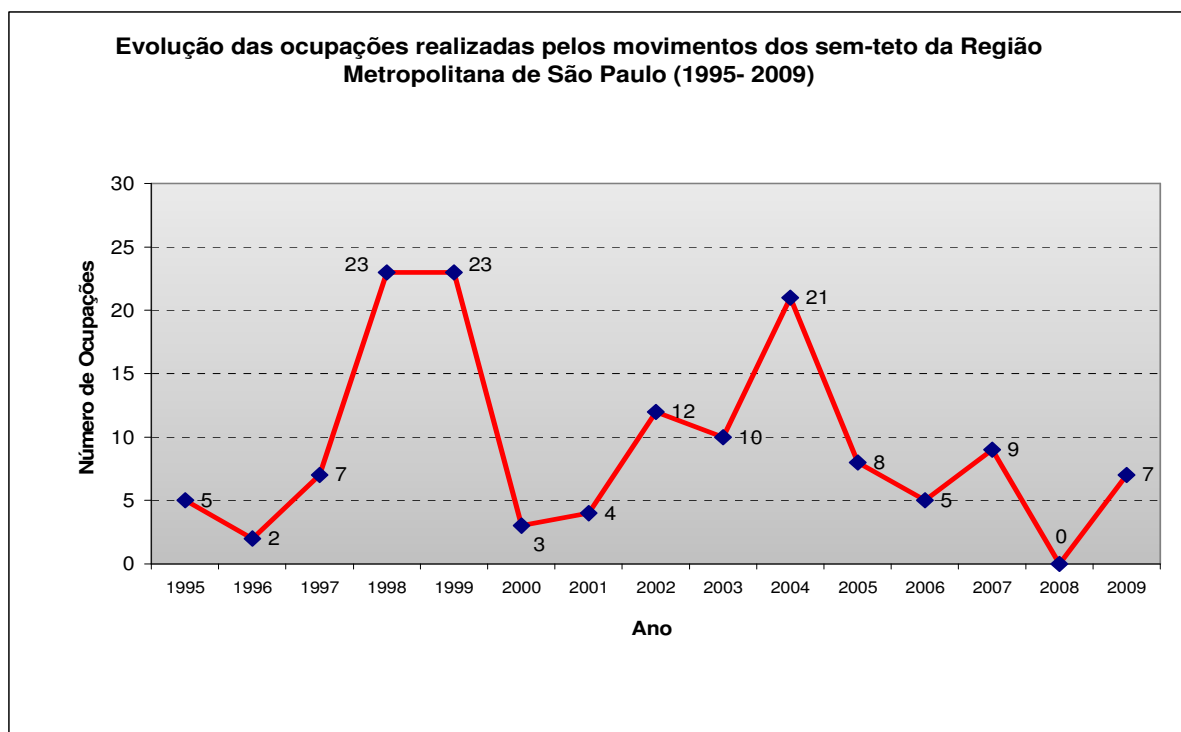
O número de ocupação que utilizamos se refere à quantidade de prédios ou terrenos ocupados pelos sem-teto. Se uma ocupação articulada e simultânea, por exemplo, organizada por movimentos ligados a UMM ocupou 6 prédios, contabilizamos um total de seis ocupações já que cada uma foi realizada em locais diferentes da cidade, exigindo organização e mobilização de pessoas de diferentes movimentos. Situação diferente, por exemplo, é de uma ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em que foi ocupado um terreno com 22 torres na cidade de Osasco no ano de 2003. Neste caso, contabilizamos apenas uma ocupação, já que a ocupação embora grande ocorreu apenas em um local e com a mobilização de sem-teto de apenas um movimento.



Os anos de 1998 e 1999 são os anos de ápice das ocupações dos movimentos dos sem-teto, cerca de 23 ocupações por ano na grande São Paulo.

Se após os anos de 1998 e 1999, há um grande recuo dos movimentos no que se refere à realização de ocupações, chegando ao pequeno número de 3 ocupações no ano 2000, notamos que, ao longo dos anos seguintes, há uma recuperação do número de ocupações, alcançando um alto número em 2004, cerca de 21 ocupações. Após esse ascenso, temos novamente um descenso (refluxo) que alcança em 2006 o número de 5 ocupações. No ano seguinte, 2007, há uma recuperação das ocupações, mas surpreendentemente no ano de 2008 a imprensa não noticia nenhuma ocupação, ou seja, o número de ocupações zera. Seria esse o fim dos movimentos dos sem-teto? Seria a perda de sua vitalidade?

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

Geralmente, em anos eleitorais, os movimentos intensificam a luta pela moradia já que têm aumentadas suas chances de terem suas reivindicações atendidas e não sofrerem grande repressão por parte dos governos. Mas não foi isso que aconteceu naquele ano.

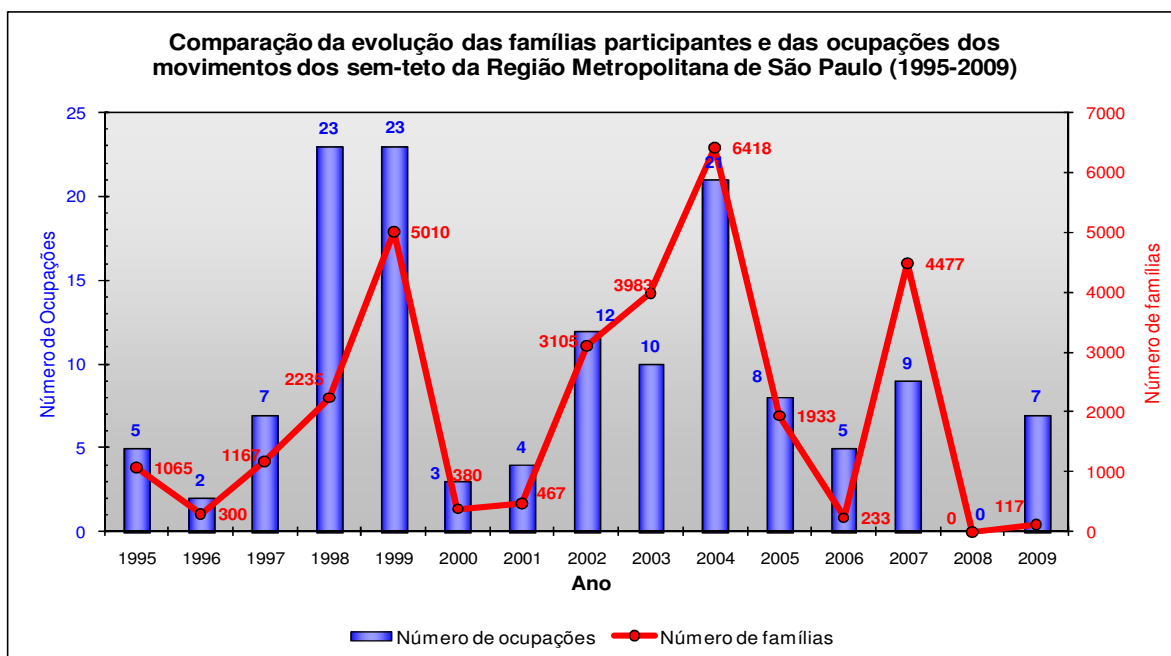
Recordamos que durante o nosso trabalho de campo, em meados de 2008, lideranças do Movimento de Moradia do Centro falavam da possibilidade de realização de uma ocupação, no entanto, esta não aconteceu. Acreditamos que o movimento não teve fôlego para realizá-la já que, como vimos, os períodos em que Gegê esteve na clandestinidade houve um abalo no movimento e, em meados de 2008, este se encontrava em franco processo de reorganização e intensificação do trabalho de base. Em relação ao Movimento Sem-Teto do Centro, pela primeira vez o movimento decidiu ter um candidato a vereador do próprio movimento - estamos falando aqui de um dos advogados e fundadores do movimento e do Partido dos Trabalhadores Manoel del Rio. Talvez, para não atrapalhar a candidatura do vereador, ou por estar justamente ocupado com sua campanha, o movimento não tenha realizado nenhuma ocupação em 2008. Uma outra justificativa para a não realização de ocupações neste ano por parte do Sem-Teto do Centro está no fato de que o governo Lula, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) disponibilizou uma parte da verba para as obras que atenderiam 360 famílias que ocuparam o edifício Prestes Maia.

Entendemos assim que o ano de 2008 é um ano excepcional e o curioso número zero de ocupações se deve muito mais aos fatores conjunturais do que a uma crise estrutural e que desmobilizaria os movimentos<sup>123</sup>. O ano de 2009, com 7 ocupações responde bem a isso, confirmando a hipótese de que os movimentos dos sem-teto, se analisados a partir de suas ocupações, passam por constantes ascensos e descensos ao longo dos últimos anos, mas longe estão de seu declínio. Como Gohn (1991: 17) já afirmara: “*observamos que os movimentos sociais estão construindo suas histórias a partir de fluxos e refluxos*”.

---

<sup>123</sup> Lembramos aqui que estamos trabalhando com os dados da imprensa e, como já alertamos, o número de ocupações é maior que o noticiado. Por exemplo, no ano de 2008, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto realizou uma ocupação em Embu das Artes, Região Metropolitana de São Paulo, a qual não foi noticiada na Folha de S. Paulo.

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>124</sup>.

Passemos para a análise da quantificação dos sem-teto, ou melhor, das famílias de sem-teto que estão participando ativamente das ocupações dos movimentos.

A contagem pelo número de famílias é importante já que geralmente é assim que os movimentos se referem a sua base, mesmo porque as políticas habitacionais são destinadas às famílias constituídas e não às pessoas. Além disso, a constatação de um alto número de famílias presentes nos movimentos dos sem-teto aponta para a gravidade do déficit habitacional na Grande São Paulo.

<sup>124</sup> O quadro seguinte indica quantas foram as ocupações noticiadas na imprensa sem informação referente ao número total de sem-teto ou famílias participantes:

Ano	Número de ocupação	Movimento responsável
1998	2	---
1999	2	Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) Fórum dos Cortiços
2000	1	Movimento de Moradia do Centro (MMC)
2001	1	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
2006	2	União de Movimentos de Moradia (UMM)
2009	5	Frente de Luta por Moradia (FLM)

As linhas que representam as quantidades de famílias sem-teto acabam por repetir, mais ou menos, o contorno da evolução das ocupações. Assim como os anos ápices de ocupações, os pontos mais altos da organização de famílias acontecem nos anos de 1999, com mais de 5 mil famílias, e no ano de 2004, com mais de 6 400 famílias organizadas em ocupações de sem-teto.

A partir da análise do gráfico 2, podemos afirmar que os movimentos dos sem-teto, se analisados a partir do número de ocupações e da quantidade de famílias envolvidas em tais, passam por constantes ascensos e descensos. Vejamos, estamos falando aqui de um ascenso e descenso dos movimentos no que se refere unicamente a uma das formas de luta dos movimentos: as ocupações.

Quais são os principais fatores determinantes deste deslocamento constante entre ascensos e descensos das ocupações dos sem-teto e do número de famílias?

Começemos por alguns fatores que possivelmente determinam os ascensos das ocupações. Crise, altos índices de desemprego e uma conjuntura que permita a expansão da massa marginal (fração da classe trabalhadora que é super explorada e possui nível muito baixo de remuneração) contribuem para uma piora da situação sócio-econômica dos trabalhadores pobres e, conseqüentemente, para que haja uma “mobilidade habitacional descendente”<sup>125</sup>. Isso pode resultar (embora não seja um resultado obrigatório) em um aumento das bases dos sem-teto e da pressão dessas sobre as lideranças para que se realizem novas ocupações.

Um outro fator que deve ser levado em conta se refere às conjunturas políticas favoráveis. É comum, como já mencionamos, os sem-teto organizarem ocupações perto das eleições, por exemplo. Isso acontece por vários motivos. Um deles se refere ao fato de que em meses de campanha eleitoral a repressão dos governos é menor, já que estão em busca de votos e não pretendem causar escândalos com uma repressão violenta. Os movimentos ainda realizam as ocupações em períodos eleitorais geralmente para denunciar a falta de políticas habitacionais de um governo que está buscando se reeleger.

---

<sup>125</sup> Conceito elaborado por Kowarick (2002) ao descrever a situação das pessoas que possuem uma piora em suas condições habitacionais e saem, por exemplo, de casas alugadas para barracos de favelas, ou ainda, das favelas e cortiços para as ruas.

Expectativas frustradas e promessas de governos não cumpridas também são elementos incentivadores da realização de ocupações e manifestações por parte dos movimentos dos sem-teto.

Um outro fator que contribui para o aumento das ocupações e também o aumento do número de famílias envolvidas nessas ações é o que se refere ao impacto positivo das ocupações de sem-teto bem sucedidas e com boa imagem na mídia. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Movimento Sem-Teto do Centro que, após o desfecho da Ocupação Prestes Maia, passou a ser procurado por um grande número de famílias interessas em se juntar ao movimento para travar a luta pela moradia.

O ascenso de ocupações também acontece em decorrência dos episódios de reintegração de posse muito violentos e que às vezes acaba fatalmente em mortes de sem-teto, possuindo assim grande repercussão na mídia. Nestes casos, os sem-teto, revoltados com o acontecido, parecem intensificar suas lutas e aumentar a frequência das ocupações.

Passemos em seguida para alguns dos fatores que contribuem para os refluxos das ocupações. No que se refere às questões internas aos próprios movimentos, podemos citar que os movimentos que se encontram muito centrados nas figuras das lideranças podem vir a ter refluxos em suas ocupações quando por motivos pessoais esses líderes tenham que se afastar temporariamente do movimento - foi o que aconteceu por exemplo com o Movimento de Moradia do Centro.

Ainda em relação às questões internas aos movimentos, temos os casos em que as lideranças acabam por dispensar muito tempo e energia com atividades ligadas a participações dentro dos aparatos do Estado, seja em uma assessoria a deputados e vereadores, seja como membro de secretarias habitacionais, ou ainda nos conselhos municipais, de modo que a realização das ocupações acaba por ficar em um segundo plano.

A questão da repressão deve ser destacada como uma dos principais fatores determinantes na atuação dos movimentos dos sem-teto. Nos últimos anos, a repressão tem sido muito grande na cidade de São Paulo, o que tem dificultado bastante a realização da ação dos sem-teto, já que muitas vezes a polícia consegue “sufocá-las” antes mesmo de elas acontecerem integralmente.

Como os movimentos dos sem-teto que atuam no centro da cidade de São Paulo estão amplamente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) através de seus dirigentes, uma grande questão a ser enfrentada é se isso contribui para o refluxo das ocupações dos sem-teto durante os governos petistas.

Acreditamos que o fato de os movimentos dos sem-teto possuírem maior proximidade com o governo petista não os impede de realizar ocupações. Deixamos aqui indicado que mesmo durante o governo municipal de Marta e o governo federal de Lula, ambos do PT, os movimentos continuaram a realizar ocupações apontando para o fato de que o problema habitacional não pode ser solucionado simplesmente pela mudança de partido para governar. No entanto, é verdade que grande parte dos movimentos dos sem-teto apóia os governos petistas e o Governo Lula, vide, por exemplo, a grande popularidade que o presidente possui entre os sem-teto da base dos movimentos.

De acordo com nosso levantamento junto à imprensa, no ano de 2004, ainda com a gestão petista nas duas esferas mencionadas, os movimentos dos sem-teto chegam ao seu ponto mais alto no que se refere à mobilização de famílias na realização de ocupações, estamos falando aqui de cerca de 6400 famílias, que se usarmos a média de 3 pessoas por família, teremos o total de 19200 pessoas lutando por moradia na região metropolitana de São Paulo no ano de 2004.

A partir dos dois gráficos acima (Gráfico 1 e 2) podemos perceber que no primeiro governo Lula existe mais ocupações que no segundo. Tal constatação pode ter relação com o fato de que durante o primeiro governo Lula avançou-se mais na construção da instância de participação e controle social da política urbana (Conselho Nacional das Cidades), e pouco se fez no âmbito do financiamento, por exemplo. As políticas macroeconômicas adotadas pelo governo Lula no primeiro mandato (muitas das quais duram até hoje) limitaram o alcance de transformações sociais as quais os movimentos sociais esperavam.

A promessa para o segundo governo era de que Lula alteraria eixos amplamente questionados durante o primeiro mandato. Segundo Bonduki, a questão de financiamentos se modificou a partir de 2005, sendo uma resposta às próprias reivindicações dos movimentos de moradia. Bonduki (2008, 99-100) afirma:

*A partir de 2005, alterações relevantes ocorreram na área de financiamento habitacional, tanto no que se refere ao subsistema de habitação de mercado como de interesse social. Houve uma substancial elevação dos investimentos, de todas as fontes de recursos, ampliação do subsídio, foco mais dirigido para a população de baixa renda, destinação crescente de recursos ao poder público e ampla captação de recursos de mercado, gerando o que muitos consideram um novo boom imobiliário.*

Essa elevação dos investimentos, assim como a implantação do programa “Minha casa, minha vida” pode ter contribuído com a diminuição das ocupações. No entanto, devemos ter claro aqui que os ascensos e descensos das ocupações também estão relacionados com a atuação do governo estadual e municipal.

No que se refere ao governo do estado de São Paulo, que durante praticamente todo o período analisado (1995-2009) esteve sob governos psdebistas dotados de forte ideologia neoliberal, percebemos que as relações com os movimentos dos sem-teto são bem conflituosas dificultando assim o diálogo. Durante os dois governos de Geraldo Alckmin, por exemplo, foram realizadas diversas passeatas/atos e ocupações denunciando a falta de atenção do governo estadual para com a situação habitacional e, principalmente, o descaso em relação aos movimentos dos sem-teto.

No que se refere aos governos municipais, como estamos falando dos movimentos atuantes na Grande São Paulo, teríamos que levar em conta os muitos governos das diversas cidades da região metropolitana onde acontecem as ocupações dos sem-teto. A análise de caso a caso, fugiria do escopo de nossa pesquisa. Na tentativa de pensar em algumas hipóteses mais gerais sobre a possível reação dos sem-teto diante dos governos municipais mais conservadores e os mais progressistas, constatamos o seguinte.

Geralmente, nos governos mais progressistas e sociais há uma abertura maior e diálogo entre os movimentos sociais e a gestão. Isso pode refletir tanto em uma diminuição das ocupações já que o governo estaria empenhado em investir em políticas habitacionais que interessam aos movimentos, como pode também incentivar a realização de ocupações, principalmente em prédios e terrenos públicos, já que assim se teria a possibilidade de dialogar com o governo e teriam ainda grandes chances de as reivindicações serem atendidas. Por outro lado, nos governos mais conservadores tem-se

também tanto a possibilidade de se ter uma intensificação das ocupações devido à falta de abertura e diálogo que o movimento possui com a gestão, como também pode acontecer um refluxo das ocupações devido à intransigência do governo e a sua insistência em utilizar diversos meios para reprimir duramente os movimentos dos sem-teto.

Percebemos assim que a explicação a respeito dos ascensos e descensos das ocupações dos sem-teto devem ser analisados caso a caso levando em consideração diversos elementos, a saber, fatores estruturais, conjunturais, questões internas aos próprios movimentos e as possíveis ações e reações dos movimentos e governos nas três esferas (municipal, estadual e federal).

Boito (2005) explica que para se tirar conclusões sobre o declínio e refluxo dos movimentos, devemos comparar as tendências de curto prazo com as de longo prazo. Tendo em vista que os movimentos dos sem-teto da maneira que o entendemos (com o método de ação radical que são as ocupações organizadas em prédios na região central da cidade e terrenos urbanos) é algo que se fortalece nos anos 90, analisá-los a partir de 1995 faz sentido<sup>126</sup>.

Comparando as tendências de curto prazo com as de longo prazo, os dados podem ser apresentados da seguinte maneira:

Período Quinquenal	Número de ocupações
1995 – 1999	60
2000 – 2004	50
2005 – 2009	29

Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

A partir deste agrupamento, poderíamos recuperar uma trajetória dos movimentos dos sem-teto em que, em seu início, meados da década de 90, o método de luta principal era a ocupação, método que foi consolidado no início da década de 2000. No entanto, nos últimos cinco anos, o número de ocupações diminuiu.

---

<sup>126</sup> As datas oficiais de fundação dos movimentos estudados são: em 1997, o Movimento de Moradia do Centro torna-se independente da Unificação da Lutas de Cortiços, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é organizado primeiramente em Campinas em 1997 e, depois em Guarulhos (Grande São Paulo) em 2001 e o Movimento Sem-Teto do Centro que se torna independente do Fórum dos Cortiços no ano 2000.



Acreditamos que o número de ocupações visto isoladamente é um dado insuficiente para afirmarmos que os movimentos dos sem-teto estariam em refluxo no final da década de 2000. Assim questionamos: esse recuo das ocupações acontece de maneira semelhante em todos os movimentos dos sem-teto? Se não, por quê? Ou ainda, existem novas formas de lutas desses movimentos para o final da década de 2000? Ao procurarmos repostas para estas questões passamos para a *dimensão qualitativa do recuo*, de acordo com os termos de Boito (2005).

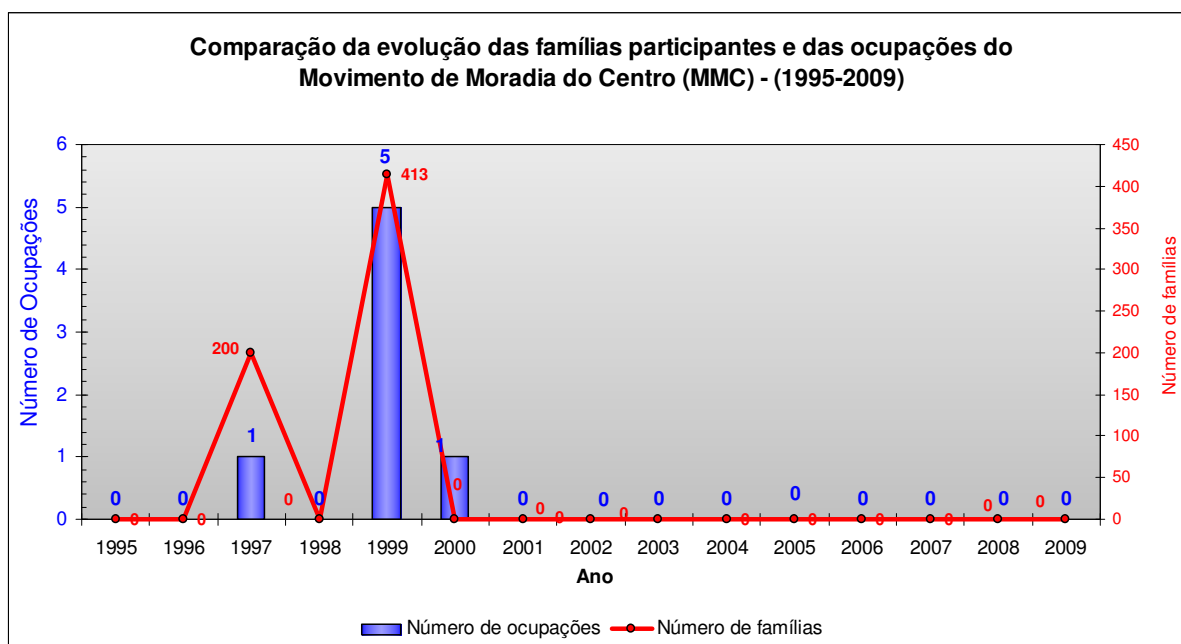
Primeiramente destacamos que o recuo das ocupações não aparece de maneira homogênea entre os diferentes movimentos dos sem-teto. Nossa análise se limita a Grande São Paulo e, mais especificamente, a três movimentos, dentre os quais o recuo não aparece da mesma maneira. A hipótese que levantamos aqui é que o recuo dos movimentos e suas mudanças nas formas de ação estão amplamente relacionados com as suas orientações político-ideológicas.

Dessa maneira, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - que conforme discussão do capítulo 4, dentre os três movimentos analisados pode ser considerado como o movimento mais politizado e radical - apesar de buscar novas estratégias de luta ainda considera a ocupação como a principal forma de ação. Isso se justifica a partir da posição política do movimento em não participar de conselhos municipais, se mantendo descrente frente a esta idéia de democracia participativa. As ocupações ainda são dotadas de grande importância para este movimento devido a possibilidade de realização do trabalho de politização da base no dia a dia das ocupações. Em relação aos outros dois movimentos dos sem-teto, que atuam no centro da cidade, defendemos que ao longo do tempo eles passam a se envolver mais com a forma de luta institucionalizada, conferindo às ocupações um grau de importância menor do que o conferido no final dos anos 90 e início dos anos 2000. Vejamos.

O Movimento de Moradia do Centro aparece enquanto movimento independente no ano de 1997, daí a primeira ocupação se dar nesta data. A partir do gráfico, compreendemos que no ano de 1999 o movimento foi muito atuante, realizando 5 ocupações. No ano seguinte, 2000, o movimento realiza uma ocupação e nos outros anos, a imprensa não noticiou mais ocupações organizadas pelo movimento.

No que se refere ao número de famílias por ocupação, temos uma média de aproximadamente 102 famílias<sup>127</sup>. Esse é um dado importante para termos a idéia do tamanho das ocupações realizadas pelo movimento e a quantidade de famílias mobilizadas para tal. Esse dado será posteriormente comparado com a situação dos outros dois movimentos dos sem-teto.

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>128</sup>.

Se é verdade que a imprensa não noticiou ocupações organizadas pelo Moradia do Centro, é fato que sob a bandeira da União dos Movimentos de Moradia (UMM) diversas ocupações foram realizadas e noticiadas ao longo desses anos. E, como sabemos, em várias destas ocupações, o Movimento de Moradia do Centro estava presente - aliás, o Moradia do Centro é um movimento muito presente nas lutas e atividades da UMM -, portanto, não podemos afirmar que tal movimento não tenha realizado nenhuma ocupação após o ano 2000.

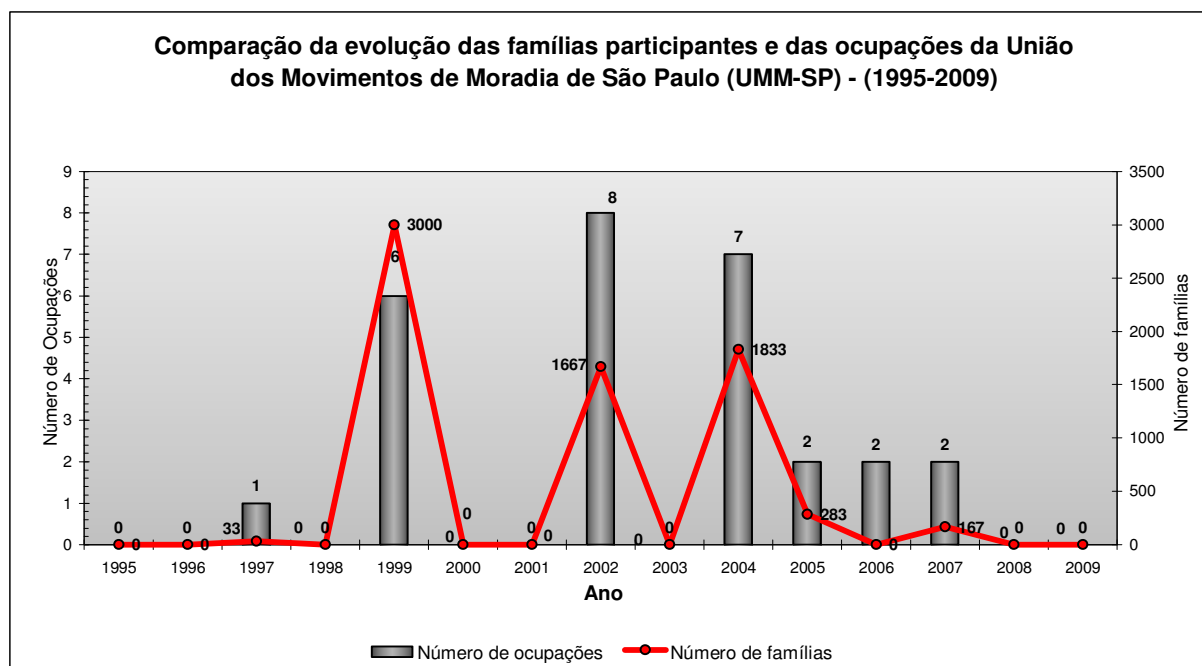
<sup>127</sup> Para calcularmos essa média levamos em consideração apenas as ocupações em que temos os dados a respeito dos números de família

<sup>128</sup> A reportagem que noticia a ocupação do Movimento de Moradia do Centro no ano de 2000 não fornece o número de famílias, por isso este gráfico não contém esta informação.

O Gráfico 4 se refere às ocupações noticiadas na imprensa que trazem a União dos Movimentos de Moradia enquanto responsável pela ação e não traz de maneira discriminada quais seriam os movimentos que teriam participado de tal. No entanto, consideramos importante sua análise por sabermos que em algumas dessas ocupações o Movimento de Moradia do Centro estava presente.

A UMM, como foi notado no capítulo 1 deste trabalho, é uma organização muito importante na história dos movimentos de moradia e grande articuladora desta luta. Observamos que mudanças surgem em torno da instituição no que se refere à idéia de realização de ocupações. A entidade continua a realizar ocupações, no entanto, ela busca agregar novas formas de luta, como por exemplo, as ligadas a uma via mais institucionalizada: participação em Conselhos Municipal e Nacional de Habitação e participação nas discussões sobre Planos Diretores.

Gráfico 4



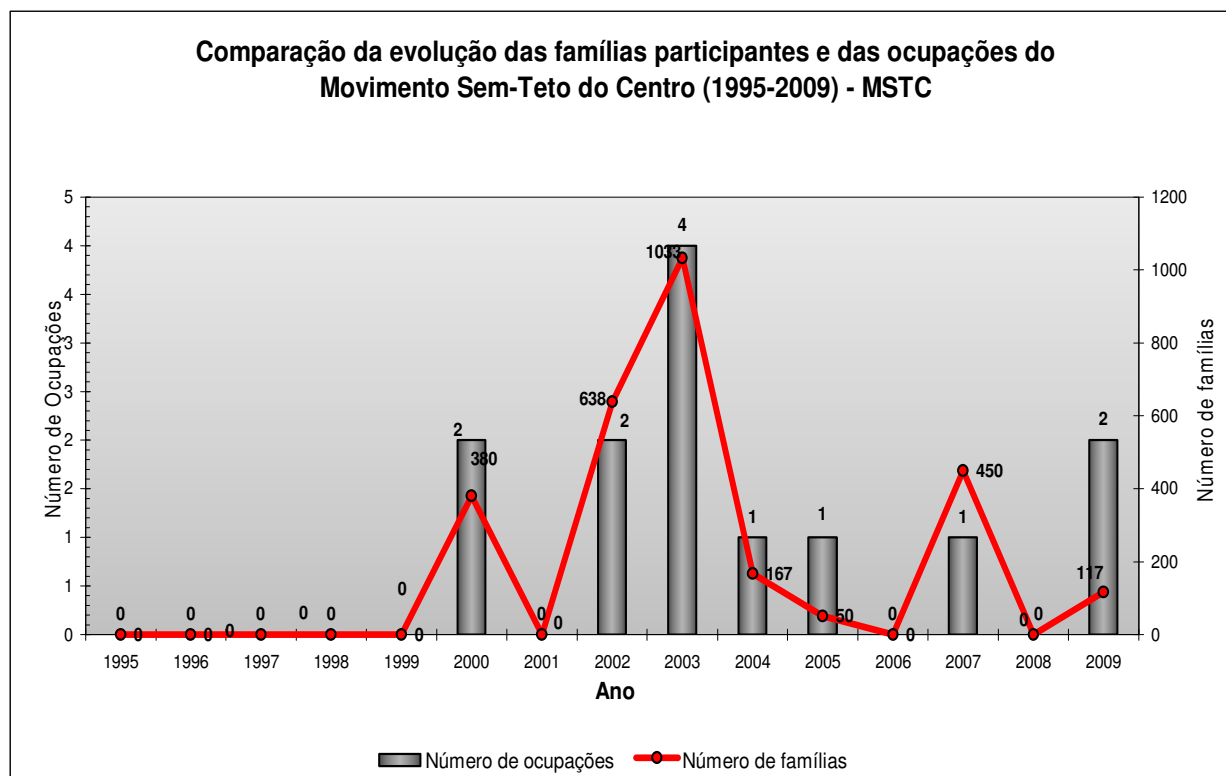
Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>129</sup>.

<sup>129</sup> As reportagens que noticiam as duas ocupações da UMM no ano de 2006 não fornecem o número de famílias, por isso este gráfico não contém esta informação.

No Encontro Estadual da UMM de 2007, que aconteceu na cidade de Campinas, lideranças diziam ser necessário reavaliar as formas de luta, pois se as ocupações eram métodos muito eficazes até aquele momento, era necessário repensá-las. Como resultado desta discussão, concluiu-se que os movimentos deveriam investir mais em atos mais simbólicos como, por exemplo, atos em frente às casas de autoridades e passeatas. A liderança Verônica Kroll dizia que uma das justificativas para a necessidade de se mudar de ação era devido à repressão, que se encontrava em intensidades insuportáveis sob os sem-teto e os movimentos populares em geral na gestão do prefeito Kassab (DEM). Esse recuo na realização das ocupações pode ser verificado nos anos de 2008 e 2009 – anos em que a imprensa não noticia nenhuma ocupação realizada pela União dos Movimentos de Moradia.

A diacronia das ocupações realizadas pelo Movimento Sem-Teto do Centro, que nasce com essa sigla no ano 2000, mostra diversos ascensos e descensos no que se refere às suas ocupações até os dias atuais.

Gráfico 5

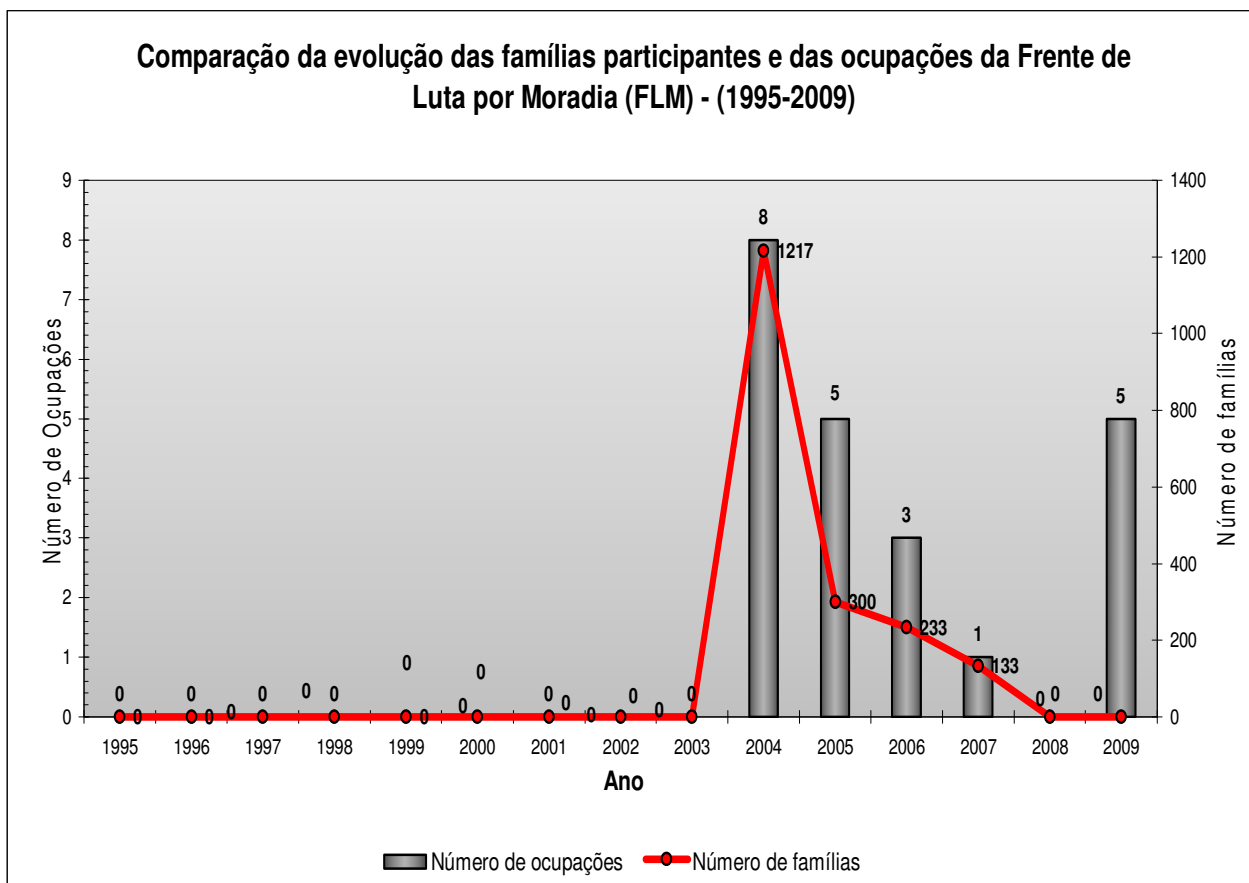


Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

Analizando o número de ocupações durante a década de 2000, notamos que nos primeiros cinco anos, de 2000 a 2004, temos um total de 9 ocupações, já de 2005 a 2009 temos 4 ocupações, apontando assim para um refluxo das ocupações. Observamos ainda que o ápice destas ações acontece no ano de 2003, com a realização de 4 ocupações.

No que se refere ao número de famílias por ocupação, temos uma média aproximada de 218 famílias, portanto, um número bem maior de famílias é mobilizado nas ocupações do Sem-Teto do Centro quando comparado ao número de famílias por ocupações organizadas pelo Movimento de Moradia do Centro.

Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> A imprensa não informou o total de famílias participantes nas 5 ocupações realizadas pela FLM em 2009, por isso este gráfico não contém esta informação.

Da mesma maneira que o Moradia do Centro está ligado a União dos Movimentos de Moradia e que a imprensa noticia ocupações sob a bandeira desta entidade maior, o Sem-Teto do Centro também está envolvido em ocupações que são noticiadas sob a bandeira da Frente de Luta por Moradia, a “Frente”. O Gráfico 6 foi elaborado a partir do mesmo critério que o referente à “União”, ou seja, consideramos apenas as ocupações que estavam sob a bandeira da “Frente” sem especificações de quais movimentos estavam participando.

Como já dissemos, a Frente de Luta por Moradia surge entre os anos de 2003 e 2004. Em seu primeiro ano a entidade realiza cerca de 8 ocupações por toda a cidade de São Paulo, sendo considerado o ano de ápice no que se refere à realização de ocupações.

A “Frente” apresenta uma linha descendente de ocupações até o ano de 2008, ano em que a imprensa não noticiou nenhuma ocupação. No entanto, no ano de 2009, tem-se uma recuperação dessa forma de luta. Neste ano foi realizada uma ocupação simultânea em cinco imóveis para pressionar o governo a construir moradias populares em áreas públicas indicadas pelo movimento.

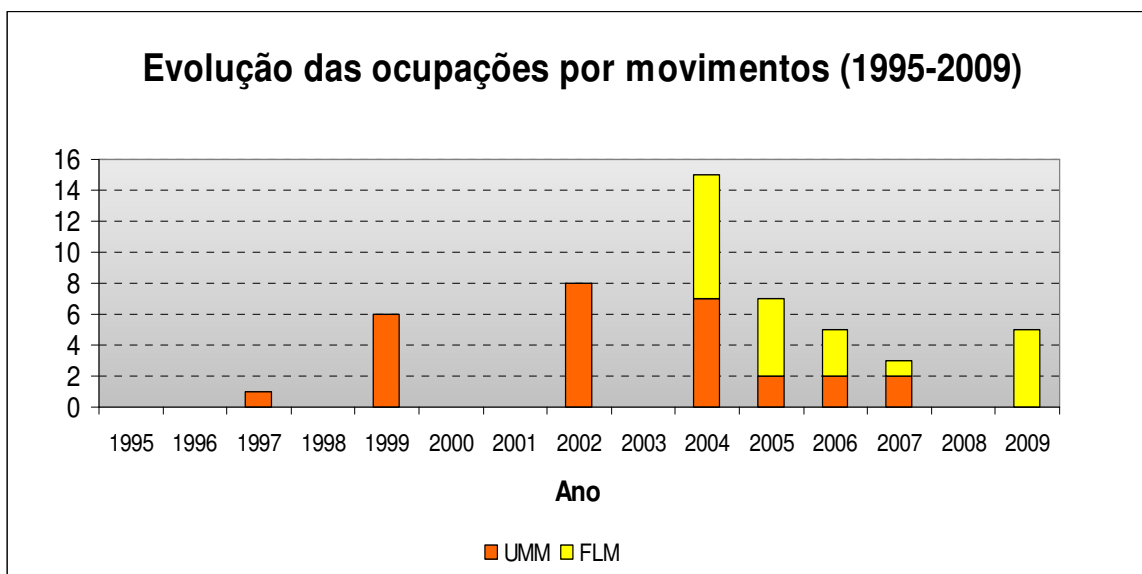
Como já dissemos, o Movimento Sem-Teto do Centro era filiado inicialmente a União dos Movimentos e Moradia (UMM), porém foi “convidado a se retirar” desta entidade. Assim, em 2003, o Movimento Sem-Teto do Centro juntamente com alguns outros movimentos fundam a Frente de Luta por Moradia.

De acordo com as lideranças do Sem-Teto do Centro, o rompimento deste movimento com a UMM se deve a divergências no que se refere à realização de ocupações, ou seja, enquanto nos últimos anos a UMM tem optado pela realização de passeatas ao invés de ocupações, o Sem-Teto do Centro preferia as ocupações como principal forma de ação. A UMM tem ainda o hábito de avisar antecipadamente o poder público e a polícia militar quando irá fazer uma manifestação, já as lideranças do Movimento Sem-Teto do Centro discordam de tal fato, defendendo a posição de que as manifestações devem continuar a ser feitas sem aviso prévio.

O Gráfico 7 demonstra o caminho percorrido pelas duas entidades. A União de Movimento de Moradia realiza diversas ocupações na década de 90 e início dos anos 2000, e após o ano de 2004 passa a haver um refluxo nas ocupações. Enquanto isso, a Frente de Luta por Moradia a partir do ano de 2004 parece se destacar no cenário de

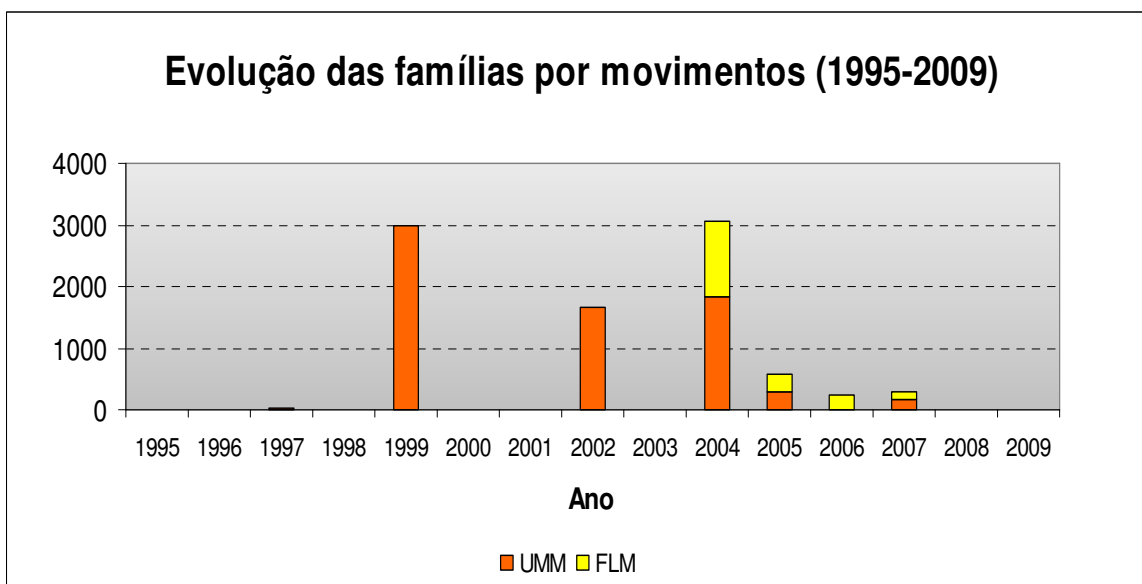
realização das ocupações dos sem-teto – notamos, no entanto, que até o ano de 2008 havia um descenso nas ocupações desta entidade.

Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

Gráfico 8



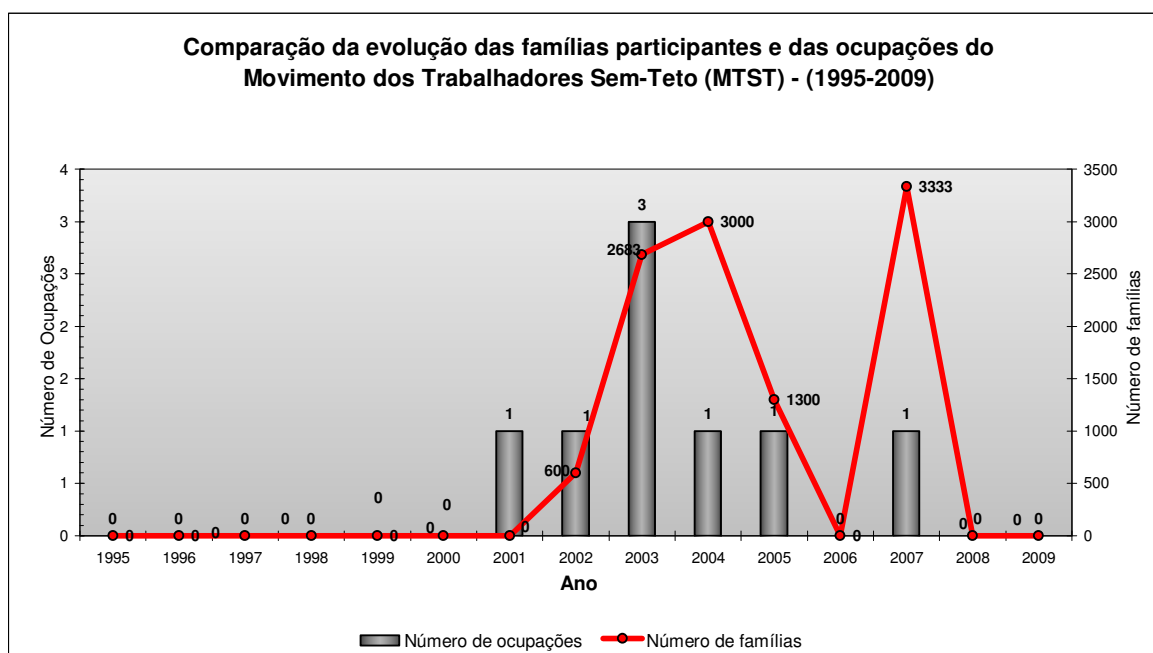
Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

O Gráfico 8 demonstra, por sua vez, que apesar de a “Frente” realizar mais ocupações que a “União”, ela não consegue mobilizar a mesma quantidade de famílias em suas ocupações. Isso se deve ao fato de a União ser uma das mais antigas e importantes entidades de luta por moradia tendo grande parte dos movimentos de moradia de São Paulo filiada a ela.

Por fim, apresentamos o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, movimento que não possui relação direta com nenhum dos outros movimentos anteriores e tampouco é filiado a alguma entidade maior.

Este movimento tem como principal forma de luta a ocupação em terrenos periféricos de modo que suas ocupações são sempre muito grandes, envolvendo um alto número de pessoas e famílias sem-teto.

Gráfico 9



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>131</sup>.

<sup>131</sup> A imprensa não forneceu a quantidade de pessoas ou famílias na ocupação de 2001 organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, por isso este gráfico não contém esta informação. Segundo Benoit (2002), existia cerca de 3 200 famílias participantes da ocupação realizada em 2001 na cidade de Guarulhos.



Ao percebermos a evolução deste movimento notamos que ele mantém uma média de uma ocupação por ano<sup>132</sup>. No entanto, a mobilização de famílias é grande, temos uma média de 1560 famílias por ocupação. Quando este número é comparado com os números de famílias das ocupações dos movimentos dos sem-teto do centro (como vimos, a média do Movimento de Moradia do Centro é de 102 famílias por ocupação e a média do Movimento Sem-Teto do Centro é de 218 famílias) temos a dimensão do tamanho das ocupações realizadas pelo Trabalhadores Sem-Teto.

Entendemos aqui que o movimento realiza apenas uma ocupação por ano, no entanto, essas ocupações são muito grandes de modo que a organização tem que ser muito bem preparada assim como o trabalho de base diante de um montante tão grande de famílias sem-teto.

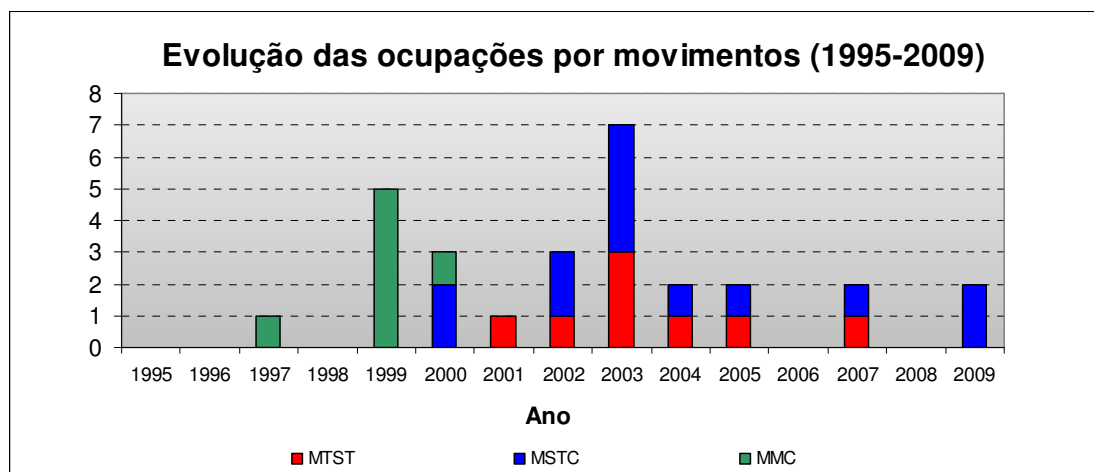
Os gráficos 10, 11 e 12 fazem referência a uma análise comparada da evolução das ocupações, seus tipos e da mobilização de famílias sem-teto dos três movimentos estudados. Estes gráficos ajudar-nos-ão a visualizar e entender que o recuo das ocupações nos três movimentos se dá de maneira diferenciada. Vejamos.

No gráfico abaixo, podemos verificar que se o Movimento de Moradia do Centro tinha como principal estratégia de luta a realização de ocupações (vejamos que em um período de quatro anos (1997-2000) a imprensa noticiou cerca de 7 ocupações organizadas pelo movimento), no entanto, ao longo dos últimos anos isso vai se modificando e as ocupações realizadas pelo movimento estariam muito mais ligadas com as ações da “União”. Enquanto isso, observamos que o Movimento Sem-Teto do Centro permanece realizando ocupações constantes somando um total de 13 ocupações durante os anos 2000. Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em um período de dez anos, tem noticiada na imprensa a realização de 8 ocupações.

---

<sup>132</sup> Nos anos de 2008 e 2009, a imprensa não noticiou nenhuma ocupação realizada pelo Trabalhadores Sem-Teto. No entanto, sabemos que este movimento realizou em 2008 uma ocupação na cidade de Embu das Artes, na Grande São Paulo. Neste mesmo ano, o Trabalhadores Sem-Teto realizou uma ocupação na cidade de Campinas e outra na cidade de Sumaré. No entanto, estas duas ocupações não são contabilizadas em nossos gráficos já que estamos nos referindo apenas a Grande São Paulo.

Gráfico 10

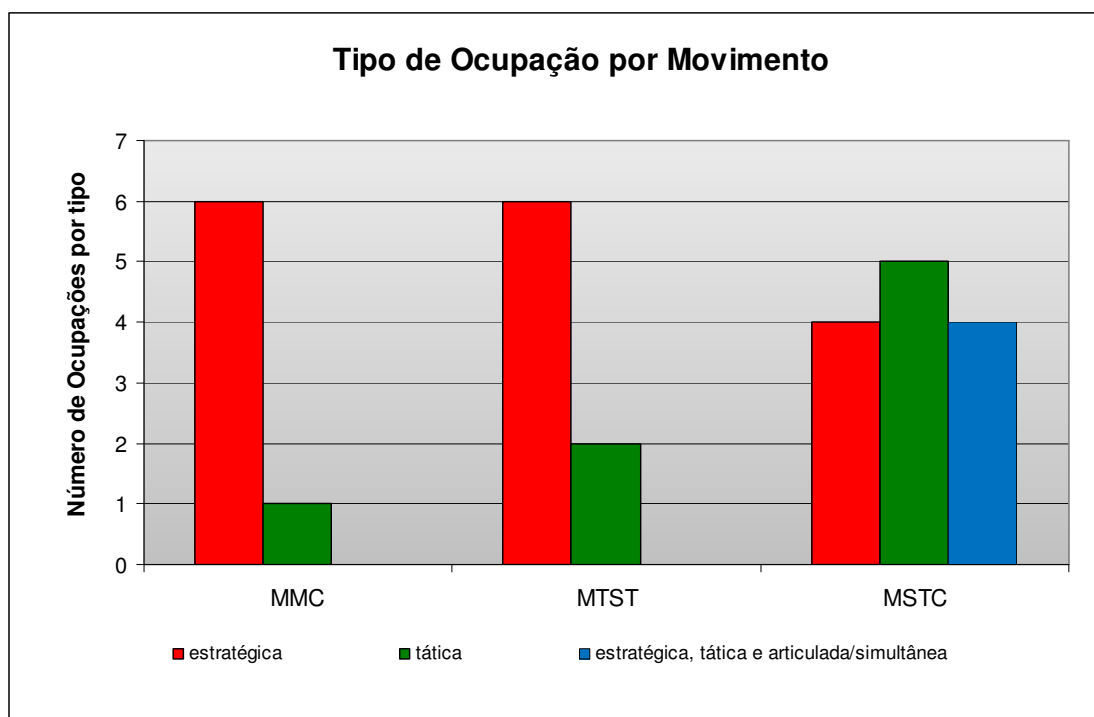


Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

Verificando os números de ocupações, podemos dizer que o Movimento Sem-Teto do Centro é o movimento que mais realiza ocupações. Ao examinarmos os tipos de ocupações travadas pelos movimentos (Gráfico 11), percebemos que as ocupações realizadas pelo Sem-Teto do Centro são tanto do tipo tática quanto estratégica. Analisando o quadro em anexo (conferi-lo no final deste texto), percebemos que nos últimos anos são as ocupações táticas (aquelas em que se objetiva chamar a atenção dos governos para o problema habitacional) que predominam dentre as ocupações realizadas pelo movimento. As ocupações táticas acontecem uma no ano de 2000, uma em 2004, outra em 2005 e as outras duas no ano de 2009 – totalizando cinco ocupações deste tipo como mostra o gráfico abaixo. Assim, excetuando a ocupação realizada pelo Sem-Teto do Centro no ano de 2007, todas as ocupações noticiadas pela imprensa desde o ano de 2004 são do tipo tática.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto tem realizado predominantemente ocupações de tipo estratégicas, ou seja, aquelas em que os imóveis são ocupados com a finalidade de as famílias sem-teto morarem no local. Este tipo de ocupação necessita de uma maior organização por parte do movimento, conscientizando a base dos sem-teto das dificuldades existentes e do longo período de duração que estas ocupações podem ter.

Gráfico 11



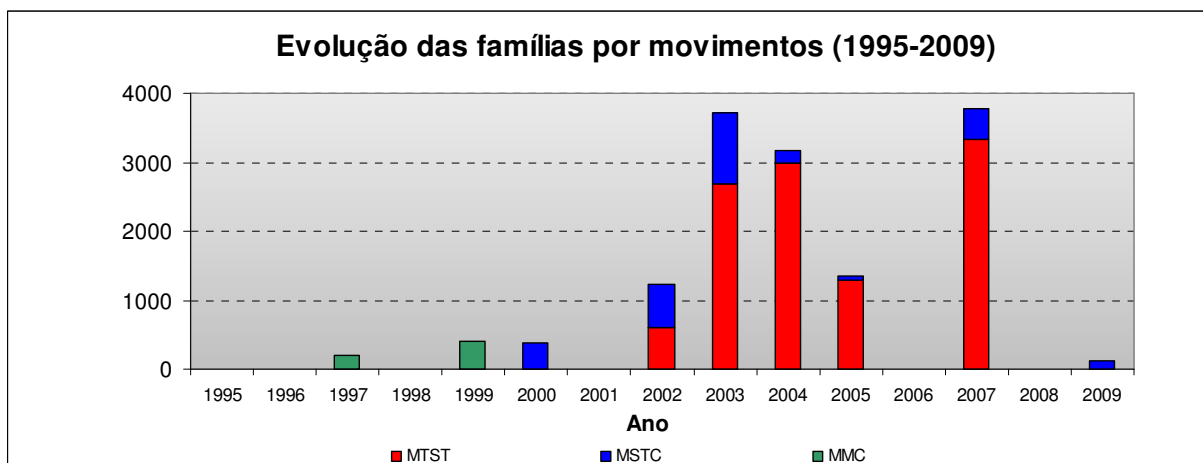
Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009).

Verificamos ainda que as ocupações estratégicas também são predominantes no Movimento de Moradia do Centro. No entanto, é importante lembrarmos que a partir do ano 2000, a imprensa não noticiou nenhuma ocupação organizada sob a sigla deste movimento.

O gráfico abaixo demonstra claramente que é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto o que mais é capaz de mobilizar e agregar em suas bases um maior número de famílias sem-teto. Imaginando os recursos (humanos e material) e o tempo dispensados na organização de imensas ocupações e na realização de um trabalho de base com uma grande quantidade de famílias de sem-teto preparando-as para a realização de uma ocupação, poderíamos concluir que a ocupação é para os Trabalhadores Sem-Teto o principal método de luta. Embora este movimento não seja o que possui maior número de ocupação, é o movimento que investe predominantemente nas ocupações estratégicas (as que exigem maior organização do movimento) e, ainda, é o Trabalhadores Sem-Teto o

movimento que possui as maiores ocupações mobilizando maiores números de sem-teto e, portanto, conferindo grande importância a este método de luta.

Gráfico 12



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)<sup>133</sup>.

Podemos verificar mudanças nos movimentos dos sem-teto ao longo dos anos e, portanto, novas estratégias de luta são definidas. Não estamos querendo dizer que os movimentos se desmobilizam, mas que suas formas de ação se modificam.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto apesar de manter a ocupação como forma de ação principal também busca outras estratégias para o início do século XXI e, ao que parece, é a sua ampliação e ampliação de suas bases no nível nacional e estadual.

No que se refere à articulação nacional, aconteceu em 2009 o primeiro encontro nacional do movimento, de modo que diversos representantes de seis estados brasileiros (Pará, Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo) estiveram presentes e puderam socializar formas de organização, discutir os princípios comuns e elaborar uma agenda de lutas para o ano de 2010<sup>134</sup>. Sobre o fortalecimento do Trabalhadores Sem-Teto no interior do estado de São Paulo, temos como exemplo a organização de duas importantes ocupações no ano de 2008, uma na cidade de Campinas denominada de Frei Tito e, a outra, batizada de Zumbi dos Palmares, na cidade de

<sup>133</sup> A reportagem que noticia a ocupação do Movimento de Moradia do Centro no ano de 2000 não fornece o número de famílias, por isso este gráfico não contém esta informação.

<sup>134</sup> Disponível em: <http://www.mtst.info/>. Acessado em janeiro de 2010.

Sumaré. O Trabalhadores Sem-Teto juntamente com a Associação Periferia Ativa chega a outras cidades de grande e médio porte do interior do estado para mobilizar a população das periferias a lutarem por suas necessidades –necessidades que são diversas, extrapolando a luta pela moradia. Temos como exemplo disso o “Dia Nacional de Luta pela tarifa social de energia elétrica” que aconteceu em diversas cidades, dentre as quais destacamos a cidade de Araraquara.

Outra estratégia de ação do Trabalhadores Sem-Teto é o trabalho em torno da rearticulação da esquerda brasileira, buscando a unificação da classe trabalhadora a partir da ação conjunta de sindicatos e outros movimentos populares. Como vimos anteriormente, a Conlutas, alguns sindicatos da Intersindical e diversos movimentos populares, dentre eles destacamos o Trabalhadores Sem-Teto, estão empenhados para a criação de uma nova central. A fundação desta central está prevista para junho de 2010.

Dentre as principais estratégias de luta dos movimentos dos sem-teto do centro no início do século XXI, destacamos duas: a participação em conselhos municipais e as passeatas. Neste sentido, levantamos a hipótese de que essas duas formas de ação se fundamentam na orientação político-ideológica dos movimentos e são consequências da ação do Estado para com os movimentos.

#### *A repressão e a intensificação das passeatas*

A repressão do Estado para com os movimentos populares sempre existiu, vide a quase secular expressão: “A questão social é caso de polícia” e que ainda se faz tão atual. No entanto, é verdade que de acordo com o governo e sua gestão, esta repressão pode ter variadas dimensões. Por exemplo, uma manifestação de sem-teto em frente à prefeitura que reivindique uma conversa com prefeito e autoridades ligadas ao setor habitacional, pode ser tanto acolhida e ouvida pela gestão municipal, quanto pode ser recebida pela polícia militar e guarda municipal, evitando qualquer diálogo com as autoridades e desmobilizando rapidamente a ação dos sem-teto, ou ainda, em casos mais extremos, pode haver o desigual confronto entre policiais e sem-teto: de um lado, cassetetes, bombas de efeito moral e balas e borracha, do outro lado, paus e pedras.

A partir de nossas entrevistas com sem-teto e suas lideranças, pudemos verificar que os movimentos sempre tiveram que enfrentar a repressão, principalmente nos momentos de ocupação de prédios e reintegração de posse.

Dentre as normas jurídicas, existe uma que estabelece que a polícia pode expulsar imediatamente os sem-teto de um prédio ocupado, desde que os policiais tomem ciência e ajam em menos de 24 horas contando a partir do início da ocupação. Depois desse período, o proprietário do prédio precisa pedir reintegração de posse na Justiça e esperar a decisão dessa para que os sem-teto desocupem o imóvel. Diante disso, a orientação dos policiais da cidade de São Paulo nos últimos anos parece ter sido a de impedir que as ocupações dos sem-teto aconteçam.

A repressão tem se intensificado de tal maneira que a realização de ocupações está dificultada. Não é raro ocupações que não são nem mesmo concluídas, já que a polícia consegue chegar junto ou minutos depois do início da ocupação e com o uso da força expulsa logo os sem-teto dos prédios.

Os proprietários utilizam hoje muito o recurso jurídico do interdito proibitório. Este interdito é uma ação jurídica relacionada a situações nas quais o direito de posse ou de propriedade está sendo ameaçado. Na verdade, é uma ação preventiva para quando o proprietário prove ter informações seguras sobre o risco a que estaria exposto. O interdito proibitório está no Código Civil desde o início do século 20 e é muito utilizado por latifundiários para evitar ocupação de terras e ocupações de prédios. Nos últimos anos tem sido usado por empresas, como os bancos, por exemplo, para inviabilizar os movimentos grevistas clássicos e as próprias entidades sindicais. O interdito passa a ser usado cada vez com mais frequência porque ele traz algumas vantagens para os proprietários, como por exemplo, ser um instrumento ágil e rápido; a Justiça Comum está acostumada a usá-lo contra ocupações de imóveis ou propriedades rurais; legitima a ação da polícia militar, o que muitas vezes resulta no uso da violência contra os trabalhadores e antecipa a punição antes mesmo de ocorrer o problema. O descumprimento dos interditos tem altíssimas multas o que inviabiliza ainda mais a luta dos movimentos sociais rurais, urbanos e sindicatos grevistas<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> As informações sobre o interdito proibitório foram retiradas de [www.mgiora.com.br/interditoproibitorionao/spbancarios.htm](http://www.mgiora.com.br/interditoproibitorionao/spbancarios.htm). Acessado em dezembro de 2009.

Através de relatos dos movimentos e da própria imprensa, percebemos que os governo municipal da cidade de São Paulo dos últimos anos (gestão de José Serra e, posteriormente, de Gilberto Kassab) e o governo estadual (gestão de Geraldo Alckmin e, depois, de José Serra) possuem uma visão semelhante diante das ocupações dos sem-teto de modo a agirem conjuntamente para reprimir suas ações. Além disso, ao longo dos anos a polícia foi adquirindo experiência para evitar as ocupações e agir nas reintegrações.

Muitas das ocupações realizadas pelos sem-teto faziam críticas ao governador que na época era Geraldo Alckmin (PSDB). Este, por sua vez, intensificava a repressão sobre os sem-teto e ainda argumentava que os movimentos que realizavam as ocupações não eram movimentos espontâneos, mas sim movimentos políticos, organizados para fazerem oposição ao então governador e ao seu partido.

*O governador Geraldo Alckmin (PSDB) classificou ontem as invasões realizadas pelos sem-teto em quatro prédios particulares no centro de São Paulo e em um terreno da Volkswagen em São Bernardo como parte de um “espetáculo da invasão”(...).*

*Alckmin afirmou que vai agir com rigor contra os invasores e que espera apenas uma decisão da Justiça para que a Polícia Militar seja autorizada a fazer a reintegração de posse dessas áreas.*

*(...)*

*“Estamos vivendo em uma situação muito preocupante. É o espetáculo da invasão. Agora é uma nova invasão a cada hora, não é mais nem por dia. É inadmissível. São ações articuladas por um movimento político, um movimento profissional”, afirmou”. (“Alckmin promete rigor contra sem-teto”. In: *Folha de S. Paulo – Cotidiano*. São Paulo, 23 de julho de 2003).*

Assim devemos ressaltar que em muitos casos em que as ocupações diminuem, isso não se deve tanto a falta de mobilização dos movimentos, mas a dura repressão que os sem-teto sofrem. Neste sentido, as passeatas aparecem como uma saída para esta repressão. Isto porque as passeatas são consideradas meios legítimos de manifestação e, ainda, quando avisadas antecipadamente ao poder público, os manifestantes têm o direito de serem escoltadas pelos policiais, não havendo repressão alguma. Como pudemos perceber esta vem sendo uma das principais formas de luta da União dos Movimentos de Moradia e, conseqüentemente, do Movimento de Moradia do Centro.

As passeatas são também mais aceitas pelos sem-teto e são consideradas como meios mais legítimos de se lutar pela moradia. Isso porque as idéias de direito burguês, direito à propriedade privada e obediência civil estão muito enraizadas na população. Em uma das manifestações que acompanhamos, um senhor dizia que a passeata era uma boa maneira de se protestar, muito melhor que a ocupação, mas ainda assim era preciso encontrar uma maneira de não atrapalhar o trânsito da cidade de São Paulo. Algumas mães dizem que preferem as passeatas porque podem levar seus filhos consigo – o que não ocorre, por exemplo, no momento de ocupação de um prédio, já que as crianças não participam destes eventos devido aos riscos e repressões possíveis.

As passeatas são velhas conhecidas dos movimentos, no entanto, a novidade consiste em utilizá-las como um dos ou o principal método de luta, deixando a realização das ocupações como uma segunda opção.

#### *Democracia participativa e a intensificação da luta institucional*

A partir do final da década de 80, principalmente após a Constituição de 1988 e redemocratização do país em que se estabelece mecanismos institucionais de participação, a luta institucional tem se ampliado e fortalecido muito.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Pólis (Silva, 2006), demonstra que o governo Marta é destacado por ter tido importantes avanços na questão da democratização: “(...) retomada da participação popular, a criação de conselhos, o acesso dos movimentos à administração e a autonomia dos movimentos, o OP [Orçamento Participativo], o apoio da prefeitura às organizações, as intervenções na periferia, as melhorias na área de educação” (Silva, 2006: 68). Por outro lado, são detectadas falhas e limites nesta democratização. Há grande dificuldade de negociação e diálogo com os movimentos, além da falta de recursos orçamentários para viabilizar os projetos. Dessa maneira, “a relação dos movimentos com o governo Marta Suplicy oscilou entre apoio, a colaboração e adesão e o confronto e a oposição, mas para todos [os entrevistados militantes de movimentos] a posição dos movimentos e fóruns foi de autonomia política” (Silva, 2006: 70).



No nível federal, durante a “Era Lula”, parece que os movimentos dos sem-teto do centro, muito ligados ao Partido dos Trabalhadores, tiveram possibilidades efetivas de participar de algumas discussões importantes sobre as políticas habitacionais.

A União dos Movimentos de Moradia e o Movimento de Moradia do Centro buscam constantemente um diálogo com o governo federal, acreditando nas oportunidades e possibilidades destes espaços para que os sem-teto possam ter suas vozes escutadas e, enfim, serem atendidos. No entanto, se o diálogo parece fluir entre o Moradia do Centro e o governo federal, as lideranças deste movimento dizem não conseguirem fazer o mesmo com o governo estadual e municipal de São Paulo.

Na página da internet da União Nacional dos Movimentos de Moradia, exibiam-se fotos de seus integrantes em uma discussão com alguns ministros a respeito do pacote habitacional que foi lançado por Lula no ano de 2009. Segue alguns trechos da notícia:

*A Reunião teve a participação da Ministra da Casa Civil Dilma Russef, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Ministro das Cidades, Marcio Fortes, o Secretário Geral da Presidência, Luis Dulci, a Secretária Nacional de Habitação Ines Magalhaes e o Vice-Presidente da Caixa, Jorge Hereda. Participaram da reunião as seguintes lideranças: Donizete, Matos e Evaniza (UNMP), Dito, Saulo e Paulo Cohem (CMP), Bartiria, Cesar e Valério (CONAM), Edymar, Antonio José e Miguel (MNLN), Ricardo Gouveia (FNRR) e os deputados federais Zezeu Ribeiro e Paulo Teixeira.*

*A Ministra iniciou a reunião informando que havia realizado reuniões com os diferentes segmentos (movimentos populares, empresários e governos estaduais) para apresentar a linha das propostas sobre as medidas sobre habitação que o governo irá tomar, colher críticas e sugestões. Ainda não há um prazo para a apresentação dessas medidas.*

*Defendemos a priorização dos investimentos para a baixa renda, onde o déficit é maior e mais difícil de ser enfrentado. Solicitamos que se coloque claramente a distribuição dos recursos e suas fontes. Foi colocado a discordância dos movimentos na extensão do subsídio para as faixas de renda acima de cinco salários mínimos, entendendo que essa faixa pode conseguir acessar a financiamentos sem ele e que os valores individuais de subsidio acabariam por "comer" os das faixas mais baixas.*

*(...) A reunião já fez parte do processo de construção de uma mesa constante de negociações, coordenada pelo*

*Ministro Luis Dulci. A Ministra Dilma disse que irá analisar as propostas e ponderações feitas na definição das medidas a serem lançadas pelo governo. O Ministro Luis Dulci marcará a continuidade dessa Mesa com os representantes das entidades.*

(“Ministra Dilma e Ministro Guido Mantega debatem as medidas de habitação com movimentos”. Disponível em: [www.unmp.org.br](http://www.unmp.org.br) )

No dia de apresentação oficial do pacote habitacional *Minha casa, minha vida*, em 25 de março de 2009, havia na platéia, diversas autoridades, políticos, representantes de empresas, construtoras, sindicatos e movimentos sociais. Dentre os representantes dos movimentos sociais, estava Gegê, uma das principais lideranças do Moradia do Centro, quem cumprimentou com grande entusiasmo o presidente Lula, o vice-presidente e os ministros presentes.

Parece-nos que a presença dos movimentos sociais nestes eventos dão um “verniz popular” às iniciativas do governo, mas esses movimentos pouco deliberaram de fato. Comentaremos sobre isso ao analisarmos, no capítulo seguinte, o programa “Minha casa, minha vida”.

No nível municipal, podemos destacar a forte atuação dos movimentos dos sem-teto tanto na discussão do Plano Diretor da cidade quanto na discussão e participação no Conselho Municipal de Habitação (CMH). Para não nos alongarmos demais, apresentaremos rapidamente apenas algumas considerações relacionadas ao Conselho Municipal da Habitação.

No que se refere ao caso específico do Conselho Municipal de Habitação (CMH) de São Paulo, percebemos que tal conselho é recente, foi criado durante a gestão municipal de Marta Suplicy, de modo que a primeira gestão do conselho se deu no período de 2003-2005. O tempo de duração do mandato dos conselheiros é de dois anos. Por ser algo recente muitos objetivos e funções do Conselho ainda se encontram nebulosos e indeterminados (Tatagiba e Teixeira, 2007).

Segundo a lei de criação, o CMH “é um órgão deliberativo, fiscalizador e consultivo, e tem como objetivos básicos o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação política municipal de habitação” (Tatagiba e Teixeira, 2007: 72). O CMH esta

vinculado institucionalmente à Secretaria Municipal de habitação e Desenvolvidos Urbano e é presidido pelo secretário municipal de habitação.

O CMH é um órgão tripartite, composto por representantes do governo, entidades comunitárias e organizações populares relacionadas ao tema da habitação e mais outras entidades da sociedade civil (universidades, entidades profissionais, sindicais de trabalhadores da construção civil, associações ou sindicatos patronais da construção civil, assessorias técnicas, ONGs, centrais sindicais, o conselho da categoria profissional de habitação e o conselho da categoria profissional do direito). A eleição de cada uma das três partes dos membros do conselho se dá de forma diferenciada. Os representantes do governo são indicados pelos poderes executivos, já os membros correspondentes a dita sociedade civil são eleitos por seus respectivos seguimento. E, por fim, os conselheiros representantes das entidades e movimentos populares são eleitos por meio do voto popular, ou seja, via eleições diretas.

Essas eleições diretas para os conselheiros fazem com que as lideranças dos movimentos candidatas a uma vaga no CMH tenham que trabalhar muito para conseguirem uma grande quantidade de votos. O voto não é obrigatório e todos os cidadãos acompanhados de documento de identificação podem votar. Dessa maneira é preciso que os candidatos a conselheiros divulguem a importância de se votar em uma eleição como essa e ainda consiga mobilizar pessoas a irem votar de fato. Tudo isso dispensa recursos humanos e financeiros para as eleições que podem vir a influenciar na paralisação temporária das ocupações dos movimentos. Temos aqui então um elemento que corrobora nossa hipótese de que a luta institucional passa a ganhar força de modo que as ocupações passam a ser uma segunda opção para alguns dos movimentos dos sem-teto.

Uma outra questão que deve ser relacionada ao CMH é que a partir do momento em que as lideranças dos sem-teto se tornam conselheiras, pode haver uma identificação em se “não ser”, ao menos “estar no governo” e isso pode mudar algumas coisas. A identificação com o governo pode trazer cautela nas ações e torná-las mais propositivas e menos combativas.

O discurso de uma das lideranças do Movimento Sem-Teto do Centro revela isso. Iara, a liderança dos sem-teto, foi conselheira municipal de habitação na gestão 2007-

2009 e sentia orgulho disso porque podia entrar livremente na prefeitura e na Secretaria Municipal de Habitação (Sehab):

*A gente era totalmente proibido de entrar na secretaria municipal de habitação, uma secretaria nossa, era nossa e a gente era proibida ... Pra gente entrar nós éramos escoltados (...) A gente já teve esse tipo de humilhação, é humilhante, né? Eu tive muitas vezes vontade de chorar porque, puxa vida, o secretário colocou como se nós fossemos o perigo pra sociedade e o perigo estava sentado no vigésimo primeiro andar do prédio do Martineli. Então, onde é o gabinete dele, né? O perigo era ele mesmo. Se precisava de alguma coisa ser escoltado era ele.*

*Mas tudo bem esse problema foi superado. Tudo isso foi superado. E o que ajudou também ... para que a gente chegasse a essa superação aí foi o próprio Conselho Municipal de Habitação. Hoje eu sou conselheira, com 12 650 votos, então quer dizer, não é qualquer coisa. Está certo? Então isso pesa muito. Então, quer dizer, isso significa bastante, teve uma mudança. Logicamente que não é um governo totalmente social (...) [o governo] municipal deu uma abertura.*

(Entrevista de campo, julho de 2008).

No interessante trabalho de Tatagiba e Teixeira (2007) sobre as primeiras gestões do CMH da cidade de São Paulo, aparece a idéia de que a dinâmica do conselho muda quando muda a gestão municipal. De acordo com as autoras, o momento em que o Conselho esteve sobre a gestão municipal de Marta Suplicy foi um momento muito produtivo no que se refere à normatividade do conselho e foram aprovadas muitas resoluções. Em seguida, teve início a gestão Serra e Kassab e o novo secretário da habitação e, portanto, o conselheiro municipal de habitação era um importante representante do setor imobiliário. Este período pode ser considerado como um momento de grandes conflitos entre o governo e os conselheiros representantes dos movimentos populares combativos e de universidades. Existiu muito debate pelo fato de existirem diferenças muito grande na concepção acerca do que seria o interesse público na área da habitação.

Em junho de 2005, ocorreu a eleição de um novo CMH, o qual tem sua composição pouco alterada no que se refere aos membros do governo e da “sociedade civil”, no entanto, aconteceu uma grande alteração nos representantes das organizações e

movimentos populares - houve “a saída de todos os representantes dos movimentos populares que estavam na gestão anterior” (Tatagiba e Teixeira, 2007: 84). Saíram os movimentos mais combativos e ligados ao tema da moradia, e entraram as associações de mulheres, clubes de mãe e associações de moradores.

Este novo conselho passa a ter como discussão principal as parcerias com a CDHU, critérios para acessar os recursos do Fundo Municipal de Habitação (FMH) e a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo. O governo municipal de Serra/KAssab enfatizava o controle e fiscalização sobre os usuários e a revisão dos critérios e faixas para subsídios. O grau de conflito nesta gestão diminuiu e a capacidade de decisão também. Ou seja, “o governo traz a proposta e, no geral, ela é aprovada sem muitos questionamentos” (Tatagiba e Teixeira, 2007: 86-87).

Tudo isso fez com que os movimentos populares mais progressistas sentissem necessidade de se fazerem presentes nesse espaço e para isso se organizaram para retomar seus lugares na gestão do Conselho de 2007-2009. E foi isso que aconteceu. Membros da União dos Movimentos de Moradia se elegeram assim como uma das principais coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro. Essa retomada na posição dos Conselhos fez com que as lideranças e os movimentos de modo geral dispensassem bastante energia, tempo e dedicação para a luta dentro desses tramites legais, deixando em um segundo plano a ação direta: organização e realização das ocupações.

Percebe-se assim que com exceção do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, os outros dois movimentos dos sem-teto citados, o Moradia do Centro e o Sem-Teto do Centro, quando comparados com o início de suas organizações, em meados da década de noventa e início dos anos 2000, se encontram hoje com um perfil mais propositivo, no sentido de que têm priorizado o diálogo com o governo via institucional e buscado possibilidades de formular e controlar as políticas habitacionais, deixando assim como uma segunda opção a luta combativa e a realização de ocupações, principalmente as do tipo estratégicas.

A adoção deste método de luta reflete a orientação político-ideológica que os movimentos possuem, ou seja, tanto o Movimento Sem-Teto do Centro quanto o Movimento de Moradia do Centro objetivam influenciar o poder para se ter políticas habitacionais que atendam a população de baixa renda. E, ambos os movimentos

acreditam que é possível alcançar estes objetivos através dos mecanismos institucionais de participação disponíveis. Dessa maneira, considera-se como legítimo a participação dos sem-teto nos Conselhos Municipais de Habitação, por exemplo. Temos que ter claro, no entanto, que a democratização das instituições estatais, não significa uma democratização do poder e tampouco uma mudança no papel do Estado de garantir o poder político da classe capitalista.



## Capítulo 6 – As raízes do problema

Depois de descrito quem são os sem-teto, é importante refletirmos por que são sem-teto. Como já indicamos logo no início deste texto, nossa explicação busca se distanciar de justificativas embasadas na ideologia meritocrática ou conservadora, como a de que os sem-teto seriam aquelas pessoas que não têm capacidade e/ ou vontade de estudar e conseguir um bom trabalho, ou seriam aqueles que não gostam de trabalhar, os ditos vagabundos, e por isso estariam nesta situação, seriam ainda aquelas pessoas folgadas que querem casas sem ter que pagar por estas. Distanciaremos-nos, portanto, daquelas explicações, predominante no senso comum, que enfatizam a responsabilidade do sujeito, dotando de grande individualidade e particularidade um fenômeno que é social. Essas justificativas levam em consideração apenas a trajetória individual dos sujeitos para refletir sobre o problema habitacional pelo qual passam, deixando de fora da análise os elementos conjunturais e estruturais da sociedade capitalista brasileira.

Todas essas explicações são reforçadas por grande parte da mídia. As palavras de desabafo do sem-tetinho Eduardo, membro de uma das famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que participou da Ocupação João Candido, em Itapeverica da Serra, indicam sua indignação:

*Quando eles passam a gente assim na televisão, eles não passam assim como a gente... eles não passam o nosso sofrimento, assim como nós está tentando ganhar a casa. Eles passam assim, como se a gente sendo... como se a gente fosse invasores, eles não passam as dificuldades que a gente passa e as coisas boa que a gente passa. Eles passam assim de maldade. (Depoimento presente no vídeo intitulado “2 meses e 23 minutos”, elaborado pelos sem-teto participantes da Brigada Cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).*

A partir de uma análise que leva em consideração estrutura e ação, objetividade e subjetividade iremos buscar as respostas para o porquê são sem-teto. Devemos inicialmente entender como trabalhadores pobres chegam à situação de sem-teto e se isso tem mais relação de causalidade com suas escolhas individuais ou com os elementos estruturais e conjunturais. Em seguida, tentaremos demonstrar que os sem-teto são na



verdade conseqüência do grande problema habitacional existente no nosso país. Aí aparece a necessidade de refletirmos sobre a historicidade do problema habitacional e seu significado a partir de uma confluência de fatores que vai desde a estrutura da sociedade capitalista e a lei geral de acumulação, passando pelas especificidades do capitalismo dependente como é o latino americano e ainda, nos últimos anos, a adoção da plataforma neoliberal no Brasil trazendo conseqüências desastrosas na situação social dos trabalhadores brasileiros. Dentre os fatores ainda devemos destacar o legado histórico de ineficiência das políticas habitacionais brasileiras para resolver o problema do déficit habitacional da população de baixa renda e as ações e táticas dos governos que reproduzem essa situação.

## 6.1 Como os trabalhadores pobres chegam à condição de sem-teto

Primeiramente, citamos algumas das histórias dos sem-teto, como eles chegam na situação de extrema miserabilidade em que se encontram, quais são suas escolhas e ações que os levam a essa condição. As três histórias abaixo são exemplares, vejamos.

1. Ivaneti, hoje uma das principais lideranças do Movimento dos Sem-Teto do Centro:

*Nascida em Guariba, no interior de São Paulo, Ivaneti começou a trabalhar aos oito anos como colhedora em plantações de algodão e amendoim. Aos 14 anos engravidou pela primeira vez e foi viver em Ribeirão Preto, onde trabalhava de empregada doméstica. Já casada, decidiu levar as duas filhas ainda pequenas para viver com o marido em São Paulo, onde ele havia conseguido um emprego de metalúrgico. Depois de uma discussão com o chefe, ele perdeu o trabalho e todos foram parar na rua no início de 1998.*

*Moradora de rua*

*Durante nove meses, Ivaneti e sua família viveram sem um teto sob a cabeça nas ruas do centro de São Paulo, uma experiência que nunca mais se esqueceu. "Eu não dormia por medo de ser roubada. Não tinha chuveiro, banheiro e nem porta que pudesse fechar. Tive de aprender a mendigar e sobreviver do lixo", lembra-se, acrescentando também outros problemas práticos da vida na rua. "Sem*

*endereço, não tinha acesso à saúde. Muitas vezes adoecia e não podia ir ao médico. Estava suja e não sabia que endereço podia colocar nos formulários." A situação mudou depois que a família foi abordada por ativistas do MSTC. Em cinco de outubro de 1998 eles participaram da primeira ocupação. "Foi a do Hospital Matarazzo, com várias famílias". Nesse momento Ivaneti descobriu não apenas a importância de ter um lugar para morar, mas também de não estar sozinha. "Para nós tudo mudou, pois a família passou a ter um endereço para apresentar no trabalho, na escola e na saúde. Muda muita coisa, pois o problema deixa de ser individual e passa a ser uma questão coletiva. É como se fosse um casamento: na saúde, na doença, na tristeza e na alegria estamos sempre em um coletivo. A gente aprende a defender nossas causas", conta.*

*(Disponível em: [www.swissinfo.ch/por/index.html?cid=7372112](http://www.swissinfo.ch/por/index.html?cid=7372112). Acessado em dezembro de 2009).*

2. Dona Manoela, uma senhora de setenta anos, ex- integrante do Movimento de Moradia do Centro e do Movimento Sem-Teto da Região Central<sup>136</sup>.

Quando jovem Dona Manoela e o marido possuíam uma vida financeiramente razoável. A senhorinha nos conta das belas cortinas em que tinha na sua casa e reclama agora da ausência de móveis e precariedade em que se encontra sua moradia. Seu filho teve meningite e a doença deixou algumas seqüelas como a surdes e um problema mental. Dona Manoela vivia em Maringá, no estado do Paraná, com o marido, o filho doente e as filhas. No entanto, com a morte do marido a família passou por uma série de dificuldades econômicas e os problemas de saúde do filho parecem ter se agravado. Isso levou Dona Manoela a deixar as filhas, já adultas, na cidade do Paraná e se mudar para São Paulo com o filho em busca de tratamentos de saúde.

Chegando em São Paulo, Dona Manoela e o filho passaram por grandes dificuldades já que tinham como fonte de renda apenas a pequena pensão deixada pelo marido. Assim, devido às dificuldades e necessidades Dona Manoela e o filho se juntaram

---

<sup>136</sup> A entrevista com Dona Manoela foi concedida durante o trabalho de campo, no ano de 2009, de uma pesquisa em que participei organizada pelo Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão (Cealag) ligado ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Esta pesquisa foi financiada pela Prefeitura de São Paulo e a União Européia. Minha função era a de pesquisadora da população alvo que vivia em moradia precária no centro da cidade de São Paulo.

ao Movimento de Moradia do Centro e passaram a viver na Ocupação do Ouvidor, organizada pelo movimento. A senhorinha relatou a sua grande estima por Gegê, principal liderança do movimento, e lembrou dos tempos da ocupação com saudade. Com o processo de reintegração de posse, Dona Manoela saiu da ocupação e se juntou a um outro movimento de sem-teto e, logo em seguida, conseguiu ser uma das contempladas pelo Programa Vila da Dignidade, no bairro da Água Branca na cidade de São Paulo. No entanto, Dona Manoela ainda não estava satisfeita com a nova moradia já que o local não era tão perto da região central onde ela dizia ter mais qualidade de vida e facilidade de acesso aos serviços, inclusive para seu filho doente.

Quando conversamos com Dona Manoela, ela nos disse que não queria mais ficar em São Paulo e gostaria de voltar para sua cidade natal junto de suas filhas. Ela nos informou esperançosa que havia enviado uma carta para um programa de televisão, o programa do Gugu, para participar do quadro “De volta para minha terra”. Dona Manoela disse: *“Agora vou esperar o Gugu... ele vai me levar de volta para minha terra”*.

2. Cláudia jovem sem-teto moradora da Ocupação Lavapés e colaboradora do Movimento de Moradia do Centro<sup>137</sup>.

Cláudia tem 22 anos, é mãe de duas meninas pequenas e dona de uma história comovente. Ela foi criada em um orfanato, após seu pai ter matado sua mãe e ter ido para a prisão. Nunca foi adotada, diz ter sofrido tentativa de estupro por um dos homens que cuidava do orfanato, mas ninguém acreditou nela. Assim, quando tinha dez anos fugiu do abrigo com um colega de lá. Logo, eles se tornaram namorados e passaram a viver na rua, ela era viciada, chegou a roubar e “aprontar com alguns de seus tios”. Entre os 16 ou 17 anos ficou grávida e quando sua filha tinha um mês ela se separou do parceiro. Após o nascimento de sua filha, Cláudia diz nunca mais ter se drogado. Ela diz ter mudado muito devido ao nascimento de suas filhas: *“agora sou mãe e devo cuidar das minhas filhas”*.

Nesta época, a jovem mudou-se de Diadema e passou a viver em Itaquaquecetuba, onde começou a trabalhar em um restaurante. Lá ela conheceu seu segundo marido e os dois juntos foram viver em São Paulo. Depois disso, Cláudia teve sua segunda filha e as necessidades e privações da família aumentaram.

---

<sup>137</sup> A história de Cláudia nos foi contada durante entrevista de campo realizada em 3 de junho de 2008.

A filha menor do casal ainda não vai à escola, a mais velha, de 5 anos, está na escola no período matutino, mas Cláudia estava na época preocupada com a menina porque ela não tinha um calçado fechado para frequentar a escola durante os meses de inverno.

Antes de viver ali na Ocupação Lavapés, a família estava na rua. Após as negociações entre o movimento e o governo municipal, as famílias de sem-teto que viviam na ocupação conseguiram um auxílio aluguel e a família de Cláudia foi uma das contempladas. Na ocasião, seu marido trabalhava e ela estava desempregada, mas para conseguir alguma renda, ela trabalhava como catadora de reciclados durante a noite.

Ora, a subjetividade é importante, sem dúvida. Dramas e tragédias pessoais influenciam diretamente a vida das pessoas. As escolhas e decisões tomadas podem levar para um caminho ou outro. Diante disso, ficaria fácil individualizar o problema e dizer, por exemplo, que Ivaneti se tornara sem-teto por ter saído de sua terra natal ou por seu marido ter perdido o emprego. Mas aí devemos questionar: por que ela teria saído de sua cidade? No caso de Dona Manoela, o problema teria sido a morte do marido e a “magra” aposentadoria que ele teria deixado para ela e ainda a doença do filho teria piorado a situação. Mas aí devemos questionar: por que teria o marido deixado uma aposentadoria miserável? Por que o filho de Dona Manoela não tem assistência médica gratuita e de qualidade? No caso de Cláudia, o problema teria sido a violência entre seus pais e a sua estada em uma instituição de adoção ou ainda o envolvimento em pequenos delitos. Mas aí devemos questionar: por que a instituição que deveria cuidar do bem estar da jovem não o fez?

Ao refletirmos sobre esses questionamentos podemos dizer que, além das tragédias individuais e possíveis falhas das pessoas que hoje são sem-teto, o sistema também falha ao não garantir serviços de saúde com qualidade à população pobre, ao explorar a mão de obra do trabalhador durante toda a sua vida e negar a ele e sua família uma boa condição quando chega à velhice, existe falha no sistema de previdência, falha na oferta de empregos, o Estado falha em providenciar o bem estar das crianças e adolescentes em instituições de adoções e ainda falha na reinserção social de alguém que transgrediu as regras mas está arrependido.

Ao conversarmos com outros e outros sem-teto percebemos que as histórias se repetem: são migrantes, trabalhadores explorados, desempregados, estão à margem dos serviços de saúde, de assistência social e educação e ainda e, principalmente, não possuem moradia digna: a carência comum a todos os sem-teto. Tudo isso nos leva a suspeitar que o porquê de existir sem-teto não se deve tanto assim a uma questão de subjetividade e escolhas individuais, mas aos fatores estruturais e conjunturais existentes. Será, portanto, neste sentido que seguiremos nossa argumentação.

Entendemos que as escolhas dos sujeitos são limitadas por fatores estruturais, no sentido de que há um leque de possibilidades, as quais são determinadas em última instância pela estrutura. Geralmente, as escolhas das pessoas que são sem-teto hoje não se deram entre estudar ou não estudar, mas sim entre estudar ou trabalhar para poder garantir a mínima sobrevivência da família; pagar um aluguel ou não pagar, mas sim entre pagar um aluguel ou comprar comida para os filhos; ir ou não para cidade grande em busca de melhores condições de vida, mas sim entre ir em busca de melhores condições ou ficar destinado à eterna miséria. Assim, se a subjetividade e a ação são elementos que devem ser destacados, seus pesos, tamanhos e forças não devem ser super estimados diante das estruturas existentes que indicam seus limites.

Mas, afinal quais são estas estruturas? Como elas influenciam as ações dos sujeitos? De que maneira isso acontece?

Ao refletirmos sobre estas questões, refletiremos sobre as raízes do problema.

Pedimos licença ao leitor pois a seguir saltaremos do nível empírico para o teórico. Isto se faz necessário já que as grandes teorias conseguem explicar satisfatoriamente as origens, as causas e os porquês das realidades empíricas.

## **6.2 Capitalismo, urbanização dependente e neoliberalismo**

Marx, em *O capital*, desvendara a lei geral da acumulação capitalista, que esclarece que é lei no modo de produção capitalista a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista e que na medida em que esta classe se torna mais rica, acumulando mais capital, a outra se torna mais miserável, daí a desigualdade social ser algo estrutural ao sistema capitalista. No que se refere ainda a lei de acumulação, verificamos que sempre

haverá, em maior ou menor número, uma parcela da classe trabalhadora que estará desempregada nas fileiras do que Marx denomina de “exército industrial de reserva” e o que Nun e Kowarick denominam de massa marginal. Como mostramos no capítulo 5, os sem-teto seriam esses trabalhadores desempregados ou mal empregados que compõem a massa marginal e que, portanto, estão destinados à miséria o que afeta diretamente suas condições de vida, dentre elas a questão da moradia.

Esta relação entre a lei geral de acumulação do capital e a questão habitacional é definida por Marx (1983: 213) da seguinte maneira: *“Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores”*.

Ainda no que se refere ao modo de produção capitalista, devemos falar do Estado capitalista o qual entendemos como o lócus privilegiado do poder político.

De acordo com Poulantzas (1977), no modo de produção capitalista, onde as instâncias políticas, econômicas e ideológicas são autônomas, cabe ao Estado a função particular de manter a coesão dos níveis automatizados. Dada essa autonomia dos diferentes níveis do Estado capitalista, este Estado que possui uma direção hegemônica de classe, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas sim os seus interesses políticos. Por isso, existem ocasiões em que o Estado, dentro de alguns limites, garante alguns interesses econômicos das classes dominadas. Esses interesses são garantidos, mesmo quando contrários aos interesses econômicos das classes dominantes, mas é fato que tais interesses só serão atendidos enquanto forem compatíveis com os interesses políticos das classes dominantes.

A razão para se atender a certos interesses econômicos das classes dominadas é justamente para se manter a idéia (a farsa) de o Estado ser o representante de um interesse geral do povo e, dessa maneira, o Estado capitalista mantém o consentimento das classes dominadas. Logo, essa garantia de alguns interesses econômicos das classes dominadas não só não coloca em questão a relação política de dominação de classe, como se constitui em um elemento próprio dessa relação (Poulantzas, 1977). E mais, essa concessão, ao atender a alguns interesses, acaba por desmobilizar politicamente as classes dominadas, garantindo assim a hegemonia das classes dominantes.

Neste sentido, ao pensarmos nas políticas públicas e, mais especificamente, nas políticas sociais, devemos lembrar que a luta de classes são fundamentais, no entanto, essas políticas possuem limites estruturais de modo que o Estado irá formular políticas desde que elas não sejam contrárias aos interesses políticos da classe dominante. Pensando assim, devemos ter a perspectiva de que as políticas habitacionais e as demais demandas e reivindicações dos sem-teto serão atendidas desde que não atrapalhem os interesses das classes dominantes dentre elas os capitalistas imobiliários que estão relacionados diretamente com a questão do solo urbano.

Lojkine (1981) demonstra como o modo de produção capitalista dá maior atenção aos meios de comunicação (meios de circulação material) que estão intimamente ligados à acumulação ou reprodução do capital, do que aos meios que estão relacionados com a reprodução da força de trabalho (meios de consumo coletivo, por exemplo).

*Enquanto os meios de circulação material (meios de comunicação) e social (bancos, créditos) são condições necessárias de reprodução do capital, os meios de consumo coletivo só intervém no nível da reprodução da força de trabalho: decerto, indiretamente, - já o indicamos varias vezes - a reprodução socializada, ampliada, da força de trabalho é um fator cada vez mais decisivo da elevação da produtividade do trabalho; mas é também verdade que, do ponto de vista do capital, as despesas de consumo são despesas sem retorno que não permitem nem uma redução do tempo de circulação do capital. Neste sentido, elas permanecem sempre para o capital como despesas supérfluas que devem ser comprimidas ao máximo. Além disso, seu valor de uso específico (coletivo, indivisível, imóvel, durável...) onera sua rentabilidade capitalista, do ponto de vista dos agentes que as produzem: imobilização do capital, inadaptação aos critérios mercantis (Lojkine, 1981: 161).*

A partir disso, temos elementos para compreender o baixíssimo investimento em habitação nas grandes cidades capitalistas. Já que a questão da moradia é algo referente muito mais à reprodução da força de trabalho do que à reprodução do capital.

Ainda de acordo com Lojkine, as cidades possuem um papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo e a urbanização é moldada (modelada) de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

Lojkine acredita que o Estado funciona como um instrumento de “regulação” social, de modo que a intervenção estatal seja a forma mais elaborada de resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas. Sendo assim, podemos considerar as políticas urbanas como contratendências produzidas pelo próprio modo de produção capitalista para regular, atenuar os efeitos negativos da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos.

*(...) não se pode esquecer os limites das reformas urbanísticas, no interior do atual sistema, quando, sob a pressão de movimento de protesto maciço, o poder de Estado concede – contra sua própria lógica – algumas extensões de linha de metro para o subúrbio ou a proteção do habitat urbano contra as auto-estradas ou os transportes em local próprio: esses limites capitalistas não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores com referência às zonas de concentração dos equipamentos coletivos que permitem o pleno desenvolvimento das capacidades físicas e culturais da personalidade humana (Lojkine, 1981: 279).*

Logo, percebemos que as políticas urbanas acontecem para regular e atenuar as contradições que estejam por demais visíveis, porém de maneira alguma tais políticas irão eliminar as contradições, no caso, as contradições secundárias urbanas e, muito menos, a contradição principal do modo de produção capitalista, a saber, capital e trabalho.

Fica demonstrada aqui uma limitação estrutural da ação do Estado (políticas habitacionais) para se eliminar as contradições sociais urbanas, como por exemplo, os problemas habitacionais que corroboram a existência, de um lado, de milhares de famílias sem-teto e, de outro, de milhares de prédios vazios a espera da especulação imobiliária.

De acordo com Cardoso e Faletto (1970), não existe um único tipo de desenvolvimento e os países atrasados não se encontram apenas em níveis anteriores aos já lançados pelos países industrializados. O que temos, na verdade, são formas diferentes de expansão de uma estrutura capitalista em formações sociais distintas que possuem funções e caracterizações também diferentes.

Castells desenvolve em “*A questão urbana*” suas idéias sobre a urbanização dependente e afirma existirem grandes e importantes diferenças entre os processos de urbanização dos países desenvolvidos e dos países dependentes capitalistas. A principal



delas é que enquanto nos países desenvolvidos, a industrialização e a urbanização são processos que estão intimamente relacionados, nos países dependentes essa correlação não é linear.

Entendemos que o Brasil mantém relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista e, portanto, possui um processo de urbanização dependente. Para Castells a urbanização dependente latino-americana possui as seguintes características:

- o crescimento acelerado dos aglomerados se deve fundamentalmente ao aumento das taxas de crescimento natural, tanto urbano quanto rural, e a migração rural-urbana. Em relação a este tipo de imigração, Castells afirma que existe muito mais um push rural do que um pull urbano, ou seja, tal fenômeno não corresponde a uma demanda de mão de obra na cidade, mas sim a tentativa de encontrar uma saída vital num meio diversificado;

- a urbanização dependente provoca uma superconcentração nos aglomerados (primate cities) enquanto deixa muitas faixas do país em total distância. Sendo que a primeira massa urbana desses aglomerados é uma massa crescente de uma população que não possui emprego e também não tem uma função precisa na sociedade urbana. Tal massa está na cidade porque rompeu seu elo com a sociedade rural;

- as formações sociais existentes na América Latina antes da penetração colonialista ibérica, foram praticamente destruídas, foram desintegradas socialmente durante a conquista. É, portanto, no interior da situação de dependência que se constituíram novas sociedades, sem quase apresentar particularidades relativas à estrutura social pré-existentes. As características internas e suas possíveis diversidades dentro do território latino americano se devem às diferentes articulações regionais da metrópole, assim como à reorganização de força dos países dominantes: substituição da dominação ibérica pela inglesa, e depois pela norte-americana.

A fim de sumarizar a urbanização latino-americana Castells (1983:77) afirma:

*A urbanização latino-americana se caracteriza então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas*

*massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo.*

Singer (1975) critica Castells, pois acredita que o autor atribui em demasia as causas das distorções da urbanização à situação de dependência em que se encontram os países da América Latina, isentando o capitalismo, de modo geral, de suas contradições urbanas inerentes.

A partir do exposto aparece mais uma raiz do problema que dá origem aos sem-teto. Podemos perceber que muitos dos problemas sociais existentes hoje têm sua origem nos primórdios do processo de urbanização dependente brasileiro. Sabe-se que o êxodo rural acontece porque as pessoas são “empurradas” do campo, não conseguem mais sobreviver nesta região e então vão em busca de uma vida melhor na cidade. Porém, desde o início do processo de urbanização, as cidades brasileiras não possuem infra-estrutura suficiente que seja capaz de garantir condições mínimas de sobrevivência para seus habitantes. Assim, iniciam-se os problemas sociais, tais como: emprego, moradia, segregação espacial, intensificação da exploração do trabalhador, etc. Com o passar dos anos essa situação piora, as pessoas continuam a “fugirem” da vida de miséria do campo e, quando chegam à cidade, encontram uma grande quantidade de pessoas na mesma situação de migrantes, desempregados e sem moradia. Daí termos nesses migrantes uma população em potencial para compor as bases de movimentos sociais urbanos com reivindicações de urgência. Dentre outros, temos, por exemplo, migrantes nordestinos se organizando nos movimentos dos sem-teto em busca de uma moradia digna para garantir melhores condições de vida.

O capitalismo dependente é compatível com desenvolvimento, industrialização e crescimento econômico. Isso pode ser exemplificado pelo caso brasileiro durante o regime militar, por exemplo. A política econômica desenvolvimentista brasileira possibilitou uma boa base industrial para o país, perpassando pela indústria de bens duráveis (eletrodomésticos, carros, ônibus e caminhões), investimentos em siderurgia e indústria de construção civil, expansão de empresas estatais e aumento das exportações de bens manufaturados – tudo isso foi realizado graças ao capital e investimento externo, garantindo, portanto, a dependência brasileira.

Tal política econômica possibilitou um crescimento econômico significativo para o Brasil, mas que não foi acompanhado de distribuição de renda. A desigualdade social e a miséria dos trabalhadores permaneceram, demonstrando assim que o “milagre” não existiu. E, ainda, os trabalhadores tiveram que arcar com o ônus do esgotamento desse modelo: aumento da dívida externa, política de arrocho salarial, diminuição de créditos, aumento de juros, diminuição das atividades econômicas e aumento do desemprego.

Diante deste período de recessão e com uma conjunção de fatores, dentre eles a idéia de abertura política vigente entre os detentores do poder e a grande pressão e organização popular que buscava um basta para todas as barbáries e desrespeito aos direitos dos cidadãos cometidos durante a ditadura militar, tem-se o fim deste regime.

No período de redemocratização, a articulação de sindicatos e movimentos sociais foi de grande importância e garantiu diversas conquistas e direitos através da Constituição de 1988. Mas, se esta Constituição representou um interessante período de luta de classes e algumas vitórias da classe trabalhadora, aconteceu um imediato movimento antagônico: “contra-reforma” de cunho neoliberal a partir da década de 1990.

O modelo neoliberal de capitalismo tem como característica principal a idéia de Estado mínimo, no entanto, é necessário relativizar isto, pois

*(...) o Estado se reduz em algumas esferas – privatizando empresas, transferindo serviços públicos para o setor privado e “enxugando” o quadro administrativo –, mas amplia sua intervenção em outras: a desregulamentação dos mercados se faz por meio de novas regulamentações, as empresas privatizadas são reguladas por “agências” específicas, etc. Nesse sentido, parece ser mais adequado sustentar a tese de que o Estado modifica sua forma de intervenção, pois novas formas de intervenção são criadas, sobretudo no campo financeiro (...), ao passo que antigas formas (no mercado de trabalho, na atividade produtiva) são eliminadas (Galvão, 2007: 40).*

Dentre as principais políticas econômicas da plataforma neoliberal, podemos destacar: reajuste e austeridade fiscal, juros altos para atrair capital estrangeiro, privatização de empresas estatais e política de superávit primário. Já no plano da política social, a ideologia neoliberal tem como objetivo reduzir o papel do Estado e os direitos sociais e universais, aplicando políticas tais como a descentralização da prestação de serviços, a focalização de serviços públicos reduzidos na população de baixa renda, a

desconcentração participativa e também políticas de privatização. Tais medidas são descritas pelos neoliberais como algo necessário para a superação das crises financeiras e para se eliminar a miséria. Porém, Boito (1999: 79) discorda de tal justificativa e defende a idéia de que “na verdade, no plano da doutrina, todas essas propostas procuram responder, de uma perspectiva neoliberal, a problemas colocados pelo próprio neoliberalismo na sua luta contra os direitos sociais”. Vejamos as contestações possíveis às políticas neoliberais.

Em relação à *descentralização da prestação de serviços*, é a transferência de administração de verbas do governo federal para os governos estaduais e municipais que os neoliberais pretendem, e não a democratização da decisão sobre seu montante e destino. Temos como exemplo disso a aprovação, no Brasil, durante o governo FHC, da descentralização dos mecanismos pelos quais passariam a ser alocados os recursos do FGTS<sup>138</sup>. “O processo de seleção de propostas de financiamento era feito por órgãos federais. A partir de 1995, a seleção e a escolha foram transferidas para órgãos colegiados estaduais (...) cada estado dispunha de um orçamento anual para aplicação em programas de desenvolvimento urbano” (Paula, 2002: 404). Ainda poderíamos acrescentar que a descentralização transfere as cobranças da população do nível federal para o estadual e municipal: “o dinheiro vem, eles (governantes estaduais e municipais) é que não fazem direito” – esse passa a ser um pensamento comum entre os brasileiros. E com essa transferência de responsabilidades, o governo federal vai cada vez mais reduzindo as verbas para os gastos sociais sem ter a oposição da população.

Sobre a *focalização dos gastos públicos para a parcela mais miserável*, temos por traz dessa idéia a tentativa de redução máxima dos serviços públicos prestados à população, e a consequência imediata da focalização é um processo de privatização. A focalização neoliberal também pode, muitas vezes, recair em políticas extremamente assistencialistas e de curto prazo.

No que se refere à *desconcentração participativa*, temos o aumento gradual de ONGs para as quais são transferidos os deveres do Estado no que se refere às políticas sociais. Assim, a sociedade civil passa a assumir o papel do Estado.

---

<sup>138</sup> A nova sistemática de alocação do FGTS foi definida nas Portarias nº114/1995 e nº35/1996 do Ministério do Planejamento.

E, por fim, a respeito das *políticas de privatização* temos a transferências de bens e serviços públicos para os cuidados do setor privado (capital). Vide o exemplo da educação brasileira, principalmente, o que se refere ao ensino superior.

Esse conjunto de políticas neoliberais contribui para a redução dos direitos sociais e a disseminação da idéia de que muitos direitos são, na verdade, privilégios. A idéia de universalização de direitos é fortemente abalada.

Alguns autores demonstram ainda que as reformas neoliberais aumentam a precarização do trabalho (Galvão, 2007), garantem o crescimento do desemprego e, em alguns casos, queda dos salários (Quadros, 2003). Tudo isso se apresenta como importantes elementos que nos ajudam a entender o porquê da existência dos trabalhadores sem-teto.

É em 1995 que assume Fernando Henrique Cardoso a quem atribuímos a posição de articulador para que o Brasil adotasse fortemente a plataforma neoliberal, fortalecendo a hegemonia neoliberal mundial. Inicia-se assim, a Era FHC (1995-2002), período em que o Brasil é inserido, de vez, na economia de financeirização mundial e na adoção de políticas neoliberais (econômicas e sociais)<sup>139</sup>.

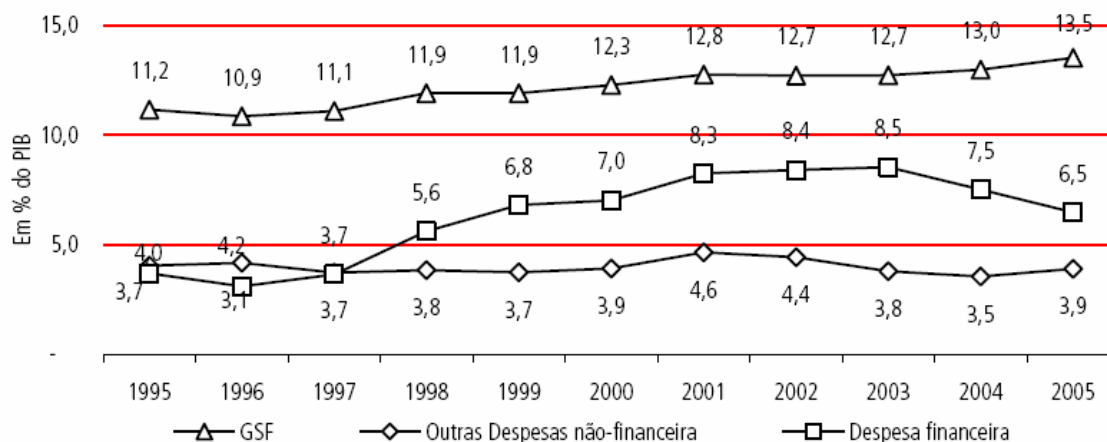
Até o momento, temos conhecimento de que a última pesquisa publicada pelo IPEA sobre os gastos sociais federais e comparação com os gastos financeiros é a que se refere ao período de 1995 a 2005, e que foi publicada no ano de 2008. Vejamos alguns dados desta pesquisa.

Quando comparamos o crescimento do gasto social federal com o crescimento da despesa financeira, durante os anos de 1995 a 2002, “Era FHC”, notamos que o crescimento da última é bem maior. Enquanto o gasto social sai da casa dos 11,2 e vai para 12,7% do PIB, a despesa financeira (pagamentos de juros e dívidas) sai da casa dos 3,7 e vai para 8,4% do PIB. Dessa maneira, percebe-se que a prioridade do governo Fernando Henrique Cardoso não era as políticas sociais, mais sim a política econômica, a manutenção da estabilidade e o dito reajustamento fiscal, seguindo a risca as diretrizes do modelo de capitalismo neoliberal.

---

<sup>139</sup> A tese defendida de que o governo FHC possui políticas neoliberais, não é um consenso na literatura. Temos como exemplo, a tese de Draibe (2002(b)) que acredita que o governo de Fernando Henrique Cardoso sofre consequências com um duplo legado: a experimentação reformista do período pós-ditadura e a propagação das ideologias neoliberais. Porém, na concepção da autora, o governo FHC não possui uma agenda de reformas semelhantes a da década de 80, nem é um governo neoliberal propriamente dito.

**GSF, outras despesas não financeiras e despesa financeira do governo federal, em % do PIB (1995-2005)**



Fontes: Disoc/Ipea e Siafi/STN.

(Castro, A. et al. 2008)

Já no período referente aos três primeiros anos do governo Lula (2003-2005), observamos uma queda no que se refere às despesas financeiras e um pequeno aumento (menos de 1% do PIB) nos gastos sociais federais. De acordo com Castro et al. (2008), a retração das despesas financeiras se refere à diminuição das despesas com amortização e não no pagamento de juros.

No que se refere à “Era Lula” ainda é difícil fazer uma análise exata já que o governo petista ainda está em andamento. No entanto, isto não significa que não haja o debate a respeito das rupturas e continuidades entre o Governo FHC e o Governo Lula. Esta temática está presente, por exemplo, nos trabalhos de Boito, (2003; 2005); Andrioli e Schmalz (2006), Sanchez (2009).

Para não nos alongarmos neste debate, esclarecemos que, de nossa parte, partilhamos a idéia de que o governo Lula é “social liberal” que seria a “manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias” (Boito, 2003).

O social-liberalismo mantém as políticas econômicas neoliberais como austeridade fiscal e superavit primário, no entanto, investe em políticas compensatórias o que traz uma redistribuição de renda de “forma superficial isto é, sem mexer nas raízes da concentração

de renda (como a questão agrária, por exemplo)” (Sanchez, 2009). Assim, o governo Lula vai ganhando apoio e ampliando sua base entre os trabalhadores mais pobres que há muito tempo não tinham perspectiva de qualquer benefício.

A partir das políticas compensatórias, o governo Lula ainda consegue atender aos interesses de frações do capital, como por exemplo, as relacionadas à construção civil e ao setor de serviços, já que essas políticas são capazes de ampliar o mercado consumidor nacional e possibilitam que a economia se expanda (Sanchez, 2009)<sup>140</sup>.

### **6.3 As políticas habitacionais brasileiras nos governos federais neoliberais**

Como demonstra a bibliografia (Bonduk (2008); Maricato (1998); Santos (1999) Fagnani (2006)), as políticas habitacionais brasileiras nunca possuíram grande atenção e orçamento<sup>141</sup> e, no geral, jamais romperam com a tradição excludente e elitista que marcou a fundação do Sistema financeiro da Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH). Ou seja, as famílias com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos (famílias que representam cerca de 90% do déficit habitacional atual) foram e ainda são as que menos se beneficiam das políticas sociais no setor habitacional. Dessa maneira, temos um grande peso do legado histórico nesta área. E, se a situação já era problemática, como ficou após as reformas neoliberais dos anos 90? Vejamos.

- **“Era FHC” (1995-2002)**

Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Ministério do Bem-Estar Social e criou a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), no âmbito do Ministério de Planejamento e Orçamento, “(...) o fato de a gestão habitacional estar no Ministério do Planejamento e

---

<sup>140</sup> A principal política compensatória do governo Lula é o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00). Sobre os benefícios, os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$20,00 (vinte reais) a R\$182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. (Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acessado em junho de 2009.

<sup>141</sup> “Dez anos de aplicações em programas para a habitação popular representam menos de 3% do total superávit primário que o país tem gerado em um único ano! (...) Ou ainda, alguns poucos dias de pagamento de juros da dívida” (FAGNANI, 2006:13).

não estar ligada a qualquer organismo de política de assistência social, como havia ocorrido no governo Collor, reconhece a correta dimensão e importância econômica da questão” (MARICATO, 1998:67). A SEPURB cria um documento chamado de Política Nacional de Habitação (PNH), que tem por objetivo maior universalização da moradia, garantindo assim este direito para todas as pessoas – em tal documento está claro que tudo isso depende de um esforço conjunto entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, dessa maneira o Estado passa sua responsabilidade para a sociedade. Porém, a impressão que se tem é que durante toda a gestão do “governo FHC” desistiu-se de executar a política social prevista nos documentos iniciais.

Durante os dois governos de FHC tivemos a elaboração de distintos programas. Durante o primeiro governo, os programas criados foram: Habitar Brasil, Pró-Moradia e Carta de Crédito. Já no segundo governo tivemos: Habitar Brasil/BID, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa de Arrendamento Residencial (PAR). No entanto, vale aqui um agrupamento geral dos programas habitacionais durante toda a Era FHC. De acordo com Santos (1999), tais programas podem ser agrupados em três conjuntos:

*1. Programas de financiamento aos governos municipais ou estaduais, em geral a fundo perdido ou subsidiado, destinados especialmente às populações com rendimentos familiares inferiores a três salários mínimos.* Aqui temos como exemplo o Pro-Moradia e Habitar-Brasil.

Esses programas possuem uma grande escassez no que se refere aos seus recursos, isso aliado à despreocupação quanto à recuperação dos custos, fazem que seu escopo seja necessariamente limitado.

No entanto, uma diferença básica entre esses dois programas é a fonte de financiamento de tais. Enquanto o Habitar- Brasil é financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), o Pró-Mordia é financiado pelo FGTS. Essa diferença irá explicar a diferença de desempenho dos dois programas:

*Ao contrário do Habitar-Brasil, o desempenho do Pró-Moradia ficou abaixo do esperado, e houve sobra de recursos porque grande parte dos municípios brasileiros (notadamente nas regiões mais pobres do país) não tem condições de atender às exigências financeiras para a participação no programa (SANTOS, 1999: 24).*



*2) Programas de financiamento direto às famílias, destinados à compra, construção e/ou melhoria das condições de habitação de famílias com renda mensal inferior a doze salários mínimos.* Aqui citamos a Carta de Crédito e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

Ambos os programas são financiados com recursos do FGTS e, por isso, não são a fundo perdido. Para as famílias conseguirem o financiamento devem comprovar uma série de coisas, sendo a principal a comprovação de renda. Sendo assim, os que não conseguem comprovar renda, estão automaticamente excluídos do Programa. E, geralmente, são as famílias com rendas mensais de até 3 salários mínimos que ficam de fora, já que muitos membros dessas famílias são trabalhadores desempregados ou se encontram no mercado informal de trabalho.

Carta de Crédito é o programa de maior relevância na política habitacional de Fernando H. Cardoso. A Carta de Crédito pode ser tanto Individual (diretamente a pessoas físicas) quanto Associativa (entidades, movimentos sociais e outros). Este programa é inovador porque até 1994 a concessão de financiamento imobiliário era majoritariamente direcionada às empresas construtoras. Com o crédito direto ao consumidor, há uma maior liberdade de escolha para o cidadão, que poderia optar por uma série de alternativas que vão desde a compra de imóveis novos até a compra de materiais de construção. No entanto, como demonstra a tabela abaixo, o Carta de Crédito é um programa que tem uma distribuição de financiamento assimétrica, se concentrando muito nas famílias com mais de 5 salários mínimos.

Distribuição do Financiamento no Carta de Crédito por  
Tipo de Ação segundo a Faixa de Renda: 1995-2003

MODALIDADE	Até 3 SM	3 – 5 SMs	5 – 10 SMs	Mais de 10 SMs	TOTAL
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO OU USADO	2,40%	11,60%	57,50%	28,50%	100,00%
	27,60%	54,30%	81,10%	74,30%	
AQUISIÇÃO TERRENO E CONSTRUÇÃO	3,00%	8,50%	19,20%	69,30%	100,00%
	3,70%	4,30%	3,00%	19,80%	
CONSTRUÇÃO	6,50%	19,50%	55,50%	18,50%	100,00%
	3,50%	4,30%	3,70%	2,30%	
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	22,30%	34,60%	37,40%	5,80%	100,00%
	50,00%	31,80%	10,40%	3,00%	
REFORMA E AMPLIAÇÃO	7,50%	20,60%	55,60%	16,30%	100,00%
	0,50%	0,60%	0,50%	0,20%	
TÉRMINO DE CONSTRUÇÃO	14,10%	27,90%	48,50%	9,60%	100,00%
	1,80%	1,50%	0,80%	0,30%	
LOTE URBANIZADO	31,80%	39,20%	26,00%	3,00%	100,00%
	6,60%	3,30%	0,70%	0,10%	
INCRA	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	6,30%	15,40%	50,80%	27,50%	100,00%

In: Zamboni (S.D.)

Em certa medida, o Carta de Crédito Associativo ocupa o lugar do Pró-Moradia, programa que objetivava atender às famílias mais pobres. Veremos (na tabela abaixo) que os valores de financiamentos do Crédito Associativo não serão muito alto, principalmente, quando comparados ao Carta de Crédito Individual.

Vale ainda um rápido comentário sobre o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Este programa objetiva a produção e recuperação de habitações em grandes centros urbanos, para atendimento a famílias com renda mensal de até 6 salários mínimos, por meio de arrendamento residencial com garantia de opção de compra futura.

Para a revitalização do centro pretendida pelos setores mais progressistas e pelas classes mais populares este programa seria bom, já que faria com que a população mais carente pudesse viver no centro da cidade. No entanto, todas as exigências de financiamento acabam por dificultar o acesso das famílias mais pobres aos recursos do PAR e, conseqüentemente, parte do recurso destinado a este programa se mantém intacta, sem utilização.

**3) Programas e ações visando à melhoria do funcionamento do mercado habitacional.** Aqui, o governo age em torno do desenvolvimento institucional e na modernização da legislação que incide sobre o setor habitacional. Sinteticamente, os principais programas são: *Programa Brasileiro de qualidade e Produtividade Habitacional (PBQP)* – busca a

diminuição dos custos da construção; *Criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) / flexibilização do Sistema de Financiamento da Habitação (SFH)* – visa garantir a existência de mecanismos de captação de poupança de longo prazo para o setor habitacional; *Propostas de alteração na legislação sobre o uso do solo e sobre questões ambientais* – objetiva-se rebaixar os custos habitacionais.

As duas tabelas abaixo demonstram qual a distribuição dos financiamentos do FGTS e do Tesouro Nacional, respectivamente, concedidos aos distintos programas mencionados anteriormente.

FGTS: Brasil – Valor dos financiamentos habitacionais concedidos por programa – 1990/2002

Ano/Gestão	COHAB*	COOPERAT**	PEP***	PAIH	CARTA DE CRÉDITO			PAR	APOIO À PRODUÇÃO	TOTAL
				PRO-MORADIA	INDIVIDUAL	ASSOCIATIVO	TOTAL			
1990	150.284	443.997	367.349	1.818.084	-	-	-	-	-	2.779.715
1991	1.030.011	1.534.081	2.717.517	2.370.632	-	-	-	-	-	7.652.241
1992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1990/92</b>	<b>1.180.295</b>	<b>1.978.078</b>	<b>3.084.866</b>	<b>4.188.716</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.431.956</b>
1993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1994	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1993/94</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1995	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1996</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>590.690</b>	<b>667.191</b>	<b>78.432</b>	<b>745.623</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.336.313</b>
1997	-	-	-	601.937	5.713.971	653.689	6.367.659	-	60.250	7.029.847
1998	-	-	-	26.393	2.609.156	950.992	3.560.148	-	10.451	3.596.993
<b>1995/98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.219.021</b>	<b>8.990.318</b>	<b>1.683.113</b>	<b>10.673.431</b>	<b>-</b>	<b>70.702</b>	<b>11.963.153</b>
1999	-	-	-	-	1.826.202	1.029.533	2.855.735	163.966	11.119	3.030.820
2000	-	-	-	71.172	2.437.293	1.166.981	3.604.273	693.242	622	4.369.309
2001	-	-	-	-	2.095.424	862.835	2.958.259	414.945	-	3.373.204
2002	-	-	-	42.591	2.248.776	484.431	2.733.207	538.845	-	3.314.643
<b>1999/200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.762</b>	<b>8.607.695</b>	<b>3.543.779</b>	<b>12.151.474</b>	<b>1.810.998</b>	<b>11.742</b>	<b>14.087.976</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.180.295</b>	<b>1.978.078</b>	<b>3.084.866</b>	<b>5.521.500</b>	<b>17.598.013</b>	<b>5.226.892</b>	<b>22.824.904</b>	<b>1.810.998</b>	<b>82.443</b>	<b>36.483.085</b>

Fonte:

FGTS: CEF – Contratações 1995-2002 por programa, por exercício

In: Zamboni (SD)

Tesouro: valor aplicado e número de famílias beneficiadas por programa – 1990/2002

(Em R\$ mil/2002)

Ano/Gestã o	Habitar Brasil / Morar Melhor		Habitar Brasil/BID		TOTAL	
	Valor	Fam. Benef.	Valor	fam. Benef.	Valor	Fam. Benef.
1990	117.334	43.580	-	-	117.334	43.580
1991	-	-	-	-	-	-
1992	-	-	-	-	-	-
<b>1990/92</b>	<b>117.334</b>	<b>43.580</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.334</b>	<b>43.580</b>
1993	13.564	12.591	-	-	13.564	12.591
1994	-	-	-	-	-	-
<b>1993/94</b>	<b>13.564</b>	<b>12.591</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.564</b>	<b>12.591</b>
1995	116.112	75.089	-	-	116.112	75.089
1996	323.801	42.757	-	-	323.801	42.757
1997	428.787	162.682	-	-	428.787	162.682
1998	283.891	122.019	-	-	283.891	122.019
<b>1995/98</b>	<b>1.152.591</b>	<b>402.547</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.152.591</b>	<b>402.547</b>
1999	135.161	57.084	-	-	135.161	57.084
2000	404.997	116.238	50.101	8.688	455.098	124.926
2001	340.993	117.502	133.652	21.594	474.645	139.096
2002	29.757	52.512	159.865	23.394	189.622	75.906
<b>1999/2002</b>	<b>910.909</b>	<b>343.336</b>	<b>343.618</b>	<b>53.676</b>	<b>1.254.527</b>	<b>397.012</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.194.399</b>	<b>802.054</b>	<b>343.618</b>	<b>53.676</b>	<b>2.538.016</b>	<b>855.730</b>

In: Zamboni (SD)

### *Financiamento Habitacional*

O financiamento público federal vigente para o setor habitacional foi estruturado em meados dos anos sessenta, com a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Apesar de todas as transformações ocorridas neste sistema, tanto nas gestões quanto nos aspectos operacionais dos instrumentos de financiamento, suas estrutura e sustentação permanecem. Ou seja, as fontes de financiamento continuam sendo as mesmas, a saber, Tesouro Nacional, captação de poupanças voluntárias (cadernetas de poupança) e o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) (Zamboni, SD).

Nesse tripé, cabe ao Tesouro Nacional (ou OGU), ainda que de forma intermitente, financiar os programas habitacionais voltados para as famílias de baixa renda, com cerca de até 3 salários mínimos. O FGTS financia programas para a população de baixa e média renda (famílias que possuam renda por volta de 3 a 12 salários mínimos). E, por fim, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ficou com o financiamento das famílias de renda média e alta.

A partir da tabela abaixo, que nos demonstra o valor do financiamento federal por fonte, podemos perceber que o Tesou Nacional é quem contribui menos com o setor

habitacional, corresponde apenas 3% do total. Como consequência disso, a população de mais baixa renda é quem será menos beneficiada com as políticas habitacionais, posto que é através do dinheiro do Tesouro que tais famílias conseguem seus financiamentos. Será, então, o FGTS, a fonte que mais financia as políticas de habitação no Brasil e, em seguida, vem o SBPE.

Número de famílias beneficiadas e valor do *financiamento federal* por fonte:  
Brasil – 1990/2002

(R\$ mil/2002)

Ano/Gestão	FGTS		Tesouro		SBPE		TOTAL	
	Unidade	Valor	Unidade	Valor	Unidade	Valor	Unidade	Valor
1990/92	518.434	10.431.956	43.580	117.334	141.452	10.058.589	703.466	20.607.879
1993/94	-	-	12.591	13.564	115.091	7.433.228	127.682	7.446.792
1995/98	703.546	11.963.153	402.547	1.255.053	151.749	11.201.923	1.257.842	24.420.128
1999/2002	1.022.358	14.087.976	397.012	978.366	121.317	6.961.576	1.540.687	22.027.917
TOTAL	2.244.338	36.483.085	855.730	2.364.317	529.609	35.655.315	3.629.677	74.502.717
%	62%	49%	24%	3%	15%	48%	100%	100%

Fontes:

FGTS: CEF – Contratações 1995-2002 por programa, por exercício.

OGU: Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano /PR – Ministério das Cidades – Informações gerenciais – sobre valores contratados e sobre desembolsos, com base em dado do SIAFI/SIDOR.

SBPE: Tabela elaborada pela ABECIP com base em dados do Banco Central.

In: Zamboni (SD)

Hoje, pode-se contar ainda com investimentos que advém de instituições internacionais, principalmente Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos empréstimos são em dólar e as taxas de juros superiores às do FGTS, daí os recursos se destinarem às faixas de renda de mais de 10 salários mínimos.

Ainda no que se refere aos recursos:

*(...) amparada em decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, a CEF passou a estabelecer critérios rígidos de acesso ao crédito, a partir da capacidade de endividamento de estados e municípios, medida que tinha o objetivo de contribuir para o ajuste fiscal dos três níveis governamentais e, por outro lado, visava ampliar a “saúde” financeira do FGTS, que, após o primeiro ciclo expansivo de 30 anos, começava a apresentar um desequilíbrio entre saques e contribuições (CARDOSO, A. SD: 5).*

Pesa ainda sobre os recursos do FGTS uma restrição contábil, definida nos termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impede seu uso para fins de

financiamento do setor público, já que os empréstimos são computados como aumento do déficit público. Isso faz com que muito das verbas que se destinam para a habitação não sejam gastas.

Em relação aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) investidos em habitação, temos que eles passam pelo crivo das negociações políticas, pois parte deles se destina a atender emendas orçamentárias de parlamentares. Logo, a alocação de recursos do OGU não obedece às diretrizes de políticas expressas em programas de governo.

Assim, a situação descrita a seguir se torna muito comum. Um município que não tem capacidade de pagamento ou endividamento, de acordo com os critérios da Caixa Econômica Federal, não pode tomar financiamentos para os programas sociais. O que resta a esse município é buscar recursos do OGU e isso se dá através de emendas parlamentares, politicagem e clientelismo.

Isso explica também o porquê de que, teoricamente, não faltam recursos, mas sobram. Os números mostram que não se consegue gastar o que está consignado no orçamento do FGTS. Como pudemos verificar isso acontece porque muitos municípios e estados não atendem todas as exigências da Caixa Econômica Federal.

A tabela abaixo demonstra uma relação assimétrica entre o valor e as unidades financiadas de acordo com as diferentes faixas de rendas. Percebemos que os valores dos financiamentos são bem maiores nas faixas de mais de cinco salários mínimos, enquanto isso, o número de unidades financiadas é bem menor. A situação se inverte, quando os financiamentos se referem à população de mais baixa renda: investe-se pouco, mas se tem um número grande de unidades financiadas. Uma das possíveis razões para isso é a inadequação e, muitas vezes, a má qualidade das casas que são construídas para as famílias mais pobres.

Famílias atendidas e valor do *financiamento federal* por  
faixa de renda dos beneficiários: Brasil – 1990/2002

Ano/Gestão	Unidades financiadas				
	0-3 Salários mínimos	3-5 Salários mínimos	5-10 Salários mínimos	mais de 10 Salários mínimos	TOTAL
1990/92	204.187	191.708	31.102	276.470	703.466
1993/94	12.591	-	-	115.091	127.682
1995/98	727.371	87.956	186.883	255.632	1.257.842
1999/2002	647.888	214.884	422.491	255.424	1.540.687
TOTAL	1.592.037	494.548	640.476	902.617	3.629.677

Valores em R\$

Ano/Gestão	0-3 Salários mínimos	3-5 Salários mínimos	5-10 Salários mínimos	mais de 10 Salários mínimos	TOTAL
1990/92	2.211.692	2.684.506	590.147	15.121.533	20.607.879
1993/94	13.564	-	-	7.433.228	7.446.792
1995/98	2.977.412	1.319.483	4.805.312	15.317.921	24.420.128
1999/2002	1.717.361	1.835.979	7.668.584	10.805.993	22.027.917
TOTAL	6.920.030	5.839.968	13.064.043	48.678.676	74.502.717

Fontes:

FGTS: CEF – Contratações 1995-2002 por programa, por exercício.

OGU: Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano /PR – Ministério das Cidades – Informações gerenciais – sobre valores contratados e sobre desembolsos, com base em dado do SIAFI/SIDOR.

SBPE: Tabela elaborada pela ABECIP com base em dados do Banco Central.

In: Zamboni (SD)

Outra informação importante que nos é dada pela tabela é a grande exclusão das famílias de renda inferior a cinco salários mínimos nos gastos federais habitacionais. Sendo que o déficit habitacional está concentrado justamente nessas famílias. Onde se precisa mais, se gasta menos.

A distribuição dos financiamentos do FGTS e do Tesouro é desigual entre as diferentes regiões do país:

*No FGTS, o programa Carta de Crédito, responsável por 75% dos recursos aplicados em habitação, concentra os financiamentos em aglomerações urbanas que constituem o locus do mercado imobiliário mais dinâmico. Já o processo de distribuição dos recursos do Tesouro para programas habitacionais, associado principalmente à sustentação política do governo, propicia a dispersão dos recursos entre municípios especialmente entre os de pequeno porte das regiões mais pobres (ZAMBONI, SD).*

Como observamos na tabela abaixo, a maior parcela dos recursos do Tesouro foi destinada para a região nordeste, enquanto a maior parcela do FGTS se encontra na região sudeste. Isso acontece porque o sudeste é uma região mais rica e as possibilidades de financiamentos do FGTS são maiores, já no nordeste a situação é diferente, é uma região mais pobre e também possui um grande eleitorado para sustentação do governo, o que viabiliza a politicagem com a destinação de recursos da OGU para a construção de moradias.

Valor dos contratos firmados relativos aos programas habitacionais financiados pelo  
Tesouro e pelo FGTS nas regiões brasileiras: 1990/2002

(Em R\$ mil/2002)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
<b>1990/1992</b>	<b>600.788</b>	<b>2.481.782</b>	<b>4.979.026</b>	<b>1.714.449</b>	<b>773.245</b>	<b>10.549.290</b>
FGTS	595.114	2.430.832	4.941.424	1.704.268	760.318	10.431.956
Tesouro	5.674	50.949	37.602	10.181	12.927	117.334
<b>1993/1994</b>	<b>2.630</b>	<b>6.710</b>	<b>4.224</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.564</b>
FGTS	-	-	-	-	-	-
Tesouro	2.630	6.710	4.224	-	-	13.564
<b>1995/1998</b>	<b>455.513</b>	<b>2.330.274</b>	<b>7.030.694</b>	<b>2.267.920</b>	<b>1.031.344</b>	<b>13.115.744</b>
FGTS	277.477	1.828.319	6.755.129	2.171.021	931.207	11.963.153
Tesouro	178.036	501.955	275.565	96.899	100.138	1.152.591
<b>1999/2002</b>	<b>404.340</b>	<b>2.525.132</b>	<b>9.353.902</b>	<b>2.131.073</b>	<b>928.055</b>	<b>15.342.503</b>
FGTS	224.244	2.081.320	9.065.389	1.989.420	727.603	14.087.976
Tesouro	180.096	443.812	288.513	141.653	200.452	1.254.527
<b>TOTAL</b>	<b>1.463.271</b>	<b>7.343.897</b>	<b>21.367.846</b>	<b>6.113.442</b>	<b>2.732.645</b>	<b>39.021.101</b>
FGTS	1.096.835	6.340.471	20.761.942	5.864.709	2.419.128	36.483.085
Tesouro	366.436	1.003.426	605.904	248.733	313.517	2.538.016

Fonte:

FGTS: CEF – Contratações 1995-2002 por programa, por exercício.

OGU: Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano /PR – Ministério das Cidades – Informações gerenciais – sobre valores contratados e sobre desembolsos, com base em dado do SIAFI/SIDOR.

In: Zamboni (SD)

Percebe-se então que as fontes de financiamento básicas não foram alteradas desde a década de sessenta. Assim como não ocorreram mudanças nos beneficiários dos programas habitacionais: as vantagens para as classes médias e altas permanecem. Permanece também a exclusão das famílias com rendas mensais inferiores a três salários mínimos na participação das políticas habitacionais existentes. Como consequência disso tudo há um aumento nos números dos déficits habitacionais, tanto quantitativos quanto qualitativos.

De acordo com Bonduki (2008), o déficit habitacional brasileiro teve um crescimento de 19,9% entre os anos de 1999 e 2000. No entanto, foram as famílias de baixa renda que mais tiveram o seu déficit habitacional aumentado: nas faixas de renda inferior a 2 salários mínimos houve um crescimento de 40,9% do déficit. Enquanto isso, houve uma redução de 26,5% no déficit habitacional das famílias que se encontram nas faixas de renda de mais de 5 salários mínimos. Bonduki (2008: 84) alerta:

*Seria um exagero afirmar que a significativa redução do déficit na faixa superior a 5 SM, no período de 1991/2000, fosse apenas um impacto da ação governamental, uma vez que o desemprego e a queda da renda da população brasileira na década de 90 contribuíram para deslocar o déficit para as faixas de renda mais baixa. Entretanto, a ação*



*habitacional do governo FHC, com certeza, contribuiu para este fenômeno, uma vez que os financiamentos para a obtenção da casa própria se concentraram nas faixas de renda acima de 5 SM, como, por exemplo, no Programa Carta de Crédito Individual, que, entre 1995 e 2002, destinou 78% dos recursos para famílias situadas nesta faixa.*

Além do déficit quantitativo, o déficit qualitativo (referência às moradias que apresentam deficiências e carências no acesso à infra-estrutura e/ou adensamento excessivo) também deve ser considerado já que existe um elevado número de unidades habitacionais com algum tipo de carência. Ainda no quadro caótico do problema habitacional brasileiro dos anos 90 deve se mencionar o alto número de prédios vazios e abandonados nos centros das grandes cidades que implica no “despovoamento de áreas bem servidas de equipamentos e empregos, enquanto a população vai se abrigar em regiões desprovidas e distantes, multiplicando as necessidades de investimentos públicos” (Bonduki, 2008: 86). Um elemento que vem completar a situação de gravidade da habitação no Brasil é o que se refere aos altos valores das terras urbanas, levando grande parte da população a viver em terrenos ilegais resultando assim em um “intenso processo de formação de favelas e loteamentos irregulares no país” (Bonduki, 2008: 88).

Ora, o que é este cenário se não uma conjunção de fatores estruturais e conjunturais que não só garantem a existência de uma população pobre e com grandes carências habitacionais, como ainda garante a reprodução dessa situação, intensificando o problema e contribuindo para que milhares de famílias se organizem em torno dos movimentos dos sem-teto pra lutar por melhores condições de vida, por moradias mais dignas?

- **“Era Lula” (2003-2009)**

É diante deste cenário que o presidente Lula assume o seu governo federal fazendo muitas promessas e promovendo grande expectativa em relação às transformações que viriam.

Como já frisamos anteriormente, são difíceis análises sobre o governo Lula não só por ser recente, mas por ainda estar em vigência. Não há ainda bibliografia significativa sobre o assunto, com dados a respeito dos diferentes tipos de investimentos e os

programas habitacionais e metas cumpridas até o ano de 2009, no entanto, podemos apresentar alguns fatos e analisá-los de maneira breve.

Um primeiro ponto que deve ser destacado é a criação do Ministério das Cidades logo no início do governo. Tal criação, envolvendo as áreas da habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial, foi de grande importância, pois passou a dar um tratamento integrado da questão urbana. Mas

*Apesar do avanço que se representou a criação do ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja sua responsabilidade (Bonduki, 2008: 97)*

Outra importante medida tomada pelo governo Lula foi a construção da instância de participação e controle social da política urbana: o Conselho Nacional das Cidades e a realização das Conferências Nacional da Cidade. Estas conferências (realizadas no ano de 2003, 2005, 2007) possibilitaram a discussão e elaboração de política nacional para as cidades, política esta que envolve de maneira integrada o governo e o conjunto de instituições públicas e privadas relacionadas com a questão urbana. Porém, Bonduki (2008: 97) alerta:

*(...) a troca em 2005 do ministro Olívio Dutra, indicado pelo PT, e sua substituição por um ministro apoiado por um partido conservador da base governista, sem histórico com a luta para reforma urbana e com o programa original do governo Lula, significou um retrocesso, sobretudo na capacidade de o ministério articular uma política urbana coesa e integrada.*

Deve ser destacada ainda a criação do Fundo Nacional de Moradia, que tramitou por 13 anos no Congresso e passou por reformulações até que foi aprovado como Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Esta aprovação resultou no seguinte:

*(...) a existência do fundo pressupõe, embora não garanta, a alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio, o que contrariava a política de criação de superávit primário. Na lei aprovada, foi eliminada a possibilidade de o FNH agregar no seu interior um mix de recursos onerosos (FGTS) e não-onerosos (fiscais), como propunha o Projeto Moradia. O FNHIS tornou-se assim um fundo de investimento contando basicamente com recursos orçamentários (Bonduki, 2008: 98).*

Diante desses fatos poderíamos dizer que, de maneira geral, o primeiro governo Lula estaria muito mais envolvido com a construção da instância de participação e controle social da política urbana, e pouco fez no âmbito do financiamento. As políticas macroeconômicas adotadas pelo governo Lula no primeiro mandato (muitas das quais duram até hoje) limitaram o alcance de transformações sociais as quais os movimentos sociais esperavam.

Assim, podemos perceber que a todo tempo a política macroeconômica do governo, a qual como frisamos anteriormente é fortemente embasada pela ideologia neoliberal, barra o desenvolvimento e o progresso das políticas sociais, no caso analisado, das políticas habitacionais.

As promessas para o segundo governo eram de que Lula alteraria eixos amplamente questionados durante o primeiro mandato<sup>142</sup>. Em relação à questão habitacional, é durante o segundo governo que se tem a mais importante e divulgada política habitacional da “Era Lula”, estamos falando aqui do *Programa Minha casa, Minha vida*.

Mas será que esta política altera de fato as estratégias de financiamento e a população alvo atendida até o momento pelas políticas habitacionais tradicionais?

Frente à crise mundial, agravada em setembro de 2008, têm-se uma grande intervenção estatal - os Estados passam a intervir diretamente no mercado financeiro e com medidas compensatórias destinadas a expandir o crédito e aumentar o financiamento ao consumo; auxiliam aos bancos privados; ampliam a massa salarial (aumento real do salário mínimo e do prazo do salário-desemprego) e melhoram as expectativas

---

<sup>142</sup> Bonduki (2008) apresenta uma visão otimista sobre a melhoria no cenário macroeconômico e a ampliação do financiamento e subsídio habitacional durante o segundo governo Lula. Optamos, no entanto, por esperar que o segundo governo se encerre para que então possamos nos posicionar de maneira mais consistente.

empresariais com medidas fiscais e tributárias. Neste contexto é que foi criado, em março de 2009, o Programa *Minha casa, minha vida. 1 milhão de casas. Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros*<sup>143</sup>.

De acordo com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Russef, depois do extinto BNH, nunca mais houve, no Brasil, um plano habitacional nacional. No entanto, é a partir das lições do próprio BNH que o pacote habitacional, lançado pelo governo Lula, deveria ter se espelhado para não cometer os erros do passado, isso logicamente se o governo quisesse implantar uma política habitacional de fato. Aqui está um ponto que merece ser melhor discutido<sup>144</sup>.

É preciso ter claro que há uma grande diferença entre uma política habitacional de fato, que leve em conta o bem estar da população, as necessidades reais das pessoas que se encontram sem moradia, e uma política que busca aquecer o mercado da construção civil. Uma política habitacional tem que ser pensada juntamente com um processo de urbanização, a questão fundiária (tão importante no caso brasileiro) e as especificidades regionais. Diferentemente disso é uma política que busca aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego e aí como consequência ter-se-ia a construção de casas que ajudaria a combater o enorme déficit habitacional brasileiro. Ou seja, de um lado, está uma política que busca resultados qualitativos (o bem estar dos trabalhadores brasileiros), de outro, uma política que busca resultados quantitativos. Certamente são políticas distintas.

Ao se observar os objetivos do pacote habitacional parece que se tenta um híbrido dos dois tipos de políticas mencionadas. Mas isto é possível?

Os principais objetivos do pacote são: implementação do Plano Nacional de Habitação, construindo um milhão de moradias, aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e gerar emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil. Objetiva-se gastar 34 milhões, dinheiro vindo da OGU e FGTS.

---

<sup>143</sup> Na campanha eleitoral de Lula, no ano de 2002, o candidato a presidência tinha em seu plano de governo a construção de 1 milhão de moradias. Em 2003, José de Alencar, vice-presidente do Brasil, frente a grande onda de ocupações realizadas pelos movimentos dos sem-teto, defende o início imediato da construção de 1 milhão de casas populares para abrigar os sem-teto. (“Volkswagem recorre para recuperar terreno”. In: 30 de julho de 2003. Folha de S. Paulo – Cotidiano).

<sup>144</sup> Uma importante crítica do pacote habitacional é feita por Rolnik e Kazuo, em “As armadilhas do pacote habitacional”. Disponível em: [www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68).

Sabe-se que a maior parte do déficit habitacional brasileiro está concentrado na população que recebe de 0 a 3 salários mínimos e que, como a bibliografia tem demonstrado, esta população não consegue comprar suas casas sem a ajuda do governo, pois hoje a prestação da casa própria é incompatível com a renda dessas famílias.

O pacote habitacional se propõe justamente a dar este auxílio às famílias mais pobres. Representantes do governo argumentam que irão respeitar as faixas e regiões em que se concentram os déficits, ou seja, a distribuição dos recursos se dará de acordo com o déficit. Vejamos isso melhor.

A parcela populacional que recebe de 0 a 3 salários mínimos representa 90,9% do déficit habitacional total; as famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos representam 6,7% e, por fim, a população que recebe de 6 a 10 salários mínimos representa 2,4% do déficit total. No que se refere ao déficit por região temos: sudeste com 36,4%, nordeste com 34,3%, sul com 12%, norte com 10,3% e centro-oeste com 7% do total.

Busca-se com o programa reduzir 14% do déficit habitacional do Brasil, construindo assim um total de 1 milhão de moradias. Se o pacote fosse respeitar, de fato, o déficit habitacional das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a quantidade de moradias a serem construídas para esta faixa deveria ser de 900 mil, no entanto, os dados apresentados foram outros: para as famílias de 0 a 3 salários mínimos serão construídas 400 mil moradias, para as famílias de 3 a 4 salários mínimos 200 mil moradia, de 4 a 5 salários mínimos 100 mil, de 5 a 6 salários mínimos 100 mil, e de 6 a 10 salários mínimos 200 mil moradias. Vê-se logo de saída que as políticas não estão tão direcionadas assim para a classe popular, para a parcela que mais precisa do investimento<sup>145</sup>.

No que se refere à distribuição por região, a proposta de distribuição inicial parece de fato estar colada às necessidades, no entanto, o governo federal ressalta: “distribuição preliminar sujeita a alterações em função da contribuição de Estados e municípios”. Lembrando aqui das diferentes forças políticas, coligações e interesses, podemos imaginar quantas modificações acontecerão no decorrer do tempo.

---

<sup>145</sup> As lideranças da União dos Movimentos de Moradia que participaram das reuniões e discussões pré-apresentação do Plano, dizem ter alertado o governo para o problema de se incluir neste programa famílias que recebem até 10 salários mínimos, famílias que acabariam por ser mais beneficiadas, deixando mais uma vez as famílias mais pobres com a menor fatia do bolo. No entanto, parece que tais lideranças não foram ouvidas, ou se foram, não foram atendidas.

Diante deste quadro, parece-nos que não existem mudanças substanciais entre o *Programa Minha casa, minha vida* e o que já se vinha propondo nas políticas habitacionais tradicionais.

Ao verificar a dimensão do problema habitacional brasileiro e a concentração do déficit habitacional na parcela da população que possui mais baixa renda (até três salários mínimos por família) fica fácil entender onde as políticas habitacionais deveriam atuar para se ter a redução do problema. No entanto, o “como atuar” permanece em aberto. Ou melhor, até existe uma resposta, a saber, caráter progressivo das fontes de financiamentos, ou seja, financiamento a fundo perdido. Mas para que isso fosse possível seria necessário que o contexto macroeconômico corroborasse. Porém, como percebemos, no capitalismo e ainda mais no capitalismo neoliberal isso dificilmente acontecerá. Cabe então concordarmos com Fagnani (2006: 12):

*Essas tentativas de reorganizar a política federal da habitação e priorizar a moradia popular foram novamente minadas pela estratégia macroeconômica. Mais uma vez, repetiu-se o cansativo e inócuo esforço de planejamento e a sucessão de discursos vazios em defesa da moradia popular.*

*O ajuste fiscal e as metas de superávits primários reduziram os raios de manobra da política federal de habitação popular. O gasto social federal em habitação popular foi irrisório ante o quadro crônico de necessidades, agravado no período. Mais especificamente: a utilização de recursos fiscais do Orçamento Geral da União (OGU) para os programas voltados para a população de baixa renda foi absolutamente residual.*

Durante todo o período analisado, existiram programas e tentativas para que as famílias com rendas inferiores a três salários mínimos fossem beneficiadas com financiamentos das políticas habitacionais existente. No entanto, não se conseguiu grande êxito com isso. Mudam-se as grifes, os nomes das políticas, mas a essência permanece e, portanto, o problema também. De acordo com Cherkezian e Bolaffi (1998), somente as grifes são verdadeiras inovações.

Se há algum avanço em toda a política habitacional durante esses quase 50 anos (referência desde a época do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), criados em 1964), ele está na administração dos programas, na gestão. Hoje se tem uma maior transparência e fiscalização para que os recursos liberados

para os municípios, por exemplo, sejam aplicados adequadamente nos programas selecionados. A busca da focalização também é algo comemorado, mas é necessário ter claro que os financiamentos para os setores populacionais mais carentes permanece infinitamente menor do que para as classes médias e altas.

Até hoje inexistiu uma política pública em longo prazo no setor habitacional integrada a uma política de desenvolvimento urbano. Por exemplo, os conjuntos habitacionais construídos na periferia da cidade, não são acompanhados dos ditos equipamentos sociais coletivos, tais como escolas, hospitais, meios de transporte público adequados e eficientes, centros culturais, espaço para lazer, etc.

Todos esses elementos fazem da questão habitacional brasileira um grande problema social. Problema este que parece ser intensificado quando se impõe uma agenda de políticas neoliberais que parecem ter agravado a situação socioeconômica dos trabalhadores.

#### **6.4 Ações e táticas dos governos que reproduzem a situação dos sem-teto**

Mattos (2009) destaca três níveis de estratégias empregados pelo Estado e classes dominante para conter o potencial explosivo da classe trabalhadora dada sua condição de elevada exploração. A primeira estratégia a ser destacada é violência institucional. Muitas mortes são de responsabilidades de agentes de Estado que deveriam ser encarregados da segurança pública. Mattos demonstra a fragilidade dos dados, ou seja, há uma grande diferença entre as “mortes que a polícia declara terem se dado “em confronto”, mas que na maior parte das vezes em que o laudo é divulgado foram resultantes de disparos a curta distância, muitas vezes na nuca”.

Uma segunda estratégia destacada pelo autor é a contenção pela assistência. Diante dos efeitos sociais desastrosos das políticas neoliberais implementadas nos últimos anos, surge a necessidade de políticas sociais mais incisivas, embora focalizadas. Ao invés de

garantias de direitos universais a todos os cidadãos, têm-se políticas assistencialistas para a população mais pobre, seguindo critérios de miserabilidade bastante rebaixados<sup>146</sup>.

Por fim, a terceira estratégia estaria mais ligada à ideologia. Ao investir e incentivar propostas de empreendedorismo, inserção social e de responsabilidade social quer se passar a idéia de que “a saída para os problemas dos trabalhadores está no seu esforço individual para adequar sua ética ao modelo empresarial da competitividade e produtividade” (Mattos, 2009). Na mídia aparece reiteradamente a idéia de que é possível sair de baixo e alcançar o sucesso por seu esforço próprio.

Ainda dentro da temática das ações do Estado em relação direta com a questão habitacional, gostaríamos de destacar quais são as principais táticas dos governos brasileiros para lidar com a população que sofre com a falta de habitação e, mais precisamente, com os movimentos dos sem-teto<sup>147</sup>.

É muito comum entre os governos a tática do empurra-empurra. Quando o governo municipal é pressionado pela falta de iniciativas no setor habitacional, por exemplo, ele se desculpa dizendo que o dinheiro deveria vir da esfera federal e devido à falta de verbas não pode realizar nenhum programa habitacional. Em outros casos, parlamentares de oposição argumentam a falta de investimento por parte do próprio governo estadual<sup>148</sup>. O empurra-empurra é utilizado em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Cada esfera joga o problema para a outra e ninguém busca soluções efetivas para o problema habitacional. Isso só vai fazendo com que o tempo passe e a situação dos sem-teto piore.

No que se refere à Grande São Paulo, o empurra-empurra não acontece unicamente entre as esferas, mas aparece também entre os governos municipais – temos um empurra-empurra inter-municipal. Um exemplo claro do empurra-empurra inter-municipal pôde ser

---

<sup>146</sup> Essa segunda estratégia pode indicar que a visão mais social do governo Lula em relação ao governo FHC não se deve tanto a uma transição e abandono da hegemonia neoliberal, mas sim o seu aperfeiçoamento, corrigindo desastres causados por ela, mas com a intenção de mantê-la.

<sup>147</sup> Esta temática sobre as táticas e ações do governo em relação a contenção das lutas dos sem-teto e sua reprodução tem sido trabalhada por nós desde o texto de monografia de conclusão de curso (2006).

<sup>148</sup> “Em 2007, houve um corte de R\$ 305 milhões. Em 2008, de R\$288 milhões. Desse modo, somente nos dois anos da gestão Serra deixou-se de aplicar mais de R\$594 milhões, o que daria para construir aproximadamente 15 mil casas”. Esta afirmação é do deputado do PT, Simão Pedro, deputado que atua junto aos movimentos dos sem-teto do centro. (“Pragmático, “MST Tucano” compra lote e cita mercado”. *Folha de S. Paulo – Brasil*. 15 de fevereiro de 2009).



visto em um conflito ocorrido entre os municípios de Osasco e Guarulhos. Após a ocupação de um terreno particular em Osasco, os sem-teto realizaram um acordo com o governo do Estado e os proprietários do terreno e, foram levados para um outro terreno, o qual pertencia ao município de Guarulhos, e não mais a Osasco. Tal terreno não possuía água, luz e ainda estava com suspeitas de estar contaminado com resquícios de fundição que são prejudiciais a saúde. A transferência foi feita sem o conhecimento do governo municipal de Guarulhos. O prefeito de Guarulhos afirmava que a cidade não possuía infra-estrutura suficiente para recolher todos os sem-teto. O governo do Estado arrumou alguns milhares de litros de água e alguns metros de lona como se isso fosse o suficiente para se resolver a situação daquelas pessoas. Dessa maneira, os sem-teto foram “jogados” de um lado, para o outro, um empurra daqui, outro de lá, e o problema não foi solucionado.

Ainda temos um terceiro tipo de empurra-empurra o intramunicipal:

*A despreocupação da Prefeitura com o problema [ocupação ilegal de terrenos] permite que esse processo acabe por degradar ainda mais a paisagem urbana de São Paulo. A Secretaria da Habitação nada pode fazer, porque sua função é limitada pelos contornos dos prédios do Cingapura. A Secretaria das Administrações Regionais (SAR) também não pode agir porque seria necessário remover essas pessoas e isso, no entender dos responsáveis pelas administrações regionais, é tarefa da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes). O fato de ter vacilado na fiscalização – tarefa integralmente sua – não é sequer mencionado pelos funcionários da SAR. A Fabes, por sua vez, fecha o círculo, atribuindo a responsabilidade à Secretaria da Habitação, por se tratar de obstrução de vias por barracos. (“A crise habitacional”. Estado de S. Paulo. Brasil. São Paulo, Março de 1998).*

Outra tática dos governos para enfrentarem os momentos em que os sem-teto os pressionam são as centenas de promessas. Sem falar das promessas em épocas de campanha que são inúmeras. Políticos prometem investir mais no setor habitacional, construir mais casas por mutirões e aperfeiçoar os programas habitacionais existentes. Porém, pouco é feito.

As promessas também existem no que se fere aos acordos feitos com os sem-teto quando estes ocupam um edifício. O que ocorre nessas situações é que o governo propõe

aos sem-teto desocuparem o local e irem para um abrigo provisório. No entanto, os abrigos provisórios se tornam eternos, ou ainda, o prazo de permanência para tais abrigos se esgota e os sem-teto se encontram na rua novamente. Dessa maneira, os governantes dão muitas expectativas e esperanças para os sem-teto, porém pouco realizam, poucas dessas promessas são efetivadas.

Muitos movimentos, já desgastados pelas consequências das ocupações (pouca infra-estrutura nos prédios ocupados, repressão policial e falta de apoio político), se vêem sem saída e acabam aceitando a proposta do governo de abrigos provisórios. Lugares extremamente precários se convertem em abrigos de muitos sem-teto. Há um caso em que os sem-teto tiveram que abrir uma trilha (tirar o mato ao redor do edifício) para poder chegar ao prédio. Os outros locais escolhidos para se tornarem abrigos temporários são hospitais abandonados, escolas desativadas, ginásios de esporte e até mesmo unidades da Febem (estas por sua vez se encontram ativas e, portanto, os sem-teto compartilham o mesmo espaço dos menores infratores). Se todos esses lugares já são muito ruins para viver, mesmo que temporariamente, a situação piora ainda mais quando estes alojamentos, que deveriam ser temporários, acabam por abrigar os sem-teto por muitos meses e até anos.

Se as vagas em albergues não são suficientes nem para as pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, obviamente, que elas também não dariam conta de atender as duas populações, população em situação de rua e sem-teto, simultaneamente. E mais, o albergue não é a solução para o fim do problema habitacional, é apenas uma medida paliativa e temporária. Além disso, muitos sem-teto possuem críticas ferrenhas aos albergues. Recusam-se a viver nesses lugares, justificando que não há privacidade para uma família. Os sem-teto afirmam ainda que existem regras muito rígidas: horário para entrar, sair e comer. E mais, não há lugar, por exemplo, para um catador de papelão deixar sua carroça<sup>149</sup>.

Mais um exemplo de medidas paliativas do governo é a indução de emigração. Tal medida consiste no financiamento por parte do governo para que os sem-teto migrantes retornem para seus estados de origem. A situação é complexa porque se um sem-teto saiu

---

<sup>149</sup> “Nenhuma de nossas famílias vai aceitar ir pro Cetren. Lá não é lugar para alojar famílias, é para quem não tem perspectiva”, afirmou Gegê um dos coordenadores da ULC. “Governo não aceita permanência em escola” In: *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. São Paulo, 8 de agosto de 1997.

de sua terra natal justamente por não encontrar condições satisfatórias para poder viver lá, como poderia voltar para seu estado sem ter nenhuma garantia de emprego ou moradia?

Durante o governo de Paulo Maluf aconteceu o desalojamento de muitas pessoas que viviam em barracos perto de onde se deram as obras de canalização e construção de vias marginais. E a solução apresentada pelo prefeito para as pessoas que ficavam desabrigadas era simplesmente a de oferecer um caminhão para levar os objetos da família para casa de parentes ou amigos, ou ainda, a indução de emigração. O mesmo se repete na gestão do prefeito Kassab, muitas favelas têm sido destruídas devido aos projetos referentes à Operação Urbana<sup>150</sup> e para os favelados a “política habitacional proposta” têm sido o “cheque despejo” – já comentado neste trabalho.

Por fim, há os governos que se utilizam da ação repressiva para “se livrarem” dos sem-teto. Muitos governos ainda possuem aquela visão conservadora de que “questão social é caso de polícia”. Sendo assim, não é raro o conflito entre Policiais Militares (PMs) e sem-teto.

Geraldo Alckmin foi um governador que repreendeu muito as ações dos sem-teto. E mais, o governador cobrava constantemente mais firmeza por parte do governo federal, firmeza esta que ele afirma existir no estado de São Paulo em relação ao cumprimento das reintegrações de posse. Para o governador, os movimentos estavam crescendo muito rapidamente e sem repressão à altura. Alckmin justificava isso da seguinte maneira:

*Não pode prevalecer a sensação no país de que é passando por cima das leis que se resolvem as coisas. (...) Se você não cumpre determinação judicial, uma reintegração de posse, está indiretamente estimulando esse tipo de conduta, de não respeitar a lei, rompendo a ordem democrática. Em São Paulo, reintegração de posse é cumprida. (“Alckmin diz que políticos estão por trás de invasões”. 28 de julho de 2003. Folha de S. Paulo – Cotidiano).*

As medidas repressivas por parte dos policiais ocorrem, geralmente, durante o processo de reintegração de posse. Tais medidas correspondem à violência verbal,

---

<sup>150</sup> Operação Urbana é um instrumento que “estabelece intervenções desenvolvidas pelo setor público e iniciativa privada que prevê melhoria de padrões urbanísticos, incentivo à ocupação de áreas com potencial de desenvolvimento urbano, atendimento habitacional de baixa renda e a implantação de novas vias, parques, obras de drenagem”. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/docentes/depproeto/e\\_nobre/operacoes\\_urbanas\\_consorticiadas.pdf](http://www.usp.br/fau/docentes/depproeto/e_nobre/operacoes_urbanas_consorticiadas.pdf).

destruição dos barracos e dos objetos pessoais dos sem-teto, além de prisão e agressão física. Há ainda os casos mais drásticos em que ocorrem mortes.

Em 1997, ocorreu um episódio trágico em que três sem-teto foram mortos durante confronto com a polícia em uma ação de reintegração de posse. Após alguns meses, foi comprovado que as balas que mataram os sem-teto foram disparadas de armas de policiais, inclusive, foram identificados quais policiais teriam realizado o disparo. Porém, estes foram julgados dois anos depois e não foram condenados.

\*\*\*

Neste capítulo mostramos que a existência de sem-teto, principalmente no que se refere às suas condições objetivas, se deve a fatores subjetivos relacionados às escolhas dos sujeitos, no entanto, o peso maior estaria relacionado aos fatores estruturais e conjunturais. Dentre esses fatores objetivos, destacamos a miséria dos trabalhadores inerentes ao sistema capitalista, o caráter elitista das políticas habitacionais brasileiras desde a fundação do BNH, o capitalismo neoliberal e sua luta pela redução dos direitos sociais, o aumento do desemprego e o crescimento do déficit habitacional ao longo dos últimos anos. Estariam aqui, portanto, as raízes do problema.



## Considerações finais

São poucas as publicações em periódicos científicos e livros publicados sobre os movimentos dos sem-teto brasileiros. No que se refere às dissertações e teses, temos a existência de mais trabalhos, mas que também são bem recentes. Isso nos levou a concluir que a descrição dos movimentos dos sem-teto, na realidade uma espécie de etnografia dos movimentos, seria necessária não só para a familiarização do leitor com o assunto, mas seria de extrema importância para a própria pesquisadora a fim de sabermos e sistematizarmos sobre o que falamos. Como já frisara Castells (1975: 392):

*(...) é preciso antes de mais nada, saber a respeito do que falamos, quer dizer, aprender a reconhecer os “movimentos sociais urbanos”, colocar um pouco de vida, isto é, de história concreta (...).*

Sendo assim, o trabalho de campo foi essencial e as ditas fontes primárias, ou seja, o material produzido pelos próprios movimentos também se mostraram como fontes riquíssimas de informações.

Um outro material que se tornou muito útil ao longo da pesquisa foi a análise da grande imprensa. A realização da leitura dessa, após termos feito parte do nosso campo, possibilitou-nos uma leitura crítica e proveitosa, onde pudemos confrontar informações, confirmar fatos e acontecimentos, identificar falas de lideranças, etc.

Todo o texto esteve focado na descrição e comparação dos três movimentos dos sem-teto, a saber, Movimento de Moradia do Centro, Movimento Sem-Teto do Centro e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Tentamos, sempre que possível, mostrar e analisar as diferenças e semelhanças *entre* e *intra* (no interior) os movimentos.

A escolha dos três movimentos dos sem-teto foi importante para demonstrar que o problema habitacional está difundido por toda a cidade. A cidade não é entendida aqui como cenário isento onde se dão os problemas e suas intensificações. Entendemos que a cidade elabora meios, como a segregação sócio-espacial e a especulação imobiliária, para reproduzir as desigualdades sociais e manter a dominação e exploração de uma classe sobre a outra. Assim, ao verificarmos a existência de movimentos lutando por moradia no centro e na periferia das cidades, pudemos ter uma dimensão mais complexa do fenômeno

da dominação de classes em relação ao próprio espaço e, assim, refletir melhor sobre luta pelo solo urbano.

Entendemos que os sem-teto só existem enquanto realidade empírica e categoria analítica quando analisamo-los em duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. Ou seja, os sem-teto devem ser entendidos como sujeitos determinados pela sua posição na estrutura objetiva, portanto, por suas condições objetivas, a saber, pertencer a uma fração da classe trabalhadora que tem uma situação de grande miserabilidade e dificuldades em garantir a sobrevivência de sua família. No entanto, a definição dos sem-teto não se limita a sua condição objetiva, é preciso pensar também a partir da construção política do agente e aqui estamos nos referindo ao fato de o sem-teto travar uma luta política pela moradia, estamos nos referindo ao fato de os sem-teto participarem e se organizarem em movimentos populares que politizam os sujeitos.

Ao longo deste trabalho levantamos várias hipóteses, mas gostaríamos de destacar aqui as três principais.

A primeira delas se refere às semelhanças existentes entre os três movimentos dos sem-teto analisados. Estamos falando aqui das suas bases sociais e o caráter classista dos movimentos.

Os três movimentos dos sem-teto analisados (Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)) possuem bases sociais semelhantes entre si, embora internamente essas bases sejam heterogêneas, existindo grande diversidade entre os sem-teto (homens, mulheres, homossexuais, negros, migrantes, idosos, crianças, jovens).

Cada segmento das bases dos movimentos possui necessidades e características distintas e próprias. A análise de algumas dessas características nos demonstraram que elas não podem ser desconsideradas, se quisermos conhecer quem são os sem-teto de fato. É importante saber, por exemplo, que um casal de sem-teto homossexual possui problemas específicos no que se refere à aquisição de uma moradia a partir das políticas públicas. Isto porque a legislação brasileira referente a empréstimos voltados para a habitação ainda não reconhece a união de duas pessoas do mesmo sexo e, por isso, apenas a renda de um dos membros é que é considerada e julgada se atenderá ou não aos critérios dos programas habitacionais existentes.

Particularidades também existem na questão de idosos sem-teto que estão sós, dos imigrantes latino-americanos não documentados, dos sem-teto negros, entre outros.

A despeito dessas particularidades, a posição dos sem-teto na estrutura produtiva é semelhante, são trabalhadores muito pobres que vivem de bicos ou estão desempregados, e, portanto, não têm condições de garantir para sua família condições mínimas de existência. Diante disso, possuem reivindicações de urgências comuns e isso é um dos principais fatores que une estas pessoas em movimentos reivindicatórios de moradia. Dessa maneira, se as pessoas fazem parte dos movimentos dos sem-teto é porque, ainda que tenham trajetórias distintas, etnias, idades e sexos diferentes, estão todos na mesma luta, ou seja, apesar de toda diversidade existente entre eles, são iguais já que estão todos sem-teto. O caráter de classe desses movimentos permite pensar sua unidade, a despeito de sua heterogeneidade.

A partir daí, defendemos que os sem-teto pertencem à classe trabalhadora, mais especificamente a uma fração desta classe denominada de massa marginal (Nun, 1972; 1978 / Kowarick, 1975). Os sem-teto são, portanto, “trabalhadores marginalizados”, trabalhadores pobres e explorados que possuem uma inserção marginal no nível das relações produtivas. Esses trabalhadores marginalizados teriam diferentes ocupações e o que podemos destacar é que enquanto a categoria de ambulante ou camelô é comum entre os sem-teto do centro que compõem os dois movimentos estudados: Moradia do Centro e Sem-Teto do Centro; os sem-teto pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possuem atividades mais ligadas à construção civil (serventes, ajudantes de pedreiros e pedreiros) e, no caso das mulheres, aos empregos domésticos.

Defendemos que os movimentos dos sem-teto são movimentos classistas no sentido de que suas bases sociais são compostas por trabalhadores, trabalhadores que se unem e organizam a luta política em torno de um interesse material, uma reivindicação que está ligada a sua posição na estrutura produtiva. Estamos dizendo aqui que os sem-teto reivindicam moradia porque são trabalhadores marginalizados que estão desempregados ou têm uma renda mensal muito pequena que os impossibilitam de conseguirem pagar aluguel e comprar alimentos para a família, temos assim uma reivindicação de classe. Uma reivindicação que está atrelada aos interesses da classe trabalhadora em redistribuir a riqueza, interesse este que vai contra os interesses dos



capitalistas. E, na medida em que os interesses são contraditórios, surgem os conflitos e trava-se assim uma luta de classes. Dizemos então movimentos classistas não só pela composição da base, mas pela natureza da reivindicação e pela possibilidade de se travar lutas de classes.

Para completar a idéia de movimento classista verificamos ainda o posicionamento político dos movimentos dos sem-teto no sentido de tentarmos compreender se a identidade de classe aparece de maneira consciente e constante entre os sem-teto. Neste sentido, encontramos diferenças nos três movimentos estudados e temos aqui nossa segunda hipótese que se refere à heterogeneidade das orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto.

Para evidenciar a existência da diferença político-ideológica dos três movimentos dos sem-teto aqui analisados, destacamos a diferenciação entre suas reivindicações, objetivos e ideologias. E, para tal, partiremos do que denominamos de gradações de politizações entre os movimentos dos sem-teto.

Nenhum dos movimentos analisados se encontra no que definimos como o primeiro nível de politização, que se refere aos grupos que possuem uma luta localizada para resolver interesses localizados. Geralmente, esses grupos são destituídos de qualquer sigla e não possuem relações com partidos políticos, nem têm uma ideologia definida. Um exemplo desses movimentos instantâneos (de rápida formação e duração) é a organização de moradores que têm suas casas atingidas por enchentes. Então, essas famílias se unem, momentaneamente, para resolver o problema habitacional somente daquele grupo, em uma luta corporativista sem pretensões maiores.

Saindo da luta local para a luta ampla, dirigida a todos que têm habitações precárias, estaremos saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional é posto em outro nível, no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país. Esse grau de politização é, como defendemos, o que se encontra o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Percebe-se que este movimento tem o objetivo de lutar por moradia para todos os trabalhadores sem-teto. No entanto, o Sem-Teto do Centro não coloca esta discussão em termos de luta de classes e

necessidade de construção de uma identidade da classe trabalhadora e tampouco possui objetivos mais amplos, como o de superação da sociedade capitalista.

Há ainda, um terceiro nível, e esse é o mais elevado onde se encontra o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Trata-se daquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco no poder vigente tal política não mudará. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui três objetivos principais. O primeiro é o de lutar pela moradia e, por isso, organizar as famílias de sem-teto em torno do movimento realizando ocupações e lutando por políticas habitacionais para a população de mais baixa renda. No entanto, o movimento (principalmente as lideranças) acredita que o problema habitacional não será resolvido em sua magnitude se não houver reformas sociais, aqui aparece o segundo objetivo do Trabalhadores Sem-Teto, a saber, a luta pela reforma urbana. Neste sentido, se dá a ampliação das bases do movimento com a criação da Associação Periferia Ativa que envolve outras lutas e urgências da população de baixa renda que não necessariamente se resumem ao problema habitacional. Ao mesmo tempo em que se amplia a base, amplia-se a luta e o leque de reivindicações, pois além da habitação agregam-se à luta outros direitos sociais (trabalho, saúde, educação, infraestrutura, etc.) E, seguindo ainda a orientação político-ideológica do movimento, estas reformas só poderiam acontecer de fato quando mudasse o bloco no poder vigente e para tal seria necessário travar uma luta pelo poder. É neste sentido, em busca desta luta pelo poder político, que o movimento vai realizando um lento trabalho de politização de sua base para que, no futuro, se consiga, enfim, ter uma classe trabalhadora unida e com uma identidade de classe definida para, então, acontecer a tão esperada transformação social. Lembramos que este processo de politização dos sem-teto é complexo, vagaroso e pode haver retrocessos ao longo do caminho. O que temos por ora é que grande parte da base dos sem-teto deste movimento estão ali para conseguir a sua moradia.

Entre o segundo e o terceiro nível estaria o Movimento de Moradia do Centro já que sua principal liderança e alguns coordenadores têm o tipo de consciência política de que o problema habitacional não poderia ser solucionado de maneira isolada dos outros problemas sociais e tampouco solucionado dentro do modo de produção capitalista. No

entanto, muitas das outras lideranças do movimento e grande parte de sua base não possuem essa idéia e buscam na verdade travar uma luta política, primeiramente e imediatamente por habitação, podendo depois ser travada em outras áreas, como saúde e educação, para que os sem-teto sejam de fato cidadãos portadores de direitos.

Alertamos aqui que dizer que o terceiro nível busca a luta pelo poder não significa que o movimento, em sua configuração atual, teria objetivo de tomar o poder. A idéia aqui é que a partir desta consciência política o movimento vá politizando e organizando suas bases, assim como travando alianças com outras frações da classe trabalhadora para que aí se trave uma efetiva luta de classes, no sentido de tomar o poder político e fazer uma revolução social colocando um fim a sociedade dividida em classes sociais.

Um esclarecimento faz-se importante aqui. A análise a respeito da gradação política dos movimentos dos sem-teto não possui um grau valorativo, no sentido de destacar um movimento como melhor que outro. Apenas estamos destacando suas diferenças e analisando-as.

A luta dos movimentos dos sem-teto é extremamente legítima e a luta da casa pela casa também o é. Quando se entra em contato com a dura e triste realidade das pessoas que se encontram na base dos movimentos, não há como considerar o contrário. Durante toda nossa pesquisa pudemos perceber a situação em que os sem-teto (sub) vivem: degradação intensa, miséria, fome, desemprego, falta de segurança, enfim, seria doutrinário ou mesmo conservador condenar a luta localizada dos sem-teto. Também é necessário reconhecer que quando um sem-teto adquire sua casa, sua situação individual melhora.

No entanto, os três movimentos analisados aqui vão além: travam uma luta política, por políticas habitacionais para todas as famílias que se encontram sem moradia digna. E mais, os sem-teto ao participarem dos movimentos tomam contato minimamente com uma forma de organização política, percebem que muitos de seus problemas, antes considerados como falhas suas unicamente, são na verdade problemas sociais e vividos por muitas pessoas. Em meio à luta pela moradia, a maioria dos sem-teto entra em contato, pela primeira vez, com os seus direitos constitucionais e a noção de cidadania, aprendem que possuem direitos e deveres e aprendem também como devem se organizar para lutar por esses direitos. Essa é inegavelmente uma experiência política muito rica,

ainda mais em um contexto em que o que temos são governos e Estados que buscam a todo momento reduzir cada vez mais os direitos e as políticas sociais que garantiriam uma vida um pouco mais digna para os trabalhadores. Outros movimentos dos sem-teto (destacamos o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) iriam além da luta política, isso se dá ao tentar politizar e conscientizar sua base de uma maneira tal que a idéia de revolução social se faria presente e, ao longo do tempo, se tornaria uma necessidade. Ao leitor que compartilha desse ideal, assim como a pesquisadora aqui o faz, cabe apoiar estes movimentos.

Finalmente chegamos às raízes... Aqui apresentamos nossa terceira hipótese.

O que objetivamos com a discussão do último capítulo foi demonstrar que a existência dos sem-teto, principalmente no que se refere a sua condição objetiva, não se deve essencialmente aos fatores e responsabilidades individuais, o peso das estruturas deve ser devidamente considerado frente às ações e escolhas dos sujeitos.

Verificamos que o problema habitacional não é um problema individual, mas social e não podemos pensá-lo de maneira isolada, é necessário pensarmos de maneira articulada aos outros problemas sociais e a própria estrutura capitalista.

Em todas as famílias sem-teto que conhecemos e conversamos há uma carência generalizada: falta educação, falta saúde, falta trabalho, falta moradia, falta lazer, falta segurança, falta proteção à maternidade e à infância, falta assistência aos desamparados, enfim, nenhum dos direitos sociais descritos no artigo sexto da constituição são usufruídos totalmente pelos sem-teto<sup>151</sup>.

Para pensar então sobre as raízes do problema habitacional e na existência dos sem-teto recorremos, inicialmente, a Lei Geral de Acumulação Capitalista onde se constata que no modo de produção capitalista a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista é lei. Na medida em que uma classe se torna mais rica, acumulando mais capital, a outra se torna mais miserável, daí a desigualdade social ser algo estrutural. Assim, não demora as reflexões relacionadas à questão habitacional da classe trabalhadora: *“Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou*

---

<sup>151</sup> O artigo sexto da Constituição Brasileira diz o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

*comercial, tanto mais rápido o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores” (Marx, 1983: 213).*

Diante disso, o capitalismo dependente como é o latino-americano e, portanto, o brasileiro, vem intensificar essas contradições e a exploração da classe trabalhadora de modo de que esta seja ainda mais miserável.

Ainda se fez importante analisar o papel do Estado capitalista, constatando que uma de suas funções principais é a de garantir o poder político da classe dominante e por isso intermediar possíveis conflitos entre as classes sempre a conservar o status quo. Diante disso entendemos que se há concessão do Estado a algumas reivindicações dos sem-teto, isso não abala o poder político dos capitalistas e até mesmo o seu poder econômico. Veja que a maioria dos conjuntos habitacionais é construída nos espaços territoriais que têm menos importância para o capital imobiliário e ainda de modo a beneficiar o setor da construção civil.

Contribuindo com as explicações a respeito da existência dos sem-teto temos as limitações históricas das políticas habitacionais e sua incapacidade de resolver ou amenizar o problema do déficit habitacional brasileiro.

Com a adoção da plataforma neoliberal nos anos 90, não percebemos grandes mudanças nos programas habitacionais: eles se mantiveram elitistas, excluindo a população de mais baixa renda. Agora, no que se refere ao problema habitacional este sim parece ter se intensificado nos últimos anos – o crescimento do déficit habitacional e a favelização das grandes metrópoles indicam isso. Essa intensificação tem relação com as reformas neoliberais que têm contribuído para a precarização do trabalho, aumento do desemprego, redução de salários e dos direitos sociais, tudo isso interferindo negativamente na vida dos trabalhadores brasileiros e resultando em uma mobilidade sócio-habitacional descendente nos anos 90 (Kowarick, 2002). Diante disso, entendemos a existência dos trabalhadores sem-teto, enquanto condição objetiva, e a eclosão dos movimentos dos sem-teto.

Por fim, gostaríamos ainda de destacar alguns pontos que poderiam ser explorados em uma próxima pesquisa.

A análise de quais são as demandas dos sem-teto e suas reivindicações e como se dá a resposta dos governos municipais para cada caso é uma temática importante de

pesquisa. Por exemplo, no caso dos movimentos dos sem-teto do centro de São Paulo é a gestão municipal (prefeito e secretários municipais de habitação) com que se dá o diálogo direto. Verificar como isso se deu ao longo dos anos e nas diferentes gestões é uma tarefa importante, mas que não tivemos fôlego para fazer aqui. Se isso já é uma tarefa complexa, ao incluirmos o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na análise, teríamos que observar os governos municipais das cidades de Guarulhos, Osasco, Taboão da Serra, Itapecerica, etc. Aumentando assim ainda mais o escopo da pesquisa.

Outra pesquisa que poderia ser realizada estaria em considerar que os movimentos dos sem-teto podem ter três dimensões: a das lideranças, a da base e ainda a oficial (documentos oficiais, cartas abertas, etc). Uma análise mais profunda de cada movimento permitiria comparar essas dimensões e então verificar se existem diferenças entre a base e as lideranças e em que estas consistem de fato.

Pensando em uma forma de ampliar a pesquisa, poderíamos comparar os movimentos dos sem-teto das cidades de grande e médio porte do estado de São Paulo com os da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda poderíamos verificar as influências desses últimos nos movimentos das cidades do interior. Se defendemos que a repressão é um dos motivos dos movimentos estarem modificando suas formas de ação, como isso se dá nas cidades de pequeno e médio porte? Como são as políticas habitacionais nestes municípios? Existem políticas locais ou há apenas a aplicação das políticas estaduais e federais?

Essas questões ficam para o futuro.



## BIBLIOGRAFIA

- ACCA, Rogério dos Santos. “A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços”. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 49, n.1. Rio de Janeiro: 2006.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDRIOLLI, A; SCHMALZ, S. “O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil?”. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Nº62. Julho de 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/062/62andrioli.htm>.
- ARANTES, Pedro Fiori. “Em busca do urbano. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”. In: *Novos Estudos - Cebrap*, n.83. São Paulo, Março de 2009. disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000100007&script=sci_arttext). Acessado em junho de 2009.
- ARAÚJO, Clara. “Participação política e gênero. Algumas tendências analíticas recentes”. In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 52. São Paulo: Anpocs, 2001.
- ARIAS, Santiane. “Movimentos e classes sociais: uma reflexão sobre o caráter do altermundialismo”. In: *V Colóquio Marx e Engels*. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo. Campinas: novembro de 2007.
- AVRITZER, Leonardo. “Sociedade civil: além da dicotomia Estado-Mercado”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº36, 1993.
- \_\_\_\_\_. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 12, nº 35. São Paulo: 1997.
- BARBOSA, Benedito e Pita, S. “A trajetória das lutas do centro: das ocupações e resistências às conquistas”. 2006. Disponível em: [www.cidade.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca](http://www.cidade.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca).
- BARRETO, E. F. “O desemprego no capitalismo (contemporâneo)”. In: *Desemprego e (des) mobilização política: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Dissertação de mestrado.
- BENOIT, Héctor. “A luta popular pela moradia. Entrevista com Luis Gonzaga da Silva (GG)” In: *Crítica Marxista*, nº10. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- \_\_\_\_\_. “O assentamento Anita Garibaldi. Entrevistas com lideranças do MTST” In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BLOCH, Janaina A. “Movimento de Moradia no Centro (MMC)”. In: *Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- BOITO JR., Armando. “Neoliberalismo e relações de classes no Brasil” In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002
- \_\_\_\_\_. “A (difícil) formação da classe operária”. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.



- \_\_\_\_\_. *Classe média e sindicalismo*. Primeira Versão 123. Campinas: IFCH/Unicamp. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado Absolutista. In: *Crítica Marxista*, nº7. São Paulo: Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A hegemonia neoliberal no Governo Lula”. In: *Crítica Marxista*, nº 17. Editora Revan, 2003.
- \_\_\_\_\_. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. Disponível em: [http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Armando\\_Boito\\_Governo\\_Lula.htm](http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Armando_Boito_Governo_Lula.htm).
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e classes sociais no Brasil. Disponível em: <http://www.insrolux.org/textos/boitoneoliberalismo.htm>.
- BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula. “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000”. In *OSAL Ano X, Nº 26*. Buenos Aires: CLACSO. 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf>.
- BONDUKI, N. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. In: *Arq.urb – Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo*. Nº1. 2008. Disponível em: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf). Acessado em novembro de 2009.
- BORJA, Jordi. *Movimentos sociales urbanos*. Buenos Aires: Ediciones Siap – Planteos 1975.
- CALDERÓN, F. , JELIN, E. “Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina - perspectivas e realidades”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, outubro de 1987.
- CARDOSO, Adauto Lucio “Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas”. IPPUR – UFRJ. Disponível em [www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/adauto\\_polhab\\_brasil.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/adauto_polhab_brasil.pdf). Acessado em 29/07/2006.
- CARDOSO, Fernando H. “Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”. In: Cardoso, F. H. , WEFORT, F. et al. (org). *Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Estado Capitalista e marxismo”. In: *Estudos Cebrap*, 21, 1977.
- CARNOY, Martin. “O estruturalismo e o Estado: Althusser e Poulantzas”. In: *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1986.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais”. In: DAGNINO, Evelina (org). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. “A conclusão está na rua” In: *Lutas urbanas e poder político. Coleção: cidade em questão – 5 confrontamentos*. Porto: Firmeza, 1976.
- \_\_\_\_\_. “A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global”. In: *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTELLS, M. , BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N. 45. São Paulo: julho de 1996.
- CASTRO, Jorge Abrahão et al. *Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001*. Texto pra discussão nº 9888. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: [www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td\\_0988.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0988.pdf).
- CASTRO, Jorge Abrahão et al. *Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período de 1995-2005*. Texto para discussão nº1324. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: [www.observasaude.sp.gov.br/BibliotecaPortal/Acervo/Gasto%20Social%20e%20Pol%C3%ADtica%20Macroecon%C3%B4mica.pdf](http://www.observasaude.sp.gov.br/BibliotecaPortal/Acervo/Gasto%20Social%20e%20Pol%C3%ADtica%20Macroecon%C3%B4mica.pdf)
- CAVALCANTI, Gustavo C. V. *Uma concessão ao passado. Trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006. Dissertação de mestrado.
- CHERKEZIAN, Henry, BOLAFFI, Gabriel. “Os caminhos do mal-estar social: habitação e urbanismo no Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 50, março de 1998.
- CISNE, Mirla. “Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classe na contemporaneidade”. In: *V Colóquio Marx e Engels*. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo. Campinas: novembro de 2007.
- CLOUX, Raphael Fontes. *MSTs: a trajetória do movimento dos Sem-Teto de Salvador/Bahia*. Salvador: Ed. Do autor, 2008.
- COLETTI, Claudinei. “Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal”. In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. Tese de doutorado.
- COSTA, Sérgio. “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 38, março de 1994.
- CYMBALISTA, R. ; SANTORO, P. F. “Habitação – avaliação da política municipal 2005-2006”. In: CYMBALISTA, R. ET AL. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; 31).
- DAGNINO, Evelina (org). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. Paz e Terra, 2002.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pos-70*. Rio de Janeiro : Relume-Dumara e ANPOCS, 1995.
- DRAIBE, Sonia, AURELIANO, L. “A especificidade do “Welfare State” brasileiro”. In: *Projeto: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Volume I – Reflexões sobre a natureza do estado de bem estar social*. Brasília: MPAS /CEPAL, 1989.
- DRAIBE, Sonia M. “As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas”. In: *Revista da USP*. São Paulo: nº17, 1993.
- \_\_\_\_\_. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. In: *Tempo social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: 15 (2), novembro de 2003.
- \_\_\_\_\_. “Structural characteristics and dynamics of the system.” In: *The national social policies system in Brazil. Construction and Reform. NEPP- Caderno 53*. 2002 (a).

- DRAIBE, Sonia M. “Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais nos anos difíceis”. In: *Anais do Taller Inter-Regional “Protección Social en una Era Insegura: un intercambio Sur-Sur sobre Políticas Sociales Alternativas en Respuesta a la Globalización”*. Santiago, Chile: Maio 14-16, 2002 (b).
- DUARTE, Bruno de Carvalho, SIMÕES, Helenne Barbosa. “Análise do gasto social federal no período 1995-2005”. In: *Projeto: radar das condições de vida e políticas sociais*. Brasília: CEPAL/IPEA, 2006.
- DURHAM, Eunice. “Movimentos Sociais – a construção da cidadania”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n 10. Outubro 1984.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*, 15º edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2000.
- EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, junho 2001
- ENGELS, Friederich. “Contribuição ao problema da habitação” In: MARX, Karl e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, vol2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, SD.
- EVERS, Tilman. “Identidade – a face oculta dos movimentos sociais”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº4. 1984.
- FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Economia, 2005. Tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. População e Bem-Estar social no Brasil: 40 anos de ausência de política nacional da habitação popular (1964-2002). In: *Multi Ciência – Revista interdisciplinar dos Centros e Núcleos da Unicamp*. nº 6, maio de 2006.
- FEIX, Plínio José. *Os interesses sociais e a concepção político-ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis – MT*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. Dissertação de Mestrado.
- FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003*. Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. 2003.
- FORTES, Aleandre. “Miríades por toda a eternidade” A atualidade de E. P. Thompson” In: *Tempo Social. Número especial. Sociologia da Condição Operária*. Vol. 18 Junho de 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- FRIEDMAN, M. FRIEDMAN, R. *Liberdade de Escolher*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
- FRÚGOLI JR., H. . O centro de São Paulo: mudanças recentes e a questão da moradia social. In: *Réinvestir le 'centre': politiques de requalification, transformations urbaines et pratiques citadines dans les quartiers centraux des grandes villes d'Amérique latine*. Paris : 2006 (a).
- FRÚGOLI JR., H. ; AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de ; COSTA, Daniel de Lucca Reis . Quadro recente dos conflitos sociais no centro de São Paulo: o movimento de luta por moradia e a população em situação de rua. In: *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia: ABA (Associação Brasileira de Antropologia), 2006 (b).
- GALVÃO, A. “O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?”. In: *32º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2008. Disponível em:

[http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao\\_gt.php?id\\_grupo=7&publico=S&P\\_HPSESSID=133d28dfe174cc1a8d4eec4f25fc1343](http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=7&publico=S&P_HPSESSID=133d28dfe174cc1a8d4eec4f25fc1343).

- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje, Entrevista com René Mouriaux”. In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 2ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Associativismo civil e movimentos populares em São Paulo”. In: *Ciências Sociais Unisinos*, mayo-agosto, año/vol 44, número 002, 2008.
- GOMES, Romeu. “A análise de dados em pesquisa qualitativa”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GONÇALVES, R. “Cidadania, classes populares, mulheres: reflexão sobre seus impactos nas lutas sociais”. In: *Lutas Sociais*, nº7. São Paulo: 2001.
- \_\_\_\_\_. “Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário”. In: *Lutas Sociais*, nº9/10. São Paulo: 2003.
- \_\_\_\_\_. “Acampamentos: novas relações de gênero (com) fundidas na luta pela terra”. In: *Lutas Sociais*, nº13/14. São Paulo: 2005.
- GOVERNO FEDERAL. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília-DF: Maio de 2008.
- GRAMSCI, Antonio. “Contribuições para uma história dos intelectuais”. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GREEN, Donald e SHAPIRO, Ian. “Social dilemmas and free Riding” In: *Pathologies of Rational Choice Theory: a critique of applications in Political Science*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- GUTIERREZ, Andriei. “Sobre o conceito de classe social na problemática de Nicos Poulantzas: uma releitura de Poder político e classes sociais”. In: *V Colóquio Marx e Engels*. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo. Campinas, novembro de 2007.
- GUTTIERREZ, Andriei; MARTUSCELLI, Danilo; CORRÊA, Fernando. “PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil. In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: *Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- JACQUET, Christine. “Urbanização e emprego doméstico”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº52. São Paulo, Anpocs, 2003.
- KECK, Margaret E. *A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.
- KOWARICK, L; SINGER, A. “A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo”. In: KOWARICK, L. (org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ªed rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano” In: *Novos Estudos Cebrap*, nº63. São Paulo, 2002.
- LARANGEIRA, Sônia M. G. “Classes e movimentos sociais na América Latina: questões para debate”. In: LARANGEIRA, Sônia M. G. (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- LEAL, Giuliana Franco. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. Tese de doutorado.
- LIMA, Luziano P. M. A atuação da esquerda no processo constituinte (1986-1988). Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. Dissertação de Mestrado.
- LIMA, Sônia L. R. de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro, 2004. Tese de doutorado.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LORENZETTI, Maria Silvia Barros. *A questão habitacional no Brasil*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Estudo, Julho, 2001. Disponível em: [www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/107075.pdf](http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/107075.pdf).
- MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- MARCOCCIA, Rafael M. *Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo: uma experiência de participação popular na solução do problema habitacional de São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Dissertação de mestrado.
- MARICATO Ermínia, TANAKA, Giselle. “O planejamento urbano e a questão fundiária”. In: *Ciência hoje. Revista de divulgação científica da SBPC*. Vol 38. Junho de 2006.
- MARICATO, ErminiaT. M. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hicitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Política Urbana e habitacional no governo FHC”. In: *Revista Praga*, Vol 1, nº6. São Paulo: Vozes, 1998.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. Dissertação de mestrado.
- MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. “El capítulo del capital”. In: *Líneas fundamentales de la crítica de la economía política. “Grundrisse”. Primera Mitad*. V.I. Barcelona, Buenos Aires, México: D. F., Editorial Crítica, S. A. (Grupo editorial Grijalbo), 1977.
- \_\_\_\_\_. “A lei geral da acumulação capitalista” (cap. XXIII do Livro Primeiro). In: *O Capital. Coleção Os Economistas*, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Crítica do programa de Gotha*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm#i>.
- MASCARO, L, SILVA, U., TAMBELLINI, E. “Inclusão de imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo: algumas estratégias e políticas locais”. In: Silveira, C; Carneiro



- Jr, N; Marsiglia, R. (org) *Projeto inclusão social urbana: nós do centro. Metodologia de pesquisa e de ação para inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade no centro da cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2009.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT – a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- META Instituto de Pesquisa de Opinião. *Sumário Executivo. Pesquisa nacional sobre a população de rua*. Secretaria de avaliação e Gestão da Informação, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à fome. Abril de 2008. Disponível em: [www.  
http://www.mds.gov.br/arquivos/sumario\\_executivo\\_pop\\_rua.pdf](http://www.mds.gov.br/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf).
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais dos trabalhadores durante o governo Lula*. Texto apresentado no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Brasil, Rio de Janeiro: de 11 a 14 de junho de 2009. Disponível em: [www.  
www.lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/ files/ Badaro  
MattosMarcelo.pdf](http://www.lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/BadaroMattosMarcelo.pdf).
- NETO, Otávio Cruz. “O trabalho de campo como descoberta e criação.”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NEUHOLD, R. dos Reis. “Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo”. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: 2008. Disponível em: [http://www2.uel.br/grupo-  
pesquisa/gepal/terceirogepal/robertadosreis.pdf](http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/robertadosreis.pdf).
- NEVES, Renake. “Ser classe trabalhadora ou não ser classe trabalhadora, eis a questão Uma defesa da pertinência analítica do conceito de classe para a análise da sociedade contemporânea através de uma breve análise do movimento piquetero”. In: *V Colóquio Marx e Engels. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo*. Campinas, novembro de 2007.
- NICHOLSON, Linda. “Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico”. In: In: (coord) B, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, s/d.
- NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- \_\_\_\_\_. “Marginalidad y otras cuestiones”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4. ELAS-ICIS, Santiago: 1972.
- \_\_\_\_\_. “O futuro do emprego e a tese da massa marginal”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 56. São Paulo: 2000.
- OLIVEIRA, Luciano. “Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº33. São Paulo: Anpocs, 1997.
- OLIVEIRA, N. C; INOUE, C.; GUIMARÃES, E. “Fragilidades urbanas no contexto de moradia precária na região central da cidade de São Paulo”. In: Silveira, C; Carneiro Jr, N; Marsiglia, R. (org) *Projeto inclusão social urbana: nós do centro. Metodologia de pesquisa e de ação para inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade no centro da cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2009.

- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”. In: HELMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- PAULA, Caco de. “Política Urbana”. In: LAMOUNIER, Bolívar, FIGUEIREDO, Rubens (org). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- PEREIRA, Duarte. “Das classes à luta de classes”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. “Ciladas da diferença”. In: *Tempo social: Revista de Sociologia da USP*, Vol.2, n.2. São Paulo: USP/FFLCH, 1990.
- PINHEIRO, Jair. “Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo”. In: *Lutas Sociais*, n 13/14. São Paulo: 2004 e 2005.
- \_\_\_\_\_. “As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos”. In: *Lutas Sociais*, nº17/18. São Paulo: 2006 e 2007.
- \_\_\_\_\_. “De frente para o Estado”. In: *Lutas Sociais*, nº19/20. São Paulo: 2007 e 2008.
- PMDB. Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil. Revista do PMDB, ano II, n.4. Rio de Janeiro: Fundação Pedroso Horta. 1982
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. “O problema do Estado Capitalista”. In: BLACKBURN, Robin (org) *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- QUADROS, Waldir J. “A evolução recente das classes sociais no Brasil”. In: PRONI, M, HENRIQUE, W. (org) Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2003.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. “Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos”. In: BIB, nº46. Rio de Janeiro: 2º semestre de 1998.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir. *Movimentos sociais e luta antineoliberal. Força e debilidade dos movimentos sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article125716.html>. Acessado em novembro de 2009.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. “Considerações sobre a análise dos sistemas de classe”. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- \_\_\_\_\_. “A questão da autonomia relativa do estado em Poulantzas”. In: *Crítica Marxista*, nº7. São Paulo: Xamã, 19998.
- \_\_\_\_\_. “O conceito de Estado Burguês”. In: *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Trajetória I, IFCH/UNICAMP, 1994.
- SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, n. 65, 2005.
- SANCHEZ, H. “O social-liberalismo do governo Lula e os dilemas para a esquerda brasileira e os movimentos socais. In: *Travessia Insurgente*, 2009. Disponível em:

[www.travessiainsurgente.blogspot.com/2009/06/o-social-liberalismo-do-governo-lula\\_e.html](http://www.travessiainsurgente.blogspot.com/2009/06/o-social-liberalismo-do-governo-lula_e.html)

SANTOS, André L. T. dos. Et al. (org). *Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço*. São Paulo: FAUUSP, 2002.

SANTOS, C. H. M. *Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília, IPEA, 1999.

SANTOS, Gustavo G. da Costa. *Da liberação à inclusão? Projetos políticos e trajetórias individuais das lideranças homossexuais na cidade de São Paulo*. – Área temática: cultura política e democracia. 6º Encontro da ABCP. Campinas: Unicamp, 2008.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil”. In: *Estrutura de Posições de classe no Brasil. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. UGMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. “Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 48, nº1. Rio de Janeiro: 2005.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. “A relevância de classe no debate da desigualdade – Classe social e gênero, intersecções”. In: *V Colóquio Marx e Engels*. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo. Campinas, novembro de 2007.

SILVA, Maria L. de Carvalho da; WANDERLEY, M. Belfiore; PAZ, Rosângela D. O. da. *Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP. 2006. (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 27).

SIMÕES, Julio Assis. “Mulheres, diferenças e desigualdades”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº49. São Paulo: Anpocs, 2002.

SIMÕES, Renato. A crise dos movimentos sociais brasileiros é anterior ao governo Lula. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. 2009. Disponível em: [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=20132](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=20132). Acessado em novembro de 2009.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense e Edições Cebrap, 1975.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

TATAGIBA, L; TEIXEIRA, A. C. “O papel do CMH na política de habitação em São Paulo”. In: CYMBALISTA, R. ET AL. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; 31).

TAVARES de ALMEIDA, M. H. “Federalismo e políticas sociais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº28, Anpocs, 1995.

TEIXEIRA, Ana. et. al. “Conflitos em torno do direito à moradia na região central de São Paulo”. In: *MAPAS – Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. Relatório do Projeto*. Dezembro de 2005. Disponível em: [www.poli.org.br/download/164.pdf](http://www.poli.org.br/download/164.pdf)

TELLES, Vera da Silva. “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In: DAGNINO, Evelina (org). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THERBORN, Göran. “As teorias do Estado e seus desafios no fim de século”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo II. Que estado para que democracia?* 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes/Clacso, 2001.



- TISCHLER, S. “A forma classe e os movimentos sociais na América Latina”. In: LEHER, R; SETÚBAL, M. (org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- YONG, Íris Marion. “A imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral de política”. In: (coord) B, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, s/d.
- VAKALOULIS, Michel. “Antagonismo social e ação coletiva”. In: LEHER, R; SETÚBAL, M. (org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- VIANA, Nildo. “A teoria da população em Marx”. In: *Boletim Goiano de Geografia*. v. 26, n.2. Goiás: 2006.
- VILLAÇA, F. A. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- ZAMBONI, R. A. *O financiamento habitacional pelo setor público federal: 1990/2002*. S.D.

#### **Documentos oficiais dos movimentos:**

- *BOLETIM: Luta por Moradia*. Nº 1, agosto de 2000 ao nº12 agosto de 2002. Disponível em: [www.mstc.org.br](http://www.mstc.org.br). Acesso em 10/07/2006.
- Cartilha do Militante: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Disponível em: <http://www.mtst.info/arquivos>. Acesso em 10/07/2006.

#### **Filmografia (Vídeos - Documentários):**

*À margem da imagem*. Direção Evaldo Mocarzel. SP Filmes. Brasil, 2003.

*À margem do concreto*. Direção: Evaldo Mocarzel. *Estúdio*: 24VPS Filmes / Casa Azul Produções. Brasil, 2006.

*Dia de Festa*. Diração: Toni Venturi e Paulo Georgieff. Co-produção Olhar Imaginário, Grenade Productions, Pássaro Films, Cityzen Television e Neurotika. Brasil, 2006.

Vídeos produzidos pelos membros da Brigada de Guerrilha Cultural, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST): “*Ocupação – João Cândido*”, “*Marcha dos 5000*”, “*Bloqueio Estradas*”, “*Acorrentamento*”, “*Filme: 2 meses e 23 minutos*”.

Vídeos produzidos pelo Grupo Risco: “*Frei Tito*” e “*Prestes Maia*”.

## Anexo

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1995	Terreno da prefeitura no Jardim Peri, zona Norte da cidade de São Paulo	estratégica		150 pessoas	fevereiro de 1995				
1995	Terreno privado no Parque Edu Chaves, zona norte da cidade de São Paulo	estratégica		1200 pessoas					Em abril de 1995, o proprietário do terreno fez um acordo com o governo estadual e os sem-teto ficariam no lugar ocupado até que fossem transferidos para projetos de moradia do Governo do Estado
1995	Terreno público na Freguesia do Ó	estratégica		45 pessoas	agosto de 1995	reintegração de posse	Guarda Civil Metropolitana foi até o local e realizou uma reintegração de posse violenta, destruindo os cômodos de alvenaria construído no local.	A prefeitura ofereceu albergues (CETREN) e abrigos provisórios	Os sem-teto não tinham para onde ir
1995	Terreno doado pela prefeitura de São Bernardo do Campo à Associação Santo Inácio (entidade que trabalha na recuperação de crianças e adolescentes deficientes)	estratégica		300 famílias	outubro de 1995	reintegração de posse			Os sem-teto deixaram o local
1995	Terreno do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), localizado na zona leste de São Paulo	estratégica		Segundo a PM havia 150 famílias, segundo os sem-teto 300 famílias		reintegração de posse	Os sem-teto fizeram um cordão humano para que as retroescavadeiras não destruíssem suas casas. Porém, quinze dias depois, ocorreu enfim a reintegração de posse.	O Governo do Estado concederia, dentre alguns dias, carta de crédito para os sem-teto	Em dezembro de 1995, os sem-teto não tinham para onde ir

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1996	Terreno particular localizado na zona sul de São Paulo		União Força e Terra	400 pessoas	abril de 1996		Sem-teto garantiam resistir até que houvesse um acordo de compra com o proprietário do terreno ou com representantes do Governo Estadual.		
1996	Terreno localizado em Guarulhos			500 pessoas	setembro de 1996	reintegração de posse	Conflito entre PMS e sem-teto, destruição das casas construídas.		Em dezembro de 1996 as famílias foram retiradas do local
1997	Casarão de Santos Dumond – Campos Elíseos	estratégica	Fórum dos Cortiços	500 pessoas	março de 1997	reintegração de posse		A Secretaria da Cultura tinha um projeto para fazer um museu no local.	Em dezembro de 1999, o grupo ainda continuava no local e com negociações lentas com a Secretaria de Estado da Cultura, responsável pela área. A degradação do prédio só foi piorando com o passar dos anos.
1997	Um conjunto de três imóveis, pertencente à Universidade de São Paulo (USP), localizados na Barra Funda (zona oeste de São Paulo)	estratégica	UMM (União dos Movimentos de Moradia)	100 pessoas	abril de 1997	Sem-teto e USP fizeram um acordo provisório: cada família pagaria R\$50,00 pelo quarto que ocupava	A polícia militar esteve no local, mas não houve conflitos	Em agosto de 1997, a USP vende três imóveis em Campos Elíseos para a CDHU. Mas não se sabia em que condições ou se os beneficiados serão os sem-teto.	Em novembro de 1997, o projeto para a construção de três casas ainda não havia sido iniciado. Em 1998, os moradores iniciaram mutirão para adaptação dos imóveis.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1997	Conjunto Habitacional Jutá 2, em São Mateus (zona leste de São Paulo)		Movimento dos Sem-teto da Zona Leste e Movimento dos Sem-Terra pela Moradia do ABC	500 famílias	maio de 1997	reintegração de posse	Houve conflito entre sem-teto e policiais. Enquanto os primeiros usaram paus e pedras, os secundam revidaram com balas de fogo. Morrem três sem-teto e dez ficaram feridos. Além disso, 18 policiais também se feriram	Sem-teto não aceitaram as propostas de irem para abrigos e participarem de sorteio da CDHU em agosto	Ao final de toda a ação violenta, os sem-teto acabaram aceitando sair pacificamente dos apartamentos e, em troca, receberiam senhas que os cadastrariam em programas habitacionais do Estado, especialmente em mutirões.
1997	Terreno pertencente à CDHU, Fazenda do Carmo, na zona leste da cidade de São Paulo			100 famílias	junho de 1997	O terreno já havia sido doado para movimento Terra de Deus, Terra de Todos (construção de mutirões), mas outro grupo de sem-teto ocupou o local e fez reivindicações.			
1997	Casarão pertencente à Secretaria de Estado da Fazenda - Rua do Carmo (centro de São Paulo)	estratégica	ULC (Unificação das Lutas de Cortiços)	300 pessoas	junho de 1997	Reintegração de posse posto que o governo já teria um projeto definido para o prédio. E proposta de que os sem-teto fossem para um albergue do Cetren (Centro de Triagem e Encaminhamento)		Governo do Estado propôs que os sem-teto ficassem provisoriamente em uma escola desativada, para depois pensarem em uma solução para o problema	Em janeiro de 1999, os sem-teto continuavam na escola
1997	Prédio pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), localizado na Avenida Nove de Julho (centro de São Paulo)	estratégica	Fórum dos Cortiços, filiado à UMM	2000 pessoas - maior ocupação de um edifício até 1997 no que se referia ao número de integrantes.	novembro de 1997	O INSS mostrava interesse em vender o prédio desde 1994. O local estava desocupado desde 1989.		Prefeitura negociou a compra do imóvel com o INSS e a Caixa Econômica Federal	Em outubro de 1999, estava sendo negociado a maneira como os sem-teto iriam pagar o imóvel.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1997	Antigo prédio da Secretaria de Estado da Cultura, em São Paulo, na rua do Ouvidor	estratégica	ULC (Unificação das Lutas de Cortiços) e MMC (Movimento de Moradia do Centro)	600 pessoas	dezembro de 1997	reintegração de posse			
1998	16 terrenos, públicos e particulares, em vários bairros em Diadema (Grande São Paulo)	estratégica e articulada/simultânea	Movimento dos Sem-Teto da Zona Leste	4000 pessoas	janeiro de 1998	Teve-se o pedido de reintegração de posse para alguns dos terrenos.	Grande quantidade de policiais, houve confronto e três sem-teto feridos	O governo prometeu intervir junto aos proprietários dos terrenos, facilitando a compra de uma parte deles pelos sem-teto.	
1998	Terreno da USP, localizado na Avenida São Remo (Butantã)	estratégica		70 famílias	fevereiro de 1998	pedido de reintegração de posse			
1998	Terreno da USP, localizado em São João Clímaco				março de 1998	pedido de reintegração de posse			
1998	Prédio localizado na Rua Baronesa de Porto Carrero, na Barra Funda	estratégica	Fórum dos Cortiços	32 famílias	maio de 1998			Prefeitura negociou a compra do prédio com a Caixa Econômica Federal e o Fórum dos Cortiços negociou o fim do processo de desapropriação.	

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1998	Conjunto habitacional da CDHU, localizado em Itaim Paulista, zona leste. Os prédios estavam prontos e seriam destinados aos moradores da zona leste que estavam desalojados por alagamentos.		Movimento de Moradia da Zona Leste	700 pessoas	agosto de 1998		O movimento prometia resistir e só sair quando as famílias dos sem-teto fossem atendidas.		
1998	Hospital Humberto Primo (antigo hospital Matarazzo), na Bela Vista, centro de São Paulo	estratégica	Fórum dos Cortiços	1200 pessoas	outubro de 1998	reintegração de posse			
1998	Conjunto Habitacional de 302 apartamentos, que fica no Jaraguá, na Zona Oeste	estratégica			setembro e outubro de 1998	reintegração de posse		Os sem-teto que não tinham para onde ir, poderiam ficar nos alojamentos da Prefeitura ou Estado. A CDHU forneceria também 40 caminhões para fazer a mudança dos sem-teto.	Em fevereiro de 1999 os sem-teto foram obrigados a deixar o local
1998	Prédio da Rua Riachuelo, no centro de São Paulo	estratégica	Associação dos Moradores da Região Central	500 pessoas	novembro de 1998				Em janeiro de 1999, os sem-teto ainda estavam no prédio.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1999	Prédio localizado na rua Frederico Abranches, em Santa Cecília (centro de São Paulo)	estratégica	Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, filiado a UMM	50 famílias	janeiro de 1999		O próprio proprietário do imóvel juntamnete com alguns policiais usavam a violência para expulsar os sem-teto do local.		Os sem-teto saíram do prédio, pois tomaram conhecimento que o imóvel que tinha ficado cinco anos fechados, há duas semanas tinha sido comprado e o novo dono possuía planos para o imóvel.
1999	Dois prédios: um na Avenida Prestes Maia e, o outro, na Rua Brigadeiro Tobias, ambos no centro de São Paulo	articulada/simultânea e estratégica	Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central de São Paulo	210 famílias	fevereiro de 1999		Em março de 1999 houve uma tentativa de reintegração de posse		Até 2002 a prefeitura, os sem-teto e os proprietários dos prédios não haviam entrado em acordo.
1999	Prédio na Rua Ana Cintra, Santa Cecília, no centro de SP	estratégica	Associação em defesa de Moradia	72 famílias	maio de 1999				
1999	Edifício localizado na Avenida Ipiranga		Novo Grupo do Centro	300 famílias	julho de 1999	reintegração de posse			Os sem-teto foram despejados em novembro de 1999
1999	Prédio de uma ex-agência do Banco Nacional, no centro de São Paulo	estratégica	MMC (Movimento de Moradia do Centro)	80 famílias	agosto de 1999	reintegração de posse	Houve conflito entre sem-teto e policiais	O Governador Mário Covas determinou que os sem-teto fossem para um terreno público, na Mooca (Zona Leste de São Paulo)	

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1999	Edifício na rua Conde São Joaquim		Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central	800 pessoas	setembro de 1999				
1999	6 prédios localizados na Liberdade, Barra Funda, Brás, Jaraguá, na Luz e um prédio próximo à Febem Tatuapé	articulada/si multânea, tática e estratégica	Grupos ligados à UMM	3 mil famílias	outubro de 1999		Os sem-teto era contrários à violência, porém se a polícia os retirassem em um dia, eles afirmavam que voltariam a ocupar no dia seguinte.	O governo do Estado de São Paulo propôs um acordo para a construção de 949 moradias populares em regime de mutirão. Observação: havia 4500 famílias que participaram das ocupações, logo ficara o problema para o movimento de como selecionar os sem-teto que seriam beneficiados.	O primeiro prédio que teve os sem-teto expulsos foi o do Jaraguá, que pertencia à CDHU, e o prédio no Brás. Posteriormente as áreas do TRT, na Barra Funda, e da Febem, na Mooca, foram desocupadas devido às não-condições de habitabilidade.
1999	Prédio do antigo Hotel São Paulo		Fórum dos Cortiços, ligado a UMM		novembro de 1999				Os sem-teto desocuparam o prédio no final de 1999 e só em agosto de 2002 é que a prefeitura juntamente com a Caixa Econômica Federal resolveram, através do PAR, reformar o edifício para que então os sem-teto pudessem habitar legalmente.
1999	Prédio da Secretaria Estadual da Fazenda, na rua do Carmo (centro de SP)	tática: denunciar que este mesmo prédio havia sido ocupado em 1997 e o governo disse na época que já possuía um projeto para o local.	Movimento de Moradia do Centro (MMC)	300 pessoas	dezembro de 1999	Polícia realizou a reintegração de posse em menos de 18 horas	Sem-teto não reistiram e aceitaram a proposta da prefeitura	A prefeitura ofereceu um abrigo provisório no terminal do Parque Dom Pedro	Em 1999 existia a promessa de que o prédio seria reformado e abrigaria um posto avançado de atendimento ao contribuinte, departamento atrelado à Delegacia Regional da Fazenda da Capital.



Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
1999	Dois prédios na Rua Asdrúbal do Nascimento (centro)		Fórum dos Cortiços	200 pessoas, segundo a PM. 800 pessoas, segundo o movimento dos sem-teto	dezembro de 1999	Polícia sufocou a ocupação dos sem-teto, antes mesmo dela se concluir.	3 feridos, devido a dura repressão da polícia. Três sem-teto foram presos.		
1999	Prédio na Avenida Celso Garcia de propriedade do Banespa		ULC (Unificação das Lutas de Cortiços)		dezembro de 1999				
1999	Duas ocupações: edifício na Rua São Francisco e um edifício na Avenida Senador Queirós	estratégica	MMC (Movimento de Moradia do Centro) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central	300 pessoas	dezembro de 1999	reintegração de posse			
1999	Dois galpões na Bela Vista, região central.		Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (O jornal diz que o responsável pela ocupação seria o MTST, mas pelo local da ação (centro da cidade de São Paulo) sabemos que essa informação é falsa)	98 famílias	dezembro de 1999				
1999	Prédio localizado na Rua Libero Badaró	estratégica	Movimento de Moradia do Centro (MMC)	400 pessoas	dezembro de 1999				
2000	Prédio no Pátio do Colégio, região central.	estratégica	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Centro de São Paulo (Corrigindo: Movimento de Moradia do Centro)		junho de 2000	reintegração de posse			Sem-teto deixaram o prédio e foram para uma outra ocupação organizada pelo movimento dos sem-teto, deixando a outra ocupação superlotada.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2000	Hospital da Zona Leste, na Vila Formosa	tática: os sem-teto reivindicam a reabertura do hospital e que o governo providencie outro lugar para eles viverem. Mas caso isso não aconteça os sem-teto pretendem viver no prédio do hospital.	Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC)	80 famílias	agosto de 2000	Ameaças de reintegração de posse			Os sem-teto saíram do hospital e se distribuíram em nove edifícios ocupados por outros sem-teto
2000	Prédio localizado na Avenida Duque de Caxias (região central)	estratégica	Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC)	300 famílias	novembro de 2000	reintegração de posse			Os sem-teto não tinham para onde ir, alguns foram para outros prédios ocupados pelo movimento, outros para casa de parentes ou a rua.
2001	Terreno no bairro Ponte Alta, em Guarulhos	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação Anita Garibaldi		maio de 2001	reintegração de posse			A ocupação Anita Garibaldi hoje é um bairro consolidado de Guarulhos. Os sem-teto continuam na mobilização em torno de melhorias de infraestrutura para a comunidade como asfalto, saneamento básico e etc..
2001	Fábrica desativada na Mooca, zona leste		Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN)	200 famílias	junho de 2001				
2001	Dois prédios são ocupados: um do INSS e outro Ipesp			800 pessoas	novembro de 2001			Prefeitura dizia que iria negociar a compra dos imóveis	Sem-teto desocuparam os prédios, confiando nas promessas da prefeitura

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2002	Oito prédios são ocupados na cidade de São Paulo	simultânea, tática e estratégica	UMM (União dos Movimentos de Moradia)	5000 pessoas	maio de 2002				Um dos prédios foi tomado pela polícia alguns minutos depois da ocupação. Dois dos outros prédios serviram apenas como uma ocupação tática e no dia seguinte também foram desocupados.
2002	Prédio localizado no Parque Dom Pedro Segundo (região central)		Movimento dos Sem-Teto da Região Central, ligado ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia	200 famílias	junho de 2002				
2002	Terreno vazio em um bairro de Osasco, Grande São Paulo	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação Carlos Lamarca	600 famílias	setembro de 2002	Em dezembro de 2002, o governo do Estado fez um acordo com as famílias, levando-as temporariamente para um terreno da CDHU, em Guarulhos.	A polícia esteve no local, mas não houve confronto	O Governo propôs encaminhar as famílias para os programas habitacionais, observando os critérios de atendimento aos inscritos, os sem-teto recusaram.	Em janeiro de 2003, o Ministério Público foi à Justiça e conseguiu o despejo das famílias. Essas não tinham para onde ir.
2002	Prédio localizado na rua Senador Rodolfo Miranda, no Bom Retiro, região central de São Paulo	estratégica	MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro)	170 famílias	novembro de 2002				
2002	Edifício localizado no centro da cidade de São Paulo com uma de suas entradas voltada para a Avenida Prestes Maia. Este edifício contém dois prédios: um de 22 andares e outro de 9. Esta ocupação ficou conhecida como a maior ocupação vertical da América Latina. A ocupação Prestes Maia recebeu apoio de importantes intelectuais e artistas.	estratégica	MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro)	468 famílias	novembro de 2002		Os sem-teto resistiram a 18 ações de despejo e se preparavam para uma guerra. No entanto, a reintegração de posse do edifício se deu de maneira pacífica no ano de 1997.	As três esferas de governo se comprometeram a promover a saída progressiva das famílias para moradias definitivas, que seriam construídas, reformadas ou compradas. Enquanto isso, um auxílio-aluguel deveria ser pago aos sem-teto.	As “famílias Prestes Maia” aceitaram a proposta do governo e muitos sem-teto foram morar na periferia da cidade em conjuntos habitacionais populares, outras famílias ainda estavam esperando uma moradia na região central da cidade.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2003	Terreno com 20 torres inacabadas de oito andares, pertencente a Sérgio Naya, em Osasco	tática: contestar a falta de resposta às famílias da última ocupação do MTST	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)	300 famílias	março de 2003				
2003	Prédio na rua Plínio Ramos, centro da cidade de São Paulo.	estratégica	MMRC (Movimento de Moradia da Região Central)	300 pessoas	março de 2003	Uma das lideranças do movimento dizia ter ido procurar as secretarias estadual e municipal da Habitação, mas não foi atendido. As assessorias das secretarias informaram que as secretarias não foram procuradas para negociação.		Em 2005, no momento da reintegração, a secretaria municipal de habitação informou que os sem-teto poderiam se cadastrar no órgão, mas não havia previsão de quando eles poderiam ter acesso a um programa de habitação.	A reintegração de posse aconteceu em agosto de 2005 de forma muito violenta: 25 sem-teto feridos, 5 deles menores de idade, 3 policiais feridos, um repórter e um cinegrafista também foram atingidos por bombas de gás lacrimogêneo e 20 pessoas foram detidas. O Governo do Estado ofereceu a opção de levar os sem-teto para um centro esportivo na Água Branca (zona oeste). Os sem-teto recusaram isso por não terem nenhuma garantia de quanto tempo ficariam lá. Os sem-teto ficaram na calçada do prédio desocupado durante uma semana.
2003	Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo	tática: os sem-teto reivindicam a suspensão de duas ordens de despejo: da ocupação do prédio pertencente a Sérgio Naya e uma outra na Favela da Paz (perto da USP)	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)	150 pessoas (durou apenas algumas horas)	maio de 2003				Governo recebeu cerca de 5 militantes e afirmou que os despejos seriam suspensos por 90 dias. Durante este tempo, técnicos deveriam analisar a situação

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2003	Terreno de 170 mil metros quadrados, pertencente a Volkswagen, localizado em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo)	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação Santo Dias, também conhecida como "ocupação da Volks"	300 famílias no primeiro dia e, no terceiro dia, já havia 6000 pessoas. O movimento declarava a existência de 7 mil pessoas participando efetivamente desta ocupação.	julho de 2003		A Justiça e o governador Alckmin decidiram cumprir a reintegração de posse, enquanto os sem-teto defendiam a permanência no terreno. Quando aconteceu a reintegração de posse, com um dos maiores aparatos da tropa de choque, houve intensa agressão aos sem-teto.	O governador Geraldo Alckmin defendeu o diálogo, no entanto, descartou qualquer possibilidade de os sem-teto continuarem na área	Em agosto, teve-se a reintegração de posse do terreno e os sem-teto, cerca de 3300 famílias de acordo com um cadastro da CDHU, foram retirados do local. Muitas das famílias dos sem-teto não tinham para onde ir e acamparam em frente a prefeitura municipal. A prefeitura entrou com pedido de reintegração de posse da praça da prefeitura e os sem-teto foram para a praça da Matriz, famosa pelas manifestações de sindicalistas na época em que Lula era metalúrgico. Depois disso, os sem-teto conseguiram abrigo na quadra da escola de samba da Gaviões.
2003	Quatro prédios particulares no centro de São Paulo: 3 antigos hotéis (Danúbio, Terminus e Santos Dumont) e um outro prédio localizado na rua Aurora. Os sem-teto tentaram ocupar 6 prédios, mas em dois casos a PM conseguiu impedir que as ocupações fossem realizadas.	articulada/simultânea, estratégica e tática (pressionar governos a acelerar projetos de moradia)	MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), MSTRC (Movimento Sem-Teto da Região Central), Movimento Sem-Teto de Heliópolis e mais outros dois movimentos da zona sul da cidade compostos por moradores de áreas de manacial.	3100 pessoas	julho de 2003	O governador do Estado, Geraldo Alckmin, prometeu rigor com os sem-teto, e estes diziam estar dispostos a resistir a ordem de reintegração de posse. Os sem-teto elaboraram uma lista com 20 prédios vazios no centro da cidade que poderiam vir a servir como habitação social. Os sem-teto ainda propuseram a entrega de 2000 unidades habitacionais até o final do ano e 500 em caráter de emergência.	A Polícia Militar chegou a evitar a entrada de sem-teto em dois edifícios. E em duas das ocupações realizadas houve princípio de confronto com a PM.	Nenhuma reivindicação dos sem-teto foram atendidas, nem mesmo o pedido de um alojamento ou escola para que os sem-teto passassem a noite. O governo propôs o cadastro das famílias acampadas e uma reunião entre o MSTC e as três esferas de governo, para discutir a crise habitacional na cidade de São Paulo.	No final de julho de 2003, aconteceu a reintegração de posse de um dos prédios, Hotel Danúbio, o qual pertencia à UniFMU. Os sem-teto que não tinham para onde ir, acamparam em frente à CDHU. Após uma semana de acampamento, o governo ameaçou retirar à força os sem-teto caso não fossem para um terreno na zona leste. Um outro prédio ocupado (Hotel Terminus) também teve a reintegração de posse concedida em julho de 2003 e em agosto a polícia retirou os sem-teto do hotel de forma abusiva. Em meados de agosto teve-se decretada a reintegração de posse dos outros dois prédios: Rua Mauá e Aurora.
2003	Fábrica abandonada no Sacomã (zona sul de São Paulo)	estratégica	Movimento criado por moradores da favela Heliópolis	100 pessoas	julho de 2003				A polícia foi rapidamente acionada e frustrou a ocupação

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2003	Praça da Amizade, recém inaugurada pela prefeitura, em frente à favela Fazendinha, na zona norte da cidade.	tática	Movimento em Defesa dos Favelados (MDF) organizou os moradores que foram despejados da favela Fazendinha.	400 pessoas	agosto de 2003				
2004	Total de sete ocupações: 3 prédios do governo do estado (da CDHU), um quartel desativado da PM, dois terrenos abandonados (um na zona sul e outro próximo ao metrô Barra Funda) e uma área pertencente a CDHU que fica na zona leste da cidade.	tática	Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores), CMP (Central de Movimentos Populares), UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia).	De acordo com a polícia, havia no total 2400 manifestantes, mas de acordo com os próprios grupos participantes, havia 5500 sem-teto.	abril de 2004		Houve confronto entre os sem-teto e a polícia militar. Três pessoas se feriram.		Das sete tentativas de ocupação, em quatro a polícia militar retirou os sem-teto logo após a ocupação. Duas outras foram contidas pela polícia e apenas uma conseguiu prosseguir, embora tenha tido sua reintegração de posse decretada alguns dias depois e concluída em maio de 2004.
2004	Prédio do antigo hotel Status, no Canindé, na zona norte da cidade.	estratégica		90 famílias	maio de 2004				
2004	Terreno supostamente pertencente à editora Paulinas, ligada ao grupo católico "Irmãs Paulinas". Soube-se depois que o terreno de 250 quilômetros quadrados é do HMTF (Hicks, Muse, Tate & Furst), fundo de investimento norte-americano. O terreno fica próximo ao quilômetro 17 da Rodovia Reposo Tavares, entre São Paulo e Osasco.	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação Rosa Luxemburgo	3000 famílias	maio de 2004	O HMTF entrou com o pedido de reintegração de posse e a Justiça o concedeu. O MTST entrou com recurso.	Sem-teto reagiram ao processo de reintegração com pedradas e, em troca, a polícia usou cassetetes e balas de borrachas. De acordo com o MTST, seis pessoas foram feridas sem gravidade.	A prefeitura ofereceu vagas em albergues, mas esta proposta foi recusada pelos sem-teto.	Cerca de 300 sem-teto saíram em passeata pela Raposo Tavares até a Subprefeitura do Butantã. Prefeitura e sem-teto não chegaram a um acordo sobre o destino dos sem-teto. Os sem-teto acamparam em frente à subprefeitura.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2004	Edifício de escola estadual desativada. No local já havia 5 famílias que moravam lá. Elas iriam se fiar ao movimento, de acordo com o coordenador.	estratégica	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central - MTSTC. (Apesar do jornal indicar que o organizador desta ocupação era o MTST, a partir do nome do coordenador e pela ação ser no centro da cidade, sabemos que o movimento não é esse).	65 famílias	maio de 2004				
2004	Edifício em construção na região central da cidade, na rua Barão de Iguape, na Liberdade.	tática	Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)	500 pessoas	agosto de 2004		A polícia dificultou a entrada de alimento no edifício. Muitas crianças estavam passando fome.		
2004	Prédio particular na rua Monsenhor Andrade (região central de São Paulo).	tática: pressionar a prefeitura a encontrar moradia para os sem-teto	MMRC (Movimento de Moradia da Região Central)	80 pessoas	setembro de 2004	Os sem-teto ficariam no local pelo menos até o dia em que se reuniriam com representantes da Habitação (Superintendência de Habitação). Houve acordo para que não entrassem mais pessoas no prédio.			

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2004	Antigo hotel localizado na rua 13 de Maio, no Bexiga (região central).	estratégica	Movimento de Trabalhadores Sem-Teto da Região Central	20 famílias	outubro de 2004		Os sem-teto, militantes do movimento, entraram em conflito com seis pessoas (denominadas pela reportagem de "sem-teto hippies") que ali viviam. Essas pessoas foram acusadas de serem usuárias de drogas e por isso não poderiam ficar ali no prédio. Os sem-teto e os antigos moradores do local se confrontaram com mordidas e pedradas. Os sem-teto hippies acusam os sem-teto militantes de terem entrado no hotel armados com facas de açougue.		
2004	Sete ocupações: 5 prédios, um antigo salão de baile e uma fábrica abandonada. As ocupações foram feitas em diversas regiões da cidade. Na região central: nos bairros Campos Elíseos, Bexiga e Bom Retiro, na zona leste, em São Mateus, e na zona norte, na Casa Verde.	articulada/simultânea, tática (protestar contra apolítica habitacional dos governos federal, estadual e municipal e abrir canais de negociação com o poder público) e estratégica. Lideranças afirmam que a ocupação não tem nada haver com as disputas eleitorais	Frente de Luta por Moradia (FLM), congregando 12 movimentos: Movimento dos Sem-teto do Centro (MSTC), Movimento dos Trabalhadores Sem-teto da Região Central, União dos Núcleos, Associações e Sociedades do Heliópolis (UNAS), Campo Grande, Campo Forte, Movimento da Região da Mooca, entre outros.	3500 pessoas, segundo os sem-teto. E e acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, havia cerca de 1500 pessoas.	novembro de 2004, logo após as eleições municipais		De acordo com os sem-teto houve truculência por parte dos policiais. Já para a PM, que utilizou munição química (bombas de gás lacrimogêneo), disse que agiu para manter a ordem já que a agressão partiu dos sem-teto, que começaram jogando pedras nos policiais.	3 imóveis foram rapidamente desocupados	



Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2004	Prédio vazio da Caixa Econômica Federal, localizado na região central da cidade, perto da Praça Roosevelt.	tática	Frente de Luta por Moradia (FLM), organizada a partir de dois grupos: MSTC (Movimento dos Sem-teto do Centro) e MMRC (Movimento de Moradia da Região Central).	De acordo com o movimento, participou da ocupação 150 pessoas	novembro de 2004		Foram lançadas bombas de efeito moral e balas de borrachas também foram disparadas. Barricadas foram montadas na entrada do edifício. Uma gestante sem-teto foi ferida e quatro pessoas detidas. A polícia afirmou não ter informação sobre prisões. Cinco carros da polícia foram apedrejados.	Após 16 horas de ocupação e muito confronto, os sem-teto deixaram o prédio.	
2005	Dois terrenos: um pertencente ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), localizado no bairro do Brás, e o outro a Rede Ferroviária Federal	tática: pressionar o governo para repassar imóveis ociosos da União aos movimentos de moradia, a fim de que sejam destinados à habitação para populações de baixa renda.	Movimentos ligados a UMM-SP (União de Movimento de Moradia de São Paulo), especialmente o MMC (Movimento de Moradia do Centro)	850 pessoas	março de 2005				Os imóveis foram desocupados assim que os governos estadual, federal e municipal agendaram reuniões com líderes sem-teto para encaminhamento das reivindicações.
2005	Prédio pertencente ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), na Avenida Nove de Julho, no centro da cidade de São Paulo.	tática: garantir a realização de uma reunião entre a coordenação do movimento e representantes do Ministério das Cidades. Objetivava-se também denunciar que o prédio faz parte do Programa federal de Arrendamento Domiciliar, mas até aquele momento, o prédio, que havia sido incluído no programa, desde 2002, não havia ainda passado por reformas.	Movimentos ligados a FLM (Frente de Lutas por Moradia)	250 pessoas	maio de 2005				Após a realização da reunião, os sem-teto desocuparam o local.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2005	Ocupação do Edifício Martinelli, local onde funciona a Secretaria de Habitação	tática: sem-teto querem discutir seu iminente despejo de um prédio ocupado em 2002, o famoso edifício Prestes Maia.	Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)	150 pessoas (durou apenas 3 horas)	junho de 2005				Após a reunião, os sem-teto deixaram o prédio.
2005	Terreno localizado em Taboão da Serra (Grande São Paulo)	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação Chico Mendes	1300 famílias	setembro de 2005	Os sem-teto saíram do terreno pois seriam incluídos em um projeto habitacional federal. Enquanto isso, muitas famílias da Comunidade Chico Mendes ainda dependiam do bolsa-aluguel, fornecido em parte pela prefeitura, em parte pelo governo estadual		Em dezembro de 2005, o movimento foi incluído pelo governo federal em um programa habitacional, com garantia de construção de moradias populares para as 800 famílias da ocupação com recursos da Caixa Econômica Federal.	Em 2007, um ato realizado pelo MTST, em frente à Prefeitura de Taboão da Serra, foi palco de cenas violentas, em decorrência da falta de preparo da Guarda Civil Metropolitana da cidade. Os sem-teto protestavam contra a quebra de acordo da prefeitura, que por sua vez ainda não havia providenciado um terreno para construção de moradias para as famílias da Comunidade Chico Mendes
2005	Quatro ocupações: um prédio semi-acadabado da CDHU, órgão do governo do Estado, no Brás (região central); um edifício da Caixa Econômica Federal e um conjunto de prédios de propriedade particular, ambos no Belenzinho (zona leste); e um terreno do INSS que fica em Socorro, zona sul da capital.	tática: reivindicar dos governos federal, estadual e municipal programas habitacionais para as famílias que ganham até três salários mínimos, liberação de recursos para mutirões, abertura de diálogo com as organizações populares e a volta dos programas municipais Bolsa Aluguel e Locação Social.	Frente de Luta por Moradia (FLM)	900 pessoas	novembro de 2005				No final do mesmo dia, os sem-teto desocuparam o prédio da CDHU. No dia seguinte, o prédio da Caixa Econômica Federal e o terreno do INSS foram desocupados.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2006	Prédio do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)		UNMP (União Nacional por Moradia Popular)		abril de 2006				
2006	Prédio no Horto Florestal na área do Estado, zona norte da cidade.		UMMSP (União dos Movimentos de Moradia de SP)		abril de 2006				
2006	Três ocupações: um edifício localizado na rua Conselheiro Carrão, centro da cidade; um antigo hospital, de propriedade do Santander Banespa; e, por fim, um conjunto habitacional da Caixa, ainda em construção, localizado no Capão Redondo.	articulada/simultânea, estratégica e tática (denunciar a ausência de moradias populares)	Frente de Luta por Moradia (FLM) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Centro	700 pessoas	outubro de 2006	O grupo de sem-teto que ocupou o conjunto habitacional da CEF (Caixa Econômica Federal) pedia uma reunião com a presidente da instituição, reivindicando agilidade na oferta de imóveis para os sem-teto. A CEF disse que negociava a desocupação voluntária do imóvel.	A PM agiu rapidamente impedindo o êxito de duas das ocupações ocorridas. A polícia chegou a usar gás de pimenta. Três pessoas, apontadas como líderes dos movimentos, foram detidas por esbulho possessório (invasão de propriedade alheia). A polícia levou ainda mais 15 pessoas para a delegacia, mas todos foram liberados.		O edifício pertencente ao Santander e o outro edifício localizado na região central foram logo desocupados, após a rápida intervenção da polícia.
2007	Terreno de 1,3 milhão de metros quadrados, pertencente a Sociedade Itapeirica Golf, localizado na periferia de Itapeirica da Serra (Grande São Paulo).	estratégica	MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto): ocupação João Cândido	3500 famílias, cerca de 10 mil pessoas	março de 2007		Durante o período que o acampamento esteve no terreno do Valo Velho, foram feitas grandes marchas, como a marcha com mais de 5000 mil famílias rumo ao Palácio do Governo e foi feito um trancaço de rodovias, travando ao mesmo tempo três rodovias da região		Em 2008, o acampamento João Cândido, fundado num enorme terreno no Valo Velho, conseguiu da prefeitura de Itapeirica da Serra uma área provisória no bairro Vila Calú. Depois de diversas lutas, a prefeitura cedeu esta área para a CDHU, que já está com a escritura do terreno.

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2007	Edifício do antigo Hotel Dumont, localizado na região da Luz, centro da cidade de São Paulo. Este prédio é uma reocupação dos sem-teto, ou seja, já havia sido ocupado pelos movimentos antes, em 2003, mas teve o processo de reintegração de posse decretado.	estratégica	MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), MMRC (Movimento de Moradia da Região Centro) e MSTRC (Movimento Sem-Teto da Região Central de São Paulo)	450 famílias	março de 2007				Até 2008 os sem-teto permaneciam na ocupação e não tinha ocorrido ainda o pedido de reintegração de posse.
2007	Edifício São Vito, localizado na Avenida do Estado (região central de São Paulo)	tática reivindicar a volta do Programa Bolsa Aluguel e denunciar a situação do edifício São Vito que, em 2004, fora desapropriado e esvaziado pela prefeitura.	FLM (Frente de Luta por Moradia), organizando oito movimentos	400 pessoas	abril de 2007		A Tropa de Choque da PM expulsou os sem-teto após o conflito. Os policiais utilizaram bombas de gás. Pelos menos dez pessoas ficaram feridas. Ninguém foi preso.		Os sem-teto foram expulsos e o edifício permaneceu vazio e sem reformas.
2007	Duas ocupações: um prédio pertencente ao BNH, fechado há 20 anos, localizado na rua João Guimarães Rosa, perto da Praça Roosevelt, centro da cidade; e um terreno do INSS na rua Rangel Pestana.	articulada/simultânea, estratégica e tática (protesto à decisão da prefeitura de suspender o pagamento de bolsa-aluguel e de ameaçar desapropriar um cortiço no Belém). A ocupação na Rangel Pestana buscava também pressionar a Caixa Econômica Federal a desapropriar a área e lá construir 96 moradias.	UNMP (União Nacional por Moradia Popular), destacando a atuação da Unificação das Lutas de Cortiço (ULC)	500 pessoas	abril de 2007		A polícia chegou no local 10 minutos após a ocupação, entrou no prédio pelos fundos e fez com que os sem-teto deixassem o edifício. A polícia também conseguiu impedir a realização da ocupação no prédio da rua Rangel Pestana.		As duas ocupações não tiveram êxito devido a rápida ação da polícia paulistana.
2007	Terreno ao lado do antigo aterro Sapopemba (zona leste de São Paulo)	estratégica	MTST Leste 1 (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)	300 famílias	abril de 2007				

Ano	Local	Tipo de ocupação	Movimento responsável	Nº de sem-teto	Data de ocupação	Processo de negociação	Resistência e conflito	Ação do Governo	Situação final
2007	Prédio usado como arquivo pela Procuradoria Geral do Estado, localizado na rua Tabatinguera, região central da cidade.	tática	MSTRC (Movimento Sem-Teto da Região Central)	80 pessoas	abril de 2007		A polícia entrou no edifício e os sem-teto, como maneira de se defender, teriam jogado pelas janelas documentos e processos sigilosos.		A polícia retira os manifestantes do edifício e seis integrantes do MSTRC foram presos acusados de invasão de imóvel alheio, sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
2007	Duas unidades do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), na região central.	tática: comemorar o Dia Mundial do Habiat e o Dia Nacional de Reforma Urbana.		200 pessoas	outubro de 2007				
2009	5 ocupações: três pertencentes ao INSS e dois imóveis particulares	tática: pressionar o governo a construir moradias populares em áreas públicas indicadas pelo movimento	FLM (Frente de Luta por Moradia), organizando doze movimentos		abril de 2009	FLM e representantes do Ministério das Cidades se reuniram em Brasília para negociar as reivindicações			Dois prédios, um do INSS e o outro particular foram desocupados na mesma noite da ocupação.
2009	Dois prédios inacabados da CDHU, totalizando 160 apartamentos, localizados na região central da cidade.	tática: cobrar promessas não cumpridas pela CDHU, como o atendimento de 350 famílias retiradas em 2007 do edifício Prestes Maia.	MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro)	350 pessoas	outubro de 2009		A polícia interveio, mas não conseguiu impedir a ocupação. A CDHU solicitou à Justiça a reintegração de posse dos apartamentos		